



COLÓQUIOS DA LUSOFONIA 2004 Bragança



**BRAGANÇA PORTUGAL 21-23 outubro 2004**  
**ATAS - ANAIS**  
**III COLÓQUIO DA LUSOFONIA 2004**



*BRAGANÇA, PORTUGAL 21-22-23 OUTUBRO 2004*

LOCAL DO COLÓQUIO: Anfiteatro Centro Cultural De Bragança, Praça Da Sé



**A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA ORGANIZA O 3º COLÓQUIO DA LUSOFONIA**

Após o sucesso da anterior edição, a **Câmara Municipal de Bragança**, decidiu manter a sua aposta cultural na realização deste importante evento anual. Uma das razões preponderantes para organizar um **Colóquio Anual Internacional da Lusofonia** assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras de ensino. Para o Colóquio deste ano (21 a 23 de outubro) pretendeu-se chamar à ribalta a “outra” língua oficial de Portugal, o MIRANDÊS cuja existência se deve ao esforço de uma minoria de pessoas dedicadas e empenhadas em evitar a tragédia mundial que é a morte das línguas. Um vasto painel de peritos nesta área debaterá este tema. A diversidade cultural, onde se insere a diversidade linguística, é um elemento fundamental da riqueza patrimonial de um povo. Interrogar essa realidade entre nós, é chamar a atenção para a necessidade de valorizar a diferença e a tolerância, aprofundando a democracia cívica. Portugal renegou durante muito tempo essa realidade. Hoje, lentamente, acorda para ela, mas o fato parece ainda não lhe assentar à medida, desconhecendo que assim se empobrece e dá uma imagem menos rica e menos democrática de si mesmo.

O nordeste transmontano preservou, fruto do isolamento, línguas milenares, como o mirandês e outras falas asturo-leonesas. O feito que estes povos conseguiram é hoje, com todo o mérito, património da humanidade. A essas línguas vem agarrada uma cultura riquíssima que se expressa na literatura popular de tradição oral, na música, na dança, e num conjunto de saberes e de saber fazer que se decantaram ao longo de milhares de anos. Refletir sobre esta temática é ajudar a criar condições para que as realidades chamadas “minoritárias” (apenas em sentido quantitativo) não continuem a ser, de facto, minorizadas. Mas é também refletir sobre as bases de um novo modelo de desenvolvimento que não tenha como medida exclusiva os quilómetros de asfalto ou as toneladas de betão, já que como todos sabemos este é o único distrito do país sem um só quilómetro de autoestradas.

Iremos debater a problemática da Língua Portuguesa no Mundo, não somente em termos das suas formulações históricas e teóricas mas e sobretudo, **analisar as suas modalidades práticas com as necessárias correspondências em articulação com outras comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas como agentes fundamentais de mudança.**

Por fim, salientemos que se pretende

- Contribuir para a presença, difusão e consolidação da Língua Portuguesa, enriquecida pelas línguas minoritárias que persistem em Trás-os-Montes e noutras regiões do país.
- Explorar e analisar as questões da tradução como forma privilegiada de divulgação, expansão e revitalização da Língua Portuguesa no Mundo.
- Analisar o Ensino de Português como língua materna e língua estrangeira (segunda)

- Este evento vem decerto colocar Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas.

---

1. TEMAS DO COLÓQUIO:

I.1. LÍNGUAS, CULTURAS E DIALETOS MINORITÁRIOS

**Coordenação Dr. Amadeu Ferreira, Prof. Convidado Universidade Nova Lisboa**

1.1. LÍNGUAS, CULTURAS E DIALETOS MINORITÁRIOS

1.1.1. O MIRANDÊS.

1.1.2. O QUE RESTA DO RIODONORÊS?

1.1.3. O BARRANQUENHO AINDA SE FALA?

1.1.4. DIALETOS E LÍNGUAS MINORITÁRIOS EM PORTUGAL

I.2. LÍNGUA PORTUGUESA E ESTUDOS DE TRADUÇÃO

**Coordenação Drs. Helena, IPB, & Chrys Chrystello, UTS Sydney Austrália**

1,2.1. LÍNGUA PORTUGUESA E ESTUDOS DE TRADUÇÃO

1.2.1.1. O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE TRADUÇÃO

1.2.1.2. A TRADUÇÃO DE AUTORES PORTUGUESES

1.2.1.3. O ENSINO DA TRADUÇÃO E OS DESAFIOS EUROPEUS E MUNDIAIS

I.3. ENSINO DE PORTUGUÊS (língua materna e estrangeira)

**Coordenação Drs. Helena, IPB, & Chrys Chrystello, UTS Sydney Austrália**

1.3.1. ENSINO DE PORTUGUÊS (LÍNGUA MATERNA E ESTRANGEIRA)

1.3.1.1. ENSINO DE PORTUGUÊS como língua materna

1.3.1.2. ENSINO DE PORTUGUÊS como LE/L2

II. ATIVIDADES PARALELAS: ARTES E LITERATURA

**Coordenação Professor Dr. Luís Canotilho, Instituto Politécnico de Bragança**

**OBJETIVOS PRINCIPAIS DA COMPONENTE ARTÍSTICA PARALELA**

- Divulgar os artistas do espaço lusófono;
- Aproximar, contactar e dinamizar os países de língua oficial portuguesa, possuidores uma riquíssima diversidade cultural e social e que comungam da mesma língua e passado;
- Desenvolver a criatividade e a expressividade

---

**III. COMPONENTE LÚDICA**

Coordenação da Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Bragança

O paraíso é aqui: roteiro turístico de Bragança

Visita à Cidade e ao Parque Nacional de Montesinho, Incl. Rio de Onor

Visitar aquela que foi a última aldeia comunitária da península

Dar a conhecer a cidade e o parque natural de Montesinho como elemento de divulgação da região e suas gentes / Indução da região como destino privilegiado.



## 2. HORÁRIO DAS SESSÕES DO COLÓQUIO

|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>1º DIA</b>       | <b>21 OUTUBRO quinta-feira TEMA 2</b>              |
| <b>08.45- 09.15</b> | <b>REGISTO E INSCRIÇÕES PRESENCIAIS</b>            |
| <b>09.30</b>        | <b>ABERTURA OFICIAL DOS TRABALHOS</b>              |
| <b>11.30</b>        | <b>1º ORADOR ISA MARA ROSA ALVES 2.1.3</b>         |
| <b>12.00</b>        | <b>2º ORADOR REBECA HERNANDEZ 2.1.1</b>            |
| <b>12.30</b>        | <b>3º ORADOR M.ª ROSA ADANJO CORREIA 2.1.1</b>     |
| <b>13.00</b>        | <b>FIM DA SESSÃO. ALMOÇO SEGUIDO DE VISITA</b>     |
| <b>2º DIA</b>       | <b>22 OUTUBRO sexta-feira TEMA 3</b>               |
| <b>08.45- 09.15</b> | <b>REGISTO E INSCRIÇÕES PRESENCIAIS</b>            |
| <b>10.00</b>        | <b>1º ORADOR HELENA MATEUS MONTENEGRO 3.1.1</b>    |
| <b>10.30</b>        | <b>2º ORADOR LUCIANO BAPTISTA PEREIRA 3.1</b>      |
| <b>11.00</b>        | <b>INTERVALO</b>                                   |
| <b>11.30</b>        | <b>3º ORADOR ELIZABETE APARECIDA MARQUES 3.1.2</b> |
| <b>12.00</b>        | <b>4º ORADOR M.ª D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO 3.1.2</b>  |
| <b>12.30</b>        | <b>5º ORADOR LINO MOREIRA DA SILVA 3.1.2</b>       |
| <b>13.00</b>        | <b>FIM DA SESSÃO. ALMOÇO SEGUIDO DE VISITA</b>     |

|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>3º DIA</b>       | <b>23 OUTUBRO sábado TEMA 1</b>  |
| <b>08.45- 09.15</b> | <b>REGISTO E INSCRIÇÕES PRESENCIAIS</b>  |
| <b>09.30</b>        | <b>1º ORADOR ÂNGELO CRISTÓVÃO 1.1</b>  |
| <b>10.00</b>        | <b>2º ORADOR CECÍLIA FALCÃO, CLÁUDIA FERREIRA, CLÁUDIA MARTINS,, MANUEL MOREIRA DA SILVA 2.1.1</b> |
| <b>10.30</b>        | <b>3º ORADOR JOÃO CABRITA 3.1.1</b>  |
| <b>11.00</b>        | <b>INTERVALO</b>   |
| <b>11.30</b>        | <b>4º ORADOR CHRYS CHRYSTELLO 2.1.</b>   |
| <b>12.00</b>        | <b>5º ORADOR DOMINGOS RAPOSO 1.1.1</b>   |
| <b>12.30</b>        | <b>6º ORADOR MÁRIO CORREIA 1.1.1</b>   |
| <b>13.00</b>        | <b>INTERVALO PARA ALMOÇO</b>   |
| <b>15.30</b>        | <b>7º ORADOR DUARTE MARTINS 1.1.1</b>  |
| <b>16.00</b>        | <b>8º ORADOR AMADEU FERREIRA 1.1.1</b>   |
| <b>16.30</b>        | <b>INTERVALO</b>   |
| <b>17.00</b>        | <b>9º ORADOR ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES 1.1.1</b>   |
| <b>17.30</b>        | <b>10º ORADOR CARLOS FERREIRA 1.1.1</b>  |
| <b>18.00</b>        | <b>CONCLUSÕES FINAIS, DEBATE E ENCERRAMENTO</b>  |

## 3. ORADORES, INSTITUIÇÕES, TÍTULOS E HORÁRIOS

| CONFERENCISTA   | TÍTULO  | Subtema | Dia Hora |
|---|---|---------|----------|
| 1. AMADEU FERREIRA, FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA                            | A LÍNGUA MIRANDESA: UNIDADE E DIVERSIDADE. NOTAS DE UM PERCURSO   | 1.1.1   | 23 16.00 |
| 2. ÂNGELO CRISTÓVÃO, ASS. DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL  | O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO GIL À SOCIOLINGÜÍSTICA GALEGA   | 1.1     | 23 09.30 |
| 3. ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES, CENTRO ESTUDOS ANT.º Mª MOURINHO – CEAMM                            | A LÍNGUA MIRANDESA: VERDADES, DISCÓRDIAS E UTOPIAS  | 1.1.1   | 23 17.00 |
| 4. CARLOS FERREIRA, UNIVERSIDADE DE SALAMANCA   | O LEVANTE DO NORDESTE TRANSMONTANO – A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO.   | 1.1.1   | 23 17.30 |
| 5. DOMINGOS RAPOSO, COORDENADOR ENSINO MIRANDÊS.  | LITERATURA MIRANDESA  | 1.1.1   | 23 12.00 |
| 6. DUARTE MARTINS, ESCOLAS DE SENDIM/E. S. MIRANDA DO DOURO.                                  | EXPERIÊNCIA DE UMA RECOLHA DE LITERATURA ORAL E TRADICIONAL MIRANDESA NUA ALDEIA DA TERRA DE MIRANDA – MALHADAS   | 1.1.1   | 23 15.30 |
| 7. MÁRIO CORREIA, CENTRO DE MÚSICA TRADICIONAL SONS DA TERRA/ FESTIVAL INTERCÉLTICO DE SENDIM | RECOLHAS MUSICAIS DA TRADIÇÃO ORAL NA TERRA DE MIRANDA. A TRADIÇÃO NÃO MORRE COM A MUDANÇA. CONTINUIDADE, VARIABILIDADE, SELETIVIDADE. AUTENTICIDADE E PUREZA. O SUPORTE FONOGRÁFICO E A QUEBRA DA ORALIDADE. | 1.1.1.  | 23 12.30 |



COLÓQUIOS DA LUSOFONIA 2004 Bragança

|     |  |  |       |          |
|-----|--|--|-------|----------|
| 8.  | AUSENTE RUI GUIMARÃES, UNIV. TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO – UTAD                | O DIALETO BARROSÃO E O PORTUGUÊS ANTIGO – PARA UM MELHOR CONHECIMENTO DAS RAÍZES DA LÍNGUA PORTUGUESA NA DIMENSÃO LUSÓFONA DE HOJE                       | 1.1   | 23 11.30 |
| 9.  | CECÍLIA FALCÃO, E.S. MIGUEL TORGA  | RECURSOS PARA A TRADUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO EM GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO                                | 2.1.1 | 23 10.00 |
| 10. | CLÁUDIA FERREIRA, UNIV. AVEIRO;  |  |       |          |
| 11. | CLÁUDIA MARTINS, ESEB/IPB  |  |       |          |
| 12. | MANUEL MOREIRA DA SILVA, PORTO – ISCAP   |  |       |          |
| 13. | ISA MARA DA ROSA ALVES, UNIV. DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS              | A AMBIGUIDADE E A TRADUÇÃO AUTOMÁTICA: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO   | 2.1.3 | 21 11.30 |
| 14. | REBECA HERNÁNDEZ, UNIVERSIDAD DE SALAMANCA                                     | A INTEGRAÇÃO CONCEPTUAL E A TRADUÇÃO DAS LITERATURAS PÓS-COLONIAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA  | 2.1.1 | 21 12.00 |
| 15. | M.ª ROSA ADANJO CORREIA, E.S. MARQUES DE POMBAL, LISBOA                        | LUSOFONIA E A PROBLEMATICA DA TRADUÇÃO DAS “OUSADIAS VERBAIS” DE LUANDINO VIEIRA E DAS “ESCREVÊNCIAS DESINVENTOSAS” DE MIA COUTO                         | 2.1.1 | 21 12.30 |
| 16. | ELIZABETE APARECIDA MARQUES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS) | VALORES SEMÂNTICOS DOS TURNOS DE APOIO CONVERSACIONAIS EM PORTUGUÊS E SEUS EFEITOS SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA | 3.1.2 | 22 11.30 |
| 17. | HELENA MATEUS MONTENEGRO, UNIVERSIDADE AÇORES                                  | DESGRAMATICALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – DO DESVIO AO ERRO   | 3.1.1 | 22 10.00 |
| 18. | JOÃO CABRITA, ESC. EMÍDIO GUERREIRO BRAGANÇA                                   | A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUSOFONIA: A PERENIDADE DE UMA MUNDIVIVÊNCIA   | 3.1.1 | 23 10.30 |
| 19. | LINO MOREIRA DA SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO                                   | O PRESENTE E O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR LOROSAE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA   | 3.1.2 | 22 12.30 |
| 20. | LUCIANO BAPTISTA PEREIRA, ESE SETÚBAL  | A CULTURA E O IMAGINÁRIO AÇORIANO CATARINENSE NA OBRA LITERÁRIA DE FRANKLIN CASCAES  | 3.1   | 22 10.30 |
| 21. | M.ª D’AJUDA ALOMBA RIBEIRO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC         | ERROS OU EQUIVOCAÇÕES NO USO DOS CONETORES ARGUMENTATIVOS NA PRODUÇÃO ESCRITA DE HISPANOFALANTES APRENDIZES DE PORTUGUÊS?                                | 3.1.2 | 22 12.00 |

4. FICHA TÉCNICA:

**COMISSÃO ORGANIZADORA:**

Eng.º Jorge Nunes, Presidente Da Câmara Municipal De Bragança  
Dr.ª Isabel Lopes, Vereadora Da Cultura, Ensino, Turismo, Desporto E Ação Social Da CMB  
Dr. Eleutério Alves, Diretor Do Departamento Sociocultural Da CMB

**COMISSÃO EXECUTIVA**

Dr. Amadeu Ferreira, Professor Convidado Da Universidade Nova De Lisboa  
Professor Dr. Luís Canotilho, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)  
Dra. Helena Chrystello, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)  
Dr Chrys Chrystello, UTS, Sydney, Austrália

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

Professor Dr. Luís Canotilho, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)  
Dr. Amadeu Ferreira, Professor Convidado Da Universidade Nova De Lisboa  
Dra. Helena Chrystello, IPB (Instituto Politécnico De Bragança)  
Dr Chrys Chrystello, UTS, Sydney, Austrália  
Dr. João Pedro Caravaca, Universidade Católica, Porto

**SECRETARIADO E LOGÍSTICA**

DIVISÃO DE CULTURA DA CMB: ALEXANDRE CASTRO e PEDRO SANTOS + VOLUNTÁRIOS Alunos do IPB





ARTESANATO LOCAL EM EXIBIÇÃO:









ASPETO DO ANFITEATRO ANTES DAS SESSOES - A TUNA DO IPB NA SESSÃO DE ABERTURA



A TUNA DO IPB NA SESSÃO DE ABERTURA



DISCURSO DE ABERTURA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, Eng.º JORGE NUNES















5. DISCURSO DO Presidente do Comité Executivo do Colóquio Chrys Chrystello:

## Bragança (Portugal)

: [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)



## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA 2004 Bragança

Sr. Presidente da Câmara,  
Sr. Eng.º Frias representando o Exmo. Sr. Governador Civil  
Sr. Presidente do Conselho Diretivo da Esc. Superior de Educação de Bragança  
Sra. Diretora do Arquivo Distrital  
Srs. Presidentes da Junta de Freguesia da Sé e de Santa Maria  
Demais entidades  
Excelências,  
Ilustres Conferencistas,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,  
Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.

Antes de mais quero agradecer ao Eng.º Jorge Nunes, Presidente da Câmara que patrocina e organiza este raro evento cultural do panorama português. No ano passado, sem hesitar, apoiou esta iniciativa e decidiu incorporá-la com caráter anual numa panóplia de eventos culturais, cada vez mais vasta, que é atualmente proporcionada aos habitantes de Bragança. Agradecimentos são igualmente merecidos à Dra. Isabel Lopes, vereadora da Cultura, ao Dr. Eleutério Alves, e aos Srs. Pedro Santos e Alexandre Castro da Divisão Cultural da Câmara, sempre incansáveis e prontos a resolver os mil e um desafios que uma organização desta envergadura acaba por acarretar. É igualmente devido o nosso reconhecimento às livrarias e editoras que se juntaram a nós promovendo livros e descontos nalgumas publicações, e o nosso obrigado aos artesãos que aqui estão presentes e por último o nosso muito apreço pelos alunos e ex-alunos da Escola Superior de Educação, voluntários do nosso secretariado, respetivamente, Ana Botelho, Patrícia Nogueira, Marco Paz e Catarina Rabaçal.

Uma palavra muito especial aos Coordenadores das várias vertentes do Colóquio deste ano: ao Dr. Amadeu Ferreira que teve a seu cargo a coordenação do ponto alto deste Colóquio nomeadamente o tema das *Línguas, Culturas e Dialetos Minoritários* e muito em especial LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL; à Dra. Helena Chrystello e ao Dr. João Pedro Caravaca coordenadores dos Temas *Língua Portuguesa e Estudos de Tradução* e o *Ensino de Português como Língua Materna e como Língua Estrangeira.*, e ao Professor Luís Canotilho que perseverou na componente de Artes e que este ano nos trás uma mostra fotográfica e a promessa de novos voos em futuros colóquios.

Embora hoje seja um dia de festa para nós, a Lusofonia está de luto desde 27 de maio por José Augusto Seabra<sup>1</sup>: meu mentor intelectual e colega de várias iniciativas, que nestes três anos foi o patrono dos Colóquios de Lusofonia iniciados sob a égide da SLP – Sociedade da Língua Portuguesa – em 2002 no Porto, e em Bragança 2003. Era também um dos membros dos Comitês Científico e Executivo do Colóquio deste ano da Câmara Municipal de Bragança. Com ele se criou a ALFE – Associação dos Lusofalantes na Europa – que serviu como elo motivador de algumas iniciativas culturais sempre ligadas à defesa e preservação da língua portuguesa. Sem ele vai ser difícil prosseguir, pois sempre teve o estímulo

---

### 1 JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Poeta, Ensaísta, Crítico, Professor Universitário e Diplomata. Opositor democrático ao regime de Salazar, quando estudante, foi preso e condenado por motivos políticos, tendo de exilar-se na URSS e só regressando a Portugal com a queda da ditadura em 1974. Em Paris doutorou-se em Letras, pela Sorbonne, em 1971 com uma tese sobre Fernando Pessoa, sob a orientação de Roland Barthes, tendo sido professor na Universidade de Paris X e na Escola Normal Superior. Professor catedrático na Universidade do Porto, foi fundador do Centro de Estudos Pessoaanos e do Centro de Estudos Semióticos e Literários, sendo Diretor da Revista “Nova Renascença”. Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, foi Ministro da Educação do IX Governo Constitucional (1983-1984). Embaixador de Portugal junto da UNESCO, em Nova Delhi, em Bucareste e em Buenos Aires.



certo para os momentos de desânimo, e as palavras de incentivo rumo a uma utopia alicerçada nos seus múltiplos saberes. Foi no seu reinado como ministro da Educação que deu o aval ao Politécnico de Bragança, onde ainda há meses proferiu a Oração de Sapiência. José Augusto Seabra, um literato no mais amplo sentido, um homem das Letras, um republicano indefetível na senda dos verdadeiros republicanos da 1ª República. Como Embaixador promoveu a Língua e a Cultura portuguesas de forma ousada e inovadora nos países onde exerceu, como diretor da Revista Internacional de Língua Portuguesa das Universidades da CPLP editava-a com o labor e a minúcia de quem ama a língua, sempre em busca de autores menos consagrados que merecessem ser apoiados. Para trás ficam inúmeros projetos por acabar e inúmeros sonhos por realizar. JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Poeta, Ensaísta, Crítico, Professor Universitário e Diplomata. Opositor democrático ao regime de Salazar, quando estudante, foi preso e condenado por motivos políticos, tendo de exilar-se na URSS e só regressando a Portugal com a queda da ditadura em 1974. Em Paris doutorou-se em Letras, pela Sorbonne, em 1971 com uma tese sobre Fernando Pessoa, sob a orientação de Roland Barthes, tendo sido professor na Universidade de Paris X e na Escola Normal Superior. Professor catedrático na Universidade do Porto, foi fundador do Centro de Estudos Pessoaanos e do Centro de Estudos Semióticos e Literários, sendo Diretor da Revista “Nova Renascença”. Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, foi Ministro da Educação do IX Governo Constitucional (1983-1984). Embaixador de Portugal junto da UNESCO, em Nova Delhi, em Bucareste e em Buenos Aires.

Infelizmente, nem os políticos nem os meios de comunicação social portugueses deram o relevo devido à sua passagem para o lado outro deste espelho que é a vida. Ao ajudarmos a organizar o Colóquio deste ano, prestamos-lhe aqui uma singela homenagem nestes três dias, onde a sua presença se fará sentir e decerto nos ajudará a conseguir os almejados objetivos deste evento que vem colocar Bragança no lugar cimeiro e rarefeito das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua portuguesa, a sexta mais falada em todos os continentes, por 200 milhões de pessoas.

Antes de mais queria porém dar-vos a conhecer um pouco desta terra que em tão pouco tempo me soube cativar, despertando em mim heranças transmontanas obnubiladas e laços de coração e sangue que eu olvidara. Sim, esta terra que me acolhe como quem trata um filho emérito, soube adotar-me engalanada nas suas belezas que contrastam com a agrura excessiva do seu clima.

A sua qualidade de vida faz corar de inveja os habitantes das grandes urbes portuguesas pois Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por mais de 6000 estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes da sua rica história, do seu comércio tradicional e do mais recente. A sua modernização está representada nas novas avenidas decoradas com peças escultóricas e no trabalho da ubíqua Polis que veio recuperar e embelezar espaços que o tempo e a incúria haviam deixado ao abandono, como as margens deste Rio Fervença que serpenteia pela urbe. Do novo Teatro ao novo Centro Comercial, ao novo Centro Cultural e a uma oferta variada em todos os aspetos da vida quotidiana nada nos falta.

Tudo isto serve para me encher de orgulho por viver aqui. Como tal queria partilhar convosco um pouco desta terra cheia de história que é [Bragança](#): basta um curto passeio pela Rua Direita e pela Rua de Trás para consumarmos uma verdadeira viagem no tempo. A antiga Cidade de origem neolítica foi, posteriormente, um importante centro romano localizado na zona atual da Sé, onde nos encontramos. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e essa Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme recentes escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que hoje podem ser observados em exposição neste edifício.

Aquando da restauração da cidade em 1130, os coevos de então escolheram um local diferente, no cimo dum outeiro a centenas de metros da anterior cidade. Foi assim que surgiu Benquerença e nela se edificou o castelo que nos olha sobranceiro. Ali se viria a edificar a famosa [Domus Municipalis](#), precioso exemplar da arquitetura românica portuguesa do século XIII.



Depois duma primeira tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da família de D. Afonso Henriques, o Rei [D. Sancho I](#) concedeu a Bragança, em 1187 foral com grandes privilégios, no intuito de fixar moradores, tendo sido construído nessa época o castelo. D. Sancho I (O Povoador) nasceu em Coimbra a 11 de novembro de 1154. Em 1166 (com apenas 12 anos) chefiou a expedição militar feita a Ciudad Rodrigo, tendo quatro anos mais tarde começado a colaborar ativamente no exercício do poder político e na gestão do reino. Casou no ano de 1174 com D. Dulce de Aragão, subindo ao trono em 1185. Depois das sucessivas perdas de terras para os Mouros (incluindo Silves e todo o Alentejo) D. Sancho I aproveitou este facto para realizar medidas respeitantes à povoação do reino e das terras devastadas pela guerra. Para este efeito introduziu a política dos forais (reorganização administrativa local do reino - formação de concelhos) e conseguiu fixar no Ribatejo estrangeiros entretanto chegados. Esta situação advém do facto de que os territórios não povoados eram fáceis de conquistar pelos Mouros, já que não havia neles qualquer tipo de resistência. Em consequência da sua habilidade política (em contraste com os desaires militares) D Sancho I restaurou as finanças da coroa e promoveu a cultura, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi no seu reinado que se assistiu ao





surgimento de um diferendo com a Santa Sé e com o Bispo de Coimbra. É atribuída, hoje em dia, a D. Sancho I a autoria da mais antiga cantiga de amigo dos Cancioneiros. D. Sancho I morreu no dia 26 de março de 1211 em Coimbra, deixando como herdeiro do trono seu filho D. Afonso II.

Em 1464, a pedido do 2º Duque, D. Fernando, Bragança recebe de D. Afonso V, o foral de cidade. A partir de então a terra cresceu depressa.

Dentre as lendas mais antigas da cidade está a da visita de S. Francisco de Assis que, aqui parou quando ia em peregrinação a Compostela, e fundou o mais antigo convento franciscano em Portugal. O Santo de Assis nunca veio à Península, mas é muito verosímil que o convento franciscano de Bragança esteja relacionado com um albergue para peregrinos de Compostela, que já existia no séc. XII. Essa função de escala no Caminho de Santiago pode ajudar a compreender a fixação de uma importante colónia de judeus, cuja atividade foi decisiva para o desenvolvimento económico da região.

A paisagem é rude e bravia, e numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguado. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e nos séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro manufator de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo.

Noutro extremo menos agradável, a Inquisição mostrou-se particularmente ativa em Bragança. Vitimou ao todo 734 artesãos segundo os números averiguados pelo sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil artesãos) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais bem demonstrada pela presença ativa do *Parque Natural de Montesinho*

PARQUE NATURAL DE MONTESINHO <http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html>

Com uma superfície de 75 000 hectares e nove mil habitantes, Montesinho é um dos maiores parques naturais do País. Criado em 79, é também um mundo a (re)descobrir por diversíssimas razões: pelas pessoas, pela fauna e flora, pelo património construído. O Parque Natural de Montesinho situa-se no "limite" Nordeste de Portugal, englobando a área das serras de Montesinho e Coroa, portanto a parte norte dos Concelhos de Bragança e Vinhais. A região é caracterizada por uma sucessão de formas arredondadas, aqui e ali separadas pelos vales de rios profundamente encaixados. As altitudes extremas são: 438 metros nas águas de Sandim, no leito do rio Mente, e 1481 metros na Malhada da Cova, na serra de Montesinho. Os rios mais importantes são, na parte ocidental, o Mente e o Rabaçal, na central, o Tuela e o Baceiro, e, na oriental, o Sabor e o Maçãs. A Serra do Montesinho dá ao nome ao Parque que encerra uma paisagem grandiosa, serena e, muitíssimo bela.

Os terrenos são predominantemente xistosos, tendo no entanto expressão afloramentos de rochas básicas, alguns afloramentos de calcários, nomeadamente em Cova de Lua e Dine, e manchas graníticas na parte superior da serra de Montesinho e nos Pinheiros. Para apreciar superfície tão rica e bela, convém dispor de uma viatura e de alguns dias livres. A rede de estradas que atravessa o Parque é bastante boa, cruzando todo o tipo de paisagens e locais.

Clima - Sob o ponto de vista climático a região situa-se na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto, aspetos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales dos rios Mente e Rabaçal, e na parte ocidental, e junto a Gimonde e Quintanilha, na parte oriental. O regime das chuvas é o mesmo em toda a área, apresentando a característica mediterrânica de chuvas na estação fria. De uma maneira geral a área é caracterizada por invernos frios e longos e verões curtos e quentes, daí o ditado popular «Nove meses de inverno e três de inferno».



Como Ir: De Lisboa ou do Porto pela A1, pelo IP4 em direção a Bragança. Da Zona Centro, apanhe a N102 em Celorico da Beira até Macedo de Cavaleiros e depois o IP4 até Bragança.



O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois peregrinou pela cidade para voltar a ser reposto e reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à *Catedral Velha*, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade. Da Rua Direita, subindo pela “Costa Grande” entramos no labirinto da *Cidadela* onde as ruas têm um aspeto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa “A Porca da Vila,” um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal. A escultura representa um animal do tipo da famosa Porca de Murça.

Depois de vista a *Domus Municipalis* de datagem e fins indefinidos, devemos parar a admirar as janelas góticas da *Torre de Menagem*, onde existe hoje o valioso Museu Militar. Não vos falarei hoje aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre *Museu Abade de Baçal* <http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt> que aguarda a vossa prolongada visita. Fundado em 1915, o Museu do Abade de Baçal encontra-se instalado no edifício do antigo Paço Episcopal de Bragança. O acervo do museu integra na sua origem as coleções de arqueologia e numismática do Museu Municipal e peças do recheio do Paço Episcopal. A este fundo inicial foram-se somando dádivas de amigos e artistas, entre os quais se contam na década de 30, as de Abel Salazar e da família Sá Vargas, nos anos 50, o legado Guerra Junqueiro e no início de 60, o de Trindade Coelho, que enriqueceram o museu com coleções de pintura, desenho, escultura, ourivesaria civil e mobiliário.

Outra das lendas diz que foi a 50 metros do Museu, na Igreja de S. Vicente, que se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal. Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas em barro de habitações da região ou das máscaras de madeira típicas de tantas festas transmontanas e aqui disponíveis como tiveram decerto oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes. Por fim, esqueçam as dietas e degustem a ótima cozinha regional, como mais tarde iremos todos comprovar.

Estamos aqui para juntos fazermos ouvir a nossa voz, para que Bragança seja uma terra onde se congregam esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes. Convém então, porque o tempo urge, lutar por uma política efetiva de língua para defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria.

Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem, e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Além dos tratos de polé que a língua sofre nos meios de comunicação social portugueses, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação em tempo real. Temos o que merecemos, porque à flácida e ignorante exigência a sociedade responde com o mediatismo, o espetacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma convívência. Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância. Confundimos quase sempre a esperteza com inteligência sem distinguir a demagogia e o populismo das políticas sérias e profícuas. Raramente usamos ideias próprias mesmo quando as temos, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. À falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parolo e deleitamo-nos com um falso *jet set* que nem é *jet set*.

Este colóquio, como pedrada no charco que pretende ser, visa alertar-nos para a existência duma segunda língua nacional que mal sabemos que existe e cujo progresso é já bem visível em menos duma década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram. Visa alertar-nos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de vós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobramos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Para tal importa reformular grande parte dos cursos que hoje proliferam pelo país sem qualquer contacto com a realidade do mundo da tradução e interpretação. A atual crise portuguesa não é meramente económica mas reflete uma nação em crise, dos valores à própria identidade ilustrada pelo seu falar. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer.

Num país em que falta uma visão estratégica para uma verdadeira POLÍTICA DA LÍNGUA, onde o uniformismo é a regra de referência, a competição é uma palavra tabu, onde o laxismo e a tolerância substituem a exigência e a disciplina, e a posse de um diploma superior constitui ainda uma inegável vantagem competitiva, continua a grassar a desresponsabilização. Os cursos estão desajustados ao mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas, existem cursos a mais, e ao contrário do que muitos dizem Portugal não tem excesso de licenciados mas sim falta de empregos. Mas será que falam Português?



Recentemente o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia “O Português parece-me que tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba. Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças – tal como todas as outras – e não se devem opor impensadamente a este processo. Banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas – incluindo Português – e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso. A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas. O que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas.” Posteriormente manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de línguas aborígenes e espantado pelo desenvolvimento de outras contactei aquele distinto linguista. Sabendo como o inglês destronou línguas em pleno solo do Reino Unido, tal como ele afirma para os casos do Cúmbrico, Norn e Manx, perguntei-lhe qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo eram cada vez mais baixos, dizimados por falantes ignorantes, escribas, jornalistas e políticos. A sua resposta (março 2002) pode-nos apontar um de muitos caminhos.

Diz David Crystal: *“As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto é, sem dúvida, a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românicas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que alguns dos anglicismos que os Franceses tentam banir atualmente derivem de Latim e de Francês na sua origem.*

*Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. A realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.*

*Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como, por exemplo, debati no meu livro Language Death. Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substituiu o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção. Existe de facto uma necessidade de haver uma POLÍTICA DA LÍNGUA, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.*

*Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afetaram as línguas minoritárias de igual modo.”*

Por partilhar esta opinião do professor David Crystal espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a [Lusofonia e todas as suas diversidades culturais](#) sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.

Chrys Chrystello MA ©2004

---

## 6. SINOPSES, BIODADOS E TRABALHOS FINAIS





### **1. AMADEU FERREIRA, UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**Amadeu José Ferreira**, natural de Sendim, concelho de Miranda do Douro, 54 anos.

Mestre em direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, professor auxiliar convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde rege a cadeira de Títulos de Crédito e Valores Mobiliários.

Vogal do Conselho Diretivo da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Tem várias publicações na área do direito e da língua mirandesa (estudos, poesia, prosa, teatro, tradução).

É presidente da Associação de Lhéngua Mirandesa, coordena a página, em mirandês, do Jornal Nordeste "Tierra Giente i Lhéngua" tem ensinado língua e cultura mirandesa em diversos cursos.

#### A LÍNGUA MIRANDESA: DA DIVERSIDADE À UNIDADE E A SUPERAÇÃO DO COMPLEXO DE PATINHO FEIO.

##### I. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A diversidade da língua mirandesa é um dos principais aspetos em que se manifesta a sua riqueza. Essa diversidade é pouco conhecida e está pouco estudada com rigor. Essa diversidade, porém, em nada atenta contra a unidade da língua mirandesa, essencial ao seu desenvolvimento. É importante traçar os contornos dessa unidade para que aquela riqueza diversa não seja beliscada.

No seu percurso, a língua mirandesa não se tem mantido estática. Evoluiu, como qualquer realidade que está viva. Importa ter presentes os contornos dessa evolução e incentivá-la. Ao longo desse percurso, os próprios mirandeses têm vindo a alterar a sua perceção da própria língua e a consciência linguística. É importante passar em revista essas concepções dos falantes sobre a língua mirandesa e verificar até que ponto têm sido um obstáculo ao seu desenvolvimento e podem prejudicar a sua subsistência.

Quando, em 1882, José Leite de Vasconcellos descobriu o mirandês e o deu a conhecer ao mundo, deparou com uma realidade: uma visão negativa dos próprios falantes relativamente ao valor da sua própria língua, uma espécie de complexo do patinho feio.

Quando, no verão de 1883, visita pela primeira vez a Terra de Miranda, aquele autor descobre algo que é inerente ao próprio ser da língua mirandesa: a diversidade de uma língua exclusivamente oral, moldada ao longo de séculos por inúmeras e diversificadas influências, e acantonada dentro de cada aldeia.

: [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)



Quer um quer outro destes aspetos foram sendo, posteriormente, valorados e aprofundados por outros autores de modo diverso. Como dados objetivos que são, apresentam uma evolução muito particular de então para cá, já lá vai mais de um século. É à análise daqueles dois elementos e à sua evolução que dedico a breve reflexão que se segue, procurando, por um lado, pôr em destaque a diversidade da língua mirandesa e os caminhos de unidade que tem vindo a trilhar, e, por outro, atender a algumas das manifestações que mostram uma conceção negativa dos próprios falantes quanto à sua língua, noutras palavras, procuro indagar até que ponto os mirandeses ultrapassaram o complexo de patinho feio que tem marcado a sua relação com a própria língua.

## II. DA DIVERSIDADE À UNIDADE

### 1.

José Leite de Vasconcellos fez a sua mais desenvolvida investigação sobre o mirandês em Duas Igrejas porque daí era natural o seu discípulo Branco de Castro, isto é, por mero acaso e não devido a uma escolha previamente programada, de acordo com critérios que lhe permitissem, por exemplo, ir em busca dos falantes do melhor ou do verdadeiro mirandês.

Com efeito, nunca José Leite de Vasconcellos se pôs o problema que, de vez em quando, parece atormentar algumas pessoas: onde se fala bem o mirandês? Existirá um sítio onde se fala melhor mirandês que nos restantes? A pergunta, apesar de infantil, tem sido feita, esquecendo que a língua é um facto das pessoas e das sociedades e não uma entidade quimicamente pura, forjada em laboratório. Reflete vivências específicas, encarna uma história diversa, sofre influências distintas. A diversidade é a natural maneira de ser de uma língua, seja ela qual for. Assim, a única atitude séria a adotar é respeitá-la, que o mesmo é dizer, respeitar as pessoas que a falam. À pergunta, onde se fala bem mirandês, a resposta só pode ser: onde se fala mirandês, fala-se bem mirandês. Esta atitude de respeito é um pressuposto essencial de que devemos partir para uma abordagem séria de qualquer língua.

### 2.

Muito cedo, José Leite de Vasconcellos detetou esta diversidade, de aldeia para aldeia. As próprias pessoas das aldeias, de todas as aldeias, sempre tiveram consciência dessa diversidade e dela procuraram fazer motivo de chacota, assentes numa convicção muito simples: nós é que somos os bons falantes. A diferença podia ser uma só palavra, um som, mas bastava para os propósitos pretendidos. No entanto, nem por isso deixavam de usar a sua língua nos contactos entre eles e a forma como o fazem permite-lhes, quase sempre e de modo imediato, identificar a origem do interlocutor. Enfim, nada que, a uma escala mais ampla, não se passe com o português ou outras línguas.

A atitude daquele sábio foi respeitar essa diversidade, registando-a e estudando-a. Apesar dos avanços feitos, o estudo dessa diversidade encontra-se ainda por fazer com a devida profundidade. É interessante a esse respeito o trabalho de recolha efetuado por Duarte Martins na aldeia de Malhadas, já publicado no bonito livro “Bozes de I Praino”. Um exemplo a seguir noutras localidades, de modo sistemático.

Deixemos clara uma ideia: a diversidade é uma riqueza extraordinária da língua mirandesa. Por isso nada deve ser feito para impedir a manutenção dessa riqueza, nos mais diversos modos do seu uso oral ou escrito. Deve, porém, ficar bem claro o campo onde essa diversidade deve ceder o passo à unidade: a ortografia, essa espécie de *design* em que uma língua se materializa e com que se apresenta.

### 3.

Apesar da diversidade verificada de aldeia para aldeia, José Leite de Vasconcellos procurou agrupá-la por grandes áreas com características próximas, tendo adotado para o efeito um critério externo, de natureza geográfica. Assim, distinguiu entre: o mirandês do Norte ou raiano; o mirandês do Centro; e o mirandês do Sul ou sendinês. Depois dessa classificação e da descrição, desigual, das principais características de cada uma das zonas alguns estudos se fizeram, sem no entanto se considerar que os existentes sejam suficientes e devidamente aprofundados.

Em lado algum dos escritos de José Leite de Vasconcellos se diz que há mirandês mal falado, nem os seus estudos vão nesse sentido. Porém, alguns têm interpretado a sua observação das diferenças e das parecenças entre variedades como uma definição de “bom mirandês”, de facto inexistente. Por isso, desde muito cedo se tentou uma exclusão dos que, supostamente, falam mal em relação ao que falam bem, em nome de uma pureza que se procura manter e que não pode ser adulterada. Como se os estudos feitos por José Leite de Vasconcellos fossem um ato fundante da língua em vez do povo que a fala e a sua história. Porém, foi o próprio sábio da Ucanha o primeiro a alertar para a necessidade de estudos que aprofundassem os por ele efetuados.



Algumas pessoas, em vez de estudarem a realidade, tomam como realidade o que foi descrito por José Leite de Vasconcellos, num certo sentido se produzindo em relação ao mirandês o chamado “feito Rio de Onor”, como lhe chamou Joaquim Pais de Brito (BRITO, 1996, 19), isto é, toma-se como essencial realidade a que resulta dos trabalhos de José Leite de Vasconcellos em vez de se estudar a realidade em si mesma. É óbvio que aquele sábio nenhuma culpa tem deste uso que é dado à sua obra.

#### 4.

Verificada a diversidade, apesar de necessitar ser melhor descrita e estudada, coloca-se o problema da unidade, capaz de, a um tempo, manter essa diversidade e que permita à língua aparecer como uma língua una, elemento essencial da sua subsistência e desenvolvimento. De entre os vários instrumentos de unificação vou abordar um deles, que me parece essencial: o caminho da unidade pela escrita.

Se repararmos na primeira fase de escritores mirandeses, verificamos que a maioria é constituída por escritores da zona do mirandês raiano, se excetuarmos o próprio José Leite de Vasconcellos, que reflete sobretudo o mirandês de Duas Igrejas, tal como Francisco Brandão, de Cércio, embora este escreva por interposta pessoa. Com efeito, nos anos 90 do século XIX encontramos como principais escritores de mirandês o abade Manuel Sardinha e o reitor Francisco Meirinhos, ambos de São Martinho de Angueira, e Bernardo Fernandes Monteiro, da Póvoa.

Apesar da origem e características do mirandês destes escritores, José Leite de Vasconcellos não deixa de os utilizar com frequência para ilustrar a sua gramática, chegando a pedir a Bernardo Fernandes Monteiro para rever textos seus em mirandês. Assim, desde o início, o mirandês é apresentado através dos seus textos sob um signo de unidade, apesar da falta de norma ortográfica então existente e das variantes de mirandês em que cada um deles poderia ser incluído. O reduzido número de pessoas que sabiam ler e escrever não permitiu que esta unificação fosse muito longe. Mas ficou a sua prova.

#### 5.

Ao longo de quase todo o século XX são fundamentais dois escritores mirandeses: António Maria Mourinho e Manuel Preto. O primeiro significa a entrada da variedade sendinesa na escrita do mirandês e o segundo mantém a tendência anterior para uma prevalência de escritores da variedade raiana do mirandês, uma vez que o padre Manuel Preto era natural de São Martinho de Angueira.

Embora a forma adotada por António Maria Mourinho seja a correspondente ao mirandês central, nomeadamente quanto ao uso de *lh* em início de palavra e dos ditongos crescentes, seguindo José Leite de Vasconcellos, único modelo então disponível, uma análise atenta da sua obra mostra que o essencial do seu léxico e a sintaxe que utiliza são tipicamente sendinesas, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer e do que alguns têm escrito ou apenas dado a entender. O estudo da obra de Manuel Preto e de António Maria Mourinho nesta perspetiva está por fazer, mas a prática da escrita por estes dois autores maiores aprofunda de modo decisivo os caminhos de unidade do mirandês, representando uma conquista que não admite recuo. Esta é uma lição que me parece nunca ter sido devidamente salientada até ao presente.

#### 6.

A partir do fim do século XX, na década de 90 e em particular após a lei nº 7/99, a escrita do mirandês começa a generalizar-se progressivamente. O problema da escrita coloca o problema dos leitores: não há leitores se não houver quem escreva e, em certa medida, a escrita é incentivada pela existência de leitores. Dá-se, então, um salto qualitativo: da escrita para mera memória futura, prevalecente com José Leite de Vasconcellos e António Maria Mourinho, passa-se a uma escrita viva que pretende ser lida. Passa a haver leitores que exigem a escrita e documentos de apoio à sua aprendizagem. Hoje temos escritores de mirandês, oriundos de todas as suas variedades, e a convivência entre elas tem-se vindo a aprofundar, trilhando um caminho de unidade que é já património inalienável da língua mirandesa e dos mirandeses. Tudo isso sem que a ninguém tenha sido necessário abandonar as diferenças que caracterizam a variedade linguística em que se insere.

#### 7.

A Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa surge como pressuposto essencial da unificação. Ela contribui decisivamente para a unificação da língua. Embora a unificação total ainda não tenha acontecido, creio que não devemos sobrevalorizar a diversidade ainda existente. Em Portugal até há bem pouco tempo a variação na escrita era enorme e só com a generalização da imprensa e, sobretudo, do ensino é que essa unificação se conseguiu. Não creio que isso tenha trazido graves problemas à língua. O mesmo se passa com a língua mirandesa. Subsistem algumas diferenças, mas creio que chegou a altura de serem encaradas naturalmente e não serem sobrevalorizadas. Não creio que um acento circunflexo, é isso que está em causa, seja suficiente para por em causa a unidade e o caminho de unificação da língua mirandesa. Chegados ao ponto a que chegamos, o essencial não passa por aí. O essencial é que ninguém seja excluído, o essencial que não se permita que alguém creia transformar o secundário em essencial. Deixemos que o tempo, a continuidade da discussão e o assentar de alguma poeira possam realizar o seu trabalho.

#### 8.

Até há bem pouco tempo escrever em mirandês era uma curiosidade a poucos reservada. Felizmente, embora ainda em pequeno grau, a escrita do mirandês tem-se vindo a generalizar, num certo sentido podemos dizer banalizar, assim como a leitura de textos em mirandês. De certo modo vai-se tornando uma forma banal e normal de comunicar. Para





esse efeito muito tem contribuído o desenvolvimento do ensino, mas em particular o aparecimento regular de textos em mirandês, nomeadamente em vários órgãos de comunicação social. A multiplicação deste tipo de textos, escritos por pessoas com formação muito diversificada, é um caminho a seguir quer na unificação do mirandês, quer no trazer de novos escritores e leitores para a língua mirandesa.

9.

Penso que neste momento estamos em condições de continuar um caminho de unificação ortográfica que preserve a diversidade e permita, até certo ponto, a sua identificação. O surgimento recente de um extenso vocabulário, elaborado pelo Sr. Padre Moisés Pires, embora mais orientado para a variedade específica do mirandês raiano e, em particular, da aldeia de Ifanes, bem como o início de publicação de um dicionário de mirandês que pretende abranger todas as variedades do mirandês, são contributos essenciais para a unificação do mirandês. Creio que este é um caminho que ajudará a prestigiar a língua mirandesa, apesar de alguma diversidade de escrita, pois, sendo um problema, não creio que o desenvolvimento e subsistência da língua mirandesa dependam de um acento circunflexo a mais ou a menos. Não sermos capazes de conviver com a diversidade que a língua mirandesa comporta, resultado de uma longa história, será um sinal claro da nossa menoridade. A leitura que faço do caminho percorrido, leva-me a concluir que a maturidade dos mirandeses tem vindo a saber ultrapassar este problema que nunca é fácil de ultrapassar e que tem enredado muitas línguas minoritárias em situações que não deixam olhar o futuro.

III. CAMINHO PARA UMA CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA DE LÍNGUA PRESTIGIADA

1.

A descoberta da língua mirandesa por José Leite de Vasconcellos dá-se, numa primeira fase, através do seu encontro, em 1882, com o estudante, natural de Duas Igrejas, Manuel António Branco de Castro, que o convidou para passar as férias do verão de 1883 em sua casa. É interessante recordar o espanto de Branco de Castro perante o entusiasmo de José Leite de Vasconcellos, que assim relata o encontro:

*Branco de Castro, reclinado sobre a cama, no seu pequeno quarto de estudante, recitava vocábulos, conjugava verbos, declinava nomes; eu, sentado numa cadeira ao pé, ia apontando fervoroso tudo o que lhe ouvia, e que para mim era como aquellas maçãs de ouro que, segundo um conto popular bem conhecido, saíam da bôca de uma virgem bem fadada, quando fallava ao seu noivo.*

*Num quarto vizinho estavam alguns estudantes tocando guitarra (...); os estudantes interromperam a musica e vieram ouvir. Ao contrário de Orpheu, que, ao som da sua lyra, arrastava os penhascos e fazia parar os rios, aqui a musica cedia ao encanto da lingoa de Miranda! Isto constituia de facto uma novidade para os estudantes, que não sabiam que em Portugal se fallava outra lingoa além do português de Bernardes e Garrett. O mais encantado, porém, era eu. Com certeza não se escutavam com maior atenção os oraculos de Apollo em Delphos, ou os de Zeus em Dodôna, do que eu as palavras que o meu Branco de Castro proferia, sereno e resignado, deante de mim.*

*Dizia elle a principio: - "Isto é uma giria de pastores, uma fala charra, não tem regras, nem normas!". Mas, quando eu lhe mostrava que as correspondencias d'ella com o latim era certas, que a conjugação seguia com ordem, - elle pasmava, e admirava-se que entre os cabanhaes Genizio, e em meio dos huertos de Ifánez se pudesse ter feito cousa tão regular como era a lingoa que velhos cabreiros lhe haviam ensinado em pequeno. E tambem se enthusiasmava, e começava comigo a venerar esta desherdada e perdida filha do latim. Subia então ao auge o seu espanto, quando, não se lembrando casualmente de um vocábulo, ou não lhe acudindo logo á memoria a flexão de um verbo, eu lh'os indicava teoricamente, apenas baseado nas leis que pouco a pouco ia deduzindo dos factos observados. (VASCONCELLOS, 1900, 4-5).*

José Leite de Vasconcellos aponta claramente a razão de concepções com a de Branco de Castro: "tinha-se perdido o fio à história daquela "desherdada e perdida filha do latim". (vd. FERREIRA, 2004). É esse fio da história que importa retomar e explicar cada vez de modo mais claro, removendo a poeira e o ruído que séculos de história foram acumulando.

2.

O contraponto às concepções de Branco de Castro, que na altura seriam as mais generalizadas, é-nos dado pelo abade Manuel Sardinha e por Bernardo Fernandes Monteiro. O abade Manuel Sardinha, em carta que dirigiu a José Leite de Vasconcellos em 1882 diz o seguinte da língua mirandesa (VASCONCELLOS; 1882, 11):

*"... You mesmo, que sei bien este dialeto, solo agora, grácias al buosso bun eisemplo, i tamien al bun gusto que m'apequestes, ampeço a descubrir filones d'ouro nesta antressantíssima lhéngua, que se ten cunserbado stacionária, como las gentes senzielhas que la fálan, Dius sabe quantos seclos habrá yá. I todo esto debemos nusoutros, los anfelizes mirandeses, a los gobiernos paternales de l rei nuosso senhor, que siempre nos há despreziado, i a los sábios nun menos paternales de las nuossas academias, que nin sequiera sáben de la eisistêcia de tal mina, esto ye, de tal lhéngua. Bergonha aterna a todos eilhes!..."*

Qualquer comentário parece-me desnecessário.

Já no que toca a Bernardo Fernandes Monteiro a sua concepção resulta sobretudo da sua atitude. Com efeito, num breve espaço de tempo deixa-nos uma tradução integral de Os Quatro Evangelhos e excertos de uma Epístola, bem como traduções de poemas de Camões, de um conto de Manuel Ferreira Deusdado, de poemas populares e algumas histórias originais. Como referiu José Leite de Vasconcellos quer um quer outro dos dois autores tentou dar ao mirandês foros de língua literária (VASCONCELLOS; 1900, 31).

A atitude geral, já acima ilustrada com a postura de Branco de Castro, fica bem expressa nos receios que o Padre Manuel Preto expressa nestes versos, ditos em público:

*You sinto mie alma an pena*



COLÓQUIOS DA LUSOFONIA 2004 Bragança

*Cula gana de cantar,  
Cumò ua spiga chena  
Chora por se zgranar!*

*You tengo no coração  
Uas ánsias d'agonia  
Uas fúrias de lion,  
De cantar nesta oucajon  
Mas temo que l mundo se ria!*

*Temo-me de algum abuso!  
Mas you digo cousas sérias,  
Anque dígan que l çcurso  
Nun passa de quatro lérias!*

*You temo las gargalhadas  
D'oubir falar mirandés!  
Las tachas arreganhadas,  
Las bielhas canhas rachadas*

*Que stan siempre purparadas  
Para cantar d'alrobés!  
Para cantar d'alrobés,  
La solfa de las risotas  
Para cantar d'alrobés  
Cumò s'un samartinés  
Nun fura bien portugués  
De l chapéu até las botas!*

*Temo l mirar todo mal  
Al toque de la galhofa!  
La nuossa tierra, afinal,  
Ye um cacho de Portugal  
Que nun merece la mofa!*

*Temo abaneis la ceranda  
Cuidando que l trigo ye broça,  
Cumò se l ir a Miranda  
Fura «mira la sé i anda»  
Dito assi cun air de troça!*

3.

Vem de muito longe o movimento que visa impor o português como língua única de Portugal. Esse movimento ganha força sobretudo no século XV, altura em que a maioria dos nossos escritores se expressava tanto em castelhano como em português (TEYSSIER, 1980, 71), o que deu origem à queixa amarga de António Ferreira (FERREIRA, 1528 – 1569):

*Renova mil memórias,  
língua aos teus esquecida,  
ou por falta d'amor ou falta d'arte;*



*sê para sempre lida  
nas portuguesas glórias,  
qu'em ti a Apolo honra darão, e a Marte.*

*A mim pequena parte  
cabe inda do alto lume  
igual ao canto: o brando Amor só sigo,  
levado do costume.  
Mas inda em alguma parte  
- Ah, Ferreira – dirão –, da língua amigo!*

É por essa altura que se desenvolve um poderoso movimento a favor da língua portuguesa, que também na Terra de Miranda teve grande reflexos através das Constituições dos bispos da altura que impuseram o rezar em português. Como refere Elsa Maria Branco da Silva

*"No século XV a língua vernácula sofre uma valorização inquestionável em face da língua latina, como o provam as diferentes traduções que entretanto vão sendo feitas. Este fenómeno de publicação e de divulgação de obras em linguagem tem de ser interpretado como consequência da necessidade de afirmação da língua vernácula, pois temos a certeza que neste período de finais da Idade Média se começava a alargar o conhecimento do latim" (SILVA, 2001, 74).*

É dentro deste movimento que devem ser integradas as *Constituições Sinodais do Bispado de Miranda*, de 1563, elaboradas por D. Julião D'Alva, 3º bispo de Miranda, que prescreviam:

*"Mandamos a todos os abbades, priores, reitores, curas & capellães deste nosso bispado, que cada um em suas ygrejas, assi nas matrizes como nas annexas, ponham em hua taboa bem concertada hua folha que agora mandamos imprimir, em que se contém a doutrina christã: a qual estará pendurada de hũa cadea posta nas grades ou paredes das ditas ygrejas em altura conveniente: por que todos os que quiserem possam nella ler e aprender a dita doutrina, e pola mesma taboa a possam os ditos curas ensinar". Os párcos deviam ensinar os moços de 5 a 12 anos "muy de vagar, em voz alta e intelligível, de maneira a que de todos possa ser entendida". (in VASCONCELLOS, 1900, 155).*

Porém esse movimento levou o seu tempo a dar frutos, nomeadamente devido ao grande "complexo de inferioridade linguística que tinha produzido no povo português a anexação subordinada à monarquia espanhola", mais uma vez se confirmando que "os povos submetidos sacodem mais depressa o jugo das armas do que o jugo da língua" (VÁSQUEZ CUESTA, 1986, 151-152). O caso na Terra de Miranda teve características próprias dadas ser terra de fronteira, mas a imputação de língua inferior atribuída ao mirandês ter-se-á verificado quer face ao português quer face ao castelhano. Também nos dão uma ideia negativa da língua mirandesa, Severim de Faria (1609) e Contador de Argote (1725). Diz este referindo-se aos falares raianos:

*Há alguns (dialetos) de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal, que são muyto barbaros, e quasi que se não pòdem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica daquelles lugares.*

Ainda no início do século XX, um visitante de Miranda diz sobre a sua língua:

*A região mirandesa com as suas aldeias de casario sujo e lobrego, mas muito unido, não tem sequer uma estrada de macadam que a ligue ao resto do paiz. Os seus habitantes, cujo typo anthropologico é vigoroso e moreno, estão, pois, sequestrados a todo o convívio do progresso, o que os mantem na ignorancia, na superstição e na rotina. (...) O homem de Miranda falla un dialeto proprio, que dá a impressão d'uma hybrida mistura de castelhano e portuguez, vasados no mais vicioso e corrupto plebeismo. (MONTEIRO, 1911, 2-3).*

Já mais perto de nós, e a título de exemplo, recorde-se ainda a alcunha de *palhanços* aplicada aos mirandeses pelos trabalhadores que vieram para as barragens do Douro, nos anos 50 do XIX, indicadora de desprezo por quem, segundo eles, não sabia falar. Os exemplos poderiam continuar, mas são sobejamente conhecidos. Em conclusão, todo este ambiente, ao longo de séculos deu os seus frutos e acabou por produzir em muitos mirandeses um sentimento de inferioridade em relação à sua língua e a que eu chamo o complexo de patinho feio. Estará esse complexo ultrapassado? Como se manifesta nos dias de hoje, numa altura que já não é popular a assunção nua e crua daquele complexo? Terá ele desaparecido ou apenas se tem vindo a travestir com manifestações mais subtis?

#### 4.

As concepções relativas a uma certa ideia de inferioridade da língua mirandesa estão vivas, têm manifestações diversas e têm variado com os tempos. Vou apenas enumerar algumas delas, que não são as únicas e podem nem ser as mais importantes:





- A sua redução a uma língua rural;
- A ideia de que a língua está a morrer, bastando deixar algo para memória futura;
- A ideia de que tem um vocabulário tão limitado que não pode ser usada com eficácia em situações normais da vida;
- A ideia de que não deve ser usada para tratar temas abstratos, para falar de filosofias;
- A ideia de que a língua não se aprende, mama-se;
- A ideia de que a língua mirandesa não pode ser uma língua de doutores.

##### 5.

Uma primeira manifestação tem a ver com a tentativa de confinar a língua ao campo: seria uma língua rural, próprias de agricultores tradicionais, já não dos modernos, incapaz de entrar por outras áreas de atividade, de assentar arraiais na cidade. Esta manifestação tem procurado o seu alicerce numa expressão de José Leite de Vasconcellos que afirmou ser a língua mirandesa a língua do trabalho e do amor. Ora José Leite de Vasconcellos fez aquela afirmação como resumo da situação existente no tempo em que ele estudou a língua mirandesa, no último quartel do século XIX. Tratou-se da enunciação de um facto. Foi também assim que António Maria Mourinho entendeu essa afirmação:

O meio em que esta linguagem nasceu e se desenvolveu, foi sempre de plena rusticidade ou vida agropecuária dos seus habitantes, lavradores, boieiros e pastores, e foi sempre e apenas língua falada e não escrita – a “língua do campo, do lar e do amor, como lhe chamou Leite de Vasconcellos até os fins do século XIX na sua última década, em que começou a ser cultivada por alguns mirandeses mais ou menos letrados. (MOURINHO, 1993, sublinhado meu).

Numa pirueta capaz de provocar calafrios na espinha do ilustre estudioso alguns têm entendido aquela afirmação como a afirmação de uma essência da língua e, como tal, inultrapassável sob pena de a língua ser totalmente adulterada. O Padre Moisés Pires, na apresentação do seu Vocabulário deixa bem expressa a ideia de que uma língua está sempre a mudar: “*La Fala, feita de palavras, que múdan culs tiempos i culas gientes*” (PIRES, 2004).

António Maria Mourinho, num escrito recente observou de modo certo, que o caminho normal da língua mirandesa é o de se tornar uma língua escrita e culta:

*O futuro da Língua Mirandesa (só Deus o sabe!) mas pelo interesse que já o povo aldeão e culto vai criando por ela, poderá deixar de ser língua falada, mais cedo ou mais tarde, e passará também a ser língua escrita e culta.* (MOURINHO, 1993).

##### 6.

Uma segunda manifestação é mais subtil e prende-se com a afirmação de que a língua está a um passo da sua morte e, portanto, tudo o que for feito deve ser condicionado por esse fim. Desde as posturas puramente quietistas até outras mais elaboradas há de tudo um pouco. A mais conhecida tem a ver com a literatura mirandesa: mais que uma verdadeira literatura importa escrever textos que sejam um registo para memória futura, quando a língua já tiver morrido. Tal conceção foi claramente assumida por José Leite de Vasconcellos e, mais tarde, por António Maria Mourinho (MOURINHO, 1961, V), embora me pareça que, neste autor, foi sobretudo uma posição de juventude, pois em textos posteriores aponta em sentido inverso. Não quero no entanto deixar a ocasião sem notar a contradição entre as palavras de José Leite de Vasconcellos e a sua prática: tinha em suas mãos a tradução integral de *Os Quatro Evangelhos*, feita por Bernardo Fernandes Monteiro, no entanto preferiu publicar algumas traduções suas em vez de uma obra que teria sido fundamental para o mirandês. Enfim, os grandes homens também sucumbem às suas pequenas vaidades, e não é por isso que deixam de o ser.

##### 7.

Uma terceira manifestação tem a ver com a afirmação de que a língua mirandesa tem um vocabulário tão limitado que não pode ser utilizada com êxito em contextos tão normais da vida como, por exemplo, namorar. O exemplo mais acabado desta conceção retiro-o do livro de Abílio Pires *O Silêncio das Pedras*, que é um importante repositório da vida de uma aldeia mirandesa, em concreto Constantim, nos 50 e 60 do século passado. Assim, presto aqui a minha homenagem ao meu amigo Abílio Pires, que compreendeu bem a importância e valor do mirandês:

*Era o falar, esse mesmo falar, rude e desgracioso que deitava por terra todos os disfarces, porque as pessoas de cultura modesta – que eram quase todas – outra forma não conheciam de exprimir as suas ideias além do uso da língua que lhes deu o berço e lhes ensinou a dar nome às primeiras coisas.*

*Quem quisesse ganhar importância e prestígio não deveria expressar-se em Mirandês. O dialeto era sinónimo de parolice, próprio de quem não dominava o falar das pessoas elegantes. Deveria falar fidalgo, tal como os naturais da cidade de Miranda.*

*Tempos virão talvez em que as gentes estudiosas doutras paragens nos hão de visitar para escutarem o nosso falar e reconhecerão que se trata dum valor cultural inestimável que não deve ser menosprezado e muito menos pelos seus falantes.*

*O nosso dialeto poderá não ser doce ao paladar nem melodioso aos ouvidos, mas é com ele que os homens rezam e dialogam entre si e com a terra e com os animais. É com ele também que a mãe acaricia e embala o seu menino. E o menino aprende a dizer coisas lindas que deliciam e enternecem a mãe.*

*O dialeto parece ter de facto uma tonalidade menor. É rude e pouco sonante, mas está profundamente enraizado nas gentes do concelho. Cada aldeia tem as suas variantes e faz chacota dos outros falares querendo impor-se como modelo linguístico. O Sendinês é como que um subdialeto com características próprias e é objeto de muitos gracejos.*



*É provável que a ideia da não-sonância e subalternidade do nosso falar seja mais fictícia que real. A importância dum língua parece estar condicionada à influência e prestígio das pessoas que dela fazem uso. Ou não será verdade que a classe dominante impõe aos outros as regras do seu viver, incluindo as suas normas linguísticas? E o dialeto identificou-se sempre com a gente modesta das aldeias que vivia curvada para a terra dura e afastada de todos os resquícios de modernidade. Era subestimado pelo próprio falante porque também ele se sentia pequeno quando confrontado com os fidalgos mirandeses que tudo sabiam e nas repartições oficiais eram os modernos publicanos. (PIRES, 1995, 156-157).*

Não posso, no entanto, deixar de transcrever uma passagem em que transparece de forma clara e fundamentada aquela manifestação quanto à inferioridade da língua mirandesa, supostamente por ter um vocabulário restrito:

O que sempre me pareceu deveras redutor no nosso dialeto era o seu restrito vocabulário.

Se é verdade que não há pensamento sem uma linguagem que lhe dê expressão, daqui resulta que a pobreza lexical impedia o florescimento de novas ideias e o conseqüente atrofiamento no despertar de novas formas de encarar a vida. É que as ideias precisam de ser sacudidas e varejadas e a palavra é indispensável neste processo. Ela própria já parece comportar significados ocultos que a pouco e pouco se vão clarificando. As palavras são a seiva fértil de que o pensamento se alimenta.

*Ao falante da minha terra faltavam-lhe palavras para traduzir sentimentos. Claro que podia socorrer-se de termos lusos e castelhanos, mas para isso era preciso conhecê-los e ainda assim o discurso perdía elegância e era pouco convincente. (PIRES, 1995, 157-158).*

Como pode ver-se pela conclusão do autor, o problema não era da língua em si mas das pessoas que a falavam. Eram estas que tinham um vocabulário reduzido e não a língua.

#### 8.

Similar às anteriores, também há muito a ideia de que a língua mirandesa não é adequada a tratar temas abstratos, falar de filosofias, como se diz. Não que não tenha capacidade para tal, mas porque isso redundaria na sua descaracterização. Essa ideia é claramente veiculada por António Maria Mourinho:

Não seria bom pôr esta língua ao serviço de filosofias ou abstrações subtis, embora ela tenha capacidade para as receber, definir e explicar: seria tirá-la do seu âmbito e do seu fim. Como a nossa vida é simples e ingénuo, a fala anda simplesmente ao serviço dessa simplicidade pastoril e campestre, familiar e social, só entre os quinze milhares de mirandeses. (Mourinho, 1961, VI).

E no entanto, em muitos textos que escreveu, não podemos deixar de reconhecer que António Maria Mourinho pôs a língua ao serviço de ideias filosóficas muito subtis, nomeadamente em alguns dos seus poemas. O mesmo fez Manuel Preto, nomeadamente no seu poema “Lhuç”, onde fala da maravilha que é a energia atómica, do átomo constituinte de todas as coisas:

*Todo ye feito de graninas  
Que só Dios puode cuntar.  
cada granina ye un átomo  
Cumo l costúman chamar.  
Látomo ye tan pequinho  
Que l uolho nun l puode apanhar;  
Só cun máquinas de ber  
se puode ber i studar!*

*Pus drento del, bien metidas,  
Hai tantas cousicas, tantas,  
Cumo cien bezes no mundo  
Hai personas, bichos, plantas!*

*I además, ten tanto fuorça  
Cumo d'homes un melhon!  
La lhuç que bota, tan fuerte,  
Que cega e mata num pronto  
A quien delante se pon!*



*(Perguntai-lo a dues cidades  
Que nistante fizo an cinza,  
Ambas a dues no Japon!)  
Barraiges ándan sin auga:  
L átomo las fai andar...  
Hai panes, hai batatales  
Que l átomo fai medrar...  
Barcos hai cun fuorça atômica  
Que dan seis buoltas al mundo  
Sien ser preciso parar!*

*Pensa bien: sol, lhuna, streilhas,  
Piedras i palos i gaç,  
Tierra i mar, pan, auga i bino,  
Todo ye lhuç, nada más!  
(PRETO, 1993, 134-135).*

**9.**

Uma das mais perigosas concepções quanto à dita inferioridade da língua mirandesa prende-se com a recusa de meios de transmissão da língua que não sejam a família e a comunidade. Como expressão dessa concepção diz-se: a língua não se ensina, ou se mama ou não se aprende. Numa altura em que os meios de transmissão familiares estão em crise, esta concepção contra o ensino da língua significa, de facto, a morte da língua. Trata-se de uma concepção ridícula: todas as línguas do mundo poderiam ser ensinadas nas escolas, menos uma, a mirandesa.

**10.**

Por último, não posso deixar de referir uma outra concepção que esteve em voga bem recentemente e que também significa a atribuição de um estatuto de inferioridade à língua mirandesa. Dizem que a língua mirandesa não se pode transformar numa língua de doutores, isto é, deve ser uma língua de analfabetos. Esta concepção significa excluir da família da língua todos os letrados, aqueles que a escrevem, aqueles que a estudam. O mais curioso é que são alguns doutores que têm vindo a defender esta concepção. É como se alguém, que falou toda a vida a língua mirandesa, estivesse proibido de o fazer a partir do momento em que se licenciou. Essa foi de facto a atitude de sempre da maioria dos intelectuais mirandeses ao longo dos tempos, com honrosas e contadas exceções, e os seus resultados não são nada abonatórios dos mirandeses e em nada ajudaram a língua mirandesa.

**11.**

É altura de concluir. As manifestações a que acabei de me referir e outras similares estão bem vivas e são um importante obstáculo ideológico à afirmação da língua, ao seu desenvolvimento, ao seu prestígio e, em última instância à sua preservação. Que caminhos devem ser seguidos para inverter essa tendência? Penso que a resposta é complexa e não é minha pretensão apresentar aqui um programa político. Gostaria apenas de salientar três vetores que me parecem essenciais, acrescentando-lhe um quarto como alicerce de tudo.

Assim, diria que o prestígio da língua, a sua preservação e desenvolvimento passam pela necessidade de promover, alargar e dignificar o ensino da língua mirandesa; pelo desenvolvimento de uma literatura aos mais diversos níveis, quer em termos tradicionais quer em termos de intervenção regular na comunicação social; por fim, é necessário desenvolver a investigação fundamental em torno da língua mirandesa, que leve a um melhor conhecimento. O quarto aspeto que referi como essencial parece mais simples, mas é o mais complicado de todos: é necessário que o mirandês se continue a falar, a começar na família, e que o seu uso se alargue a novas zonas e a novas entidades, inclusive as entidades oficiais. Se a língua não se falar, então tudo o resto é tempo perdido e o esforço será infrutífero. Lisboa, 15 de outubro de 2004, Amadeu Ferreira

**IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARGOTE (1725), Jerónimo Contador de, Regras da Língua Portuguesa. Citação extraída de Ivo de Castro, Curso de História da Língua Portuguesa, Universidade Aberta, 1991, p. 44.  
BRITO (1996), Joaquim Pais de, Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor, Publicações Dom Quixote, Lisboa.  
FARIA (1609), Manuel Severim, Itinerario da jornada q. fez o Sôr M.º Seuerim d'faria chantre e Cónego da See d'Euora a Miranda no anno d'1609, in Nação Portuguesa, vol. VII, fasc. XI-XII, 1933.  
FERREIRA (2004), Amadeu, "Uma mentira que foi tomada como verdade", in Mensageiro de Bragança, de 04/06/2004.  
FERREIRA (1528 – 1569), António, Poemas Lusitanos, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000  
MONTEIRO (1911), Manuel, O Douro, principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes (fac-simile da edição de 1911, Emílio Biel & Cª - Editores), Edições Livro Branco, 1998.  
MOURINHO, António Maria (AMM, 1961) Nuossa Alma i Nuossa Tierra, ed. Imprensa Nacional de Lisboa.





## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA 2004 Bragança

- MOURINHO, António Maria (AMM, 1992) "O Romance cantado no Nordeste Português", in AA.VV. Literatura Popular Portuguesa. Teoria da Literatura Oral / Tradicional / Popular, coord. de Manuel Viegas Guerreiro, ed. ACARTE / Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- MOURINHO (1993), António Maria, "Breves Notas sobre a língua mirandesa desde há cem anos", publicado com o 2º vol. dos Estudos de Philologia Mirandesa de J. Leite de Vasconcellos.
- PIRES (1995), Abílio, O Silêncio das Pedras, ed. do Autor.
- PIRES (2004), Moisés, "Dicionário de Mirandês-Português. Palavra do Autor", in Mensageiro de Bragança, de 08/10/2004.
- PRETO (1993), Manuel, Bersos mirandeses, ed. Salesianas.
- SILVA (2001), Elsa Maria Branco da, O Catecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu, edições Colibri, Lisboa.
- TEYSSIER (1980) Paul, História da Língua Portuguesa, Livraria. Sá da Costa, Lisboa, 8ª ed., 2001 (trad).
- VASCONCELLOS (1882) J. Leite de, Flores Mirandesas, Porto.
- VASCONCELLOS (1900-1901), J. Leite de, Estudo de Philologia Mirandesa, Lisboa.
- VÁSQUEZ CUESTA (1986), Pilar, A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988 (tradução do espanhol La lengua y la cultura portuguesa en el siglo del Quijote, Espasa Calpe, Madrid).



ÂNGELO CRISTÓVÃO (À DIREITA)

## 2. ÂNGELO CRISTÓVÃO, ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA PORTUGAL

ÂNGELO CRISTÓVÃO nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Licenciado em Psicologia pela Universidade de Santiago (1988), especializou-se em Psicologia Social, tendo-se dedicado a estudar os métodos e técnicas de investigação nas ciências sociais. A sua atividade no mundo empresarial não o impede desenvolver um vivo interesse pela investigação em temas e língua e cultura nacionais.

Em 1987, sendo estudante, participa no III Congresso Espanhol de Psicologia Social (Valência), com a comunicação: "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", resultado de um projeto de investigação desenvolvido na Faculdade de Psicologia da Universidade de Santiago -publicada posteriormente na revista *Agália*. No mesmo ano colabora ativamente na constituição de um grupo de investigação em sociolinguística, sendo o seu coordenador até 1990. Neste ano publica na revista *Noves de Sociolinguística* (Barcelona, Institut de Sociolinguística Catalana, da Generalitat de Catalunya) uma "Bibliografia de sociolinguística lusófona", posteriormente editada também na revista *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística* (Braga).

Em novembro de 2004 sai a lume a edição crítica (sob a sua responsabilidade) do primeiro livro em português do reconhecido sociólogo catalão Lluís V. Aracil: *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias*. (AAG-P, Braga). O texto é apresentado o dia 26 de novembro de 2004, durante a realização do *II Seminário de Políticas Linguísticas* da Associação de Amizade Galiza-Portugal, na que exerce a função de secretário. É também membro de outras associações culturais como as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, com sedes em Viana do Castelo e Ponte Vedra.

### Artigos e comunicações publicadas:

- (1988a): "Identidade linguística na Galiza espanhola", in *Nós*, nº 16-20, pp. 139-146.
- (1988b): "Uma escala de atitudes perante o uso da língua", in *Agália*, nº 14 (verão), pp. 157-177.
- (1988c): "Considerações sobre as atitudes face à língua na Galiza", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. IV-V, nº 14-20, pp. 123-127.
- (1989): "Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola", in *Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Ourense, pp. 237-254.
- (1990): "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, nº 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, nº 9, Barcelona, pp. 3-33.
- (1992): "Language Planning: Atitudes", in *Atas I Congreso de Planificación Lingüística*, Santiago de Compostela, pp. 383-400.
- (1994): "Medição de variáveis: competência e uso linguístico", in *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, *Comunicações suprimidas*, nº 2.



(2003): "Paradoxos da Galiza", *Semanário Transmontano*, 3 de julho. Na internet: <http://www.lusografia.org/paradoxos.htm>>

(2004): "Questione della lingua: introdução e bibliografia", comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 16-17-18 de setembro. Na internet: <http://www.questione.org/node/view/210> >

### O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO GIL À SOCIOLINGÜÍSTICA GALEGA

Na Galiza tem predominado, nas últimas décadas, o modelo sociolinguístico que podemos chamar do "conflito linguístico" ou da diglossia como sintoma de anormalidade. Originariamente proposto por Aracil (1965, 1966a) — que o abandonaria em 1983 com a publicação de *Dir la realitat*— e reinterpretado por vários autores, como Ninyoles, chegaria à Galiza da mão de Francisco Rodríguez com o seu *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* (1976, 1980, 1998), constituindo um livro de sucesso. A este esquema teórico atribuiu-se, desde então, duas virtudes fundamentais: ser hipótese explicativa para toda e qualquer situação de contacto de línguas e guia prático para a transformação social. A quebra deste modelo tem conduzido a um beco sem saída a múltiplos movimentos associativos de normalização linguística, não só no Fogar de Breogão.

Digna de estudo é a correlação entre os esquemas de *conflito linguístico*, a conceção do galego como *língua própria* (ILG-RAG, 1982) ou *língua por elaboração* (Fernández Rei), e a promoção de *ilusões necessárias* como a idealização do *monolingüismo social* (Mário Herrero, 1997: 10). De facto, os promotores do modelo antidiglóssico têm-se posicionado, de sempre, na arena sociológica e política do antilusismo (Francisco Rodríguez, 1980: 52-55; 1988: 47-50).

Em contraposição, o modelo que orienta a sociolinguística desenvolvida em português da Galiza durante as últimas décadas, em consonância com os delineamentos aracilianos, chamamo-lo da *língua nacional* ou do *correlacionamento diglóssico*, sendo o máximo expoente a obra de António Gil. Nucleado no conceito de língua nacional (Gil Hernández, 1986cd, 1988a), assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística (Gil Hernández et al, 1989a, 1989b), concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas (Manuel Rodrigues Lapa, 1979, 1982) e aplicando a conceção coseriuana de língua histórica (cuja primeira edição é de 1957), tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

Um dos aspetos mais atuais, esclarecidos e polémicos do discurso giliano é o do *correlacionamento diglóssico como condição de normalidade linguística*. Trata-se de uma série de quatro textos, iniciados com a publicação -em colaboração com o professor Henrique Rabunhal - de «O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a comunidade lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação», publicado em 1989 na revista Nós. A este seguiram outros três: «O correlacionamento diglóssico é condição de normalidade» (apresentado ao Congresso de Sociologia de Línguas Minorizadas); «A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de Caminhos a seguir...» (publicado na efémera revista Folhas de Cibrão, 1989), e «Diglossia, conceito ajeitado à Galiza» (1989). Estes constituíram um complemento do modelo de normalização já antecipado no seu artigo "Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza" (Temas de O Ensino, 1986).

Na verdade, frente ao habitual modelo do conflito linguístico, o modelo giliano -e, com ele, o da sociolinguística lusófona galega - inicia o caminho da análise dos problemas da língua da Galiza de um modo diferente ao habitual. Em vez de culpabilizar ao castelhano dos problemas do galego, e propor como solução a desapareição da língua de Cervantes (por arte de magia?), orienta-se *para dentro*, esforçando-se na construção da comunidade linguística lusófona da Galiza começando pelo princípio: definindo o conceito de língua e a relação que deve estabelecer-se entre o utente e o código linguístico, inserido numa comunidade transnacional que recebeu o nome de lusofonia. Dito por outras palavras: a grande mudança, o grande contributo da sociolinguística lusófona consiste em perceber e tentar resolver os problemas internos da comunidade linguística galega, em vez de eternizar-se nas queixas sobre a superioridade da "outra" língua.

#### 1. O HOMEM

O professor António Gil Hernández nasceu em Valladolid em 1941. Vindo para a Galiza em 1968, o seu interesse pela língua da Galiza foi originado na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago, onde se licenciou em Filologia em 1973, com os professores cujas obras, poucos anos mais tarde, seriam objeto dos seus estudos. Tendo ministrado aulas na Escola Universitária da Corunha durante três anos, na altura regressou ao liceu *Salvador de Madariaga*, onde continua a ministrar aulas.

O que faz especial a obra de António Gil nos últimos 25 anos é a intensa tarefa intelectual em prol da sociolinguística galega. Esta atividade, brilhante e contínua, só é explicável, numa pessoa de origem castelhana e no contexto sociopolítico da Galiza, pelo seu compromisso ético e pela defesa da verdade antes de qualquer outra consideração. O resultado deste labor, desenvolvido em congressos, seminários, encontros, revistas e em diversas associações culturais, fica patenteado nos mais de cinquenta artigos e um livro publicados.

O personagem e a sua obra representam, em grande medida, o arquétipo do intelectual que combina o compromisso da análise rigorosa da realidade, participando na *questione della lingua* da Galiza - visando a superação da desigualdade existente entre o português (língua nacional) e o castelhano (língua favorecida pelo estado) - com a intervenção social, fazendo parte dos movimentos associativos e culturais da Galiza desde a mudança de regime político espanhol em 1978 - contudo, sempre afastado das atividades políticas partidárias.

Um aspeto muito relevante da sua personalidade é a sua disposição generosa para fazer parte de projetos, pessoais e coletivos que, na realidade, se deviam total ou maioritariamente à intervenção, tendo relegado, no entanto, o seu nome para o último lugar ou mesmo mantendo-o oculto. Assim aconteceu em diversos artigos e comunicações como a "Tese reintegracionista" dos Encontros Labaca (1984), primeira formulação completa da tese que, anos depois, seria assumida genericamente como posicionamento comum



a todos os grupos reintegracionistas; "Questionário de História Contemporânea", comunicação assinada por diversas pessoas e apresentada no Seminário *O uso das línguas na perspetiva da Europa Comunitária* (Ourense, 1993), organizado pela AGAL; *Fogo Cruzado*, livro coletivo publicado pela AGAL, ou o estudo "A Catástrofe, relato breve de Eça de Queirós", em colaboração com Yolanda Aldrei e Ângelo Brea, em que apresenta a situação que o Eça imaginou para Portugal como válida para perceber a situação da nação galega, resumível na frase: "Já que não há pátria, há família".

De ampla formação linguística, os seus artigos têm sido recebidos, mesmo entre os seus correligionários, com uma mistura de admiração pela qualidade e contrição pela exigência da leitura. O estilo da sua redação tem sido qualificado como *barroco*, podendo acrescentar também a qualidade de *preciso* e *exato*. São estas auto exigências que o levam a utilizar com profusão recursos estilísticos que tornam a leitura mais exigente e, por vezes, mais demorada. Cursivas, aspas, sublinhados, parênteses, além de múltiplas orações subordinadas, fazem parte do seu nível de exigência que, não sendo exclusiva dele, acha nos seus textos a máxima expressão. Contudo pode afirmar-se que a exigência na correção escrita é também uma característica de outros autores da chamada «geração da lusofonia» galega. Todavia, a escolha deste estilo tem-lhe acarretado algumas críticas dos leitores menos atentos ou pouco interessados. Em geral, os seus artigos não estão endereçados ao grande público, não são divulgativos mas vão endereçados a um público seletivo, ao leitor de revistas especializadas de linguística, sociolinguística e literatura.

Gil é, com muita diferença, o mais importante investigador no âmbito da sociolinguística galega e, pela quantidade e profundidade das suas análises, comparável só com outros esclarecidos colegas, como o seu amigo Lluís V. Aracil, de quem se considera discípulo. Esta afirmação fica demonstrada pelo grande número de alunos, hoje professores ou simples amadores desta disciplina, que têm sido aliciados pela leitura dos artigos do professor corunhês, se têm interessado através da relação epistolar ou com longas conversas em diversos encontros. A sua obra e a sua dedicação pessoal constituem um modelo e referente indispensáveis.

Para além da sua obra sociolinguística, Gil é autor de diversas obras literárias no âmbito da poesia, como *Baralha de sonhos* (1984), livro humorístico de denúncia, com argumentos linguísticos (e até ortográficos), a fazer parte de uma anunciada trilogia (inacabada) e *Luzes e espírito* (1990), livro de poemas existencialista não isento de caráter épico, endereçado ao falecido poeta Eusébio (à Galiza, realmente), em que o país é sujeito da ação histórica, passada, presente e futura.

## 2. A OBRA

Analisar a obra de António Gil implica mais de uma dificuldade. A primeira é a necessidade de conhecer e estudar a sua extensa bibliografia, nem sempre de fácil acesso. Em segundo lugar, avaliar a sua obra implica em grande medida um posicionamento em relação com as propostas que Gil tem publicado respeito da situação e futuro da língua da Galiza, e desta em relação com o português

Escrever sobre sociolinguística galega implica referir-se a autores e publicações que têm sido excluídos dos âmbitos institucionais e mesmo académicos. Este facto evidencia uma distância que é, pelo menos, de ordem intelectual. Dificilmente pode afirmar-se existir alguma sociolinguística amparada nos âmbitos do poder oficial da Galiza autonómica, para além de algum inquérito quantitativo e algum outro texto anedótico e folclórico. O âmbito extraoficial é aquele no que se insere plenamente a obra de António Gil e de quase todos os outros investigadores galegos. O caso que nos ocupa é, em grande medida, o de um *outsider*.

Começando pelos conceitos, faremos patente a conceção giliana sobre o objetivo a conseguir pela sociolinguística como disciplina científica, e o modelo proposto sobre a função da atividade investigadora e científica. Primeiro, numa carta endereçada aos sociolinguistas catalães Toni Mollà e Carles Palanca (a propósito do seu *Curs de Sociolinguística*, vol. I, 1987). Trata-se do artigo "A língua como facto social (duas missivas)" concretamente da segunda delas diz:

«É possível a elaboração académica, quer dizer, institucional, de uma sociolinguística imparcialmente libertadora?» (pág. 204) A esta pergunta dá várias respostas concatenadas, da que saliente: «Destarte, acho que com justeza cumpre duvidarmos da existência de alguma sociolinguística que caiba considerarmos "oficial", nem sequer em Catalunya».

Continua na seguinte página:

«Na realidade o discurso (ou multidiscurso) teórico-prático para a normalização das comunidades linguísticas "desequilibradas" diverge profundamente do discurso académico supostamente correlativo e reconhecido pela oficialidade constituída, justamente porque questiona primo et per se o estado de cousas estabelecido e, criticando-o desde a raiz, tenta consciente e conscienciosamente mudá-lo para uma situação de liberdade e igualdade certas».

Este trecho serve como exemplo para compreender a diferença que medeia entre a sociolinguística galega e outros modelos onde uma língua nacional é utilizada com normalidade, dedicado os esforços às diferenças regionais ou a quaisquer usos linguísticos diferenciadores entre as diferentes camadas da população. Um claro exemplo deste último tipo são, em Portugal, os trabalhos de Marinus Pires de Lima. A sociolinguística giliana -e, por extensão, a lusófona da Galiza - tenciona entender a situação anormal em que se acha o português e fornecer instrumentos para corrigir essa situação, concretizados num discurso sobre a língua capaz de devolver a Galiza à normalidade, o que implica, em primeiro lugar, aplicar às falas galegas a mesma conceção da língua de que se têm dotado as declaradamente nacionais - contudo, adaptando-as parcialmente ao nosso caso. Reiteradas vezes Gil tem utilizado o exemplo das falas andaluzas em relação com o castelhano, ou mesmo os dialetos flamengos em relação com o neerlandês.

O segundo exemplo é o da comunicação "O correlacionamento diglósico é condição de normalidade", intervenção na Mesa Redonda sobre "A unidade da língua e as Literaturas Lusófonas: para quê?" nas XII Jornadas do Ensino da Galiza e Portugal (Ourense, 30 de agosto de 1988):





«Em particular, considero que na Galiza não seria nem honesto nem decente fazer cientismo puro e incontaminado nem, menos ainda, elaborar simples textos eruditos, como se, para entender o estado de cousas sociolinguístico e glotopolítico, bastasse com editar com pulcritude crónicas medievais ou executar com precisão inquiridos dialetosos.

Talvez esses sejam tarefas convenientes e necessárias até; mas, a meu ver, nem são primeiras nem indispensáveis. Há outras tarefas imediatas e urgentíssimas a verificarmos, como é a de descobrir e patentear as inflexões do discurso dominante, investigar e teorizar os processos que possibilitem e verifiquem a organização da Comunidade Cultural Galega».

A obra giliana no âmbito da sociolinguística pode classificar-se em quatro grandes temas ou linhas de análise

- a) Teorização, fundamentos e história da sociolinguística;
- b) Análise do discurso «oficial» sobre a língua na Galiza e sobre as normas de correção idiomática existentes;
- c) Análise do ordenamento jurídico relativo à língua;
- d) Língua e nacionalismo galego. História das «concordias normativas» e das organizações normalizadoras;
- e) Análise de textos literários. Estudaremos brevemente os dois primeiros temas.

### 2.1. TEORIZAÇÃO, FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

A análise do discurso castelhanista para o galego é a parte mais conhecida da obra giliana mas não é, a nosso entender, a mais significativa. Maior atenção deveria prestar-se aos seus intentos de produzir um modelo teórico -ou, quando menos, dos alicerces para a sua elaboração. Digamos à partida que, com ligeiros matizes, tem muitas semelhanças com o esquema geral de qualquer língua nacional. Exemplo claro é o artigo “Epilogo para Galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressão portuguesa: Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística” (1986). No seu conteúdo – sem dúvida, um dos mais relevantes – assentam os delineamentos que orientam toda a sua teorização sociolinguística. Este texto fica complementado por outros três, dedicados ao conceito de diglossia e à sua explicação como condição de normalidade (fergusoniana).

Na verdade, frente ao habitual modelo do conflito linguístico, o modelo giliano – e, com ele, o da sociolinguística lusófona galega - inicia o caminho da análise interna do problema da língua da Galiza de um modo diferente ao tradicional. Em vez de culpabilizar a língua castelhana dos problemas do galego (i.e. identificar uma causa externa), centra-se na construção da comunidade linguística começando pelo princípio: o conceito de língua e a relação que deve estabelecer-se entre o utente e o código linguístico, inserido numa comunidade transnacional que recebe o nome de lusofonia. Dito por outras palavras: a grande mudança, o grande contributo da sociolinguística giliana e lusófona na Galiza consiste em perceber e tentar resolver os problemas internos da comunidade linguística, em vez de eternizar-se nas queixas sobre a superioridade da outra língua, que a política secular espanhola tem levado a termo.

Na Galiza tem predominado, nas últimas décadas, o modelo sociolinguístico que podemos chamar do “conflito linguístico” ou da diglossia como sintoma de anormalidade. Originariamente proposto por Aracil (1965, 1966a) -quem o abandonaria em 1983 com a publicação de *Dir la realitat* - e reinterpretado por vários autores, como Ninyoles, chegaria à Galiza da mão de Francisco Rodríguez com o seu *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* (1976, 1980, 1998), constituindo um livro de sucesso. A este esquema teórico atribuiu-se, desde então, duas virtudes fundamentais: ser hipótese explicativa para toda e qualquer situação de contacto de línguas e guia prático para a transformação social. A quebra deste modelo tem conduzido a um beco sem saída a múltiplos movimentos associativos de normalização linguística, não só no Fogar de Breogão.

Digna de estudo é a correlação entre os esquemas de *conflito linguístico*, a conceção do galego como *língua própria* (ILG-RAG, 1982) ou *língua por elaboração* (Fernández Rei), e a promoção de *ilusões necessárias* como a idealização do *monolinguismo social* (Mário Herrero, 1997: 10). De facto, os promotores do modelo antidiglóssico têm-se posicionado, de sempre, na arena sociológica e política do antilusismo (Francisco Rodríguez, 1980: 52-55; 1988: 47-50).

Em contraposição, o modelo que orienta a sociolinguística desenvolvida em português da Galiza durante as últimas décadas, em consonância com os delineamentos aracilianos, devemos chamá-la da *língua nacional* ou do *correlacionamento diglóssico*, sendo o máximo expoente, como temos indicado, a obra de Gil. Nucleado no conceito de língua nacional (Gil Hernández, 1986, 1988), assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística (Gil Hernández et al, 1989a, 1989b), concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas (Manuel Rodrigues Lapa, 1979, 1982) e aplicando a conceção coseriuana de língua histórica (1957), tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

As explicações sobre o correlacionamento diglóssico, como condição de normalidade linguística, acham-se numa série de quatro artigos iniciados com a publicação, em colaboração com o professor Henrique Rabunhal, de «O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a comunidade lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação», publicado em 1989 na revista Nós. A este seguiram outros três: «O correlacionamento diglóssico é condição de normalidade» (apresentado ao Congresso de Sociologia de Línguas Minorizadas); «A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de Caminhos a seguir...» (publicado na efémera revista Folhas de Cibrão, 1989), e «Diglossia, conceito ajeitado à Galiza» (1989), que serviram para delinear suficientemente este conceito. Conforme à perspetiva giliana, a diglossia, situação linguística relativamente estável que caracteriza todas as sociedades bem estabelecidas, surge da correlação ou tensão dialética entre os seguintes pares concetuais:



TRADITIO (potestas) versus HABITUS (communitas)

Auctoritas vs. Usus

Antiquitas (+público) vs. Modernitas (+ privado)

Urbanitas vs. Ruralitas

2.2. ANÁLISE DO DISCURSO «OFICIAL» SOBRE A LÍNGUA NA GALIZA E SOBRE AS NORMAS DE CORREÇÃO IDIOMÁTICA EXISTENTES

O texto que iniciou esta linha de investigação foi a sua comunicação para o *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, de 1983. O título é suficientemente esclarecedor: “Aproximação à análise do(s) discurso(s) sobre a língua em textos da «filologia oficial» na Galiza. (Traços fascistoides no discurso e na prática (dos) isolacionistas sobre o galego)”. Esta comunicação foi motivada por três textos significativos do Instituto da Língua Galega (ILG), nomeadamente o livro *Galego 3*, terceiro de uma série que recolhia as primeiras “ideias” sobre o galego que essa instituição espanhola tinha produzido. Na comunicação o autor corunhês realiza a primeira análise pormenorizada do/s discurso/s isolacionistas, em que utiliza um método formalizado, apoiando-se na conceção foucaultiana e adotando o critério de sequência discursiva de Júlia Kristeva. As hipóteses de trabalho, explicitadas logo no começo, foram as seguintes:

*“1ª O(s) discurso(s) sobre os idiomas galego e castelhano, quanto diassistemas linguísticos em uso, segundo se manifesta(m) nos textos da Filologia oficial, reproduz(em) a inequivalência entre a parte e o todo, entre a região e a nação, a Galiza e a Espanha, ao próprio tempo que a configura(m) e intensifica(m).*

*2ª Os textos a analisarmos, e outros, ficam, conseqüentemente, sobredeterminados pela função poética ou «retórica» e não pela metalinguística nem pela representativa ou referencial, que, porém, haveriam de caracterizar textos pretensamente científicos.*

*Inscrevem-se, por conseguinte, num tipo de discurso radicalmente retórico ou retorizado, em que habitualmente se situam os textos políticos”.*

Já nas suas cartas publicadas no último semestre de 1980, na revista *Man Común*, em debate com membros do ILG (os professores castelhanistas Francisco Fernández Rei e Charo Álvarez) se adivinhava a sua intenção de análise do discurso para além da literalidade. Nessa revista publica «Sobre o normal e as normas» I e II, respetivamente em outubro e novembro, e «Carta aberta a amigos (e inimigos)», em dezembro. Nestas “cartas” que introduz uma expressão muito significativa, identificando os posicionamentos isolacionistas com metodologias “empiristas”, primeira crítica metodológica que desenvolveria posteriormente noutros textos.

2.3 SILÊNCIO ERGUEITO

Como no caso de outros colegas, Gil tem recebido, pela sua coerência, o boicote dos adversários castelhanistas e, também por vezes, a incompreensão dos esperáveis colegas “reintegracionistas”. O silêncio, como ausência de discussão e respostas aos problemas patentes na sociedade, que se acha na origem da frustração entre os interessados na lusofonia da Galiza, é o *leitmotiv* de algumas das suas reflexões e nomeadamente do seu *Silêncio Ergueito* (1996) – com o que continua e amplia um texto anterior, “Sobre dicionários galegos...”, de 1987. Trata-se de um livro de denúncia e esperança em apelo constante ao leitor, onde analisa a partes iguais língua, literatura e notáveis, reproduzindo e comentando textos que já editara vários anos antes com uma clareza premonitória. A leitura deste livro remete continuamente para textos e contextos sociais anteriores, contudo, inevitavelmente atuais. O título reflete uma situação ou sensação percebida duplamente pelo autor: no aspeto pessoal e no grupal ou sociológico. O silêncio, os seus atores e os seus sofrendores, a sua compreensão e explicação constituem o núcleo da primeira parte desta publicação.

Certamente o *Silêncio* está endereçado para o público mais implicado nas questões da língua. Isto deduz-se tanto do estilo de redação como do conteúdo. O autor interpela a um tempo os “Notáveis nacionalizadores galegos” e o povo galego, representado na comunidade linguística, pretendendo mostrar a deslealdade daqueles para com este. A contradição principal que Gil entende ser explicativa do comportamento irracional dos notáveis galeguizadores é o “duplo ligame”, processo e relação de ordem sociolinguística (por implicar um modo de conceber a língua) e psicológica (porquanto remete para *mecanismos de defesa*), diríamos, psicossociolinguística.

Cito da página 48:

*“Em suma, eis para mim a explicação suficiente e satisfatória: Nem a notabilidade nacional espanhola nem nos Notáveis nacionalizadores galegos (por submissão [talvez] incôscia àqueles) permitirão “sem sangue, suor e lágrimas (ou báguas)” qualquer atividade, sobretudo comunicacional, que pudesse iniciar algum processo, simultaneamente, a interromper o duplo ligame vigente e a promover um outro entre os cidadãos da Galiza (espanhola)”.*

Aguardamos que a obra do professor Gil e, em geral, do movimento lusófono da Galiza, contribua decisivamente para devolver este velho país ao espaço cultural e linguístico a que pertence por origem e vontade: a lusofonia.



### **3. BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- GIL, António (1984) "Tese reintegracionista" in: AA.VV.: Que galego na escola? I Encontros Labaca, Ed. do Castro, 1985: (Com o pseudónimo Amado L. Caeiro: Baralha de sonhos. Coleção Cadernos do Povo. Irmandades da Fala da Galiza e Portugal. Ponte Vedra - Braga. Livro de poemas. 47 páginas.
- (1986) "Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza. (Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa)" in: Temas de O ensino nº6/10, 1986 (volume II), pp. 247-283.
- (1987) "Sobre dicionários galegos e temas enleados. Conversa (grafada) com Isaac Alonso Estravíz, diretor e autor do Dicionário da Língua Galega Comum", in: Isaac Alonso Estravíz: Estudos filológicos galego-portugueses, pp. 251-334.
- (1988) "A língua como facto social (duas missivas)", in: Agália nº14, pp. 191-210.
- (1989) "O conceito de «diglossia» segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação" (Com Henrique Rabunhal), in Nós, Revista Internacional da Lusofonia, Ponte Vedra - Braga, pp.361-388.
- (1993) "Questionário na Europa Contemporânea (quase manifesto)" (junto com outros autores, da Associação de Amizade Galiza-Portugal), in AA. VV: O uso das línguas na perspetiva da Europa Comunitária. AGAL, Corunha, pp.49-60.
- (1996) Silêncio ergueito. Apontamentos sociopolíticos sobre questões aparentemente idiomáticas (infelizmente certificados apenas dez anos depois). Ed. do Castro, Corunha.
- Foucault, M. (1976) L'arqueologie du savoir. Eds. Gallimard, Paris, 1969. [Trad. Castelhana, Siglo XXI, México, 1976, 3ª Ed., pp.152 e ss.]
- Kristeva, Julia (1969) «L'engendrement de la formule», in Semiotikè. Recherches pour une sémanalyse. Eds. Du Seuil, Paris, pp.278-371.
- Uma bibliografia de António Gil pode ler-se em <http://www.lusografia.org/antoniogil-bibliografia.htm>

---

### **3. ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES, CENTRO DE ESTUDOS ANTÓNIO MARIA MOURINHO**

ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES É Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Professor do Quadro com Nomeação Definitiva do Ensino Secundário.

Diretor e Investigador do Centro de Estudos António Maria Mourinho.

**Trabalhos e publicações mais recentes** (relacionados com língua e a cultura mirandesas):

- 2004 - "A estética discursiva nos contos da literatura oral mirandesa: uma abordagem estatístico pragmática", in Estudos de Literatura Oral, 9-10, pp. 7-38.
- 2004 - L diabo que nun acreditaba no einfierno, Apenas Livros, Lisboa, 2004.
- 2004 - Cuntas de bruxas, Apenas Livros, Lisboa, 2004
- 2003 - "A variabilidade no conto: ensaio de aplicação de um modelo estatístico" in El filandar, Publicação ibérica de cultura tradicional editada pela Asociación Etnográfica Bajo Duero de Zamora, nº 14, pp. 39-47.
- 2002 - Palavras de identidade da Terra de Miranda: uma abordagem estatístico pragmática de contos da literatura oral mirandesa. Universidade de Toulouse - Le Mirail. Tese de Doutoramento (inérita).
- 1997 - A língua mirandesa - contributos para o estudo da sua história e do seu léxico. Universidade do Minho. Tese de Mestrado (inérita).
- 2000 - "O mirandês: uma outra expressão da lusofonia?" in Atas do Colóquio de Homenagem a R.A. Lawton, Universidade de Nice, CUMFID, pp. 33-43.
- 2000 - Cuntas de la Tierra de las Faias, Porto, Campo das Letras.
- 1999 - "La lhiteratura oral de la Tièrra de Miranda: saber, tradiçõn i eidentidade de ls mirandeses" in Lletres asturianas, Boletim da Academia da Llingua Asturiana, nº 73, pp. 41-64.
- 1999 - "Le mirandais, langue du Portugal" in MicRomania, 3.99, pp. 3-15.
- 1999 - Lhiteratura oral mirandesa: recuolha de textos an mirandês, Porto, Granito Editores (coordenação de edição).
- 1999 - "Lhiteratura oral mirandesa", in *Estudos mirandeses: balanço e orientações*, Atas do Colóquio Internacional de homenagem a A. M. Mourinho, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Granito Editores, Porto, pp. 78-85.
- 1999 - *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, Lisboa / Miranda do Douro (coautor).

#### **A LÍNGUA MIRANDESA: DISCÓRDIAS, VERDADES E UTOPIAS**

##### **1. AS LÍNGUAS DO MUNDO: DIVERSIDADE E VITALIDADE**

Descrever a situação da língua mirandesa é um trabalho pluridisciplinar, aturado e profundo, necessário, mas ainda por fazer. Tentarei responder a este repto com algumas impressões e com base nos meus dados empíricos. As línguas que, como o mirandês, vivem sobretudo no seu estado natural que é a fala, umbilicalmente ligadas a culturas rurais, ameaçadas ou em vias de extinção, carregam com elas o terrível fardo da inadequação ao mundo moderno, sedento de novas coisas, de realidades, de mundos, que é necessário nomear. O desaparecimento parece ser o caminho mais lógico e a saída única.

Contudo, a morte das línguas não tem que ser inexorável, embora a crueza dos números e a dureza da realidade nos possa insinuar, ou aconselhar, o contrário. Se é verdade que situação do mirandês é difícil ela deve ser vista num quadro global que é o futuro das línguas, existindo elementos que apontam para a sua manutenção e outros que anunciam o seu desaparecimento.





Com esta comunicação pretendo descrever a situação atual do mirandês, o seu grau de vitalidade assim como os sintomas da sua obsolescência, apontando algumas das contradições internas e externas que vêm perseguindo este idioma; perspetivar o futuro desta língua no quadro dos idiomas nacionais, internacionais e ancestrais; indicar algumas razões pelas quais o mirandês, enquanto língua ancestral, deve ser preservada e quais as vantagens dessa preservação.

Por ano, desaparecem da face da terra algumas dezenas de línguas. Claude Hagège, no seu livro em forma de apelo, *Alto à morte das línguas* (Hagège, Claude (2000) *Halte à la mort de langues*, Paris: Odile Jacob. Retomo, no início deste artigo, algumas reflexões já manifestadas numa crónica intitulada “Las lhéguas de l mundo: l mirandês, la calor de l’alma i l cheiro de l fumo” in *Loa*, Nº 19, Ano III, dezembro de 2003, p. 16), faz a lista, enumera algumas das causas, indica algumas formas de medir a sua vitalidade, e apresenta também alguns caminhos para a sua recuperação (uma vez que dificilmente se pode falar em salvação!). Para além dos cataclismos naturais e da fúria humana, responsáveis pela morte de línguas como os idiomas ameríndios falados antes da chegada dos europeus ao continente americano, este linguista alerta também para o perigo que pode constituir a aporia do purismo, consubstanciada na exaltação de um fundo lexical autóctone e na recusa da importação linguística. Voltarei mais à frente a questão. Mas fica desde já esta opinião pessoal: a recusa da importação linguística e a exaltação do fundo lexical puro podem ser fatores de degenerescência das línguas na sua globalidade e sobretudo das chamadas línguas minoritárias.

De qualquer forma, forçoso é de concluir que não há grande relação entre a forma como desaparecem as línguas hoje e outrora.

Em primeiro lugar, assinale-se que não se trata de línguas não documentadas, sem registos orais e até escritos, nem tão pouco devido a genocídios. Pode acontecer que alguns cataclismos naturais ou transformações sociais ponham fim à existência de alguns povos, mas o desaparecimento das línguas que testemunhamos todos os dias faz-se em nome de um fenómeno bem mais cavernoso e englobante que as antigas raivas da natureza e dos homens.

Não sei se podemos continuar a isto mundialização, visto que por detrás desta etiqueta se escondem hoje muitos truísmos que, como se diz, só não vê quem não quer. Sobretudo, não vale a pena ceder à tentação de repreender ninguém por tudo aquilo que nos acontece, visto que a envergadura do fenómeno a que fazemos face ultrapassa as manigâncias de um indivíduo, de um estado ou de uma coligação de estados. Ocorrem desgraças para as quais é necessário procurar explicações e contravenenos sem gastar energias a colecionar acusações ridículas.

A verdade é que os linguistas não sabem quantas línguas morrem por ano, nem tão pouco se as línguas que não estão em perigo o estão ou não verdadeiramente, nem quantas palavras os jovens conhecem, quantas são capazes de utilizar, nem qual é o destino das chamadas línguas nacionais. Poderíamos ainda acrescentar muitas outras interrogações a esta pequena lista de adivinhas, sem com isso esgotar a nossa total falta de informações sobre o que se cozinha do grande painel da família mundial das línguas.

Mas antes de tentar fazer uma descrição mais ou menos convincente da situação, é necessário anunciar uma notícia bastante reconfortante: as línguas ancestrais nada têm a perder neste acerto infernal. Aliás, elas têm mesmo muito a ganhar se soubermos encarar convenientemente os desafios. Contudo, antes de dissertar, ainda que brevemente, sobre este assunto, é necessário que nos entendamos sobre o conceito de línguas ancestrais.

Uma língua ancestral é aquela que representa a herança cultural de um povo, de um grupo de indivíduos ou mesmo de uma pessoa só. Não é um idioma especial, um dialeto, uma língua minoritária ou em vias de extinção. As línguas não servem apenas para comunicar. E muito menos para uma comunicação unicamente eficaz mas destituída de dimensão interior, limitada à função de nomear e de mostrar as coisas, em vez de sonhar o presente como um deslumbramento constante. Uma língua é o corpo de uma cultura, e uma cultura é uma energia, uma vontade portadora de valores, de sonhos de utopias e de mitos.

Um grande pensador da Idade Média, que influenciou a soma do saber humano durante largos séculos, Isidoro de Sevilha, escreveu que “as gentes nasceram das línguas e não as línguas das gentes.” Entendida à luz do saber medieval, em que as “etimologias” eram uma forma de pensamento, esta frase lembra-nos que os idiomas não servem apenas para falar ou reconstituir a nossa história: são eles que a contêm. Qualquer filólogo ou simples amante das línguas sabe que elas são o fiel depositário de tesouros que contam a evolução das sociedades e da aventura humana. As línguas são as guardiãs dos vestígios das gerações que as falam. São o meio que melhor permite ao indivíduo lembrar e construir, através da memória, a sua própria existência. Isto é, a sua história e a sua identidade. São um tesouro onde se guardam as recordações, o reflexo das culturas e das ideias. As palavras, quer para o filólogo, quer para o poeta ou para o simples interessado por idiomas, guardam traços, cheiros e sabores impossíveis de reproduzir ou imitar por outro meio. Perdê-las significa ficar mais pobre.

Em termos antropológicos, a pluralidade linguística é essencial à sobrevivência da espécie, assegurando a multiplicação, a delimitação e solidez dos grupos, a diferenciação das invenções e, por fim, a riqueza das culturas (Ver Zumthor, Paul (1998) *Babel ou o inacabamento*, Lisboa: Bizâncio, p. 206.).

Ora o panorama linguístico mundial, não é muito animador. Cotejando diferentes fontes concluímos pela existência de cerca de 6000 línguas faladas em todo o mundo. Segundo um estudo da UNESCO dentro de um século apenas ficarão algumas 500. Na Europa, o continente menos ameaçado, encontram-se recensados 123 idiomas. Destes, 9 encontram-se “moribundos”, 26 “próximos da extinção” e 38 “em perigo” (Ver [http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/Langues/2vital\\_mortdeslangues.htm](http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/Langues/2vital_mortdeslangues.htm)).

Morte, massacre, cataclismo, são algumas das palavras com que vêm caracterizando este fenómeno. Algo que ocorre todos os dias, sem que disso nos demos conta porque se trata de um acontecimento silencioso, sem a espetacularidade necessária para merecer a atenção dos media ou a revolta da opinião pública.

Vejam um pouco como isto se passa.

Exatamente como em patologia se pode perder um membro por causa de uma atrofia progressiva, em muitos países assistimos à perda de línguas locais por expropriação progressiva dos lugares chave, sem que se produza qualquer protesto. Eis alguns exemplos:



O Instituto Pasteur, de Paris, só publica artigos científicos em inglês. As Universidades portuguesas fazem gáudio em publicar artigos em inglês, em anunciar congressos em inglês, em escrever em inglês, etc. etc. Alguns Ministros e figuras públicas do nosso país fazem igualmente questão de se exprimir nessa língua quando, publicamente e em representação da nação, fazem intervenções públicas. Pouco-lhes os meus comentários sobre a erudição deste ou doutro ministro e dos seus conselheiros sobre a utilização da língua inglesa quando se encontram a representar Portugal.

Eis mais alguns dados bastante interessantes sobre o futuro a curto prazo das línguas nacionais europeias.

Para os jovens apaixonados das novas gerações europeias, 2,8% dos casamentos serão feitos entre casais de diferentes etnias (ou, se preferirem, de países ou línguas), quase metade destes casais viverão noutra país onde se fala uma língua diferente da língua materna de um deles. Estes dados correm o risco de terem de ser revistos em alta a curto prazo.

Nas fábricas, nas casas comerciais, as indústrias que vivem hoje em dia do *import-export* (como agora se diz), pouco interessando se esses comércios estão localizados nos grandes centros ou na periferia, em cada 10 vezes que o telefone toca, 6 serão chamadas oriundas de outro país europeu.

Os jovens europeus que se preparam para estudar Química, Física, Medicina, Informática, Biologia, etc., terão à sua disposição manuais mais atualizados e bem mais em conta em inglês do que nas suas línguas nacionais. Muitas Universidades europeias dispensarão aulas e diplomas na única língua que garantirá aos seus licenciados um posto de trabalho na União. Os carros de combate, os aviões daquilo que é o embrião do futuro exército europeu têm os seus comandos em cerca de 20 línguas. Mas as ordens recebidas por rádio serão dadas exclusivamente numa.

Os adolescentes que se conheceram em virtude de intercâmbios, tal como o programa Erasmus, contactar-se-ão e namorarão por telemóvel ou internet na única língua disponível. Brevemente a vontade de escutar apenas música em inglês se propagará às outras formas de espetáculo, tais como o teatro e o cinema.

Nas cimeiras mundiais de chefes de Estado e de Governo segue-se já o mesmo comportamento quer seja nos passeios desentorpecimento, nos jantares ou em encontros não oficiais. Ou seja, as línguas nacionais são apenas uma fachada, uma vez descida a cortina, voltamos à realidade. O anglo-europeu é uma gíria com algumas centenas de palavras, mas é dela que nos estamos a servir para dar forma à região mais rica do mundo. Rica em quê, é uma pergunta que deixo no ar.

Os deputados europeus, para quem já foi montado um exército de tradutores e de intérpretes, podem servir-se das suas línguas nacionais nas sessões oficiais, mas servir-se-ão de uma língua comum nas suas relações pessoais e diretas: esta língua é o anglo-europeu, um idioma que se supõe ser compreendido por todos.

Se assim não fosse por que razão somos bombardeados pela publicidade com expressões do tipo: *How are you? Cheap expectations?! Sem que nos digam o que isso quer dizer? Nós somos aquele país que organizou um Campeonato da Europa de Futebol e cuja frase de candidatura foi We love Football? O mesmo em cujas entradas fronteiriças ainda se pode ler Welcome to the Stadium of Europe? Que língua se fala aqui?*

Ouçam a rádio, a televisão, folheiem um jornal. O que encontrarão? Anúncios para trabalhar em Portugal, em que se pede para falar inglês (anglo-europeu), e em que os candidatos serão entrevistados por portugueses que falarão inglês entre eles! Poupem-me os comentários a cenário tão idílico.

## 2. NÃO HÁ ESPAÇO PARA AS LÍNGUAS NACIONAIS.

Dir-me-ão que esta afirmação é alarmista, abusiva e sem nenhum fundamento. E sobretudo, uma vez mais, serão os pais, em casa, a jogar a cartada decisiva. Uma vez que não se servem dos engenhos modernos que fazem as delícias dos seus filhos, visto que a maioria deles não precisa de falar qualquer outra língua para ganhar a vida, nem sequer colocam o desaparecimento das línguas nacionais como uma possibilidade.

É preciso que os responsáveis das políticas linguísticas dos estados membros nos expliquem como pensam salvaguardar as suas línguas nacionais quando os jovens das novas gerações as veem já como gírias utilizadas pelos cotas e pelos marginais ou, de qualquer forma, como uma algarviada incompreensível que não serve para participar na vida social, à escala europeia, e muito menos para ganhar o pão-nosso de cada dia a não ser em empregos do terceiro mundo.

É este o cenário em que se encontra também o mirandês. Língua ancestral de uma comunidade que a trouxe até nós como meio de comunicação, de fixação, como instrumento de cultura que informa e conforma os quadros de apreensão da realidade, de capital simbólico da comunidade mas também como poderoso elemento identitário. Muitos têm sido os debates, os dissensos, as discórdias, as opiniões sobre a importância ou não da conservação língua mirandesa. Deixemos para os historiadores o trabalho de vir a escarpelizar esta questão, porque a língua mirandesa para além de ter de enfrentar os interesses mais ou menos legítimos, mais ou menos mesquinhos daqueles que a falam, confronta-se quotidianamente com a terrível pergunta do para que serve. Uma questão que, como veremos de seguida, a persegue há mais de cem anos.

## 3. A LÍNGUA MIRANDESA: DISCÓRDIAS E VERDADES

Em 1887, numa carta dirigida a José Leite de Vasconcelos e publicada na *Revista Lusitana*, José Barbosa Leão, que ficou conhecido na discussão em torno da ortografia da Língua Portuguesa por defender a chamada “tese sónica” (por oposição à etimológica), depois de atacar ferozmente a ortografia seguida por Leite de Vasconcelos, critica também a sua proposta de divisão dialetal do português e escreve a propósito da descoberta do mirandês que o filólogo acabava de anunciar. Transcrevo (respeitando a ortografia):



*“Mas além d’isto s. e.<sup>a</sup> apresenta-nos em Tráz-os-Montes – o “idioma da Terra de Miranda” que diz falado por alguns milhares de pessoas, que xama co-dialéto, e que diz conter «vários subdialéto», como o «mirandez de Duas Igrejas, o sendinez, etc.»*

*(...) Nóte-se também que o Sr. L. De Vâsconcêlos considera o mirandez um idioma, portanto igual ao português; e s. e.<sup>a</sup> diz d’ele: «o mirandez é um co-dialéto, que será certamente num futuro mais ou menos remóto, para mal da filolojia, substituído pelo português».*

*Ora, neste ponto, em primeiro lugar direi: «se esse idioma, falado por alguns milhares de pessoas, tem forçozamente de ser substituído pelo português, como poderão deixar de o ser os tais idiomas ou co-dialéto riodonorez e quadramilez falados em minúsculas povoações. (...) Em segundo lugar direi, que me espantou ver o sr. Vâsconcêlos lastimar que o idioma português venha a substituir o tal idioma da Terra de Miranda. Não imagino que mal d’ái pósa vir á filolojia: nem podia imaginar que a paixão dialèctal levasse á cegueira.”*

O diagnóstico de Barbosa Leão, que era médico, já se verificou em parte: o riodonorês e o quadramilês sobrevivem apenas na literatura da especialidade como uma vaga lembrança de uns sons diferentes falados nuns povoados esconsos do distante nordeste lusitano.

Uma língua que não tem, aos olhos dos seus falantes, nem prestígio, nem valor no mercado de trabalho, nem perspectivas de futuro para os seus filhos é abandonada. É exatamente o que se tem passado com o mirandês.

É óbvio que o essencial é a vontade dos locutores. E a vontade própria é ela também um resultado. Não adiantam discursos cor-de-rosa, boas vontades, se não houver intervenção séria. E essa intervenção tem de ser feita, em primeiro lugar, junto dos falantes. Em alguns países, normalmente considerados mais avançados e certamente mais ricos que o nosso – estou a falar do Canadá e da Austrália, por exemplo – as Universidades desenvolvem projetos e pesquisas no âmbito da dimensão económica das línguas e nomeadamente das línguas ancestrais (muitas delas autóctones). Este trabalho é extensivo às instituições locais. Os resultados são eloquentes.

Ouçamos as conclusões de um relatório sobre a situação no Canadá (Disponível em:- <http://www.pch.gc.ca/progs/lool/perspectives/francais/econo/partie2a.htm>.-).

Os canadianos e as canadianas que trabalham na área internacional devem reconhecer que mesmo se os países em desenvolvimento tenham conservado muitas vezes a língua do colonizador, tentam tirar o máximo das possibilidades económicas e outras ofertas através da utilização das suas línguas locais. A este propósito, a política linguística controversa da Austrália oferece lições preciosas. Uma política baseada nas línguas comerciais mas que não tem em conta as línguas realmente faladas no país pode marginalizar certos grupos linguísticos, sem necessariamente melhorar a performance comercial.

Mude-se a escala, façam-se as devidas adaptações, mas tirem-se as necessárias conclusões. A língua e a cultura mirandesa são o capital mais durável da região de Miranda. Para além de ser uma forma de comunicação, do seu valor filológico, etnográfico e antropológico, é também um capital simbólico que pode funcionar como elemento aglutinador daquela comunidade, representando por isso um capital económico que é necessário saber multiplicar.

Sei, no entanto, que o investimento exige esforço e corre o risco de não dar resultados imediatos. Mas obriga sobretudo a uma mudança, que leve a uma postura ativa por parte das pessoas e instituições. Não se pode continuar a cair no discurso do desvalido, do coitadinho, quando o que temos à nossa frente é uma herança valiosa à espera que saibamos merecê-la.

Ora, o que se passa hoje com o mirandês e os mirandeses não abona nada a que sejamos mercedores deste legado. Muitos jovens abandonaram a sua língua porque, como disse, ela não permite a ascensão social, direito legítimo, diga-se, de qualquer cidadão. Têm pais ou avós que se exprimem em mirandês, enquanto eles próprios, se encontram num meio linguístico que lhes exige que se expressem numa língua internacional. Para muitos, que procuram emprego nas lojas que vendem roupa desportiva, sapatos, móveis, telemóveis e vinho do porto, a língua internacional é o castelhano.

O que fazer portanto, do ponto de vista estratégico, para responder às exigências do futuro?

Em primeiro lugar não devemos desencorajar os jovens da sua correria para o inglês (anglo-europeu) ou para outras línguas, como o castelhano, em Miranda. É inútil criar ilusões. Ninguém poderá travar este processo de mundialização do comércio e das relações humanas. A Europa das próximas décadas falará anglo-europeu e talvez Miranda fale portunhol (talvez melhor mirporthol, uma mistura de mirandês, português e espanhol). Os jovens que não acertarem o passo com esta tendência serão postos de lado, nomeadamente em relação ao mercado de trabalho. É, pois, necessário dissociar completamente a sobrevivência das línguas ancestrais com as macro-tendências atuais.

A segunda operação consiste em conhecer perfeitamente a natureza do anglo-europeu ou do portunhol, de Miranda. E aqui um pequeno aparte para reafirmar que o inglês e o castelhano também são também línguas ancestrais para milhões de pessoas que as aprenderam como línguas materna. É o inglês da melhor literatura nesta bela língua que, infelizmente, poucas pessoas conhecem e falam convenientemente fora das suas terras de origem. Por isso, o mal não é o inglês, mas a forma como esta língua se transformou fora do seu país de origem, falada por milhões de pessoas que não a dominam, mas dispõem apenas de um léxico de base e não conhecem nenhuma expressão idiomática.

Em terceiro lugar o que devemos fazer é estudar as línguas que são ou poderão ser línguas ancestrais, a fim de descobrir e documentar todo o seu potencial. O estudo da situação do mirandês na sociedade, o seu presente e o seu futuro, é uma tarefa vasta, que exige um trabalho interdisciplinar. Esta é, aliás, uma das primeiras tarefas que se exige aos linguistas e outros estudiosos. Só os resultados deste trabalho poderão contribuir, de forma clara e rigorosa, para a tomada de consciência sobre a situação da língua. E isso é primordial quer para os falantes, que assim verão a sua língua ser objeto de interesse e de estudo pela comunidade científica, quer para o Estado que, legalmente, reconheceu “o direito a cultivar e promover a língua mirandesa” (cf. o artigo 2º da Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro.).





O que se pede aos linguistas é que estudem a língua. Neste particular, podemos distinguir pelo menos dois campos de trabalho muito vastos e complementares, um de descrição do idioma, outro de divulgação. No primeiro incluo a conceção de materiais auxiliares de escrita: gramáticas, dicionários, glossários, manuais, corpora de textos, etc. No segundo, a publicação desse material, dando a conhecer a língua aos que não sabem que existe, aos que a conhecem mas não a falam ou não sabem o que é, e aos seus falantes que não a estimam como ela merece.

Sobre o primeiro aspeto, para além do trabalho de levantamento do fundo lexical vernáculo, que pode contribuir para enriquecer e estabelecer a genealogia histórico-cultural da região e das suas gentes, devemos também salientar a necessidade da criação de neologismos. Este trabalho técnico de adaptação de uma terminologia moderna para os vários domínios do saber deve valer-se, desde logo, das matrizes idiomáticas da língua e fazer uso das possibilidades técnicas hoje à nossa disposição. Por outro lado, estes estudos não se devem basear unicamente em doutrinas ou impressões semânticas, mesmo se estas são, muitas vezes, bastante corretas, mas antes em descrições e em inventários formais e funcionais do fenómeno estudado.

Não resisto, desde já, a trazer alguns exemplos do mirandês, “língua rural”, como alguns dizem, querendo com isso significar que estaria condenada a falar apenas do passado e de um mundo já desaparecido ou em ruínas.

Quando falamos desse meio campestre, da terra, essa mesma que lavramos e preparamos para receber a semente, dizemos que ela pode estar *seca* ou *molhada*, como em português. Mas em mirandês ela também está *aceçunada*, e pode ainda ser *criançosa* porque, tal como o útero materno, é ela que engendra e cria.

Aproximamo-nos agora do período em que as plantas e as flores entram como que em hibernação. Mas quando chegar a primavera e os casulos, ou *capulhos*, começarem prontas a sair do seu aconchego invernal diz-se que já vão *namorados*. Que outra metáfora mais bela podíamos encontrar!

No mundo da magia encontramos também outra riqueza de termos e conceitos. O bruxo, como em português, pode ser aquele que enfeitiça. Em mirandês é também aquele que cura e ainda aquela figura mágica que consegue metamorfosear-se, em borboleta, em cobra, em galinha ou mesmo em serpente. Assim, as cobras, animais malignos e encarnação das forças demoníacas, nem sempre são chamadas pelo seu nome de *culuobras*. Acredita-se que a palavra tem o poder de convocar as coisas ou os seres chamados, por isso se designam por *bichas* ou *la bicha*. Não compreendendo o chamamento, não podem responder a ele.

Nas chamadas “formas fixas” (A expressão é do folclorista de origem alemã Arnold Van Gennep (1937) *Manuel de folklore français contemporain*, Paris: A. Picard, 1937, vol. IV, pp. 654-716, que propôs a distinção entre “littérature populaire mouvante” e “littérature populaire fixée”. A primeira compreenderia os contos e outras narrativas e a segunda os provérbios, os adágios, etc.) da literatura oral, a língua mirandesa foi consolidando saber milenar das bocas que as foram repetindo. Os adágios, os ditos dezideiros, são um dos resultados mais belos e poéticos desta sabedoria. Neles se expressam conceitos filosóficos profundos, sátiras contundentes, assim como bizarras desconcertantes ou angústias justificadas. Apreciem-se estes quatro exemplos, nos quais se revela um pouco da plasticidade da língua e da criatividade dos autores anónimos. A pureza, a simplicidade e a graça do vocabulário são transmitidas por estas fórmulas onde se retrata a alma, o modo de ser e de sentir do povo.

*La nubrina de l'auga ye madrina;*

*L ferreiro, a martelhadas, a martelhadas, deixou çquecer l'oufficio;*

*Nun te mates pedrica, naciste para pobre nun chegas a rica;*

*L afogado l que quier ber ye ua silba.*

Esta sabedoria milenária constituiu-se como um autêntico calendário hagiográfico em linguagem poética. As expressões, lapidadas e consagradas pelo tempo, definem o bem e o mal, predizem as estações, pressentem o tempo, auguram as boas e más colheitas, amaldiçoam os inimigos, bendizem os amigos, ditam a justiça, apontam comportamentos, aconselham nos trabalhos agrícolas, criando na singeleza da linguagem a profundidade duma filosofia de vida.

*No mês d'adbento poucas damas filan o lhienço, a ua cun dias santos a outra cun ruin tiempo.*

*De ls Santos a Santo Andrés bai un mês; de Santo Andrés al Natal outro tal. Mas la bielha que bien cuntou solo três semanas ancuntrou.*

Nas adivinhas, de sabor campestre e telúrico, e uma linguagem simples e castiça, consolidam-se autênticos compêndios de pedagogia o prazer da descoberta se pode estimular com pequenas doses de suave malícia.

*sou amigo de las mulhieres*

*Cun eilhas fago cuntrato*

*Fágo-le cuçquinhas la barriga*

*l méten-me l pie no buraco.*

*L sedeiro.*

*Crudo por fuora*

*Crudo por drento*



*Alça la pata  
I mete-lo an dreito.  
La meia.*

Nenhuma língua nacional possui esta série de palavras ou expressões, pura e simplesmente porque as línguas nacionais não são chamadas a exprimir estas realidades.

Como qualquer outra língua, o mirandês constitui um sistema semiótico de compreensão do mundo. Seremos mais ricos ou mais pobres consoante formos capazes de preservar, compreender e estimular a sua capacidade de descrever o mundo. E isto leva-nos a outra tarefa essencial fundamental para a preservação do mirandês: a formação de linguistas entre os locutores do idioma. Embora este domínio não esteja exclusivamente reservado aos falantes, são eles que melhor do que ninguém podem descrever a sua língua, uma vez que conhecem aspetos que outros linguistas teriam mais dificuldade em descobrir.

Os caminhos da extinção – visto ser difícil falar de morte a respeito das línguas – são muitos e variados. É inegável que, no caso do mirandês, são visíveis sinais de sentido contrário que ora apontam para a sua obsolescência, ora nos dão mostras de alguma vitalidade e até de renascimento. Contudo, ninguém poderá dizer, com exatidão, qual dos dois sinais brilha com mais vigor. A lista de ambos correria o risco de ser demasiado extensa e sobretudo inconclusiva, pois não saberíamos avaliar, com rigor, o grau de importância a conferir a cada um deles.

Do lado da conservação – porque assim me aproximo do último subtítulo que dei a esta minha intervenção: utopias – o mirandês dispõe hoje de alguns instrumentos que podem ser essenciais para a sua sobrevivência ou continuidade. Entre eles, destaco a existência de uma Norma Ortográfica (A.A.V.V. (1999) Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Miranda / Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Câmara Municipal de Miranda do Douro) e do Reconhecimento Político através da Lei <sup>justamente</sup> intitulada *Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa* (Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro.).

Estes dois elementos despoletaram um interesse renovado pelo mirandês que se traduziu, entre outros resultados, no aparecimento de uma literatura escrita, de páginas de jornais, de programas de rádio e de vários sítios na internet, e ainda naquilo que parece ser uma certa mudança de atitude social perante a língua. Também o ensino que, em rigor, anda aos tombos desde 1987 (ano em que começou a ser ensinado, a título opcional, na Escola Preparatória de Miranda do Douro), ganhou um novo impulso, alargando-se a outras escolas da região (sempre a título precário, opcional, sem professores formados, nem supervisão pedagógica ou outra) e mereceu mesmo o interesse de algumas associações e instituições de Ensino Superior que o têm proposto nomeadamente a título opcional (Nesta matéria é de justiça referir que o único Curso verdadeiramente estruturado e organizado até hoje foi levado a cabo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob a direção da Prof. Doutora Olinda Santana e de mim próprio. Decorreu no verão do ano 2001 e formou pelo menos um dos docentes que no último ano letivo lecionou mirandês.).

Parece inegável que todas estas atividades, ensino, publicações, emissões radiofónicas, estudos, traduções, etc., são importantes para o mirandês. Mas ninguém, com rigor, saberá dizer qual a sua verdadeira importância e se estamos a ir no bom caminho ou nem sequer se estamos a progredir no caminho.

#### 4. A LÍNGUA MIRANDESA: UTOPIAS

Comecei esta minha intervenção dizendo que a situação do mirandês deveria ser vista no quadro global do estado geolinguístico do planeta e sobretudo da Europa. O velho continente não pode deixar de escutar os gritos polifónicos das línguas humanas que pululam dentro das fronteiras dos velhos estados-nação. Esta realidade polimórfica constitui a nossa riqueza e é sobre ela que devem assentar os pilares identidade europeia. Mas não pode resistir eternamente a discursos meramente propagandísticos. Exigem-se medidas imediatas e concretas.

Como tantos outros idiomas europeus – como o aragonês, o provençal, o sardo, o asturiano, e o ladino, para só citar alguns, – o mirandês vive numa situação paradoxal. Só nos damos conta de que há necessidade de o preservar porque tomámos consciência de que o mesmo está em situação agonizante, sem vitalidade, longe do seu pleno desenvolvimento, e se encontra em riscos de desaparecer. Um paradoxo que é, afinal, o espelho das nossas sociedades contemporâneas, tão obcecadas pelas relíquias museológicas como fascinadas pelo presente, e sempre à procura do futuro através dos últimos gritos tecnológicos. Por outro lado, nem sempre os autóctones conseguem dar-se conta da importância da sua cultura. Seja porque não têm a distância suficiente para reconhecer o seu valor, seja porque se encontram envolvidos em situações de conflito motivadas por interesses materiais, pessoais ou simplesmente mesquinhos.

A prática dum língua local favorece o desenvolvimento intelectual e a abertura para outras culturas. Por isso o domínio da língua mirandesa tem ainda mais importância se se considerar que a mesma constitui uma chave de acesso ao património comum das culturas que se exprimem através das línguas românicas, assim como o conhecimento destas culturas permite enriquecer a aprendizagem e o domínio da língua mirandesa.

Importa assim reconhecer a língua e a cultura mirandesa não como um obstáculo à circulação da informação e das ideias, mas antes afirmar as vantagens que ela traz na abertura a uma dimensão regional da modernidade. Nada impede que dentro de pouco tempo falemos todos a mesma língua. Contudo, não me parece que sejam as línguas internacionais a fazer concorrência às línguas ancestrais. Elas encontram-se para além de qualquer perigo, porque constituem as únicas e verdadeiras línguas da humanidade.



#### 4. CARLOS FERREIRA, UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

**CARLOS FERREIRA** nasceu em Sendim em 1961. É Geógrafo pela Universidade Nova de Lisboa (1986). É Mestre (2003) pela Universidade de Salamanca (defesa de tese com 610 páginas "Toponímia, Paisagem e Ambiente, Uma abordagem geotoponímica de Sendim em Terra de Miranda). Atualmente é doutorando pela Universidade de Salamanca (tema da tese: Modelos de povoamentos e modelos de desenvolvimento na Terra de Miranda). Foi dois anos professor de mirandês. Tem várias obras publicadas, científicas e literárias (escritas em mirandês e português), assim como variadíssimos artigos sobre a temática do mirandês e da Terra da Miranda.

##### O LEVANTE DO NORDESTE TRANSMONTANO - A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO E FRONTEIRA.

##### I. INTRODUÇÃO

O Levante do Nordeste Transmontano aqui em estudo, do ponto de vista físico natural, circunscreve-se dentro de um perímetro delimitado a Este pela Serra de La Culebra que fecha contra o rio Esla em Aliste (Espanha), a Oeste pelas Serras de Nogueira, Bornes e Reboredo, a Sul pelo vale encaixado do Douro Internacional e a Norte pela Serra de Montezinho. Este espaço assume a sua homogeneidade enquanto região de transição (paisagística, histórica, cultural, política, linguística), prolongando ou delimitando espaços naturais contíguos. Em termos humanos, reflete os condicionalismos e cambiantes da paisagem, materializando-se igualmente num velho território de "limites, fronteira e transições".

A singularidade e originalidade geográfica da Terra de Miranda, permite-nos compreender as razões que originaram as línguas e dialetos que ainda hoje povoam esta região.

Sendim, 6 de setembro de 2004

##### 1.

Dentro do contexto espacial da geografia Trasmontana, os mais eminentes geógrafos concedem alguma individualidade etnográfica à Terra de Miranda, mas no âmbito geográfico todos fazem uma análise essencialmente de cariz agronómico, propondo a clássica divisão entre Terra Quente a Sudoeste e Terra Fria a Nordeste. Porque a informação tratada nessas análises é limitada e setorial, os contornos propostos ressaltam imprecisos e decalcam-se sempre pelos artificiais limites concelhios. Na senda dos trabalhos de ilustres geógrafos como Vergílio Taborde (TABORDA, V. (1932) e Orlando Ribeiro (Orlando Ribeiro aflora algumas destas questões num opúsculo sobre a "Meridionalidade de Leão", (RIBEIRO, O. (1995)121-157) e refere o conceito de região de transição no opúsculo "Uma região portuguesa de Transição: a Beira Baixa", (RIBEIRO, O. (1995) 431-444). Também Valentín Cabero refere: "Es precisamente en las fronteras, en las márgenes del territorio, en estos lugares de encuentro y de encrucijada, en estos espacios de transición y de alternancia, donde las identidades territoriales se muestran con mayor complejidad y pluralidad", (CABERO DIÉGUEZ, V. (1998) 197), abordaremos a geografia desta região, fazendo uma análise complexa, transversal e multidisciplinar do espaço, propondo uma visão integrada para a Terra de Miranda que consideramos como um espaço com grande homogeneidade assumida nas suas feições de transição.

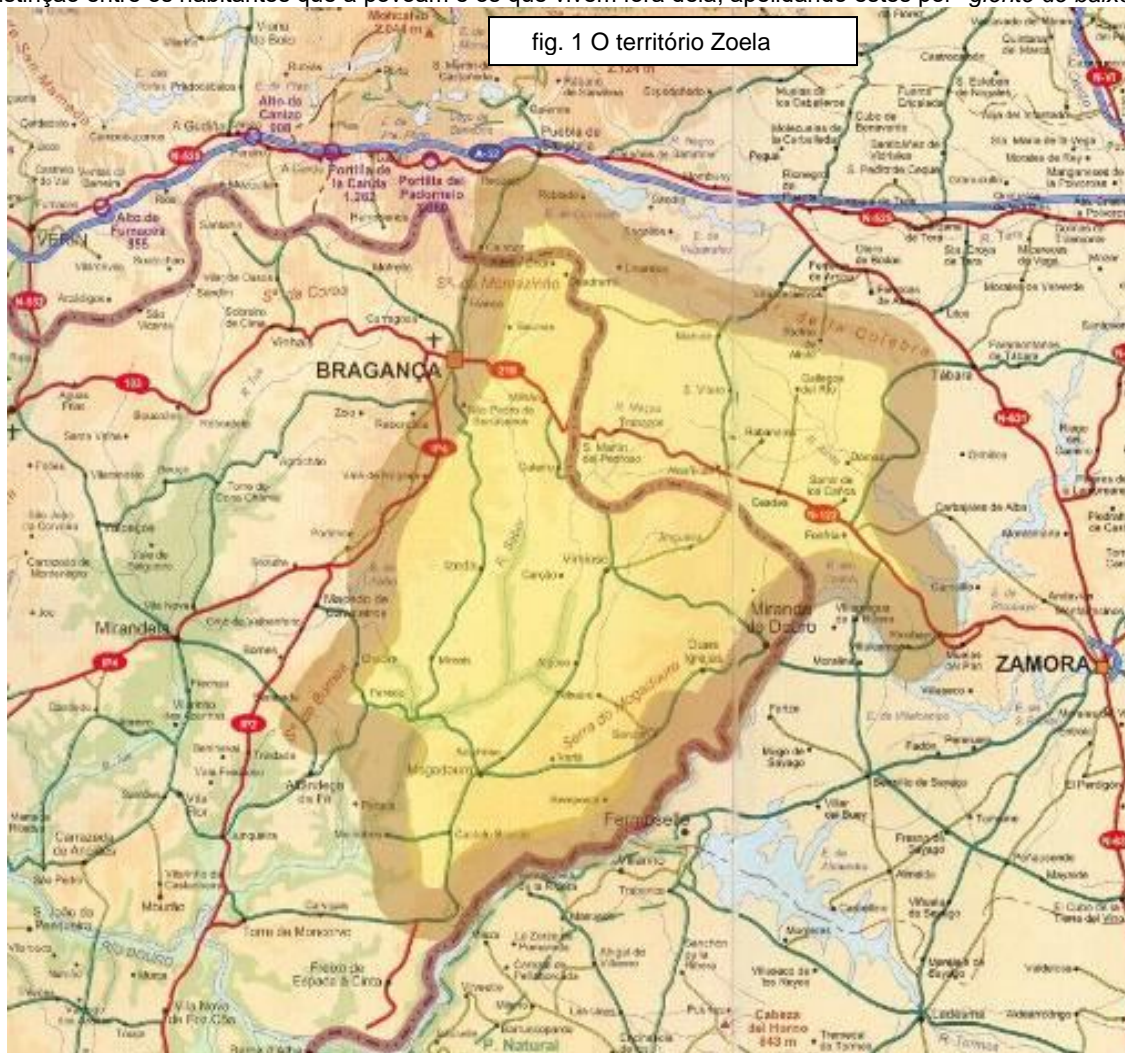
##### 2.

O antigo território da Terra de Miranda já integrou todo o levante do Nordeste Transmontano. Antes da romanização da Península foi o *país* onde os Zoelas, tribos Celtas do povo Asture, exerceram a sua influência e apascentaram os seus rebanhos em regime comunitário. Esta primórdia região, do ponto de vista físico natural, circunscrevia-se dentro de um perímetro delimitado a Este pela Serra de La Culebra que fecha contra o rio Esla quando entronca no Douro em Aliste (Espanha), a Norte pela Serra de Montezinho, a Oeste pelas Serras de Nogueira, Bornes e Reboredo e a Sul pelo vale encaixado do Douro Internacional. Este espaço assume a sua homogeneidade enquanto região de transição paisagística ecológica, histórico-geográfica, etnográfico cultural, político-administrativa e linguística, prolongando ou delimitando espaços naturais contíguos. O povoamento humano reflete os condicionalismos e cambiantes da paisagem, materializando-se igualmente num velho território de "limites, fronteira e transições" (<sup>1</sup> Situados ligeiramente a norte de Zamora, a localização da velha cidade medieval de *Castrotorafe*, hoje em ruínas e a localização do convento cisterciense de Santa Maria de Morerueta, também em ruínas, bem como o convento de San Martín de Castañeda na Sanábria, constituem excelentes marcas políticas de interface por parte do reino de Leão, para intervir e assegurar uma velha área de transição. Sobre a questão ver (ANTON, I. A. (1986) 49-58) e (PRADA, M. F. (1998) 1117). Já mais tarde, o reino de Portugal em 1545 através de D. João III e o Papa Paulo III (MOURINHO, A. R. (1995) 65), em sentido inverso, com a criação da diocese de Miranda, toma uma decisão para enfraquecer o poder dos mosteiros de Morerueta e San Martín de Castañeda, ambos em território espanhol, mas controlando boa parte das terras do nordeste transmontano. Quando os velhos mosteiros e castelos medievais entraram em decadência, a elevação de Miranda do Douro a cidade, a criação da diocese e a edificação da Sé vieram trazer remédio à falta de autoridade forte na região. Por outro lado é centralizada a propriedade de todos os bens da Igreja na região do Nordeste Transmontano e tirados todos os bens de mosteiros espanhóis situados do outro lado da fronteira. Desta forma a criação da diocese de Miranda é acompanhada de uma certa visão política, para definitivamente controlar e consolidar todos os territórios da coroa portuguesa a leste de Mirandela. Continuando o processo de estabilização desta vasta área de transição, a diocese apressa-se a instalar seminários em toda a linha de fronteira da raia seca (Vinhais, Bragança e Miranda). É interessante notar, que dentro dos domínios dos mosteiros povoadores, por exemplo Morerueta, as suas pertenças e igrejas estendem-se até à serra de Nogueira e até à linha de cumeadas das serras de Montesinho-Nogueira-Bornes-Reboredo, que é o limite do velho território Zoela).





A partir da Idade Média o velho território Zoela minguia e passa a constituir uma região administrativa, formando-se a Terra de Miranda que engloba no seu seio a área da fig. 1 O território Zoela ocupa atualmente três concelhos: Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso, as localidades de Fornos e Lagoaça do norte do concelho de Freixo de Espada à Cinta e o antigo concelho de Outeiro, integrado no concelho de Bragança desde a reforma administrativa de Mousinho da Silveira em 1835. Para efeitos de ordenamento agrícola esta região é conhecida pela designação de Planalto Mirandês. A História, singularidade e originalidade geográfica da Terra de Miranda, permitiram a emergência de uma cultura e etnografia peculiares dentro do contexto português. Destacamos nomeadamente a língua (*lhengua*) mirandesa (lei 7/99 de 29 de janeiro), os pauliteiros e o gaiteiro tocador de gaita-de-foles, a capa de honras, as tradições comunitárias e as festas solsticiais. Um conjunto de raças autóctones com denominação de origem certificada como o burro mirandês, a vaca mirandesa, o porco bísaro e a ovelha churra galega mirandesa, reforçam ainda mais a panóplia de endemismos existentes nesta região. A população que vive neste espaço faz também a distinção entre os habitantes que a povoam e os que vivem fora dela, apelidando estes por “*giente de baixo*”.





II. A TERRA DE MIRANDA COMO TERRITÓRIO DE TRANSIÇÃO

1.

Em longitude faz a transição geomorfológica entre a submeseta norte castelhana aplanada e monótona, com rede hidrográfica pouco ou nada encaixada e os planaltos do nordeste Português de relevo já mais movimentado e com a rede fluvial muito encaixada. Em latitude faz a transição entre os cumos aplanados das fraldas sul da cordilheira Cantábrica e os planaltos mais baixos do nordeste português. Em termos geológicos faz a transição entre a imensidão avermelhada dos depósitos recentes da meseta e a mistura de rochas granitoides, xistentas e quartzíticas, por vezes também recobertas de depósitos cenozoico, dos planaltos do nordeste português. Em termos climáticos faz a transição entre o clima de feições marcadamente continentais da meseta e o clima marcadamente atlântico dos montes de Leão e Sanábria, para um clima de feições mistas dos planaltos do nordeste português, multiplicando-se frequentemente em variadíssimos microclimas, originados pelo encaixe da rede fluvial e pela exposição das encostas a ela adjacentes. Refletindo o clima, em termos florísticos faz a transição entre os azinhais de *Quercus ilex ssp. Rotundifolia* da meseta e os bosques de carvalho negral, *Quercus pirenaica* Willd do maciço Cantábrico, para os bosques mistos do planalto e dos vales encaixados dos rios, onde a vinha e a oliveira encontram alargada expressão. Como alguns botânicos têm apontado, a transição significa riqueza em biodiversidade.

2.

Dentro dos cambiantes humanos da paisagem, podemos destacar a transição entre o grande campo cerealífero e aberto (openfield) da meseta e o pequeno campo fechado (bocage) dos Montes de Leão e Sanábria, para uma estrutura fundiária mista de enclausures e campo aberto, nos planaltos do nordeste transmontano, onde os lameiros (cerrados) assumem a maior expressão de identidade na paisagem da Terra de Miranda. Sendo a geologia diferente, os materiais empregues na construção das casas e o tipo de arquitetura, vêm neles refletida a transição. Também ao longo da história, as práticas e produções agrícolas tiveram maior diversificação na Terra de Miranda que na meseta castelhana.

3.

Por fim é necessário dizer que a transição que se vai efetuando na Terra de Miranda, além de se ver no relevo, na geologia, no encaixe dos rios, no clima, no tipo de vegetação, na estruturação da paisagem, no tipo de atividades agrícolas, no tipo de povoamento e na etnografia, vê-se também na língua, o asturo-leonês, língua de transição segundo Menéndez Pidal (Ramón Menéndez Pidal (*Las Orígenes del Español*) citado por José Matoso (org) (1992), "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, vol. I, 511: "O idioma romance encontrava-se durante o século X no seu período de origem ou de formação, e o que mais essencialmente distinguia a linguagem dessa época da que se seguiu depois era a falta de uma norma linguística fixa. Várias normas lutavam entre si, cada qual sem força suficiente para vencer rapidamente a sua oposta (...) A fala vulgar da corte de Leão no século X tinha uma grande debilidade constitutiva: a sua vacilante indecisão. Nela concorriam tendências vindas da Galiza, com o grande prestígio da cultura, riqueza e grande densidade de população dessa terra ocidental; tendências vindas das Astúrias, antiga sede da monarquia; tendências vindas de Castela, região que já então se distinguia por uma firme orientação linguística, muito diferente das grandes vacilações leonesas. Leão gozou o seu grande prestígio político numa época em que a qualidade da corte a prejudicava linguisticamente pela mistura de gentes e influências muito diversas que a ela concorriam e na qual não existia ainda uma literatura romance capaz de reduzir a uma harmónica unidade essas várias tendências."

Também Orlando Ribeiro cita Menéndez Pidal, referindo: "MENÉNDEZ PIDAL, por sua vez, notara como a cunha asturicense na Terra de Miranda explica a persistência de um falar leonês no território de Portugal.", (RIBEIRO, O. (2001) 78). Esta ideia de cunha encravada de que nos fala Menéndez de Pidal, mostra não apenas a fragilidade política em "aguentar" os territórios que a ladeiam, mas mostra sobretudo a ideia de transição que está subjacente a este espaço, que evoluindo a partir do latim popular foi durando nesta região, mas que cedo começou a perder vigor frente aos ataques do castelhano e do galaico-português, depois da independência do reino de Portugal e da aglutinação do reino de Leão pelo reino de Castela, acantonando-se hoje a sua vitalidade a pouco mais que as localidades do concelho de Miranda do Douro.



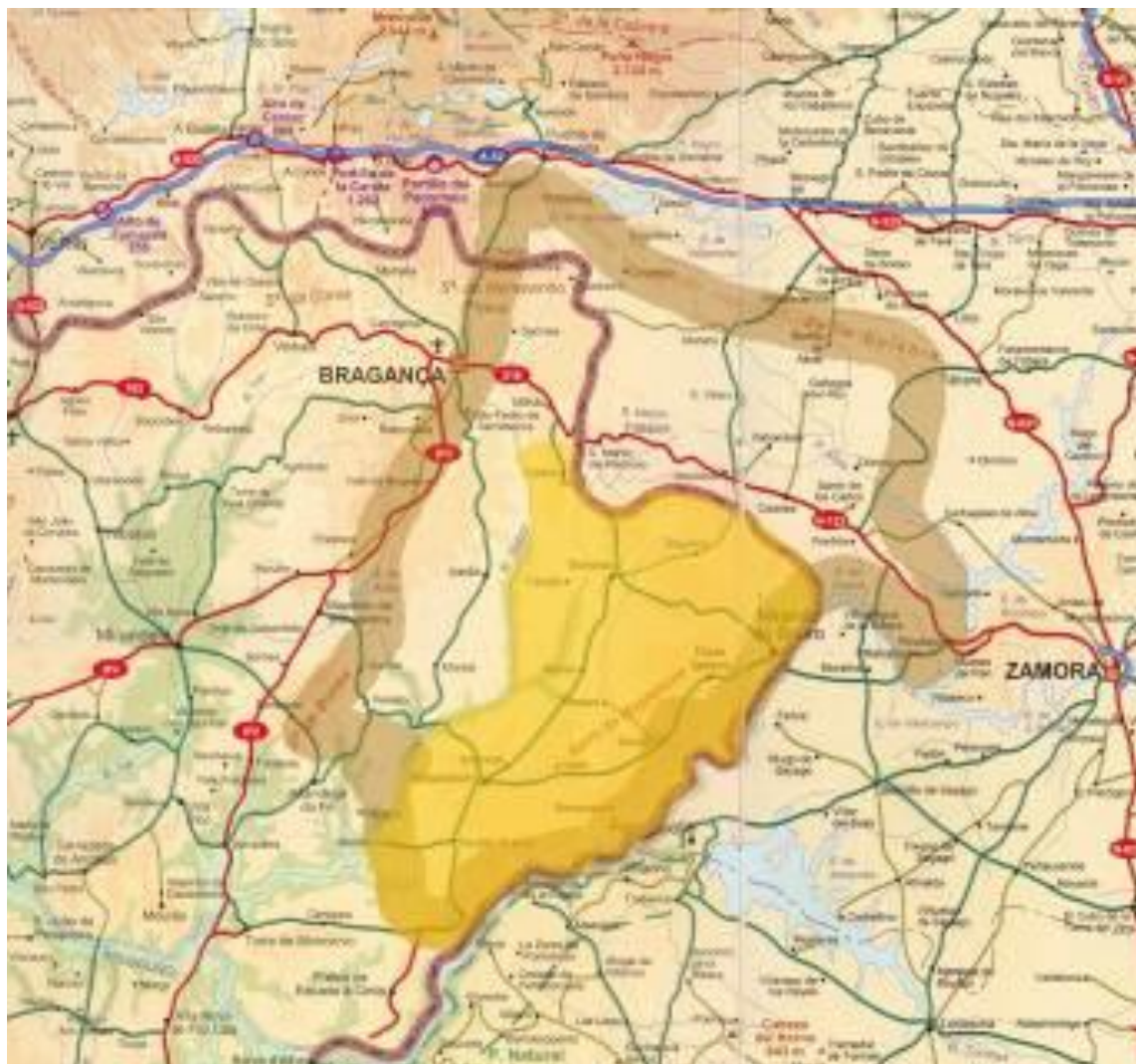


Fig. 2. A Terra de Miranda Medieval

4.

Segundo Julio Davalillo Larrea (DAVALILLO LARREA, J. L.(2000), na pré-história o espaço da região da Terra de Miranda constituía já uma fronteira. Em 1500 a. C. constituía fronteira entre a zona do Bronze Atlântico e a zona do Bronze do Final da Meseta chamado “grupo de las cogotas”. Por volta do ano 1000 a. C. constituía fronteira entre Celtas e Celtiberos.

Nos termos proto-históricos e históricos (Sobre a história da Terra de Miranda, Cidade e Diocese, consultar vários documentos na obra do Abade de Baçal, nomeadamente (ALVES, F. M. (1910) I e IV), a obra de Artur Carlos Alves (ALVES, A. C. (1973), (ALVES, A. C. (1974) e (ALVES, A. C. (1978), (MOURINHO, A. M. (1980), (MOURINHO, A. R. (1995) e : [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)





(FERNANDES, M. C. C (2001).) da ocupação humana da Terra de Miranda, antes das invasões romanas chegarem à Península Ibérica, o território Zoela, espaço cultural das tribos celtas pertencentes ao povo Ásture, ocupava uma região que delimitava os seus contornos da seguinte forma: partindo do ponto de confluência entre o rio Esla e o Douro, continuava para N/NE pelos cimos da Serra da Culebra, para NO pela cumeada da serra de Montesinho, para O e SO pela linha de cumeada das Serras de Nogueira e Bornes, servindo o vale jusante do Sabor e a serra do Reboredo como fecho até ao vale do Douro quando este entra em território português e daí sobe até encontrar novamente a foz do rio Esla, (MARTÍNEZ, S. M. G. (1999) 18). No limite O. da submeseta norte castelhana, o rio Esla com orientação norte-sul e o talvegue profundamente encaixado do rio Douro, com orientação NE - SO, serviam de eixo vertebrador na divisão entre os *populi* dos *Astures Cismontanos*, dos *Callaeci*, dos *Lusitani*, dos *Vaccei* e dos *Vettones*, (ALARCÃO, J. (2002) 31-33). Este ponto de encontro entre Esla e Douro serviu depois para estabelecer os limites entre as províncias romanas da *Lusitânia* e *Tarraconensis*.

Durante o domínio romano, embora muitos estudos se tenham debruçado sobre os limites dos dois conventos, nomeadamente Joaquim Neto (NETO, J. M. (1975), ressalta que a Terra de Miranda se integrou no convento de *Asturica Augusta* em determinados períodos e no de *Bracara Augusta* noutros períodos.

No ano de 420 d. C. era por aqui que passava a fronteira entre Suevos e Alanos, no ano 450 d. C. entre o Reino Suevo e o Campus Gothorum e no ano 500 d. C. era fronteira entre o Reino Suevo e o Reino Visigodo. No ano de 950 d. C. estabeleceu-se por aqui a fronteira entre reveses Cristão e Árabes, a chamada “*extremadura*”.

Dentro do próprio topónimo *Miranda* (Pensamos que o topónimo *Miranda* antes de se fixar no nome da localidade, devia referenciar o nome de uma região, ainda mais vasta que o espaço atribuído pelos primeiros reis portugueses à Terra de Miranda. Teria sido primeiro a “reconquista cristã” e depois o início da nacionalidade, com todas as querelas político-militares ligadas ao processo de independência, que teriam fragmentado esse espaço original mais vasto. O facto de na região, três importantes reinos (Leão, Castela e Portugal), se terem guerreado, aglutinado, dividido, feito alianças e tornado independentes, não favoreceu a continuidade política regional. Num documento de 1358, emitido pelo rei D. Pedro de Portugal faz-se referência a “ (...) **mijanda a noua de Riba de doiro** (...)”, (FERNANDES, H. P. (1996) I. 53). Por aqui podemos verificar que a vila de Miranda tem uma fundação que nasce para estabilizar os limites da nacionalidade emergente) encontramos também esta ideia de transição e fronteira que segundo Garcia Árias (Ver (ARIAS, X. L. G. (2000) *Miranda*) e também (ZAPATERO, J. G. A. (1985). José Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, J. L. (1900) 33-35) e o Abade de Baçal (ALVES, F. M. (1910) X. 131), referem ambos que a palavra *Miranda* vem do adjetivo-participio latino *miranda*, do verbo *mirar*, e significa «digna de admiração», e, por ampliação de sentido, «evidente», ou ideia análoga; na mesma ordem de ideias: *mirar*, *mirante*, *miradoiro*. Não estamos completamente de acordo com estes nobres autores. Por um lado pensamos que a palavra *miranda* se reportava a uma região e será muito mais antiga que a localidade, por isso o que seria ali digno de admiração se não havia localidade? Por outro se *Miranda* do Douro fica localizada num miradouro frente ao rio, a mesma coisa já não se pode dizer de *Mirandela* que fica numa depressão. A Verdade é que ambas referenciam faixas de fronteira físico paisagísticas. Da mesma forma que José Leite de Vasconcelos batizou a língua leonesa destas terras, apelidada aqui por “*nuossa fala*” por *Mirandês*, também os “fundadores” de *Miranda* teriam cristalizado o nome da região para designar a localidade) se explica a partir do céltico *MIRO-RANDA* com sentido de limite ou fronteira. Segundo Juan Zapatero, estamos claramente perante um território de velhos “limites, fronteiras e transições”, (ZAPATERO, J. G. A. (1985) 22).

A este respeito também refere Valentín Cabero:

“*algunos topónimos como Muga de Sayago, San Felices de los Gallegos o Vilarinho dos Gallegos, por exemplo, son un testimonio más de las raíces comunes, y contribuyen a entender la identidad de un espacio regional fronterizo, calificado de marginal y extremo.*”, (CABERO DIÉGUEZ, V.(1998) 198).

## 5.

Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa pela expressão **Terra** (Artur Carlos Alves, refere-se também à origem e evolução da palavra **Terra**, (ALVES, A. C. (1973) 24-27), entendia-se distrito administrativo, militar e judicial, utilizando-se bastante esta designação no Norte de Portugal como para o caso da Terra de Vinhais, Terra da Feira, Terra de Ledra, etc. Ainda hoje na vizinha Espanha encontramos na Galiza cerca de uma dezena de pequenas regiões com a designação **Terra** e na província de Castela e Leão não anda longe da vintena, não a encontrando praticamente noutras províncias. Aníbal Varizo, insere na baixa Idade Média, o fermento administrativo que viria a fomentar a constituição da chamada Terra de Miranda medieval, referindo-nos este autor:

“*O paroquial suévico deve ter sido escrito entre 572 e 582. Menciona 18 igrejas e 12 pagi. Os pagi seriam as igrejas mais afastadas de Braga, de organização mais rudimentar, mais longe do Arcebispo. (...) «Astiático» será, o território correspondente à futura «Terra de Miranda». (...) No princípio da nacionalidade, Miranda do Douro impõe-se pela sua situação estratégica, pelo que não admira que seja a sede de circunscrição administrativa (Terra) e de circunscrição religiosa (arcediago). (...) «Aparecem na documentação dos séculos X e XI, relativa à região onde depois veio a ser Portugal, as palavras «TERRA» e «TERRITÓRIO» com o significado de divisão administrativa.*”, (VARIZO, A.(1990)81-83).

A denominação *Terra de Miranda* aparece pela primeira vez em documentos do séc. XII (Ver (ALVES, A. C.(1973)46) e (MOURINHO, A. M. (1980)93). Erradamente em 1136, o Abade de Baçal, atribui a *Miranda do Douro* o foral que Don Afonso I, atribui a *Miranda do Corvo*, (ALVES, F. M.(1910)IV.81) e, a partir dessa data não voltou a deixar de se utilizar. Os seus contornos nunca foram rigorosamente delimitados, mas segundo José Leite de Vasconcellos ((VASCONCELLOS, J. L.(1941)179-189), durante a Idade média entendia-se por esta designação, todo o território limitado a Sul pelo rio Douro a Norte e Este pela fronteira política com a Espanha e a Oeste pelo rio Sabor.



III. A UNIDADE DA TERRA DE MIRANDA VS. REGIÃO NATURAL

1.

Depois da Idade Média a designação Terra de Miranda deixou de ter o seu carácter administrativo e depressa evoluiu para um significado essencialmente geográfico, histórico, ver etnográfico. Mantendo-se a homogeneidade territorial que sempre teve, podemos dentro da transição apontar como traços mais marcantes da unidade deste espaço os seguintes:

1.1. A geografia física confere uma homogeneidade muito particular a este território na sua forma de relevo de planalto (Amiúde as pessoas e os próprios dicionários de português, não sabem fazer a verdadeira distinção entre planície e planalto, pensando que a diferença está na altitude, mas a verdade é que podemos ter planícies elevadas a mais de 3000m de altitude absoluta. Independentemente da altitude, um planalto e uma planície, constituem ambos vastas superfícies aplanadas, mas o primeiro produz uma rede hidrográfica muito encaixada, com grande poder de transporte de materiais grosseiros, erosão recente e regressiva, enquanto a segunda produz redes hidrográficas não encaixadas, divagantes, sem poder de transporte, atulhando-se o seu leito com várias camadas de depósitos finos) que produz linhas de águas extremamente encaixadas em vales profundos, alcantilados e escarpados, assumindo transição em relação à Submeseta Norte Espanhola.

1.2. Na sua altitude média aplanada de 700m de onde se elevam pequenas colinas eruditas e arredondadas chamadas *cabeços* e alguns cimos como os de Mogadouro, Variz e Castanheira que apesar de terem uma altitude absoluta de aproximadamente 1000m, não se elevam mais de 150m em relação ao planalto circundante, sendo o perímetro na sua base muito reduzido, constituindo belos exemplares de “inselbergs”.

1.3. Na distribuição da escassa precipitação anual (+/- 550mm), que ocorre na grande maioria no fim do outono e no inverno e na distribuição das temperaturas médias diurnas anuais (12,3°C), com grandes frios no inverno e elevadas temperaturas no verão dizendo-se do clima que são *nuobe meses d’Ambierno i três d’Anfierno*.

1.4. Na sua geologia complexa de xistos, granitoides, quartzitos e depósitos recentes de cobertura e ainda na sua vegetação (Entrecruzam-se nesta área dois domínios florísticos bem demarcados o do carvalho pardo ou negral – *Quercus pirenaica* Willd. – mais acentuadamente atlântico, com espécies caducifólias como o carvalho alvarinho – *Quercus robur* L., o castanheiro – *Castanea sativa* Mil. -, o ulmeiro – *Ulmus capinifolia* Gled. -, o amieiro – *Alnus glutinosa* L. -, o choupo – *Populus nigra* L. - *Populus alba* L. -, o freixo – *Fraxinus angustifolia* - e o do domínio das quercínias perenifólias, acentuadamente mediterrâneo com espécies como a azinheira - *Quercus ilex* ssp. *rotundifolia* -, o sobreiro – *Quercus suber* L. -, o carvalho cerquinho - *Quercus faginea* - e o zimbro - *Juniperus oxycedrus*). A diversidade de microclimas produz uma grande diversidade florística, que por sua vez produz uma fauna rica e diversa.

Devido a esta tão grande uniformidade geográfica Vergílio Taborda (TABORDA, V. (1932) e Dionísio Gonçalves (GONÇALVES, D. (1985) consideram este espaço uma região natural.

2.

Em termos pré-históricos, proto-históricos e históricos já vimos com se esboça a constituição de uma unidade de povoamento humano, cultural e administrativo (Sobre o assunto ver (SANCHES, M. J.(1992) e (LEMONS, F. S.(1993)..

Em termos etnográficos estamos também perante uma região com características muito próprias e peculiares em relação a todo o resto da península Ibérica, podendo destacar em traços muito largos a dança dos paulitos, a capa de honras e a língua mirandesa (Outras particularidades poderíamos apontar, mas estas parecem-nos ser as mais representativas. Ver também sobre a gaita de foles (CORREIA, M.(2002) e sobre o teatro popular mirandês (GONZÁLEZ, F. C.(2001).

Se nos nossos dias estas três singularidades etnográficas estão muito confinadas ao concelho de Miranda do Douro, ainda há apenas meio século escrevia António Maria Mourinho relativamente à dança dos pauliteiros: “*Em nosso País, dançou-se em toda a região compreendida entre os rios Sabor e Douro, talvez desde Rio de Onor, até aos limites sul do concelho de Mogadouro, confrontando com os de Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo.*”, (MOURINHO, A. M. (1984) 454).

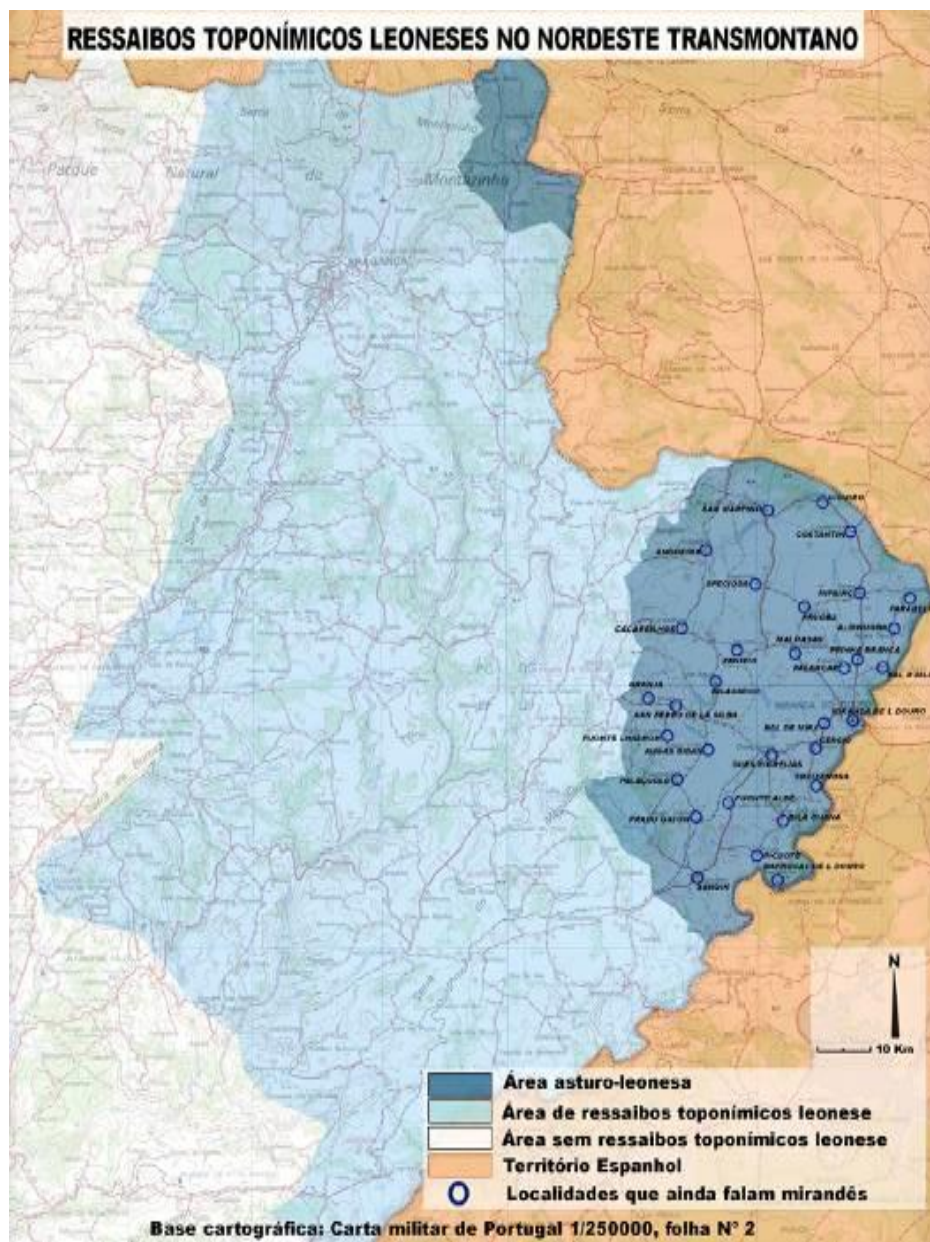


Fig.3: A área de ressaibos toponímicos leoneses no Nordeste Transmontano corresponde ao antigo território celta das tribos Zoela.





#### IV. AS FRONTEIRAS DA TERRA DE MIRANDA

##### 1.

Como vimos o espaço da Terra de Miranda, começou por ser o extremo e a fronteira entre os territórios ocupados pelos vários povos celtas e pré-celtas. Continuou a constituir fronteira entre as províncias romanas da *Lusitânia* e *Tarraconensis* e entre os conventos de *Asturica Augusta* e de *Bracara Augusta*. Também durante as invasões árabes, o rio Douro, particularmente no seu troço NE-SO mais encaixado, constituía fronteira de reveses e consolidação de percas e aquisições militares por parte de infiéis e cristãos. Com o início da nacionalidade portuguesa, constituiu fronteira entre o reino de Leão e o Condado Portucalense e por fim entre Espanha e Portugal. A Terra de Miranda é portanto, uma região de fronteira com características específicas dentro do retângulo português. A sua área tem a particularidade de ser a única região portuguesa que faz fronteira com a Espanha pelo seu lado Norte e ao mesmo tempo pelo lado Este e Sul (rio Douro).

##### 2.

Não levando em conta velhos conceitos que associam a fronteira a uma linha, debruçamo-nos apenas sobre a noção de faixa de fronteira, onde os povos que estão em contacto se enriquecem de experiências e trocas. A convivência humana entre as populações que vivem de um e do outro lado da fronteira desenvolve atividades variadas, estados de espírito específicos, bem como uma economia, sociologia e antropologia particulares aos espaços de fronteira. Acrescemos a este facto, as diligências desenvolvidas ao longo dos tempos pelas entidades políticas que administram esses espaços, para gerir esses territórios no sentido da proibição ou permissão das passagens. Como sabemos, entre Espanha e Portugal, só depois da adesão dos dois países à União Europeia (Com algumas exceções históricas, antes desta data, as fronteiras estiveram fechadas, para pessoas e bens, limitando-se a colaboração dos estados, à gestão dos recursos hídrico energéticos do rio Douro) em 1986, as vontades e decisões políticas têm ido no último sentido.

##### 3.

Na Terra de Miranda podemos considerar três tipos de fronteira que não coincidem: as da região histórico-natural são as mais velhas, as políticas estão praticamente fixas desde o início da nacionalidade e as linguísticas datam de tempos anteriores à nacionalidade.

Do primeiro caso penso que já dissemos o suficiente.

No segundo caso podemos considerar duas secções distintas. A Norte e Este, a cumeada da Serra da Senhora da Luz e do Mourigo materializa a linha imaginária e despovoada que constitui a linha de fronteira entre Portugal e Espanha, dividindo também a Terra de Miranda do Campo de Aliste, também chamada *raia seca*. A sul da Terra de Miranda, desde que inflete o seu curso de O para SO, o vale encaixado do Douro, materializa a linha imaginária divisória entre Portugal e Espanha, também chamada *raia molhada*. Este troço de fronteira divide também as Terras de Miranda, Sayago e La Ribera Sobre as antigas divisões da província de Salamanca, ver (LLORENTE PINTO, J. M.(1999)499-530).



Fig.4: A Terra de Miranda e a linha de fronteira Este entre Portugal e Espanha.



4.

No terceiro caso, a fronteira linguística, desde a “reconquista cristã” e enquanto o reino de Leão se manteve como um espaço político forte, existiu um grande *continuum* linguístico asturo-leonês, que entrava pelo nordeste transmontano português e aí se manteve durante vários séculos. Primeiro com a independência do condado portugalense em relação ao reino de Leão, que logo adotou a norma linguística galaico-portuguesa e depois com a absorção do reino de Leão pelo reino de Castela, que logo adotou a norma linguística castelhana, o falar asturo-leonês ficou encravado, apenas na parte mais oriental da velha Terra de Miranda medieval.

A língua Mirandesa, como o definiu pela primeira vez em 1906 Ramon Menéndez de Pidal (Menéndez Pidal, R.(1990)21), pertence ao *continuum* linguístico asturo-leonês. Podemos pois analisar a sua difusão não apenas em função da sua área de acantonamento atual, o concelho de Miranda do Douro, mas também em função de todos os ressaibos que aquele *continuum* linguístico deixou no nosso país, sobretudo presentes no terço Este da província Transmontana. Estes ressaibos, para além de todos os vestígios de falares asturo-leoneses que ainda perduram em Rio de Onor, Guadramil, Petisqueira e Deilão, ficaram também, embora de forma mais subtil, na toponímia e sobretudo na microtoponímia de toda esta região do nordeste transmontano (Os filólogos e linguistas sempre foram muito perentórios na inventariação da quantidade de influências que o português e o castelhano tiveram na língua mirandesa, mas nunca se deram ao trabalho de construir estudos que analisassem a influência do mirandês/leonês, no chamado português de Trás-os-Montes.) Assim para ser possível tirar algumas conclusões sobre os limites do espaço histórico-natural que tentamos delimitar, fiz o levantamento de toda a toponímia maior e de cerca de cinco mil microtopónimos em todo o distrito de Bragança. Na grande maioria a partir das cartas militares à escala de 1/25000 e também com base nas listas cadastrais das finanças de Miranda do Douro que o Sr. Amável Falcão prontamente colocou à minha disposição e a quem muito agradeço. No concelho de Miranda e Mogadouro fiz também várias recolhas através de inquéritos in loco. Também a Doutora Manuela Barros Ferreira, num artigo sobre “A situação atual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialetos asturo-leoneses em Portugal”, se ocupou desta questão, (FERREIRA, M. B.(2001). Muito lhe agradecemos o envio do seu artigo, do qual recomendamos a leitura por ser esclarecedor e muito sério no tratamento dos limites linguísticos asturo-leoneses em Portugal). Considerei para a minha análise todos os topónimos e microtopónimos que encerram características bem marcantes do asturo-leonês, nomeadamente a conservação de -n- e -l- latinos, a presença do diminutivo -ico-, a palatalização de -l- inicial ou intermédio, os microtopónimos marra e ourrieta (Este microtopónimo aparece nas formas: orreta, ourrieta, urreta, urrieta, rita, rita e ruta.) e o aparecimento do artigo definido mirandês (l, la, ls, las) associado a microtopónimos, bem como os nomes dos arbustos *scoba* (*Scoba*, giesta - *Cystisus striatus* (Hill) Rothm. – *cystisus scoparius* L. – *cytistus multiflorus* (L'Hér.) Sweet. Em São Pedro da Silva encontramos os topónimos Lombo da Esteveira e Cabeço da Esteveira, mas um documento de 1172, (ANTON, I. A.(1986)312-13), diz-nos tratar-se de um antropónimo “que stat in monte de Stevam”, e não de um fitotopónimo como se pensaria) e *xara* (*Xara*, esteva - *Cistus ladanifer* – *Cistus laurifolius*).

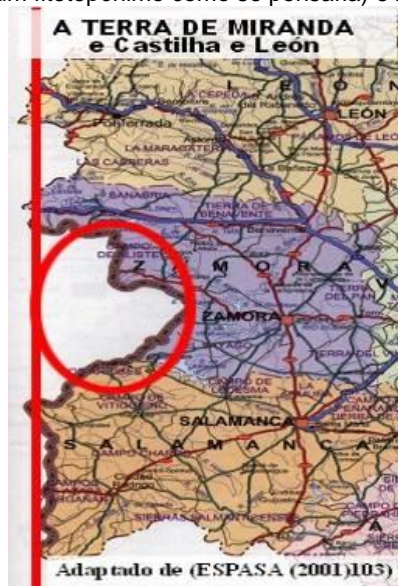


Fig.5: A Terra de Miranda ‘arrancada’

Da espacialização das ocorrências de microtopónimos com estas características linguísticas resultam três espaços bem distintos. Em primeiro lugar pela elevada ocorrência destes microtopónimos destaca-se o concelho de Miranda do Douro acrescido das localidades do concelho de Vimioso onde se fala e se falou até há pouco tempo a língua mirandesa e da



área leonesa de Rio de Onor, Guadramil, Deilão e Pestiqueira. Em segundo lugar destaca-se uma área mais vasta que é delimitada dentro do nosso país pela linha de cumeada das serras de Montesinho, Nogueira e Bornes até ao baixo Sabor, passando depois pelas fraldas NE da serra do Reboredo indo fechar este território contra o Douro Internacional que serve de fronteira Hispano-Lusa à altura do Norte do concelho de Freixo de Espada à Cinta, onde os microtopónimos com as características que selecionamos, embora mais raros, têm ainda um peso significativo, esparsando-se à medida que nos afastamos da área onde hoje ainda se fala Mirandês.

Por fim a área a Oeste da linha das cumeadas que enunciamos, que se caracteriza pela quase completa ausência de ocorrência de microtopónimos com as características asturo-leonesas que tínhamos selecionado. A área onde se encontram ressaibos de asturo-leonês, corresponde também grosso modo à comarca de Miranda do século XVI, na qual Bragança e Vinhais se integravam, ver (VARIZO, A. (1990) 88).

#### V. A TERRA DE MIRANDA E A LINHA DE FRONTEIRA POLÍTICA ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

##### 14.

Neste ponto desenvolvemos uma pequena reflexão que se debruça e pensa a longitude da fronteira política na Terra de Miranda e o resto da fronteira Leste, entre Portugal e a Espanha. Se no meridiano de 6° W traçarmos uma faixa de 10' entre os 45' e 55', ao longo da longitude média da linha de fronteira entre Portugal e Espanha, que “nasça” no Mar Cantábrico e siga a fronteira entre a Galiza, o Principado das Astúrias e a Província de Castela e Leão, continuando depois ao longo da fronteira portuguesa com a Espanha até ao Algarve, verificamos que essa faixa acompanha o rio Navia que corre de Sul para Norte e vai desaguar no Mar Cantábrico e o rio Sil a sul de Ponferrada que corre de Norte para Sul. Esta faixa passa depois em San Martín de Castañeda e em Castro de Avelãs. Continuando para Sul passa por algumas cumeadas de serras da Cordilheira Cantábrica, dos Montes de Leão e Serra de la Cabrera: Serra de Ancares (pico de Peña Rubia 2214m), Serra de Chaira (pico de Peña Trevinca 1925m), Serra Segundera (pico de Moncalvo 2044m e Cabril 1850m), Serra de la Gamoneda (pico de Mugo 1738m). Já em Portugal passa igualmente pelas cumeadas das Serras de Montesinho (1474m), Nogueira (1318m), Bornes (1174m), pelo vale muito encaixado e aberto do baixo Sabor, pela Serra do Reboredo (920m) e continua a partir daí pela faixa de fronteira entre Portugal e Espanha.

##### 15.

Em primeiro lugar podemos verificar que a faixa de fronteira entre Portugal e Espanha se situa na mesma faixa de longitude que a fronteira entre as Astúrias e a Galiza e esta e Castela e Leão. Em segundo lugar podemos verificar que o único território português a Leste desta faixa de 10' é a Terra de Miranda em sentido histórico Medieval, prolongando-se pela Lombada até à fronteira Norte com a Espanha, ou melhor, toda a área que correspondeu ao território dos Zoelas e onde hoje ainda se encontram influências ou ressaibos linguísticos asturo-leoneses. Verificamos também, como curiosidade, que depois do rio Douro entrar definitivamente em Portugal em Barca de Alva, a única localidade que quase toca esta faixa de 10' é Barrancos no Alentejo com um falar (Relativamente às reentrâncias e saliências dos recortes da linha de fronteira entre Portugal e Espanha podemos ainda verificar algumas curiosidades linguísticas: na reentrância em território português à altura de Penamacor temos do lado espanhol o “Galego” do vale do Ellas; na reentrância em território português à altura de Vila Velha de Ródão temos em território espanhol o Português de Cedillo e da franja de Alcântara; na reentrância em território português à altura de Alendroal temos o português de Olivença e por último na reentrância em território espanhol à altura de Barrancos temos o Barranquenho que é um falar com características castelhanas) próprio e tradições que se identificam mais com as da Estremadura e Andaluzia espanholas que com as Portuguesas.

##### 16.

Colocando a Terra de Miranda em “negativo”, podemos também observar que este território, situado a Este da nossa faixa de 10' parece como que “arrancado” à província de Castela e Leão e que esta província espanhola que abarca toda a Submeseta Norte, em todo o seu perímetro está delimitada das outras nove províncias com que confina por muito altos e sempre contínuos acidentes orográficos: da Galiza separa-a a Serra de Ancares e os Montes de Leão com altitudes médias de 1700 m, das Astúrias e Cantábria a Cordilheira Cantábrica com os Picos de Europa a altitudes médias de 2000 m, do País Basco a Serra Valnera com altitudes médias de 2000 m, de la Rioja e Aragón o Sistema Ibérico com altitudes médias de 2000 m, de Castela la Mancha, Comunidade de Madrid e Estremadura o Sistema Central com altitudes médias de 2000 m. Verificamos então que única fronteira desta província que não é delimitada por altas serras é o Planalto Mirandês que faz a transição da Submeseta Norte, para os planaltos do nordeste transmontano. No entanto se formos à procura dessa “*fronteira natural de Serras*” que fechasse as altitudes que delimitam a Submeseta Norte encontramos-as na nossa faixa de 10': Serra de Montezinho (1474m), Nogueira (1318m), Bornes (1174m) e Reboredo (920m), que constituem a última “cadeia” de serras com orientação Sudoeste-Nordeste no Leste de Trás-os-Montes. As três primeiras delimitam a Oeste e Norte a bacia hidrográfica do rio Sabor e a última delimita-a a Sul.

#### VI. CONCLUSÕES

##### 17.



Não pretendendo subscrever uma tese que radica a origem da Terra de Miranda numa visão de pura continuidade cultural localista, creio no entanto ressaltar do exposto uma individualidade histórica, cultural e geográfica, com longa tradição. Estamos portanto de acordo com Francisco Sande Lemos quando afirma: “*Terra de Miranda é uma designação medieval aplicada a um território individualizado por uma história e cultura comum e por características geográficas homogéneas.*” (No nosso entender, homogeneidade não significa unidade monótona, mas sim transição de feições. A riqueza da diversidade materializa portanto uma forma de homogeneidade.), (LEMOS, F.S. (1993) *l.a.129*).

18.

É comumente aceite que a língua mirandesa se manteve viva até hoje no concelho de Miranda do Douro, apenas devido ao grande isolamento desta região. Não estando este espaço mais isolado e enclavado que outros do Nordeste Transmontano, acreditamos que a grande e longa continuidade cultural desta Terra, forjou nos ‘*genes sociais*’ dos seus habitantes, uma consciência que os faz resistir à aculturação da sua velha forma de estar e entender o mundo. Nos alvares do III milénio, percebermos como se forjou esta consciência íntima de pertença a uma cultura específica é perceber o porquê da obstinação em manter vivos velhos ritos solstícios com mais de três mil anos, ao mesmo tempo que se teima em falar uma língua que nos ata às sucessivas camadas de história que são o cordão umbilical que nos liga aos nossos primórdios. Como muito gosta de dizer o povo mirandês: “*hai que saber tener-se na raiz*”.

VII. BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (2002) O domínio romano em Portugal, Lisboa: Publicações Europa-América
- ALVES, A. C. (1973) Cadernos Históricos Mirandeses, II, A terra de Miranda (Tentame Histórico), Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- ALVES, A. C. (1974) Cadernos Históricos Mirandeses, III, A terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258), Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- ALVES, A. C. (1978) Cadernos Históricos Mirandeses, I, Retalhos de História, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- ALVES, F. M. (1910) Memórias arqueológicas históricas do Distrito de Bragança, Tomos I-XII, Ed. Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus / Museu do Abade Baçal, (2000).
- ANTON, I. A. (1986) La Colonización Cisterciense en la Meseta del Duero, Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos “Florian de Ocampos” Diputación de Zamora
- ARIAS, X. L. G. (2000) Pueblos asturianos. El porqué de sus nombres. Gigón: Edic. Alborá llibros, 2ª ed. Corregida y aumentada.
- CABERO DIÉGUEZ, V. (1998) “Dos Márgenes” In: AZEVEDO, J. (editor) (1998) 195-201
- CORREIA, M. (2002) Bi Benir la Gaita, Lisboa: Instituto de Desenvolvimento Social
- DAVALILLO LARREA, J. L. (2000) Atlas histórico de España y Portugal Desde el Paleolítico hasta el siglo XX, Madrid: Editorial Síntesis, S.A
- FERREIRA, C. (2003) Toponímia, Paisagem e Ambiente uma Abordagem Geotoponímica de Sendim em Terra De Miranda. (Um Estudo de Geografia Rural e Regional). Dissertação apresentada à Faculdade de Geografia da Universidade de Salamanca para obtenção do “Grado de Salamanca”.
- FERNANDES, H. P. (1996). Bibliografia do Distrito de Bragança, Documentos (textos) Publicados, Tomo I, 569-1870, Tomo II, 1871-1950. Bragança: ISPB/CMB/BPADB
- FERNANDES, M. C. C. (2001) Uma História da Diocese de Bragança – Miranda, Lisboa: Diocese de Bragança-Miranda
- FERREIRA, M. B. (2001) “A situação atual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialetos asturo-leoneses em Portugal.” In: Revista de Filologia Românica vol. 18 117-136.
- GONÇALVES, D. (1985) “O clima de Trás-os-Montes” Vila Real: IUTAD
- GONZÁLEZ, F. C. (2001) Sayago, viaje al interior, ermitas y romerías, Zamora: Francisco Colino González
- LEMOS, F.S. (1993) Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga (policopiado)
- LLORENTE PINTO, J. M. (1999) “Las divisiones del espacio provincial. Salamanca y sus comarcas”, In: Salamanca, Revista de Estudios, 43, (1999), 499-530
- MARTÍNEZ, S. M. G. (1999) “Los Zoelas: sociedad y antroponímia” In: Brigantia vol. XIX Nº 1/2 (1999) 17-36
- MENÉNDEZ PIDAL, R. (1990) El Dialecto Leones, Leon: Diputación Provincial de León
- MOURINHO, A. M. (1980) “Roma na Terra de Miranda” In: Atas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, vol. III, Guimarães
- MOURINHO, A. M. (1984) Cancioneiro tradicional e danças populares mirandesas, I vol. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro
- MOURINHO, A. R. (1995) Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro – Bragança, Miranda do Douro: Câmara Municipal
- NETO, J. M. (1975) O Leste do território bracarense, Torres Vedras
- PRADA, M. F. (1998) El real monasterio de San Martín de Castañeda, Madrid: San Pablo
- RIBEIRO, O. (1995) Opúsculos Geográficos, vol. VI. Estudos regionais, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- RIBEIRO, O. (2001) Introdução Geográficas à História de Portugal, Lisboa: João Sá da Costa.
- SANCHES, M. J. (1992) Pré-história recente no planalto mirandês (Leste de Trás-os-Montes), Porto: Edic. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
- TABORDA, V. (1932) Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico, Lisboa: Livros Horizonte (2ª edição 1987)
- VARIZO, A. (1990) “Mogadouro — Apontamentos Históricos” In: Brigantia vol. X (1990) 303-317
- VASCONCELLOS, J. L. (1900) Estudos de Philologia Mirandesa. vol. I. Lisboa Imprensa Nacional. (Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro 1992)
- VASCONCELLOS, J. L. (1941) Etnografia Portuguesa vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional.
- ZAPATERO, J. G. A. (1985) Sobre os nomes Peñaranda, Aranda, Arandilla, Miranda do Douro, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.





##### 5. DOMINGOS RAPOSO, COORDENADOR ENSINO MIRANDÊS, MIRANDA DO DOURO

DOMINGOS ABÍLIO GOMES RAPOSO nasceu em Malhadas, concelho de Miranda do Douro, sendo licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1980 e Mestrando em História das Populações na Universidade do Minho.

É Professor da Escola EB2 de Miranda do Douro e colaborador da UTAD (desde 1999/2000).

Foi Coordenador Concelhio (Miranda do Douro) do Ensino Recorrente e Educação Extraescolar, 1984-2003, Corresponsável/Redator do Jornal “Planalto Mirandês”, Associação de Municípios do Planalto Mirandês (Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso), 1984-88.

Lançou as bases para a criação do Ensino do Mirandês (1985) e assegurou o magistério do mesmo na Escola EB2 de Miranda do Douro desde 1986/87 e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com a realização de 3 Cursos Livres (1999-2000 no Mestrado em Ensino da Língua e Cultura Portuguesas - Polo de Miranda do Douro e 2000-2001 e 2001-2002 em Vila Real) e a lecionação das disciplinas de Mirandês no Curso de Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento (3º e 4º anos-2002/2003) e Leituras Antropológicas em Línguas Ibéricas (3º e 4º anos do mesmo Curso), 2003/2004, Polo de Miranda do Douro.

Lecionou, ainda, as disciplinas de Língua Escrita 1 e 2 nos Primeiros Cursos de verão, UTAD - Miranda do Douro, 2001. Alertou a APL - Associação Portuguesa de Linguística para a necessidade de elaboração de uma Convenção Ortográfica para o mirandês (1993), de que viria a ser coautor/coordenador (1994-1999).

Colaborou no processo de oficialização para cujo projeto-lei escreveu um pequeno texto nesta língua.

É desde 2002-2003, por nomeação da DREN, o Coordenador do Ensino do Mirandês no concelho de Miranda do Douro. É autor e realizador do Programa semanal de Rádio “Las alas de la lhéngua”, falado em mirandês, com a duração de uma hora em direto nas Rádios Mirandum FM-100.1 (e Brigantia-97.7), desde novembro de 2001.

###### BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

(1987) “Vitalidade, Valor e Estudo da Língua Mirandesa”, in *Atas das 1.as Jornadas de Língua e Cultura Mirandesas*, Escola Preparatória de Miranda do Douro, pp. 55-60.

(1995) (Coautor/coord.) *Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa*, ed. da Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro.

(1998) “Mirandês - Un muolo de cultura biba”, in *Entre Duas Margens - Douro Internacional*, João Azevedo Editor, Mirandela, pp. 63-74.

(1999) (Coautor/coord.) *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, ed. Câmara Municipal de Miranda do Douro/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Miranda do Douro/Lisboa.

(2000) “Ansinho de l Mirandês”, in *Estudos Mirandeses: balanço e orientações: Homenagem a António Maria Mourinho* (Atas do Colóquio Internacional: Porto, 26 e 27 de março de 1999), Granito, Editores e Livreros, Porto.



(2003) “Monografia de Miranda do Douro e biografias de mirandeses ilustres”, in *Dicionário dos mais Ilustres Transmontanos e Alto-Durienses* de Barroso da Fonte, III volume, Editorial Cidade Berço, Guimarães.

*L Probe Ancantado*, (em ultimateção).

*Ua Alhembrança...* (em ultimateção, a publicar brevemente).

DISCOGRAFIA DO AUTOR – RECOLHAS/MÚSICA TRADICIONAL

(1999) (An)cantos Mirandeses - Tradições Musicales d’Aldinuoba - Miranda de I Douro, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia.

(1999) *Cantigas da Segada, Caçarelhos - Vimioso*, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia.

(1999) Cantos de la Nuossa Tierra, Malhadas, Miranda de I Douro, Ed. Sons da Terra, V. N. de Gaia.

(1999) Domingos Esteves Afonso - Paranjolas d’Afonso - Palaçuolo - Miranda de I Douro, Ed. Sons da Terra, V. N. de Gaia.

(1995) Em colaboração com Daniel Loddó, *Mirandun, Mirandela*, GEMP/LA TALVERA, Cordes-sur-Ciel, France.

(1987) Em colaboração com Martin, Pablo Madrid, Leal, Alberto Jambrina, Matellán, José M. González) *Música Tradicional Terra de Miranda*, Centro de Estudios de Folklore de Zamora/Tecnosaga, Madrid, Espanha.

(1999) Em colaboração com ACREFA-GALANDUN Galundaina, *Gueiteiros de I Praino Mirandés*, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia,

(1999) Em colaboração com a Associação Cultural e Recreativa Renascer das Tradições da Póvoa, *Fiesta de la Gaita de Fuolhes*, Ed. Sons da Terra, Vila Nova de Gaia.

(2003) *Gueiteiros de la Pruoba* (em ultimateção, a sair brevemente).

O autor aborda a literatura mirandesa escrita, desde 18884, ano da publicação de "Flores Mirandesas" por José Leite de Vasconcellos, até aos nossos dias, mostrando como essa literatura tem vindo a desenvolver-se e a ganhar maturidade.

A LITERATURA MIRANDESA

(TRABALHO FINAL NÃO APRESENTADO)

---

## 6. DUARTE M. M. MARTINS, ESCOLAS DE SENDIM E E.S. MIRANDA DO DOURO

**DUARTE MANUEL MENDES MARTINS** é licenciado em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e no Ramo de Formação Educacional EM L.L.M. – Estudos Portugueses.

Publicou em **2004** – *Bozes de I Praino*, “Recolha de textos an lhiteratura oural mirandesa”; Livro de recolhas com vários géneros da literatura oral e tradicional mirandesa. É autor de vários artigos e recolhas de literatura oral e tradicional em língua mirandesa no jornal semanal *Nordeste* e na revista *Unearta* e nos jornais escolares “L Pouliteiro” i “L Cartolica”.

Elaborou e organizou “La Gameta”, revista escolar de língua e cultura mirandesa, nos Agrupamentos de Escolas de Sendim e Miranda do Douro; *Cuontas de la pulga i de I piolho*, pequeno livro sobre temas infantis, para crianças, em língua mirandesa que ainda se encontra no prelo.

É Docente de língua e cultura mirandesa nos Agrupamentos de Escolas de Sendim e na Escola Secundária de Miranda do Douro.



EXPERIÊNCIA DE UMA RECOLHA DE LITERATURA ORAL E TRADICIONAL MIRANDESA NUMA ALDEIA DA TERRA DE MIRANDA — MALHADAS.



A literatura oral e tradicional mirandesa é de uma grande riqueza e variedade cultural, contrariando as palavras de José Leite de Vasconcelos que a reverenciava de “muito pobre”... por lhe faltarem “as orações” e pelo facto “das cantigas” serem “quase sempre, senão sempre, em português... Os vários géneros continuam a ser transmitidos, em alguns casos algo desfuncionalizados como consequência da mecanização da agricultura e das alterações da vida das gentes das comunidades rurais. Cada aldeia apresentava-se como um mundo fechado sobre si mesmo, capaz de reproduzir e modificar determinado tema no seu quotidiano sem, contudo, devido a este mesmo isolamento, deixar de estar alheio a novas influências vindas de aldeias vizinhas, das terras de Espanha ou de outras paragens mais longínquas.

Atualmente, apesar de algumas aldeias ficarem praticamente vazias, (devido ao envelhecimento, à emigração e ao êxodo para os meios rurais mais próximos) há outras que, conseguiram manter parte desta riqueza cultural, a sua maneira de ser e agir perante a vida e a morte, reconvertendo os ritos e símbolos que lhe foram transmitidos de geração em geração em sabedoria popular.

(não entregou trabalho final)



1. **CHRYS CHRYSTELLO, UTS (UNIVERSITY OF TECHNOLOGY SYDNEY, AUSTRALIA)**

2. **HELENA CHRYSTELLO, ESEB – IPB**

BIODADOS CHRYS CHRYSTELLO

Assessor de Literatura, Australia Council, UTS (University of Technology Sydney, Australia) e MENTOR para finalistas ACL na Bristol University, UK.

Chrys Chrystello, trabalhou em rádio, televisão e imprensa escrita, tendo sido correspondente estrangeiro da agência noticiosa portuguesa ANOP/LUSA, da RDP/Rádio Comercial, TDM (Macau), J. N., Europeu, PÚBLICO, etc., ao longo de mais de três décadas de jornalismo político, tendo sido publicado em inúmeros jornais e revistas em todo o mundo, para além de ter escrito guiões de filmes e documentários australianos sobre Timor.. Entre 1976 e 1994, data em que se retirou do jornalismo ativo, esforçou-se por divulgar a saga do povo timorense que o mundo (incluindo a Austrália e Portugal) teimava em não querer ver.

Noutra área, interessou-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor, e descobriu na Austrália provas da chegada ali dos Portugueses (1521-1525) mais de 250 anos antes do capitão Cook, e da existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e Examinador da NAATI (National Authority for the Accreditation of Translators and Interpreters) desde os anos 80, e pertencendo a vários órgãos internacionais congéneres, Chrys dedicou as últimas décadas à sociolinguística e tradução, tendo apresentado trabalhos em dezenas de conferências internacionais (da Austrália a Portugal, Espanha, Brasil, e Canadá) onde os temas da língua e cultura portuguesas estão presentes, e apresenta regularmente os seus temas sobre Língua Portuguesa, Aboriginalidade Australiana e Tradutologia na Austrália, em diversas arenas internacionais.

Para além de dezenas de trabalhos em publicações académicas de linguística e psicologia, publicou (em 1999) a sua obra de ensaio político (versão portuguesa) Dossier Timor Leste 1973-1975 cuja primeira edição esgotou ao fim de 3 dias. Mais tarde publicou a monografia Crónicas Austrais 1976-1996. Atualmente continua a ser Assessor de Literatura



Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sydney e é Mentor dos finalistas de Literatura ACL para a Universidade de Bristol no Reino Unido, para além de organizar os Colóquios Anuais da Lusofonia que desde 2001 têm como patrono o Embaixador José Augusto Seabra.

### BIODADOS HELENA CHRYSTELLO

Desde cedo ligada aos estudos franceses, Helena continua a ensinar e a traduzir com o mesmo vigor, energia e dedicação com que iniciou a sua carreira. Nos últimos anos, tem estado ativa em conferências internacionais e em estudos de tradução, tendo organizado seminários internacionais de tradução para académicos e profissionais. Na Austrália impressionou-a o elevado número de turistas que afinal eram habitantes dessa multicultural nação. Depois de estudar o percurso do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e da NAATI (National Accreditation Authority of Australia) para se estabelecerem na vanguarda do profissionalismo na Tradução, foi ao Canadá estudar a situação naquele país onde a Tradução e o Ensino andam de mão em mão. Depois, regressou a Portugal tendo terminado uma licenciatura na área da Educação e um mestrado em Relações Interculturais aplicadas ao Ensino de Línguas, sendo professora no Dept.º de Francês da ESEB do Instituto Politécnico de Bragança de 2002 a 2005, regressando ao ensino do 2º ciclo nos Açores a partir de 2005-2006. É Membro da CATS/ACT (Association Canadienne de Traductologie) já tem trabalhos publicados e apresentados em várias conferências.

#### 1. FORMAM-SE TRADUTORES, IGNORA-SE O GENOCÍDIO LINGUÍSTICO

A acreditação de tradutores e intérpretes na Austrália é da exclusiva competência da NAATI para 90 das mais de 200 línguas comunitárias. Existem cursos ministrados nas Universidades onde os candidatos se podem preparar para exercer a profissão. O sigilo profissional não protege nenhum tradutor ou intérprete face à lei. Mas enquanto se treinam tradutores para as várias línguas comunitárias pouco está a ser feito para as línguas nativas aborígenes. Há mais de 420 línguas quase extintas, o que é equivalente ao desabar dum ecossistema mundial. Os Direitos Humanos têm forçosamente de incorporar os direitos à língua. Aquando do início da colonização branca da Austrália havia 600 dialetos: apenas 250 sobrevivem. Enquanto as línguas comunitárias dos vários grupos étnicos que definem o australiano atual continuam a aumentar, havendo cerca de 35% de falantes em todo o país as línguas nativas definham e morrem. A ameaça à diversidade linguística é maior do que a ameaça à biodiversidade. Não são as línguas que dividem os países mas sim as pessoas, a intolerância, a xenofobia (SKUTNABB-KANGAS, Tove, (2000) *Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback).

#### 2. INTRODUÇÃO

O Governo da Commonwealth criou a NAATI (National Accreditation Authority for Translators and Interpreters/ Autoridade Nacional de Acreditação para Tradutores e Intérpretes) em 1977 para definir e acompanhar os padrões profissionais pelos quais se devem reger os tradutores e intérpretes na Austrália, e para apoiar o desenvolvimento da profissão que posteriormente levaria ao nascimento da associação profissional: AUSIT.

AUSIT (The Australian Institute of Interpreters and Translators Inc. / Instituto Australiano de Intérpretes e Tradutores, Inc) é a organização nacional australiana que regulamenta a profissão e dentre os seus membros contam-se tradutores e intérpretes, para além de indivíduos e organizações ligadas ao ramo. A sua criação data de 1987, e a sua ação centra-se na promoção de elevados padrões de T&I, criação de ações de desenvolvimento pessoal e profissional, elevação do nível de reconhecimento do trabalho dos tradutores e intérpretes na comunidade, manutenção e desenvolvimento dos elevados níveis éticos dos profissionais e coordenação com as autoridades estatais e federais do governo para obstar à prática, cada vez mais generalizada, do conceito de utilizador–pagador, que tem vindo a tornar-se norma na maior parte dos serviços públicos. O Código de Ética do AUSIT, que é um dos mais completos em todo o mundo, foi revisto e aprovado em 1995, tendo sido lançado no Congresso Mundial da FIT (the International Federation of Translators/Federação Internacional de Tradutores) que teve lugar em Melbourne em fevereiro 1996. Pode ser consultado na página do AUSIT, e foi adotado posteriormente pelos serviços de Tradução e Interpretação do Governo Australiano.

#### 3. COMO FORMAR TRADUTORES NA TERRA DE OZ

Na Austrália, a acreditação pela NAATI é a única forma de qualificação profissional aceite para mais de 90 línguas comunitárias e seus praticantes. Os candidatos à profissão para além de poderem efetuar um teste, têm outro método para obter tal acreditação, que é o de concluir um curso aprovado pela NAATI, em conformidade com as suas linhas orientadoras quanto a conteúdo, duração, avaliação, pessoal encarregue de ministrar o curso e recursos disponíveis. Este ano há 12 cursos aprovados pela NAATI, proporcionando diplomas a nível paraprofissional, a nível avançado, a nível de Mestrado e de bacharelato. Todos os candidatos têm de possuir um curso superior básico (3 anos) numa instituição australiana ou estrangeira. Os estudantes estrangeiros terão de demonstrar, pelo menos, possuírem uma classificação de 580 pontos TOEFL (Ensino de Inglês como Língua Estrangeira: Teaching of English as a Foreign Language ou a classificação de 6 no teste IELTS) em Inglês. Para além disso, os candidatos terão de passar num teste de avaliação de admissão para Inglês e LOTE (LOTE = Languages other than English (línguas que não o Inglês) como definido em 1991 por Michael Clyne. CLYNE, M. G. 81991) *Community Languages: The Australian Experience*, Cambridge University Press, London, UK), no qual terão de obter 60% em cada língua para serem admitidos (Uma média de 150 candidatos para 20 vagas a tempo inteiro).

Os estudantes devem completar estudos em oito disciplinas que são avaliadas de várias maneiras, incluindo exames, ensaios, projetos de pesquisa, exercícios práticos, apresentações orais, etc., tudo de acordo com as diretivas da NAATI. Durante o curso são feitos exames práticos semelhantes aos da NAATI e um teste final, que é o único que





conta para classificação final e para se obter a acreditação, é necessário conseguir pelo menos uma classificação de 70%. A maior parte dos estudantes faz um exame unidirecional, normalmente na língua mãe. Os exames são classificados por dois examinadores, linguistas, falantes nativos das respetivas línguas e qualificados pela NAATI. Os professores do curso têm de ser intérpretes e/ou tradutores e devem utilizar material autêntico e atualizado de documentos, incluindo procedimentos judiciais em tribunal, documentação médica, hospitalar, legal, etc....

Há poucos anos chegou a equacionar-se a possibilidade de se terminar com esta forma de acreditação, mas as regras foram reforçadas e existem agora testes rigorosos na língua inglesa, escrita, oral e de compreensão que substituíram o antigo método da entrevista para avaliar o nível dos candidatos. Os testes são gravados e posteriormente classificados.

É minha opinião que a acreditação não deveria fazer parte dum determinado currículo, mas que os alunos dum determinado curso se submetessem à acreditação pela NAATI, após terem efetuado um programa de formação e treino adequado, a disponibilizar nas línguas com maior procura, dentre as 200 línguas comunitárias faladas na Austrália.

Embora um diploma ou uma licenciatura não confirmem automaticamente o direito a exercer esta difícil e exigente profissão, é necessário institucionalizar o sistema de mentores que permita uma **aprendizagem prática** aos recém-licenciados durante, pelo menos, seis meses. Igualmente é necessário manter-se a atual política de formação contínua com a atribuição de pontos para que um tradutor ou intérprete possa continuar a exercer a profissão. Creio que o formato de testes da NAATI necessita ser revisto, após mais de duas décadas, praticamente inalterado, para ter em conta as constantes mudanças que a globalização e a evolução tecnológica nos impõem.

Confrontei-me, inúmeras vezes, com a falta de consciencialização, a todos os níveis da comunidade quer na Europa quer na Austrália, sobre o papel e as capacidades dos T&I profissionais. Na maior parte dos casos o que mais choca é depararmo-nos com pessoas não qualificadas a desempenharem um papel que só um profissional qualificado deve desempenhar, tal como acontece na maior parte das profissões. A esses amadores que impunemente se autodenominam de tradutores e de intérpretes devia ser dada a oportunidade de, num certo contexto temporal, obterem as qualificações necessárias, sem as quais não poderiam exercer livremente a profissão.

Muita gente ainda hoje diz que trabalha com intérpretes quando na realidade quer dizer que trabalha com pessoas bilingues sem qualificações. Além de insultuoso para os profissionais, este aspeto é responsável pela aleatoriedade de preços que existem nos vários mercados. Para se evitar este estado de coisas seria necessário que os países constituíssem uma **Comissão Nacional de Acreditação e Reconhecimento de Qualificações**, apoiada em legislação que limitasse o exercício da profissão aos profissionais, sem os biscateiros que pululam por aí. Nos últimos anos, na Austrália, assistiu-se a introdução do conceito de utilizador-pagador e cremos que esse problema devia ser encarado pelo governo português face as constantes necessidades criadas pelos novos fluxos migratórios. Em Portugal encontrei estudantes de cursos de tradução com poucos recursos linguísticos e a falta de conhecimentos aplica-se a todas as variantes de todos os cursos, onde muitas vezes o idioma Português é o mais maltratado de todos. Isto torna impossível criar uma base de trabalho credível para a formação de profissionais qualificados. Repito: devemos erradicar todos os autoproclamados pseudoprofissionais e lutar por uma mão-de-obra qualificada e profissional na área.

#### 4. O TRADUTOR, O INTÉRPRETE E A LEI

Intérpretes e tradutores tentam, muitas vezes, resolver os dilemas éticos invocando o princípio de que não serem mais do que meros fios condutores de palavras. De facto, é correto dizermos que eles transportam informação que se destina a ser alvo duma conversão correta noutra língua, mas não são responsáveis nem pelo conteúdo nem pela intenção de tal informação. No que à lei concerne, isto pode não ser um refúgio tão seguro quanto parece. Em todos os tribunais australianos pouca é a informação que está verdadeiramente protegida pelo sigilo profissional. Podem ocorrer situações em que seja necessário, à face da lei, comunicar às autoridades competentes situações das quais o intérprete tomou conhecimento: e aqui se incluem casos de abusos sexuais, abusos sobre crianças, violência doméstica, rapto de crianças, evasão fiscal, fraude financeira e imigração ilegal, entre outros. A maior parte dos profissionais na Austrália carece de formação legal capaz de lhes permitir distinguir entre algo que pode ser criminoso e algo de ordem meramente cível. É aconselhável, que, para além de formação profissional adequada nesta área, os profissionais obtenham apoio e clarificação legal em vez de ignorarem os factos e se arriscarem a violar a lei ou a divulgarem tudo o que sabem.

#### 5. GENOCÍDIO LINGUÍSTICO

O número de línguas existentes no mundo está a diminuir rapidamente, e não se trata de uma morte natural, nem de acidente, nem tampouco de causas naturais. O genocídio linguístico acontece quando as línguas são sistematicamente eliminadas da mesma forma que acontece o genocídio físico. Entre nós, alguns há que promovem e, simultaneamente, destroem a diversidade linguística. Alguns nem sequer admitem a existência das linguagens gestuais – tradicionalmente ignoradas – enquanto outros professam uma forma de darwinismo proclamando que línguas – como a inglesa – são suficientemente fortes e mais bem preparadas para uma comunicação internacional.

Quando se fala em direitos linguísticos devemos ser mais ousados e falar de *DIREITOS HUMANOS LINGUÍSTICOS OU DA LÍNGUA*, neles incorporando os direitos humanos básicos e aquilo que SKUTNABB-KANGAS (SKUTNABB-KANGAS, Tove, (2000) *Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback) designa como “*direitos necessários, ao apoio de identidade com a língua mãe e, a nível coletivo, permite aos grupos existirem e reproduzirem a sua língua e a sua cultura. Existem sérios danos psicológicos quando se nega uma identidade associada à própria língua e à sua utilização que ocorre quando indivíduos e grupos são “psicologicamente transferidos para outro grupo.”*”



Os governos ocidentais têm ajudado a silenciar centenas de línguas. O *Ethnologue Languages of The World* (14ª Edição do ano 2000), indica existirem atualmente 420 línguas **quase extintas**:

160 na Oceânia,  
103 na América do Norte,  
53 na América do Sul,  
59 na Ásia,  
39 na África,  
8 na América Central e  
4 na Europa.

Já outros autores (Daniell Nettle and Suzanne Romaine, *Vanishing Voices: The Extinction of the World's languages*, Oxford University Press, 2000 ) como Nettle e Romaine declaram que “Quase 100 línguas nativas dantes faladas na Califórnia estão hoje extintas e, pelo menos, metade das línguas que hoje existem podem desaparecer durante este século.” Ao explicitarem esta ligação entre a sobrevivência linguística e assuntos ambientais, estes autores argumentam que “*A extinção das línguas faz parte do quase total colapso dos ecossistemas mundiais.*” A luta para preservar recursos ambientais preciosos – tais como as florestas tropicais húmidas – não pode ser dissociada da luta para manter a diversidade cultural, e as causas de morte das línguas assemelham-se às da destruição ecológica, e têm a sua raiz na interação de ecologia e política.

Duma forma geral, existe um grande desconhecimento sobre línguas – desde o seu total ao número de falantes de cada uma, aos locais e nomes dos lugares onde são faladas. Embora a ameaça a diversidade linguística seja maior do que a ameaça à biodiversidade (SKUTNABB-KANGAS, Tove, (2000) *Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback) existe uma casualidade indireta entre os terrenos, o clima, os ecossistemas, etc.

Cerca de metade das 6 mil línguas hoje faladas extinguir-se-á dentro de cem anos, enquanto 80 a 90% (Daniell Nettle and Suzanne Romaine, *Vanishing Voices: The Extinction of the World's languages*, Oxford University Press, 2000) morrerá dentro de duzentos anos. A esta média, uma língua extingue-se em cada duas semanas. Os antropólogos descrevem o massacre das línguas como se cada uma fosse uma enorme catedral, um monumento à beleza e um produto de intenso esforço criativo, recheado de tapeçarias de conhecimentos. Dado que jamais permitiríamos que destruam a Capela Sistina ou a Mona Lisa sem guardarmos delas toda a memória, assim devemos fazer com as línguas.

Os colonizadores europeus da Austrália traziam, com eles, pragas virulentas e caçaram os aborígenes como se animais se tratasse, até lhes retirarem as suas terras. Durante o século XX “**civilizaram**” os Aborígenes, ao darem-lhes valores ocidentais, vestuário e escolaridade, mesclados com cristianismo e Inglês. Como sabemos, isto chegou ao ponto de lhes raptarmos as crianças e tirá-las à força – à média de uma em cada dez crianças –, com o intuito de as assimilarmos à força na sociedade branca ocidental. (Aboriginal Stolen generation described in the play “Stolen” commissioned by the Ilbijerri Aboriginal and Torres Strait Islander Theatre Company, 1992, played at London’s Tricycle Theatre, July 4-15, 2000 and described initially by Archie Roach celebrated 1987 hit song “Took the children away”).

De igual modo, os governos dos EUA obliteraram dos mapas tribos de Índios e forçaram as crianças nativas americanas a frequentarem escolas onde lhes era proibido a utilização de línguas que não o Inglês, considerando que lhes estavam a fazer um grande favor, pois as outras línguas eram inferiores.

Claro que estes dois países inverteram o rumo nas últimas décadas. A partir de 1990, o Native American Language Act (Newsweek, *The Sounds of Silence*, p. 62-63, June 19, 2000 ) promove os direitos dos Nativos Americanos para desenvolverem a sua língua, com alguns apoios e subsídios governamentais. Na Austrália os governos trabalhistas durante 13 anos financiaram programas de preservação e expansão das línguas aborígenes que restavam e algumas em vias de extinção. Infelizmente, esta tendência inverteu-se com a coligação conservadora nestes últimos oito anos.

Culturalmente as colónias australianas nasceram com pessoas vindas de Inglaterra e de mais 26 países (Grécia, Itália, Escócia, País de Gales, Irlanda, Áustria, Canadá, Gibraltar, Holanda, Hungria, Índia, Madagáscar, Maurícias, Polónia, Rússia, Suécia, EUA; Índias Ocidentais, Cabo da Boa Esperança, Dinamarca, Egito, França, Alemanha, Pérsia, Portugal e Letónia. (Registos da 1ª Armada, Jan. 26, 1788.). Na época em que se iniciou a colonização branca havia 250 Línguas incorporando 600 dialetos Aborígenes, dos quais aproximadamente só 250 sobrevivem hoje. Os seus vocabulários descreviam a sua intrincada sociedade, chegando a ter 10 000 palavras englobando especificidades terminológicas específicas para aqueles que deviam ser mantidos a distância dos povos nativos. Muitos casais falavam mais do que um dialeto, e as pessoas identificavam-se quer pela geografia quer pela língua que falavam. As tradições eram preservadas oralmente ou não-oralmente, através de música, dança e pintura. Cada grupo de línguas constituía uma nação definida por fronteiras, cultura, e regras comunitárias. Os casamentos intertribais eram habituais e ajudavam a preservação socioeconómica da identidade do grupo.

A História deixou por explicar o papel desempenhado pelos intérpretes e nativos que foi vital para o desenvolvimento das colónias australianas. Sabemos apenas que o Governador King publicou mensagens tipo de banda desenhada nas quais eram explicadas as regras penais e legais. O domínio colonial foi responsável pelo desaparecimento de muitas línguas e dialetos. Desapareceram com as populações que eram dizimadas e através de outras influências externas: doença, trasladação de comunidades, proibições de uso das línguas tribais, assimilação forçada, etc. Cerca de 10% da atual população aborígine fala um dos 250 dialetos originalmente remanescentes. Destes desapareceram já 160 ou são falados por uma minoria de anciãos. Dos restantes 90, apenas 20 dialetos são falados numa base diária por jovens e velhos transmitindo-se assim às gerações vindouras. (Dr. Annette Schmidt, 1990. Os quatro maiores grupos têm entre 3 – 4 000 falantes e as outras seis línguas têm 1 000 falantes. Há ainda 15 000 pessoas a falar Aborígene Krill e Crioulo das Ilhas do Estreito de Torres). De todos os dialetos sobreviventes metade dispõe apenas de grupos de 10 a 100 pessoas que os falam. (In *Aboriginal Australian Encyclopedia*).



Um relatório governamental, em 1996, declarava que a nossa diversidade linguística era o resultado mais visível e positivo da política de imigração australiana. Em 1991, 15% da população falava outra língua que não o Inglês. Este número duplicou na última década. Mas enquanto as línguas comunitárias crescem, as línguas nativas aborígenes como Karrara, Warlpiri, ou Wiradjuri desaparecem.

Hoje é bem melhor ser-se tradutor na Austrália do que no Japão antigo onde uma pessoa era obrigada a ajoelhar-se e a negociar no mercado negro para sobreviver. Não é frequente sermos presos, a menos que trabalhemos em locais conturbados como o Iraque, Rússia ou países semelhantes onde podemos ser presos e acusados de traição, embora já não haja o perigo de sermos condenados à fogueira como Etienne Dolet, em 1546. Contudo, mesmo após a criação duma entidade mundial como a FIT (Fédération Internationale des Traducteurs.) em 1953, e após as suas recomendações de Nairobi em 1976, houve tradutores mortos por exercerem a sua profissão como aconteceu com os “Versos Satânicos” de Salman Rushdie”.

A língua inglesa substituiu o francês no decurso da minha vida para se tornar num instrumento notavelmente rico e diverso que é uma *Lingua franca* universal. Como Winston Churchill já então assinalava “**Os Ingleses e os (Norte) Americanos são um mesmo povo dividido pela mesma língua comum.**”

Nas últimas décadas, tem sido política australiana a da simplificação linguística do Australiano falado diariamente para aquilo que designamos de *Plain English* ou Inglês Simples. O ensino deve regressar às origens. As línguas na escola primária devem começar por promover a igualdade social com respeito pelas línguas minoritárias.

O professor David Crystal (Cambridge Encyclopedia of the English Language) salienta que “o Inglês destronou muitas línguas nativas, sendo uma ameaça às línguas nativas britânicas como o Câmbrico, Cornualhês, Norm e Manx (Da Ilha de Man.), embora esteja a ser progressivamente substituído pela variante norte-americana”. Quando uma língua cresce cria barreiras comunicacionais, e se bem que tenha mais falantes, tem menos pessoas capazes de intercomunicarem. Mais palavras representam mais confusão e menos clareza. A Bíblia do **Rei James** (1611) tinha 8,000 palavras; os vocabulários de **Shakespeare** (1590-1612) e de **Camões** rondavam as 30 000 e o dicionário familiar da **Oxford** já tem 100,000, enquanto a versão mais completa atinge as 500 000.

Dada a sua especificidade, as pessoas da área de informação tecnológica comunicam apenas inter-pares, enquanto os restantes ficam numa mera posição de espetadores, incapazes de compreenderem uma conversa mesmo que distingam algumas palavras. Este é um problema típico da especificação, a que têm de se dedicar muitos colegas em Interpretação Simultânea ou em Conferências quando a língua de origem é mais rica e detalhada que a língua de chegada. Assim se criam também neologismos na língua de chegada.

Ao ler originais de escritores laureados com o Prémio Nobel como o português **Saramago**, o Colombiano **Garcia Marquez**, ou o egípcio **Naguib Mahfouz** (Nem metade dos seus trabalhos foi traduzida para Português), uma pessoa tem de parar, para reconhecer a relevância dos nossos colegas **tradutores**, capazes de rendilharem minuciosamente o Português, Espanhol e Árabe para nos darem uma equivalência em tons doutra qualquer língua.

Jamais esquecerei quando o jornal The Boston Globe relatou em 1998, a venda dum depilador na Rússia que foi comercializado como **tónico capilar** para desespero de todos os recém-convertidos a carecas. Outro exemplo dum anúncio infeliz é o da água mineral “**Blue Water**” que em Ucrâniano soa a “**bluvota**” [vómito] ou então o anúncio para o champô “**Wash and Go**” que em Russo faz com que ‘wash’ soe a ‘vosh’ ou **parasitas/piolhos**. Admitamos que estas são duas das piores associações possíveis para um êxito comercial. Ignoro se eles empregaram um tradutor humano, uma máquina ou um daqueles pseudoprofissionais de que vos falei há pouco.

Não tenho tempo para definir aquilo a que devemos chamar de *língua mãe*, mas lembrarei apenas que na sua definição além da origem, identificação e função de competência se deve incluir o já mencionado nível de consciencialização do direito humano básico que cada pessoa tem face à língua mãe. As línguas não dividem nem unem países mas a intolerância fá-lo. Muita gente desconhece a existência de muitas línguas e se elas desaparecerem poucos sentirão a sua falta. Há mesmo quem acredite que a miríade linguística tem sido uma praga desde os tempos da imemorial Torre de Babel. Há quem pense que as línguas devem ser para comunicar e não para confundir. Felizmente já são muitas as vozes que clamam e para as quais a morte duma só língua é uma ameaça ao bem-estar da espécie humana, maior do que a morte duma espécie. **Tal como a biodiversidade é já considerada vital para a saúde da Terra também a diversidade linguística, cultural e intelectual deve ser considerada vital para a nossa sobrevivência como espécie.**

Esperemos caros colegas, que os nossos vindouros sejam eficazmente treinados e estejam conscientes destes desafios, senão morrerão em paralelo com as línguas. Elevemos o interesse público e a discussão sobre a sobrevivência das línguas sem a qual não teremos uma profissão. Façamos ouvir as nossas vozes neste deserto de mediocridade e laxismo para que seja reconhecido o nosso valor para a comunidade em geral e especificamente para as sociedades multiculturais e multiétnicas que existem já em quase todos os países. “**Nós, Tradutores somos paradoxais trabalhando para criar o idioma enquanto apresentamos o autor dos livros que acabámos de traduzir.** (Muñoz, Lopéz (Madrid 1934-?) vencedor do Prémio Anual de Tradução 2000 em Espanha pelo seu trabalho com Jane Austen, John dos Passos, William Faulkner, F. Scott Fitzgerald, Henry James, etc., traduzido do Inglês para espanhol)”

A sobrevivência das línguas neste século depende de todos nós enquanto as novas tecnologias criam um mundo instantâneo e sem fronteiras onde a autoridade se desvanece com a incapacidade dos governos para imporem regras sem serem questionados, o que nos cria novos dilemas éticos. Esperemos sermos capazes de honrar tão grandes desafios sem traduções como a do piolho e do vómito. “**A Tradução hoje é essencial para reconhecer esta nova Europa em que pomos em contacto as culturas de todos os países diferentes** (Palazón, Reina, covencedor do Prémio Anual de Tradução 2000 em Espanha pelas Obras *Completas de Paul Celan, traduzidas de alemão para espanhol*)”.





MÁRIO CORREIA

### 9. MÁRIO ANTÓNIO PIRES CORREIA, CENTRO DE MÚSICA TRADICIONAL SONS DA TERRA/FESTIVAL INTERCÉLTICO DE SENDIM

**MÁRIO ANTÓNIO PIRES CORREIA** nasceu em 26 de março de 1952, na Praia da Granja, concelho de Vila Nova de Gaia. Durante a sua adolescência e juventude, Mário Correia repartiu o seu tempo entre as tarefas e exigências académicas (na área da economia) e o estudo e divulgação das músicas tradicionais. E a partir de 1970 passou a integrar o quadro de colaboradores regulares da revista de música popular MC - Mundo da Canção, da qual se tornou diretor entre 1976 e 1998. Integrando o grupo de divulgadores da música tradicional e popular, nos últimos anos tem desenvolvido intensa colaboração dispersa pelos mais diversos jornais nacionais (Diário de Notícias, Público e Blitz, entre outros) e revistas internacionais da especialidade.

Entre 1971 e 1998, Mário Correia foi o responsável pela programação e produção executiva do Festival Intercéltico do Porto e em 2000 criou o Festival Intercéltico de Sendim (do qual já se realizaram cinco edições) e, em 2002, o Festival Intercéltico de Vizela (com três edições realizadas).

Para dispor das condições necessárias e adequadas à concretização de toda uma série de projetos pessoais, criou em março de 1999 a SONS DA TERRA – Edições e Produções Musicais, Lda., cujas atividades são as seguintes:

Edição de recolhas musicais da tradição oral portuguesa, um projeto que conta já com mais de quatro dezenas de edições discográficas;

Edição de obras bibliográficas, direta ou indiretamente relacionadas com a música tradicional e popular;

Edição da TradiFolk, uma publicação consagrada ao estudo e divulgação da música e das tradições populares e tradicionais.

Em setembro de 2000 criou o Centro de Música Tradicional Sons da Terra, com sede em Sendim, concelho de Miranda do Douro.

#### **RECOLHAS MUSICAIS DA TRADIÇÃO ORAL NA TERRA DE MIRANDA: A TRADIÇÃO NÃO MORRE COM A MUDANÇA**

As recolhas musicais da tradição oral constituem registos de uma memória coletiva possível, num dado momento e em circunstâncias e contextos bem determinados. Assumem-se como documentos estáticos de uma dinâmica cultural, sendo de toda a relevância denunciar a ideia de que a tradição morre com a mudança ou que a tradição se opõe à mudança. O que desde logo nos remete para conceitos amplamente vulgarizados e pseudorregionalistas como os de autenticidade e de pureza do legado musical tradicional. A quebra da oralidade tal como a conhecemos ao longo dos últimos séculos, num presente em que a civilização da palavra é sufocada pela civilização da imagem, determina uma análise crítica das mudanças nos espaços de visibilidade e nos contextos expressivos (e respetivos usos e funções), sem se perder de vista o referencial interativo do binómio tradição – modernidade. Em resumo: a tradição é o que é, diferente do que foi ou do que será.

De uma maneira infeliz e estranhamente ainda muito generalizada, encontra-se vulgarizada a ideia de que tudo quanto se refere ou relaciona com a dinâmica inerente ao conceito de "mudança" está ou pode ser diretamente associado ao desaparecimento e morte da tradição. Tendo por base este equívoco, não escasseiam tomadas de posição que consubstanciam atitudes puristas e passadistas. Nada de mais inadequado, pela noção de estatismo que confere à tradição.

Como se esta não tivesse a sua própria dinâmica evolutiva, resultante do próprio processo de transmissão. Atente-se, por exemplo, na evolução das sociedades e desde logo se constata a permanência contínua de dinâmicas que determinam os "caminhos" percorridos e os "saberes" acumulados. As modificações da "tradição" sempre se verificaram, renovando-a e reformulando-a ao longo dos tempos. Do mesmo modo, só pode concluir-se que uma determinada música só pode tornar-se tradicional através de um processo de constantes renascimentos, de continuadas modificações (H. Schippers).

De facto, a palavra "mudança" reflete um determinado processo de apropriação e de integração de elementos mais ou menos "estranhos": mas não foi precisamente isto que sempre sucedeu, ao longo dos tempos, com a música tradicional? Assim, a palavra "mudança" não é só um fator de irreversível como também inerente à própria noção de "continuidade", indispensável e indissociável do processo de transmissão da música tradicional.





Já vai sendo tempo de se afirmar com toda a veemência que são manifestamente inadequadas e desajustadas da realidade as ciências sociais quando insistem em afirmar que uma cultura é perfeita em si mesma e que não há qualquer necessidade de a modificar, que as mudanças são traumatizantes para todos e as migrações transnacionais são fatores de angústia e que o indivíduo em contacto com outras culturas perde a sua identidade.

As reflexões multidisciplinares têm vindo a revelar que estes postulados (que nos remetem para a célebre equivalência de Platão; estabilidade = equilíbrio) estão a ser preteridos por análises rigorosas e científicas, mais de acordo com o facto de ser na proximidade do equilíbrio que as estruturas se destroem (Ilya Prigogine, Prémio Nobel da Química). Os fatores de "mudança" são garantes da "continuidade" expressiva da música tradicional, constituindo mesmo uma espécie de húmus revivificante e renovador, ao longo de todos os tempos (se bem que a distintos ritmos). A tradição não morre com a mudança: a música tradicional sempre se reafirmou, revigorou e sobreviveu com a integração de outrora "novos" elementos, num processo de apreensão e de integração que se assume como energia de continuidade. A ideia de mudança leva-nos a concluir que, em boa verdade, nunca houve uma sociedade totalmente tradicional. Anthony Giddens não hesita em afirmar que é um mito pensar que as tradições são impenetráveis à mudança, na medida em que elas próprias são inventadas e reinventadas (E. Hobsbawm).

### 1. CONTINUIDADE, VARIABILIDADE, SELETIVIDADE

O Congresso Internacional de Música Folclórica, realizado em 1954 na cidade de São Paulo, no Brasil, avançou com uma definição de música folclórica – como sendo o produto de uma tradição musical que foi evoluindo e se transmitiu oralmente - que consigna em si três elementos fundamentais: continuidade, variabilidade e seletividade.

O fator da continuidade determina uma corrente coletiva como garante de uma dinâmica de evolução, ligando-se o passado ao presente. E, neste sentido, importa reconhecer que o conceito de mudança faz parte integrante da própria noção de continuidade. O que de imediato nos remete para a necessidade de se compreender a música tradicional como sendo uma realidade de uma cultura em movimento.

Quanto ao fator da seletividade, desde logo importará reconhecer que apenas se conserva bem o que é cultural e socialmente relevante para uma determinada comunidade, que vai assegurando o corpo e a substância da tradição ao eleger instintivamente as variantes mais apreciadas ou as que melhor e mais adequadamente satisfazem as necessidades e exigências culturais e sociais da mesma.

E, no que se refere ao fator da variabilidade, resulta que não podemos considerar a existência de originais mas sim de variantes de um mesmo espécime do repertório da música tradicional: sujeitos a um processo de transformação/confronto constante, recebem contributos, individuais e coletivos, podem ser mais ou menos expressivas e significantes, mas são todas legítimas "representantes" do património musical tradicional. Não deixa de ser digno de registo o fator de se ter consignado nesta definição a extrema importância do conceito de "mudança". De facto, não residirá a verdadeira essência da tradição na sua dinâmica de mudança como garante da sua continuidade expressiva?

### 2. AUTENTICIDADE E PUREZA

Resulta claro que os fatores da continuidade, variabilidade e seletividade introduzem elementos de desequilíbrio nos conceitos de "autenticidade" e "pureza" da música tradicional que superabundam nos mais diversos e distintos discursos regionalistas e localistas, não raro proclamando que este ou aquele espécime ou corpus musical exprime a singularidade deste ou daquele povo, por constituírem "autênticas joias" desse tesouro, único e singular, que querem ver ciosamente guardado e protegido de toda e qualquer contaminação vinda de fora. Trata-se de um discurso confuso, passadista e isolacionista: a tradição seria (ou deveria ser) algo de imutável, estático, parado e situado num tempo passado bem determinado; a tradição confinar-se-ia a um espaço bem concreto e definido, isolado (ou a isolar para preservar a sua identidade).

A este propósito escreveu Bruno Nettl:

*Nenhuma cultura pode reivindicar como própria uma música sem admitir que partilha muitas características e provavelmente muitas composições com outras culturas vizinhas. Mas deve também aceitar-se que uma parte das qualidades essenciais e distintivas de uma determinada cultura de alguma maneira se infiltram na música. Um dos atrativos desta área reside em encontrar um equilíbrio entre a ideia da música tradicional como um fenómeno nacional ou regional e o conceito de música folclórica como um tipo de música supranacional.*

Anthony Giddens, por sua vez, considera que o conceito de tradição, tal como chegou aos nossos dias, não passa de uma criação da modernidade. Importa ter bem presente que, na Idade Média não existiu o conceito de tradição tal como chegou aos nossos dias, na medida em que se trata, de facto, de um conceito que foi criado pela modernidade: em plena época das Luzes, os Iluministas identificavam a tradição com o dogma e a ignorância para justificar o gosto e a fixação pelo que é novo, "moderno".

Nesta ordem de ideias, uma das muitas questões que se podem levantar em torno do âmbito e dos limites da tradição remete-nos para a velha mas sempre nova (ou renovada) questão do purismo. A noção de purismo na música tradicional (não raro associada à noção de autenticidade) apresenta desde logo uma rigidez contrária à dinâmica da mudança registada nas sociedades tradicionais ou no seio das quais se pretende enquadrar uma determinada tradição. Sendo um repertório tradicional um conjunto básico das diferentes expressões literárias e musicais que, seguindo um esquema semelhante e repetido (produção do tema, interpretação, divulgação e aceitação) correspondem a um "estilo" comum (Joaquim Diaz), a eventual submissão do mesmo à rigidez dos purismos é de todo irrealista e fantasiosa. Não corresponde à dinâmica evolutiva da sociedade.



O purismo recusa a mudança: como se uma sociedade pudesse mudar sem que esse facto se refletisse nas suas próprias tradições. A única atitude correta será, naturalmente, a de estudar as causas e a fenomenologia das alterações, verificar de que modo afetam o fundamental (esse legado que atravessou séculos de mudança constante, porque, como escreveu Luís de Camões, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e todo o mundo é composto de mudança...). Tradição inteiramente pura não passa de uma invenção. As tradições sempre incorporaram a mudança, a diferentes ritmos e de acordo com as dinâmicas da evolução global das sociedades tradicionais. As mais recentes investigações (Hobsbawm, Ranger, Giddens...) permitem-nos hoje concluir que todas as tradições foram inventadas e que nunca houve uma sociedade inteiramente tradicional: as tradições e os costumes foram criados por uma infinidade de razões, entre as quais ressalta a sua criação pelos agentes detentores do poder para proveito próprio e como forma de legitimação desse mesmo poder.

Por outro lado, é sabido que o progresso só é possível mediante uma certa heterodoxia, como bem o referiu José Fernandes Salas: O progresso nas artes, nas ciências na sociedade só foram possíveis admitindo uma certa heterodoxia – "*se fechas a porta a todos os erros deixarás de fora a verdade*", disse Rabindranath Tagore – que permite transgredir as normas e ultrapassar as regras de vez em quando. O mundo sempre avançou com o esforço coletivo quotidiano mas também graças ao facto de um certo dia alguém, com génio e inspiração, se atreveu a ser heterodoxo, com delineações que rompiam os moldes do politicamente correto...

No de todo inevitável confronto da tradição com a modernidade, regista-se, pois, um processo permanente de invenção e de reinvenção. Este confronto sempre existiu mas nos tempos presentes a sua intensidade é muitíssimo maior do que o foi nos séculos passados: o ritmo de incorporação dos elementos da modernidade na tradição obedecia a um processo lento, a tradicionalização acontecia a um ritmo que estava em consonância com o ritmo da evolução dos tempos. O processo de tradicionalização - receção do material, decantação do mesmo e, finalmente, transmissão - tornou-se progressivamente mais complexo devido à ação de múltiplas variáveis.

### 3. O SUPORTE FONOGRÁFICO E A QUEBRA DA ORALIDADE. MUDANÇA DOS ESPAÇOS DE VISIBILIDADE.

No que se refere à música tradicional interpretada pelos respetivos depositários e transmissores, o "suporte" desse legado reside nos mecanismos da memória cultural coletiva. Trata-se de uma memorização do repertório total e permanente: porque não podia falhar a função quando requisitado para interpretar publicamente as músicas e os cantos dessa tradição. Assim o intérprete tradicional assume uma dupla função: memória e transmissão.

Com o advento dos suportes de registo fonográfico (bem como da internet), assistiu-se a uma verdadeira deslocação dessa função de memorização do plano mental para o plano físico. O que determinou uma espécie de "arrumação" inerte, de algum modo "arquivando" o legado da oralidade.

Deste modo, quebra-se justamente esse elo da oralidade, numa perda evidente da funcionalidade e contextualização. Com o aparecimento dos suportes de registo fonográfico, a função do tempo cultural descoletivizou-se em termos de acessibilidade. E a função cultural coletiva assentava na força da oralidade.

Regista-se, importa reconhecê-lo, uma democratização do acesso (fruição do produto cultural pela via da sua mercadorização). Há mais ouvintes/assistentes do que tradicionalmente havia: a comunidade rural dá lugar à comunidade mundial. No entanto, esta mercadorização das expressões das chamadas culturas-tradição não tem sido acompanhada pela divulgação/mercantilização de conteúdos informativos de natureza cultural. Registada a quebra da oralidade, esta seria, para muitos estudiosos e analistas destas questões a única via para obviar aos problemas de deslocalização, destemporalização, desfuncionalização e descontextualização.

São merecedoras de análise e de reflexão as implicações da mudança nos espaços de visibilidade da música tradicional: os espaços tradicionais (segadas, fiadouros, festas patronais, romarias...) foram perdendo funcionalidade, surgindo novos espaços de visibilidade (campanhas políticas, atos promocionais de natureza turística, feiras e mostras, comemorações...). As implicações desta mudança refletem-se nos repertórios, nos tempos festivos, na expressividade cultural, na relação com as comunidades de origem, etc. O que deve ser relacionado com a alteração dos tempos festivos.

Um dos aspetos porventura a exigirem mais reflexão será a questão da internet, na qual o sujeito coletivo dá lugar ao sujeito conetivo. Até há bem pouco tempo - em termos históricos - para se ouvir um tocador tradicional era necessário demandar a comunidade rural onde o mesmo residia e, normalmente, numa determinada ocasião festiva. Hoje, com uma simples manipulação tecnológica, esse tocador pode ser visto e/ou escutado onde quer que seja e em qualquer ocasião. Há aqui, por outro lado, uma questão de deslocalização do contexto no qual o tocador tradicional se exprimia, obedecendo às regras de uma certa funcionalidade.

Deste modo, o respetivo repertório poder ser escutado e/ou visto em qualquer altura, surgindo, pois, além de deslocalizado, também destemporalizado. Ou seja, um produto cultural oriundo de uma cultura-tradição transforma-se, pela via dos meios tecnológicos ao nosso dispor, num objeto de consumo. Ou seja, a informação é mercadorizada.

Uma outra reflexão situa-se no facto de a globalização da cultura não ir anular as questões da territorialidade, bem como da inerente temporalidade. Filma-se ou regista-se, por exemplo, um determinado ato cultural que se coloca posteriormente na rede da internet ou se disponibiliza através de um suporte digital. A tradição já não corre o risco de desaparecer, a transmissão é eterna. Mas não é dinâmica, não incorpora a mudança e, como tal, não está de modo algum garantida nem criadas as condições para que possa ser garantida a respetiva continuidade expressiva. Tornou-se um produto cultural objeto de consumo. Neste contexto, as modas de baile, por exemplo, já não se destinam a ser bailadas coletivamente mas sim a serem exibidas e de uma forma que não fomenta a participação. Na internet continua a haver uma audição coletiva do tocador tradicional mas não como reunião física, antes como um somatório de individualidades.



Neste contexto, afigura-se-nos ser absolutamente necessária uma redefinição dos conceitos de "público" e de "coletivo" no que se refere à fruição (pública) do ato cultural. Ou seja, o que mudou e de que forma é que mudou em termos de assistência/audição? Claro que se registam problemas de acesso (infoexclusão), de democratização da cultura mas, de um modo geral (e não só potencial mas concreto e real) alarga-se de forma quase incomensurável o público recetor.

Mas haverá que refletir, ainda, sobre as questões da interatividade: como lidar com esta possibilidade em termos de informação e de comunicação, como gerir esta partilha global extraordinariamente alargada? É um facto que, por outro lado, não podemos ser só recetores de informação: é importantíssimo criar conteúdos, porque existem plataformas para tal efeito mas com grande carência de conteúdos.

#### 4. TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Trata-se de um singular confronto entre a tradição e a modernidade, num tempo bem concreto e definido, em mudança permanente, que nos exige uma reflexão permanente sobre os caminhos feitos. Com a certeza de que as certezas são muito poucas e as dúvidas muitas e em constante redefinição. Um confronto que procura compreender e intervir no processo do esquecimento de forma prática e adequada a contextos de mudança permanente. Como afirmou Aldo Rossi, a função passa e a forma permanece. No entanto, deverá ter-se bem presente que desaparece da memória tudo o que perde vigência, que deixa de ter interesse, até porque não é nem nunca foi possível conservar tudo. Um estudioso como Walter Ong considera que o processo da chamada amnésia seletiva (esquecimento de todo um repertório desfuncionalizado normalmente associado a um conjunto de tarefas ou de atividades que deixaram de ser efetuadas ou a rituais extintos) é um aspeto do fenómeno da homeostasia: as culturas de tradição oral tendem a eliminar ou a substituir as expressões correspondentes a estados de coisas que perderam funcionalidade ou significação na vida quotidiana.

Em algum momento o que hoje consideramos ser antigo já foi novo: o presente é o passado do futuro e a memória coletiva dos povos retém os sinais de identidade produzidos pela acumulação do que é importante e positivo da sua história. Quando amamos o passado devemos fazê-lo com consciência a mais plena possível de que esse passado deve continuar a ser passado. E, deste modo, estamos a amar o presente, fazendo com que, no futuro, fique um rastro indelével da cultura do nosso tempo.

Sendim, 4 de setembro de 2004

---

**10. CECÍLIA FALCÃO, E.S. MIGUEL TORGA, BRAGANÇA,**

**11. CLÁUDIA FERREIRA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO**

**12. CLÁUDIA MARTINS, ESEB, IP BRAGANÇA**

**FANTINA TEDIM PEDROSA, (AUSENTE) FAC. LETRAS, UNIVERSIDADE DO PORTO**

**13. MANUEL MOREIRA DA SILVA, ISCAP, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO**

**APRESENTAÇÃO DE GRUPO /BIODADOS NÃO APRESENTADOS**

#### **RESUMO:**

A presente comunicação enquadra-se na assunção de que a Terminologia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e evolução da tradução técnica e científica. Através da análise do domínio concetual da Geografia da População, um domínio de grande atualidade e de natureza marcadamente interdisciplinar, tem vindo a ser construído um dicionário terminológico em alemão, espanhol, francês, inglês e português, que resulta de um trabalho de equipa entre especialistas e terminólogos.

Este dicionário, sob a forma de uma base de dados do conhecimento que usa várias ferramentas de processamento da informação linguística, pretende funcionar como uma obra de referência para especialistas e estudantes de Geografia da População e servir como ferramenta de apoio ao trabalho do tradutor de e para Português. Paralelamente, tem ainda a intenção de harmonizar e normalizar à medida que a língua se adequa à evolução e à necessária divulgação do conhecimento técnico e científico, enquadrando-se nos objetivos de uma política de língua consciente e eficaz. Desta forma, o contributo dos linguistas e dos terminólogos apresenta-se como fundamental no âmbito da linguagens de especialidade e da tradução através da tradução fidedigna de conceitos, que contribui para uma delimitação de fronteiras entre áreas concetuais contíguas, do aproveitamento pelos especialistas dos recursos linguísticos existentes e mais adequados e mesmo da criação de novos termos para conceitos novos ou sem designação.

*“RECURSOS PARA A TRADUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO EM GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO” (TRABALHO FINAL NÃO ENTREGUE)*



CLÁUDIA FERREIRA (SENTADA) E CECÍLIA FALCÃO (EM PÉ) - MANUEL MOREIRA DA SILVA



**14. ISA MARA DA ROSA ALVES UNISINOS – SÃO LEOPOLDO – RS – BRASIL E ROZE LUIZA DE OLIVEIRA CHISHMA (AUSENTE)**

**ISA MARA DA ROSA ALVES** é professora na PPG - Linguística Aplicada - UNISINOS – São Leopoldo – RS – Brasil e Aluna de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS – Brasil.

**SINOPSE**

Este trabalho apresenta uma visão crítica sobre os tradutores automáticos e o fenômeno da ambiguidade.  
A meta principal desta pesquisa é mostrar como os tradutores automáticos tratam desse complexo fenômeno linguístico.





No intuito de fundamentar tal avaliação, iniciaremos apresentando brevemente a área da Tradução Automática (TA), comentando sua importância, bem como os tipos de tradutores existentes e as técnicas por eles empregadas.

Posteriormente, tratamos do fenômeno da ambiguidade sob a ótica da Linguística Propomos, então, uma nova organização para o tratamento teórico do referido fenômeno, haja vista que na literatura nos deparamos com definições imprecisas e sobrepostas.

O critério fundamental adotado para essa classificação é a fonte de ambiguidade, a qual pode estar no léxico, na sintaxe, ou no contexto extralinguístico.

Concluimos o trabalho com uma síntese do estudo empírico, no qual os tradutores automáticos foram submetidos a um teste no intuito de avaliar seu desempenho frente aos casos de ambiguidade apresentados na seção anterior.



### A AMBIGUIDADE E A TRADUÇÃO AUTOMÁTICA: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO

#### 1. INTRODUÇÃO

Este é um estudo interdisciplinar, comprometido com a Linguística, porém, trata de questões que fazem interface com a Linguística Computacional, subárea da Inteligência Artificial.

Neste trabalho apresenta-se uma visão crítica sobre os *tradutores automáticos* e o fenômeno da *ambiguidade*, procurando mostrar como os *tradutores automáticos* processam esse complexo fenômeno linguístico. Para tanto, inicialmente, faremos uma sintética apresentação dos tradutores automáticos; em um segundo momento, analisaremos o fenômeno da ambiguidade propondo uma reorganização de suas nomenclaturas; por fim, relataremos o desempenho dos tradutores automáticos submetidos ao teste.

#### 2. TRADUTORES AUTOMÁTICOS

Para realizar um bom trabalho, um tradutor humano precisa se preparar bem para a tarefa da tradução, além do domínio da estrutura linguística é fundamental o conhecimento sobre o tema a ser traduzido. Um tradutor automático, da mesma forma, pode desempenhar melhor sua função se for realizado estudo linguístico minucioso e empregados métodos adequados para processar da melhor forma as *ambiguidades*, *anáforas* e *ideias implícitas* da língua natural.

Há diferentes formas de utilização de sistemas de tradução, bem como diferentes graus de interferência humana permitida/exigida pelo tradutor. Os tradutores variam quanto ao número de línguas envolvidas no processo: *bilíngues* ou *multilíngues*; quanto à reversibilidade do processo tradutório: *bidirecionais* ou *unidirecionais*; quanto ao papel do usuário no



processo tradutório: *interativos* (possibilitando interferência humana durante o processo tradutório) ou *não-interativos* (possibilitando a interferência somente na pré ou pós-edição do texto).

Os tradutores são implementados com diferentes técnicas de tradução. A arquitetura mais simples é a *direta* ou *transformadora* (do Inglês: *transformer*), na qual não há nenhum estágio intermediário entre a passagem da língua-fonte (LF) para a língua-alvo (LA), há uma simples transformação de um-para-um nos níveis apenas gramatical ou morfológico. A arquitetura *indireta* ou baseada em *conhecimento linguístico* é uma técnica mais elaborada que consiste, quase sempre, técnicas de correspondências entre a LF e a LA nos níveis *sintático*, *semânticos* ou *sintático-semântico*; essa arquitetura pode basear-se em regras de *transferência* ou *interlíngua*.

### 3- AMBIGUIDADE

A ambiguidade (Empregamos aqui o termo ambiguidade como denominação geral que engloba todos os tipos e subtipos de multiplicidade de sentidos) é um desafio tanto para a Linguística quanto para a Computação. A diferença é que sob a ótica da Linguística teórica, os autores consideram esse fenômeno *como* uma riqueza da língua. Para a TA, no entanto, a *ambiguidade* é um problema a ser superado. Contudo, termos como *polissemia*, *ambiguidade*, *homonímia*, *vagueza* ou *vaguidade*, *indeterminação*, muitas vezes, são empregados de forma indiscriminada entre os estudiosos. Tendo em vista tal cenário, dedicaremos a propor uma nova organização para o tratamento teórico do referido fenômeno, ressaltando que não se tem compromisso com nenhuma teoria em especial, o objetivo é apenas descobrir que tipos de fenômenos ambíguos realmente existem e como eles são denominados por diversos autores.

#### 3.1 TIPOS DE AMBIGUIDADE

A partir da análise das classificações de ambiguidade estabelecidas por diversos autores (como Cruse, 1986 e 2000; Kempson, 1977; Moura, 2002; Poesio, 1996; Pustejovsky, 1995), optou-se por sistematizar os tipos de ambiguidade sob as três visões de significação que alternam-se como fonte da multiplicidade de sentidos: *semântica*, *sintaxe* e *pragmática*. Lembremos, no entanto, que determinar em que medida a significação tem como fonte o contexto ou é uma propriedade intrínseca ao léxico nem sempre é possível; conforme veremos na sequência, há tipos de ambiguidade que situam-se na fronteira entre uma fonte ou outra.

#### 3.1.2 AMBIGUIDADE LEXICAL

A ambiguidade semântica lexical compreende os casos de ambiguidade que têm origem no léxico, ou seja, aqueles casos de multiplicidade de sentidos que ocorrem quando a própria palavra pode estar associada a mais do que um referente. Os tipos de ambiguidade lexical analisados foram: (i) polissemia; (ii) homonímia; (iii) vagueza ou vaguidade; e, (iv) uso conotativo da linguagem.

Adotamos aqui a concepção de *polissemia* que a define como a propriedade que uma palavra possui de apresentar diferentes sentidos sem que os mesmos sejam opostos ou excludentes. Os diferentes sentidos polissêmicos relacionam-se em maior ou menor grau dentro de um mesmo sentido geral. Exemplo clássico de polissemia pode ser encontrado na palavra *posição*, a qual pode se referir *postura física*, *local*, *disposição*, *situação* ou *circunstância*, *situação econômica*, ou ainda *opinião*. Percebemos que *posição* apresenta sentidos diferentes, porém há alguma relação entre eles. Há, no entanto, palavras que apresentam uma variação de sentido conforme o contexto em que são empregadas é ainda mais sutil, percebe-se apenas uma focalização maior em uma das propriedades de significação, os sentidos nestes casos não são nem excludentes, nem antagônicos. Esse é o caso de palavras como *universidade* nos seguintes exemplos: (i) A universidade está em festa. (= grupo de pessoas que fazem parte da *universidade*); (ii) A UNISINOS começa em fevereiro. (= processo de aprendizagem que se dá na *universidade*); (iii) A universidade foi fundada há 31 anos. (=instituição *universidade*); (iv) A universidade está em obras. (=estrutura física da *universidade*). *Universidade* é considerada sistematicamente polissêmica – de acordo com Cruse (2000) – ou *logicamente polissêmica* – de acordo com Pustejovsky (1995).

Esse tipo de polissemia apresenta duas propriedades básicas: (i) os sentidos não são excludentes, razão pela qual Pustejovsky (1995:150) denomina-a de *polissemia complementar*; (ii) o mesmo tipo de variação de sentido pode ser encontrado em várias outras palavras, diz-se que é possível identificar conjuntos de palavras que apresentam o mesmo tipo de variação, por isso este fenômeno é chamado de *polissemia sistemática* ou *regular*.

##### 3.1.2.1 HOMONÍMIA

A homonímia, ou ambiguidade contrastiva, ocorre quando um item lexical carrega dois significados distintos que se manifestam sob a mesma forma gráfica e/ou fonológica. Na literatura apresentam-se diferentes critérios para definir homonímia. Por se tratar de um estudo sincrônico do significado, como definição de base, será considerada aqui a seguinte: "A situação na qual um item lexical é associado com ao menos dois sentidos diferentes sem relação entre si" (Pustejovsky & Bouguraev, 1996, p. 2) (apud Moura (2000:95). Esta definição vem a justificar a denominação dada por Pustejovsky (1995:150) a este fenômeno de multiplicidade semântica: *ambiguidade contrastiva*. Bem como a *polissemia*, a *homonímia* ocorre tanto entre nominais quanto verbos. Contudo, ela é bastante representativa entre essa segunda classe. Ex.: *assistir* (cuidar ou observar), *tomar* (ingerir ou assumir/adotar), *suspender* (elevar ou privar-se de) entre outros.

Há quatro características típicas do fenômeno da homonímia:



- (i) as palavras homônimas possuem mais de um sentido;
- (ii) o significado se dá através da interpretação da palavra em si dentro do contexto da frase; que
- (iii) há um número relativamente determinável de significados que se restringe às possibilidades semânticas do léxico; por fim e decisivamente conclui-se que
- (iv) não há relação semântica entre os significados e que eles são mutuamente excludentes. Tem-se, então, a comprovação de que entre homônimos não é possível estabelecer um sentido de base – como na polissemia –, pois os sentidos são totalmente incompatíveis, ou seja, contrastantes.

### 3.1.2.3 VAGUEZA OU VAGUIDADE

A fonte do fenômeno da vagueza ou vaguidade encontra-se no limite entre o léxico e o contexto. Pode-se considerar que uma palavra é *vaga* quando não é possível – apenas com as informações fornecidas por ela, ou seja, no léxico – recuperar seu referente ou sentido com precisão. Kempson (1977) diz que a *vagueza* ocorre quando uma palavra gera casos duvidosos de aplicação a certos seres ou situações.

Exemplo claro de palavra vaga temos nos *adjetivos escalares* (rico, pobre, gordo, magro), bem como o clássico caso do adjetivo *bom*. Em ambos os casos, tanto os limites de aplicação quanto sua aplicabilidade é subjetivo. Para Pustejovsky (1995:120), adjetivos como *bom* devem ser considerados caso de *polissemia complementar* – ou seja, um termo que não é contrastivamente ambíguo – porque apresenta um diferente sentido dependendo do nome o qual está modificando.

Enfatizamos que o significado das palavras vagas inicia no léxico, porém, elas só têm seu significado completo se a elas forem somados elementos extralinguísticos. Portanto, apesar deste tipo de ambiguidade ter sido considerada lexical, é importante destacar que as palavras vagas apresentam fortes influências de elementos extralinguísticos.

A desambiguação é necessária no caso da homonímia, mas não no caso da polissemia e da vagueza. Moura (2002:97) apresenta uma escala de incompatibilidade entre as acepções dos itens lexicais indeterminados que coloca no mais alto grau de incompatibilidade das palavras homônimas, no mais baixo grau as palavras vagas e num ponto intermediário as palavras polissêmicas.

De um modo geral, a questão a ser abordada é a diferença entre o sentido lexical que é representado no léxico (polissemia) e o sentido lexical que é gerado pelo contexto extralinguístico (*vagueza*). No entanto, ainda falta um critério consistente para separar, nessa escala, a *polissemia* da *vagueza*.

### 3.1.2.4 USO CONOTATIVO DA LINGUAGEM

Nesta seção serão estudadas tanto palavras quanto expressões que variam entre o seu sentido literal e o conotativo. Ela é considerada por Cruse (2000:238) como um caso de “*polissemia não linear*”, isso porque não liga *palavra a palavra*, mas sim, uma *palavra a conceitos* que foram a ela associados por semelhança. Determinado item lexical adquire duplo sentido por meio do uso metafórico através de alguma comparação mental que é feita em um dado momento da história da língua e acaba sendo incorporada no léxico, incluem-se aqui palavras isoladas ou *expressões idiomáticas*. Como exemplo podemos ter os dois sentidos da palavra *pegar*. (i) Vou correr para *pegar* aquele emprego (=consequir); (ii) Vou correr para *pegar* aquela bola (=agarrar).

### 3.2.2 AMBIGUIDADE NÃO-LEXICAL

Serão apresentados aqui casos que envolvem *ambiguidade estrutural* ou *sintática*; classificados como *ambiguidade aberta* ou *pragmática*, na qual a consideração do contexto extralinguístico é indispensável na interpretação do significado.

#### 2.2.2.1 AMBIGUIDADE ESTRUTURAL OU SINTÁTICA

Os casos de *ambiguidade sintática* ou *estrutural*, como também são chamados, são talvez os mais simples de serem identificados, pois ocorrem pela combinação dos elementos frasais que exercem funções indeterminadas. Nesse caso, não há nenhum item lexical ambíguo, nem nenhuma indeterminação quanto ao referente de cada palavra; o que acontece é que há dúvidas sobre qual a relação entre os elementos dentro da frase.

Identificamos fundamentalmente dois tipos de ambiguidade sintática. No primeiro caso, há apenas uma ambiguidade sintática, mas observando o contexto extra sentencial da frase a ambiguidade se resolve, ex.: Lá vai a moça do carro que abanava. (*fonte*: Guedes & Moreno (1989:90). No segundo caso, a ambiguidade realmente acontece no nível sintático e sintático-semântico, ex.: PFL tenta evitar manobras para salvar Jader. Fazendo apenas uma análise sintática da frase acima ficamos na dúvida se o SP *para salvar Jader* é um modificador da oração *PFL tenta evitar manobra* – dando o sentido de que o partido está pretendendo defender *Jader* e que as manobras são para incriminá-lo – ou apenas é modificador do N *manobra*, significando que *PFL* está contra o *Jader* e que as *manobras* que estão para serem feitas são para salvá-lo. A desambiguação nesse caso só é possível se o leitor ativar o conhecimento de mundo de qual é o partido de Jader. Esse segundo exemplo foi adaptado de uma reportagem jornalística, situação na qual muitos problemas podem acontecer por conta desse duplo sentido. Esse segundo exemplo foi adaptado de uma reportagem jornalística, situação na qual muitos problemas podem acontecer por conta desse duplo sentido.

#### 3.2.2.2 AMBIGUIDADE ABERTA OU PRAGMÁTICA



Sob esse rótulo, emprestado de Cruse (2000:92), estão os casos de ambiguidade fortemente influenciados pelo contexto extralinguístico, que, portanto, só podem ser resolvidos a partir da análise da situação na qual a frase se situa. Há, nesses casos, uma fraca influência do conteúdo lexical na delimitação do significado, em oposição a uma forte e decisiva influência contextual. Uma segunda característica refere-se ao número de significados, os quais são infinitos dependendo do contexto em que ocorrem. Cruse (2000:92) apresenta um exemplo de palavra que se torna ambígua devido a elementos implícitos que a asserção carrega, como é o caso de *caminhar* nas seguintes frases: (1) Alice já pode caminhar e ela tem apenas 11 meses; e (ii) Eu normalmente caminho até o trabalho. Tanto (i) quanto (ii) possuem o mesmo. Não são maneiras diferentes de caminhar, o que difere um enunciado do outro é a ideia implícita de que cada item lexical carrega devido ao conhecimento enciclopédico. No exemplo (i) fala-se em conseguir ficar em pé sem ajuda. No caso (ii) o enfoque é dado para o meio de locomoção utilizado pelo enunciador.

### 3.2.3 AMBIGUIDADE INTENCIONAL OU PERCEBIDA

Analisa-se o caso da *ambiguidade percebida* ou *intencional* como uma seção à parte, porém este não é um tipo de multiplicidade semântica distinto dos demais. Em qualquer um dos casos acima a propriedade da *intencionalidade* pode estar presente. O que caracteriza esse fenômeno não é a fonte da ambiguidade, mas a intencionalidade do falante de fazer com que o leitor perceba a ambiguidade de determinada frase.

Dentre os autores estudados, Poesio (1996:173) é o único que trata desse tipo de ambiguidade como um fenômeno em especial. O autor enfatiza que a *ambiguidade intencional/percebida*, a qual é resolúvel no contexto, presta-se a diferentes propósitos como a publicidade e o humor.

## 4- O DESEMPENHO DOS TRADUTORES FRENTE A CASOS DE AMBIGUIDADE

Nesta seção será apresentada uma avaliação do desempenho dos tradutores com relação a palavras, expressões e frases ambíguas, porém, não se pretende determinar qual o melhor tradutor, nem apresentar soluções para os problemas. Destaca-se, ainda, que não foi possível fazer uma análise comparativa entre os resultados e as arquiteturas com as quais são implementados por não haver documentação pública que permitisse a consideração de tais detalhes.

### 4.1 METODOLOGIA

O estudo apresentado aqui conta com quatro tradutores, são eles *Systran (SYS)*, *Free Translator (FTR)* – disponíveis na *Web* livremente -, *L&H Power Translator Pro (PTP)* e *Micro Power Delta Translator 2.0 (DT)* - comercializados. SYS, FTR e PTP são tradutores multilíngues, já o DT é um sistema bilíngue. Todos eles são tradutores bidirecionais. É importante destacar que apenas o tradutor DT é interativo, possibilitando a interferência humana durante o processo tradutório na medida em que apresenta opções de traduções em palavras geralmente ambíguas ou que indica que determinada palavra não consta em seu léxico e possibilita a inclusão.

Os sistemas de TA acima citados foram avaliados de acordo com sua capacidade de tradução de casos ambíguos utilizando como LF o Português e como LA o Inglês. Para testar o desempenho das ferramentas, foram escolhidas frases referentes a 13 termos, incluindo verbos e nomes; 3 expressões idiomáticas; e 4 frases estruturalmente ambíguas.

A partir da seleção dos termos, procurou-se encontrar frases de múltiplas interpretações por ocasião do léxico, da sintaxe ou do contexto extralinguístico (pragmática), conforme explicitado na seção 3. Dessa forma, foram submetidas aos tradutores 38 frases de fontes variadas, tais como os *corpora* eletrônicos CETENfolha e ZERO Hora (Brasil) e CETENpublico e COMPARA (Portugal). É importante destacar que, visto que o foco deste trabalho é o tratamento dado à ambiguidade pelos TA, apesar de perceber a existência de vários outros problemas linguísticos nas traduções, atentamos exclusivamente à análise dos termos, expressões ou frases ambíguas em questão.

### 4.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Apesar de a TA ter sido a primeira aplicação não numérica das ciências da computação – 1949 com a calculadora científica de Booth e Weaver – no Brasil, o desempenho dos sistemas de tradução ainda está muito aquém do que seria ideal. Entretanto, apesar dos problemas enfrentados pela TA, a importância e a necessidade de um auxílio automático de tradução que possa agilizar o trabalho de um tradutor humano aumentam a cada dia.

Em linhas gerais, podemos dizer que o desempenho dos tradutores apenas parcialmente satisfatório. Com exceção do DT o qual, na maior parte das vezes, indicou que há multiplicidade semântica nas palavras, os demais tradutores, geralmente, não só não percebem a tradução mais adequada para o contexto, como não indicam que pode haver ali outra possibilidade de tradução. Dessa forma, acabam dificultando o trabalho do tradutor humano ao invés de auxiliá-lo.

Para ilustrar o desempenho dos tradutores, bem como a avaliação feita, apresentamos um caso de homonímia com mudança categorial. A palavra de ilustração será *canto*, como verbo ou como substantivo. No caso de *canto*, primeira pessoa do singular do presente do indicativo, todos os tradutores fizeram a escolha lexical correta sem sugerir segunda opção, traduzindo o termo como *sing*. No entanto, na tradução do nominal *canto*, nem todos acertaram. Conforme podemos observar na tabela 1 “Homonímia: *canto*1”:

Tabela 1 – Homonímia: *canto* 1

| Ferramentas | FRASE – “O <i>canto</i> do quarto está sujo.” | Resultados |
|-------------|---|------------|
|-------------|---|------------|





|                      |   |
|----------------------|---|
| Systran              | I <b>sing</b> it of the room is dirty.              |
| Free Translator      | The <b>corner</b> of the room you go dirty.         |
| Delta Translator 2.0 | The <b>corner/song</b> of the room/fourth is dirty. |
| Power Translator Pro | The <b>corner</b> of the room is dirty.             |

Fonte da frase: criação minha

Os resultados apresentados pelo FT e DT foram animadores neste caso. Isso porque, além de perceberem a ambiguidade do termo, o aplicaram corretamente. FT fez as escolhas certas – *sing* para verbo e *corner* para o substantivo – sem apresentar opções ao tradutor humano uma vez que não é um tradutor interativo. Já o DT optou pela tradução correta do verbo e em relação ao substantivo preferiu sugerir as opções *corner* e *song*.

Entretanto, os bons resultados não são verdade para todos os tradutores. Como podemos observar na tabela acima, o SYS apresenta uma tradução bastante problemática. A frase torna-se incompreensível e as razões para tamanha confusão não se pode imaginar. No entanto, é facilmente compreensível a escolha feita pelo PTP, pois ele realizou seleção inadequada de contexto semântico, porém não no gramatical.

### 5- CONCLUSÃO

Este trabalho evidenciou o fato de que há ainda muito a ser desvendado tanto pela TA quanto pela Lingüística no que se refere a palavras, expressões ou frases que apresentam múltiplos sentidos. A ambiguidade dificilmente se torna um problema na comunicação entre pessoas. Entretanto, para teorias semânticas e para o Processamento da Linguagem Natural (PLN) ela é o grande desafio.

O desempenho apresentado pelas ferramentas ressalta o fato de que é necessária a construção de um sistema que inclua informações semânticas. Contudo, ainda assim, da forma como se apresentam atualmente, os tradutores podem ser úteis a qualquer usuário, desde que ele conheça as vantagens e limitações da ferramenta a ser utilizada.

Por fim, lembramos a importância e quão produtiva podem ser pesquisas integradas entre linguistas e informatas a fim de construir ferramentas de PLN cada vez mais eficientes.

### 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Arnold, Doug. et al. (1994) Machine translation: an introductory guide. NCC/Blackwell, Manchester: Oxford, 1994.
2. Cruse, D. Alan. (2000) Meaning in language: An introduction to semantics and pragmatics. New York: Oxford University Press.
3. Cruse, D. Alan. (1989) A. Lexical semantics. Cambridge: Cambridge University Press.
4. Guedes, P. C.; Moreno, C. (1989) Curso básico de redação. São Paulo: Ática.
5. Kempson, Ruth. (1997). Semantic theory. New York: Cambridge University.
6. Moura, H. M. Maurílio. (2002) "Polissemia: entre o léxico e o conhecimento enciclopédico". São Leopoldo, UNISINOS, 20 mar. Palestra.
7. Ortiz, A. Moreno. (1998/7) Diseño e implementación de un lexicon computacional para lexicografía y traducción automática. Servicio de publicaciones de la Universidad de Córdoba.
8. Poesio, Massimo (1996). 'Semantic ambiguity and perceived ambiguity'. In: Deemter K. V.; Peter Stanley. Semantic Ambiguity and Underspecification. Stanford: CSLI Publications.
9. Pustejovsky, James (1995). The generative lexicon. Mass., Cambridge: The MIT Press.

Uma versão completa deste trabalho foi apresentada em 2003 como requisito para conclusão do final do curso de Letras de Isa Mara Alves sob orientação da prof. Dra. Rove Chishman.

---

### **15. REBECA HERNÁNDEZ , UNIVERSIDAD SALAMANCA (APRESENTAÇÃO POR JOÃO PEDRO CARAVACA, UNIVERSIDADE CATÓLICA, PORTO/ESE IPB BRAGANÇA)**

**REBECA HERNÁNDEZ** é licenciada em Filologia Portuguesa e mestre em Língua e Cultura Portuguesas pela Universidade de Salamanca. Tem uma pós-graduação em Edição do Grupo Santillana e a Universidade de Salamanca. Na atualidade, encontra-se a elaborar a sua tese de doutoramento sobre processos culturais e linguísticos na narrativa pós-colonial de língua portuguesa e os problemas da sua tradução para o espanhol. É tradutora e atualmente os seus principais interesses de investigação são a narrativa pós-colonial de língua portuguesa, a tradução literária e a relação entre as teorias cognitivas e a tradução literária de narrativa pós-colonial.

#### **SINOPSE:**

Os autores das denominadas literaturas pós-coloniais recorrem a uma série de complexas estratégias como a nativização, a africanização ou a relexificação (cf. Vega 2003) para representar o contexto de miscigenação em que se veem imersos. Deste modo, o processo tradutológico interlingüístico destes autores supõe um desafio de grande complexidade



para o tradutor. Na sua obra *The Location of Culture* (1994), Homi K. Bhabha estabelece a noção de “Third Space” para designar esse espaço híbrido de mistura que reproduz esta realidade e que implica uma resistência cultural à imposição ocidental. No âmbito literário, este terceiro espaço vê-se reduzido a uma realidade mental que pode ser redefinida segundo os pressupostos da teoria cognitiva como um espaço mental intermédio (Fauconnier 1985, 1997). É neste espaço mental intermédio que se produz a chamada integração concetual (Fauconnier e Turner, 1994) e que representa a natureza híbrida da realidade recriada na ficção através da expressão linguística. Nesta comunicação vamos considerar como a visão da realidade textual desde esta perspetiva cognitiva pode ajudar na tradução de obras pós-coloniais em língua portuguesa para uma outra língua.

### A INTEGRAÇÃO CONCEPTUAL E A TRADUÇÃO DAS LITERATURAS PÓS-COLONIAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Os autores das chamadas literaturas pós-coloniais recorrem a uma série de complexas estratégias como a nativização, a africanização ou a relexificação (cf. Vega 2003) para representar o contexto de miscigenação em que se veem imersos. Deste modo, o processo tradutológico interlinguístico destes autores supõe um desafio de grande complexidade para o tradutor. Na sua obra *The Location of Culture* (1994), Homi K. Bhabha estabelece a noção de “Third Space” para designar esse espaço híbrido de mistura que reproduz esta realidade e que implica uma resistência cultural à imposição ocidental. No âmbito literário, este terceiro espaço vê-se reduzido a uma realidade mental que pode ser redefinida segundo os pressupostos da teoria cognitiva como um espaço mental intermédio (Fauconnier 1985, 1997). É neste espaço mental intermédio que se produz a chamada integração concetual (Fauconnier e Turner, 1994) e que representa a natureza híbrida da realidade recriada na ficção através da expressão linguística. Nesta comunicação vamos considerar como a visão da realidade textual desta perspetiva cognitiva pode ajudar na tradução de obras pós-coloniais de língua portuguesa para uma outra língua.

No seu artigo “O conceito de equivalência na tradução inglesa de *A Ilustre Casa de Ramires*”, compara Manuel Gomes da Torre a ação de ler à de viajar, através do tempo e também através do espaço e das culturas; viajar faz com que nos encontremos com “o diferente, com o estranho, com o exótico” e, mesmo que não nos apercebamos destes aspetos de igual forma a como são apercebidos por aqueles que estão imersos nessa determinada cultura, atingimos um conhecimento, embora talvez superficial, destes elementos no seu próprio contexto. Conclui Gomes da Torre dizendo que, se algum dia chegarmos a conhecer bem estes elementos, “até podemos começar a senti-los da mesma forma que aqueles a que andam mais ligados. Essa, afinal, também é uma das funções da tradução como processo de ponte entre línguas e culturas” (1996:10-11). Segundo Simon, na atual era da globalização vivemos em mundos “traduzidos” e a tradução torna-se um fenómeno fulcral na criação e transmissão de valores culturais (1997: 462-463). Todavia, na tradução enquanto canal de transmissão cultural, e como argumenta Martín Ruano (2004: 265-266), podem gerar-se mal-entendidos, choques; pode desembocar a tradução num desencontro mais do que no encontro desejado. Como afirma Simon, os problemas com que o tradutor depara nas escritas pós-coloniais têm a ver com uma significação cultural que não aparece nos dicionários e que é preciso encontrar na percepção de como a língua está ligada à realidade local, às formas literárias e às identidades cambiantes (Simon 1997: 464).

Outro aspeto relevante é que, como afirma Venuti, a tradução não é senão uma assimilação à cultura de chegada; para ele, traduzir é inevitavelmente uma atividade domesticadora que não pode ser definida como uma comunicação entre iguais, já que é fundamentalmente etnocêntrica, sobretudo se atendemos às relações assimétricas que se dão entre as diferentes culturas e línguas que Venuti classifica, em termos de poder, em *major e minor languages* (cf. Venuti 1997, 1998b). Mais ainda, a *recepção* cultural pode acabar por formar uma visão estereotipada do *outro* atendendo a interesses etnocêntricos (cf. Carbonell); neste sentido, estudos recentes têm chamado a atenção para a necessidade de transcender o etnocentrismo/eurocentrismo na tradução de, especialmente, textos pós-coloniais (cf. Bandia 1995; Carbonell 2003; Martín Ruano 2003). Entretanto, teóricos como Berman (1985), Venuti (1997, 1998a), Vidal (1998), Bandia (2001, s.d.) ou Carbonell (1999) advogam por uma ética tradutológica que visa combater o etnocentrismo e escapar ao poder cultural (e não só) de chegada através da consciência e do respeito para com as características intrínsecas do texto original.

Ora bem, na sua obra *The Location of Culture* (1994), Homi K. Bhabha propõe a necessidade de abordar os estudos pós-coloniais de uma perspetiva teórica que escape de uma percepção das culturas como elementos unitários e independentes categorizados em divisões dualísticas e polarizadoras do tipo mesmo/outro, colonizador/colonizado ou branco/negro, por exemplo. É completamente aceite o facto de as culturas não serem realidades monolíticas, mesmo por autores que num princípio puderam oferecer nos seus estudos a visão aparentemente binária à que se refere Bhabha. Este é o caso de Edward W. Said quem, no seu “Post-Scriptum” à edição de 1995 do *Orientalismo*, afirma “[...] um dos avanços da moderna teoria cultural é a consciência, quase universalmente aceite, de que as culturas são híbridas e heterogéneas e que [...] as culturas e as civilizações se encontram tão inter-relacionadas e interdependentes que não é possível subtrair a unidade ou a simples descrição da sua individualidade” (Said 2004: 412). Este ponto de vista aparece também noutra obra de Said, *Culture and Imperialism*, onde remete para o facto de a cultura ser híbrida, mesclada e impura (1993:14) e onde sublinha a questão de as chamadas culturas pós-coloniais acarretarem ao mesmo tempo a cultura do colonizador e a do colonizado (1993: 212-216). Em relação ao contacto entre culturas, encontramos também categorias de interesse como a “contact-zone” de Mary Louise Pratt, quem estabelece as chamadas zonas de contacto, espaços sociais que atuam como pontos de interseção e de co-presença de práticas e entendimentos entre culturas díspares e normalmente assimétricas através do fenómeno da transculturação (cf. Pratt 1992). Pode-se destacar também o conceito de heteroglossia de Bakhtin que James Clifford aplica às culturas para as definir como a interseção, a justaposição e o diálogo aberto, criativo, entre subculturas (1988: 23, 46).

No caso de Bhabha, o seu ensaio “The Commitment to Theory” incluído em *The Location of Culture*, advoga, em oposição às categorias dualísticas a que já nos referimos, por um compromisso teórico que parta de uma conceção cultural situada na miscigenação, na hibridez. É aqui onde surge o conceito de espaço intermédio ou terceiro espaço, emergente do interstício que deixa de lado o multiculturalismo e a diversidade de culturas para dar lugar à articulação da hibridez cultural (1994: 38). Ora, como diz Maria Fernanda Afonso, no seu recente estudo sobre o conto moçambicano e em relação ao terceiro espaço de Bhabha e à literatura, “dentro do debate pós-colonial, a literatura tem uma função primordial na



descolonização cultural e espiritual, originando interações entre sistemas linguísticos, religiões bíblicas e crenças animistas [...]. O resultado destas operações é um espaço propício à dialogicidade heterogénea, um texto híbrido, uma língua híbrida, que reflete a cosmogonia do homem pós-colonial" (2004: 241). Podemos afirmar assim, que as culturas pós-coloniais decorrem no terceiro espaço e que, como é óbvio, a literatura se produz também neste terceiro espaço e é, portanto, neste espaço de confluência que emerge a obra literária.

No terceiro espaço não só se dá a hibridação, miscigenação entre inúmeros elementos das diferentes culturas: é também onde se articula o lugar para a resistência. Afirma Bandia que a cultura se torna numa fonte para a identidade (1995: 490) e se olharmos para o panorama literário das literaturas africanas de língua portuguesa só temos de dar conta da imensa importância que tiveram os intelectuais e escritores africanos na luta pela formação e pela emergência das suas respetivas nações. Este facto é salientado por Pires Laranjeira no posfácio ao seu *De letra em riste* "A edificação das literaturas africanas de língua portuguesa acompanha a construção de um novo poder político, primeiro clandestino e, depois, triunfante. Os homens que escrevem são os mesmos que pensam e politicam." (Pires Laranjeira 1992: 14) A resistência, pois, surge e decorre no terceiro espaço. Assim e dentro do terceiro espaço temos também resistência às culturas europeias. Para desenvolver a resistência à imposição europeia, linguística, cultural e de outros tipos, é bem sabido (cf. Ashcroft *et al.* 1989, 1995; Vega 2003) que os autores pós-coloniais recorrem a estratégias tais como a apropriação, a ab-rogação, a mimetização das línguas e discursos coloniais que consistem em utilizar e transformar as armas do discurso colonial na própria cultura do colonizado para resistir ao controle político ou cultural. Recorrem também a fenómenos como o *code-switching*, o *code-mixing*, a relexificação, a africanização e a nativização que consistem, *grosso modo*, na inserção das línguas nacionais nos textos, bem através de palavras soltas ou expressões, estruturas gramaticais, recursos pragmáticos, para conseguir um discurso aparentemente escrito numa língua europeia mas que tendo em conta a estrutura, o ritmo, o léxico, pode ser considerado africano. Ana Mafalda Leite, em relação ao translanguismo e à transculturalidade das literaturas africanas de língua portuguesa, sublinha que "ler, ao mesmo tempo que é traduzir, é também recriar [...] obriga-nos ao esforço de movimentação dialética de lugares, [...] a encarar a língua como geologia de formas e uma complexa tessitura cultural" (Leite 2003: 38).

Além disto, existem estudos no campo da tradução que explicam estes fenómenos de um ponto de vista tradutológico e nos quais podemos ver aproximações que seguem a mesma linha das anteriormente referidas. Assim encontramos o caso de Bandia, quem em relação à tradução intercultural e nomeadamente à tradução das literaturas africanas em línguas europeias, chama a atenção para um processo duplo de tradução e estabelece um primeiro nível relativo à *escritura Euro-africana como tradução* e um segundo nível constituído pela *tradução entre línguas europeias* e embora exista a impressão de que neste segundo nível se está a traduzir de uma língua europeia para outra, o tradutor está de facto a trabalhar também com a cultura e as línguas vernáculas já traduzidas pelo autor (cf. Bandia s.d.). Por seu turno, Chan salienta que, embora as obras de autores multiculturais possam ser em aparência monolíngues, são na realidade bilingues (Chan 2002: 62) e Venuti faz referência ao *translanguismo* que surge nas formas literárias híbridas nas quais o autor introduz variedades subversivas de tradução (1998a: 174).

Paralelamente à discussão suscitada por Bhabha acerca dos pares polarizantes do tipo colonizador/colonizado ou branco/negro e a conseqüente procura de um espaço intermédio, podemos encontrar um debate similar nos estudos tradutológicos no que concerne aos tradicionais opostos familiarização/exotização ou domesticação/estrangeirização à hora de focalizar a tradução. Ao contrário daquelas posturas que defendem uma aproximação ou outra, existem teóricos que questionam a validade destas dicotomias por as considerarem restritivas, e que advogam por uma relação dialética entre elas. Este é o caso de Rutherford (2002) ou de Carbonell (2003) quem, do mesmo modo que Bhabha propõe o terceiro espaço, estabelece a necessidade de espaços intermédios de negociação e transferência, de pontos de contacto entre as culturas, que ajudem a evitar os perigos que podem comportar as distinções domesticação/exotização, mesmo/outro.

É nesta complexa realidade acima descrita onde podemos fundamentar a aproximação ao terceiro espaço que queremos oferecer neste trabalho. Os denominados textos literários pós-coloniais, como já vimos, acarretam uma série de fatores convergentes que não podem ser obviados, e ainda menos no momento de uma tradução interlinguística, que deve também transportar para a cultura de chegada os elementos de resistência e os expoentes de uma determinada realidade que, em grande parte dos casos, podem aparecer em princípio velados. Estes elementos, como já argumentámos, e pelo seu marcado carácter híbrido e de confluência, devem ser situados no terceiro espaço de Bhabha. Neste sentido, se trasladamos este conceito à obra literária, enquanto criação, podemos afirmar que o espaço terceiro ocorre a um nível mental (Vamos considerar nesta comunicação, e devido às limitações de espaço evidentes, exclusivamente o processo cognitivo que implica o autor da obra literária e o tradutor como recriador e leitor ao mesmo tempo, reservando para estudos posteriores as complexidades próprias da hermenêutica literária que contempla questões relativas a processos tais como a receção ou a interpretação de textos literários). Ora, tendo em conta a qualidade de criação mental de toda a obra literária (e conseqüentemente de toda a tradução literária), não só no momento da produção mas também no momento da receção, parece-nos de interesse estabelecer uma relação entre este espaço intersticial onde se produz a obra pós-colonial e o conceito de espaço mental desenvolvido por Fauconnier em vários dos seus trabalhos (1985, 1997). Trata-se de transferir para a esfera dos processos mentais o conceito mais amplo de terceiro espaço que atinge outros fenómenos não necessariamente de carácter cognitivo.

Como já dissemos, podemos afirmar que todo o discurso literário é um constructo mental, uma construção cognitiva que só existe como tal na mente do autor e na mente do leitor e é portanto produto das múltiplas operações cognitivas identificadas e descritas por numerosos autores: projeções metafóricas, metonímicas, integração, composição, elaboração, analogia, fusão de conceitos, etcetera; (cf. por exemplo Lakoff e Johnson 1980, Lakoff e Turner 1989, Lakoff 1993, Fauconnier e Turner 1994, 2001, Silva 2003). Estas projeções não têm por que ocorrer entre domínios amplos de conhecimento, (p. ex.<sup>o</sup>. o domínio literário que pode corresponder às diferentes literaturas, o domínio cultural, etcetera); segundo Fauconnier na maior parte das vezes, as operações cognitivas têm, de facto, lugar entre espaços mentais criados *ad hoc* (no nosso caso pelo escritor, pelo tradutor, pelo leitor) para



servir numa situação concreta (p.e. a literatura pós-colonial ou a tradução de literatura pós-colonial) e os participantes no discurso só ativam aqueles componentes necessários para essa situação determinada.

Portanto, se o escritor pós-colonial está situado e desenvolve a sua criação no espaço terceiro e a criação literária é um facto mental que se materializa através da linguagem, podemos afirmar que a obra literária pós-colonial surge num terceiro espaço cuja natureza é mental. Fauconnier e Turner argumentam que, na base das operações mentais que eles analisam, encontramos o fenómeno a que denominam *blending* e que, como eles próprios afirmam, não é uma operação restrita ao âmbito da linguagem: trata-se um fenómeno de integração concetual que abrange todos os aspetos vitais e humanos. Fauconnier e Turner dizem que o *blend* surge da fusão da estrutura concetual procedente de dois espaços mentais, fonte e alvo, que é projetada no que eles próprios coincidem com Bhabha à hora de denominar “terceiro espaço” (1994: 12). Este espaço terceiro de Fauconnier e Turner é construído de tal forma que a informação contida nas duas estruturas parciais colocadas no ponto de partida, paralelas neste caso às categorias binárias e polarizadoras de que fala Bhabha, confluem no espaço intermédio onde se desenvolve uma nova estrutura, à qual pertence e na qual se situa, no nosso caso, a obra pós-colonial. Esta nova estrutura híbrida e intersticial tem já a sua própria coerência interna. É neste espaço concetual intermédio onde são mescladas qualidades ou características dos dois espaços *input* e é a partir dessa mescla de onde emergem as novas realidades e as inferências que comportam.

Fauconnier e Turner dizem que é possível chegar a este espaço mental mesclado intermédio porque o espaço fonte e o espaço alvo partilham um conteúdo essencial que faz com que sejam compatíveis (por exemplo, no fenómeno que estamos a analisar temos uma estrutura básica comum que inclui aspetos tais como a literatura como criação humana, o uso da linguagem, a expressão e a herança cultural, a imaginação, etcetera). Eles situam essa informação geral partilhada num espaço que denominam “genérico” e que forma parte dos mecanismos de integração concetual (Fauconnier e Turner 1994, 2001). É por causa destes fatores acima referidos que pensamos que o tradutor deve ser consciente e conhecer esse terceiro espaço assim como as operações cognitivas que têm lugar nele e que conferem à obra pós-colonial a sua própria identidade, diferente da identidade que caracteriza as produções literárias e culturais das quais emerge.

A teoria da integração concetual dá-nos os instrumentos para analisar a dimensão cognitiva do discurso ao longo do decurso tradutológico, como parte “encapsulada”, num processo que ocorre entre o autor como produtor do texto original, o tradutor, primeiro como leitor e mais tarde como recriador produtor do texto traduzido que será, finalmente, recebido pelo leitor e que poderíamos representar da seguinte forma: /produção [autor]/ → [TO] → /recepção ↔ produção [tradutor]/ → [TT] → /recepção [leitor]/

A teoria da integração concetual dá-nos também os procedimentos metodológicos para interpretar os sinais linguísticos que identificam estes processos cognitivos, algo que é de fundamental importância para o tradutor com o fim de perceber não só o terceiro espaço da obra original, mas também o terceiro espaço que pretende atingir com a sua tradução.

Para concluir devemos uma vez mais destacar a necessidade de ter em conta a complexidade intrínseca, que apresentam os textos pós-coloniais, derivada da condição multicultural e plurilinguística da qual emergem e que não pode ser obviada pelo tradutor. Apresentámos nesta comunicação a proposta de uma releitura do terceiro espaço formulado por Bhabha de uma perspetiva cognitiva. Perspetiva esta que focaliza o processo tradutológico como atividade mental e linguística que é, no fim de contas, a primeira realidade com que se confronta o tradutor.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, Maria Fernanda (2004) *O Conto Moçambicano. Escritas Pós-Coloniais*. Lisboa, Caminho.
- Ashcroft, Bill, et al. (1989) *The Empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London, Routledge.
- Ashcroft, Bill, et al. (1995) *The Post-Colonial Studies Reader*. London, Routledge.
- Bandia, Paul (1995) 'Is Ethnocentrism an Obstacle to Finding a Comprehensive Translation Theory?' In *Meta* vol. XL: 3, pp. 488-496.
- Bandia, Paul (2001) 'Le concept bermanien de l' «Etranger» dans le prisme de la traduction postcoloniale' In *TTR* vol. 14:2, pp. 123-139.
- Bandia, Paul (s.d.) 'African European-Language Literature and Writing as Translation: Some Ethical Issues'. Disponível em <http://www.soas.ac.uk/Literatures/satranslations/Bandia.pdf>
- Bhabha, Homi K. (1994) *The location of culture*, London, Routledge.
- Berman, Antoine (1985) *Les tours de Babel: essais sur la traduction*. Mauvezin, Trans-Europe Press.
- Carbonell, Ovidi. (1999). 'Diáspora, hibridación y traducción cultural'. En Miguel Hernando de Larramendi y Juan Pablo Arias (eds.). *Traducción, emigración y culturas*. Cuenca, Ediciones Universidad Castilla - La Mancha, pp. 165-173.
- Chan, Leo Tak Hung (2002) 'Translating Bilinguality. Theorizing Translation in the Post-Babelian Era'. In *The Translator*, 8: 1, pp. 49-72.
- Clifford, James (1988) *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts and London, England.
- Fauconnier, Gilles (1985) *Mental Spaces*. Cambridge, MIT.
- Fauconnier, Gilles (1997) *Mappings in Thought and Language*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Fauconnier, Gilles and Mark Turner (1994) 'Conceptual Projection and Middle Spaces', USCD: Department of Cognitive Science Technical Report 9401. Disponível em <http://www.cogsci.ucsd.edu>
- Fauconnier, Gilles and Mark Turner (2001) 'Concetual Integration Networks'. Disponível em <http://www.inform.umd.edu>
- Lakoff, George (1993) 'The Contemporary Theory of Metaphor' In Andrew Ortony (Ed.) *Metaphor and Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 202-251.
- Lakoff, George and Mark Johnson (1980) *Metaphors We Live By*. Chicago, University of Chicago Press.
- Lakoff, George and Mark Turner (1989) *More Than Cool Reason*. Chicago, University of Chicago Press.





- Laranjeira, Pires (1992) De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, Porto, Afrontamento.
- Leite, Ana Mafalda (2003) Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais, Lisboa, Colibri.
- Martín Ruano, M. Rosario (2003) 'Una (re)visión de la mirada sobre lo otro: el discurso crítico de los estudios de traducción y sus límites'. In Emilio Ortega Arjonilla (dir.) Panorama actual de la investigación en traducción e interpretación. (vol. I), Granada, Atrio, pp.241-255.
- Martín Ruano, M. Rosario (2004) 'Al encuentro del Otro: la traducción de narrativa de autores de la diáspora africana en lengua inglesa'. In Olga Barrios y Frances Smith Foster (Ed.) La familia en África y la diáspora africana: Estudio multidisciplinar. Salamanca, Almar, pp. 265-274.
- Pratt, Mary Louise (1992) Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation, London and New York, Routledge.
- Rutherford, John (2002) 'La domesticación de don Quijote'. In Román Álvarez (ed.) Cartografías de la traducción: del post-estructuralismo al multiculturalismo. Salamanca, Ediciones Colegio de España, pp. 215-232.
- Said, Edward W. (1993) Culture and Imperialism, New York, Vintage Books.
- Said, Edward W. (2004) Orientalismo, Lisboa, Edições Cotovia. Trad. de Pedro Serra.
- Silva, Augusto Soares da (org.) (2003) Linguagem e Cognição. A Perspetiva da Linguística Cognitiva. Braga, Associação Portuguesa de Linguística. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga.
- Simon, Sherry (1997) 'Translation, Postcolonialism and Cultural Studies'. In Meta, vol. XLII:2. pp. 461-477.
- Torre, Manuel Gomes da (1996) 'O Conceito de Equivalência na Tradução Inglesa de A Ilustre Casa de Ramires'. In Atas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos. Vila Real, Serviços Gráficos da UTAD, pp. 1-12.
- Vega, María José (2003) *Imperios de papel: introducción a la crítica postcolonial*, Barcelona, Crítica.
- Venuti, Lawrence (1997) Writing a Minor Literature. Lliçó inaugural del curs acadèmic 1998-1999. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.
- Venuti, Lawrence (1998a) *The scandals of translation: towards an ethics of difference*. London: Routledge.
- Venuti, Lawrence (1998b) 'Introduction'. In Lawrence Venuti (ed.) Translation and Minority. The Translator (special issue), 4:2. pp. 135-145.
- Vidal, África (1998) El futuro de la traducción. València: Institució Alfons el Magnànim.

---

### 16 M<sup>a</sup> ROSA ADANJO CORREIA - ESCOLA SECUNDÁRIA. MARQUÊS DE POMBAL, LISBOA

**MARIA ROSA ADANJO CORREIA**, professora do Ensino Básico e Secundário, pertencente ao Quadro Permanente na Escola Secundária Marquês de Pombal, no 8º B grupo, em Lisboa. Leitora ICALP e do Instituto Camões de 1986 a 2003 nas Universidades de Perugia, Autónoma de Barcelona, Vigo e Genebra. Licenciada em Literatura Românica pela Universidade de Lisboa, mestranda em Literatura Portuguesa Clássica na mesma Universidade e doutoranda em Teoria da Tradução Literária na Faculdade de Traducció i d'Interpretació da Universidade Autònoma de Barcelona (UAB).

Defendeu, em setembro de 1998, o "Tribunal de Recerca": *A Linguagem Literária de Luandino Vieira e a Tradução de um Caso-Limite: João Vêncio: Os Seus Amores*. Tese de doutoramento em fase de conclusão sobre as traduções para catalão, francês, italiano e inglês do romance de Mia Couto *A Varanda do Frangipani*.

Ao longo da carreira desenvolveu várias formas de difusão das Culturas Portuguesa, Africana de Língua Portuguesa e Brasileira não só promovendo e organizando ações culturais, com a presença de escritores e ensaístas, como também proferindo conferências e publicando pequenos ensaios em Portugal e no estrangeiro.

#### LUSOFONIA E A PROBLEMÁTICA DA TRADUÇÃO DAS "OUSADIAS VERBAIS" DE LUANDINO VIEIRA E DAS "ESCREVIVÊNCIAS DESINVENTOSAS" DE MIA COUTO

A tradução de qualquer autor das Literaturas Africanas de/em Língua Portuguesa levanta um triplo problema:

a situação de «marginalidade» destas literaturas no seio da Comunidade Internacional;

o desafio perante a concorrência de escritores oriundos de países mais prestigiados mundialmente;

o facto de, muitos deles, subverterem o português europeu (PE) para dar expressão a realidades, conceitos e factos culturais diversos.

A minha escolha recaiu em Luandino Vieira e Mia Couto, autores emblemáticos que, na esteira de Guimarães Rosa, assumiram opções linguísticas que os viriam a notabilizar e cujas obras estão editados em diversos países e são objeto de estudo nas mais prestigiadas universidades do mundo.

Luandino Vieira, fundamentando-se nas regras empíricas do discurso popular luandense, constrói uma linguagem literária baseada no registo do português falado nos musseques de Luanda.

Mia Couto, sentindo a necessidade de recriar uma linguagem que traduzisse o ambiente das suas «estórias», transgrediu limites da própria língua portuguesa para obter o espaço de magia adequado à carga poética das suas personagens.



Exemplos concretos da desconstrução do PE realizada pelos autores e as soluções seguidas pelos tradutores das edições francesa e inglesa das obras *João Vêncio: Os seus amores* (Luandino Vieira) e *A Varanda do Frangipani* (Mia Couto) serão o tema desta comunicação cujo objetivo pretende responder a:

Como adaptar essa «linguagem exótica» aos respetivos públicos?

Ser fiel à forma ou ao conteúdo?

Eventualmente, e para o caso de Mia Couto, poderão também ser apontados exemplos de outras línguas.

No seio dos povos que falam português há um fio condutor misto de fraternidade, solidariedade e amizade, fundamentado em raízes culturais onde, com alguma dificuldade, descortinamos o que veio de uns ou de outros. Na língua, na música, na gastronomia encontramos presenças e vestígios resultantes das vias percorridas nessas viagens que se iniciaram em finais do século XV e que hoje, com a «aldeia global», se acentuam.

No plano linguístico essa intercultura exerce sobre a norma padrão do português europeu (PE) ação renovadora e transfusão de «sangue novo»: povos de diversas latitudes «fazem português» incorporando-lhe novos termos e desviando-o para caminhos nunca antes imaginados levado pela mão dos seus falantes.

No [período] pós-independência dos PALOP houve uma “massificação” do uso do português que teve como consequência, segundo Gonçalves (1997) (Gonçalves, Perpétua (1997). «Para uma aproximação Língua-Literatura em Português de Angola e Moçambique». Luanda. 1º Encontro Internacional sobre Literatura Angolana. 10-13/10/1997) “a formação de variedades locais desta língua, que, apesar de apresentarem ainda alguma instabilidade, constituem já um património linguístico de comunidades importantes. Em países como Angola e Moçambique - que partilham entre si o facto de estarem localizados na zona das línguas bantu - as normas locais desta língua distinguem-se do padrão europeu por alterações registadas a nível do sistema fonético fonológico, do léxico e também da sintaxe” abrindo a escritores, como Luandino Vieira e Mia Couto “um leque muito rico de escolhas linguísticas” que, dentre as várias possibilidades, optam por um discurso gerido basicamente pela norma do PE, “salpicado” de um léxico e de processos formais, que se baseiam nas regras empíricas do discurso popular criadas pelas comunidades em que estão inseridos e, ainda, por outros procedimentos da sua própria autoria e construindo um discurso literário baseado num registo de síntese entre o português falado em Angola (nos musseques de Luanda para o caso de Luandino Vieira) e em Moçambique.

A presença destes desvios, quer individuais quer nacionais, leva à criação de um português «subtilmente diferente» que não é nem regionalismo, nem dialeto, nem gíria, mas é capaz de comunicar novas realidades, novos conceitos, de exprimir outras formas de «dizer o mesmo».

### 1. LUANDINO VIEIRA E MIA COUTO

Em Angola, Luandino Vieira (1935, Lagoa do Furadouro, Portugal) escreve nas décadas de 60/70 e é, no momento da independência, para as novas gerações, uma referência fundamental, obrigatória. Ele é um dos escritores que mais se empenhou na criação de uma língua literária genuinamente luandense-angolana, fruto de uma simbiose entre o português vernáculo e as restantes línguas faladas em Angola. Na sua obra, a língua tornou-se tema, no entanto, este procedimento ficaria isolado no sistema literário angolano e seriam necessários alguns anos e uma travessia à contracosta para que, com Mia Couto, surgisse a “*maneira moçambicana de re-trabalhar a língua portuguesa*” como afirma Tavares (2000) (Tavares, Ana Paula (2000) “Especificidade e originalidade das literaturas africanas de/em língua portuguesa”, (Conferência proferida na Universidade de Genebra em 22 de maio 2000) .

Luandino Vieira manifestou-se um exímio, talentoso e prolífero contador de “estórias”: narrativas curtas centralizadas na vida dos musseques, os bairros que circundavam a cidade de Luanda, que nos oferecem uma visão “antropológica” dos seus moradores, as suas atividades quotidianas, o sistema racial e as relações sociais e de trabalho, o folclore e as tradições.

O autor justifica, em entrevista a *Michel Laban* (1991: 407-435) (Laban, Michel, (1991) *Angola, Encontro com Escritores*, Porto, Fundação António de Almeida) esta opção de linguagem com a necessidade de criar um discurso homólogo ao do povo, usando os mesmos processos de construção: “*conscientes ou inconscientes de que o povo se serve para utilizar a língua portuguesa, quando as suas estruturas linguísticas são, por exemplo, quimbundas [...] não me interessavam só as deformações fonéticas, interessava-me a estrutura própria da frase, a estrutura do próprio discurso, a lógica interna desse discurso.*”

Mia Couto (1955, Beira, Moçambique), é, como já referido, a voz que, na contracosta africana, prossegue o caminho aberto por Guimarães Rosa e continuado por Luandino no sentido da experimentação da língua portuguesa. É igualmente *Michel Laban* (1994: 995-1040) (Laban, Michel, (1994) *Moçambique, Encontro com Escritores* Porto, Fundação António de Almeida) quem recolhe estas afirmações:

“... eu me apercebi que não podia usar o português clássico, a norma portuguesa, para contar a história com toda a carga poética que ela tinha. Era preciso recriar uma linguagem que trouxesse aquele ambiente de magia [...] E aí eu comecei essa experiência [...] a experimentar os limites da própria língua e a transgredir no sentido de criar um espaço de magia. E depois, isto mais tarde, quando eu compreendi quanto isto era possível, era realizável, foi quando eu comecei a ler, tardiamente, o Luandino Vieira. A primeira vez [...] não gostei [...] regressei ao Luandino depois de ter começado a escrever as primeiras histórias e disse: « Não, aqui está uma prova de que é possível e se pode fazer literatura assim e depois, mais tarde, confirmei com Guimarães Rosa.”

Mia Couto iniciou-se na literatura através da poesia: *Raiz de Orvalho* (Maputo, 1983). Obra que é uma espécie de «pedrada no charco» no seio de uma literatura moçambicana ainda muito marcada pela militância política ao serviço da causa revolucionária.



Com este livro, o autor assume uma posição de recusa a esta “...única forma de escrever [...] Pode-se falar da revolução sem falar de política no sentido explícito do termo [...] era preciso afirmar o **EU**, não contra o **NÓS**, mas a favor dum coletivo mais verdadeiro” (Laban, idem). O livro foi bem recebido: venderam-se cinco mil exemplares em duas semanas.

Continuando na prosa, a primeira obra surge fruto da ideia acidental de escrever contos: “...estive em Inhambane e lá me contaram uma lenda ligada às baleias. Era muito interessante contar essa história, ficcionar esta lenda. Eu estava com um grupo de amigos que me entusiasmaram: « Faz uma história! » E eu fiz uma história.” (Laban, idem).

Do contacto com os camponeses e pescadores, do retorno às histórias da infância, foram surgindo os contos. Mia Couto, como testemunha ativa e consciente, elege as suas personagens pela escuta de pessoas e incidentes perto de si. Craveirinha no Prefácio à 1ª edição portuguesa afirma que Vozes Anotecidas nos remete “para enredos e tramas cuja lógica se mede não poucas vezes pelo absurdo, por um irrealismo, conflitantes situações; pelo drama, pelo pesadelo, a angústia e a tragédia.” Pela mão do autor, entramos no quotidiano, nos lugares, nas paisagens, na linguagem e na atmosfera mágica e lendária de um Moçambique «profundo», através da criação dessa linguagem dúctil que lhe permite legitimar a transgressão gramatical, refletir vivências e adequar a cada personagem um discurso próprio.

Em *João Vêncio: Os seus amores*, (Vieira, José Luandino (1987). *João Vêncio: os seus amores*. Lisboa, Edições 70) Luandino Vieira terá chegado ao limite da sua modernidade, da sua “ousadia verbal” e como sustenta, no prefácio da 1ª edição, Fernando Martinho “raramente Luandino Vieira terá levado tão longe o princípio de que a marca do grande poeta (no sentido que os alemães dão ao termo) é o prazer das palavras. O prazer de as saborear, de lhes inventar o maior número possível de conjugações, de as abrir ao espaço ilimitado do jogo associativo”. São “ousadias” que vão desde frases em kimbundu, umbundu e crioulo (**Suku! ame yu ndasala ulika, vayongola omwenhu wange** - Deus! Estou sozinha, e querem a minha vida...[umbundu] - Glos<sup>o</sup>P.104), a adaptação de palavras bantas à grafia do PE (**menequenos** - cumprimentos, **de ku menekena** - saudar, cumprimentar) e de construções típicas do português de Angola (**deu encontro o búzio amarelo**), à criação de amálgamas (**amorizade**) e de palavras novas formadas a partir das regras de composição e derivação do PE tendo como raiz o kimbundu (**quimbundice**) ou outras línguas. Coerente com uma perspetiva política, trata-se de violentar a língua colonial, de a subverter, de inovar, de criar, e de levar à Literatura o discurso do povo de acordo com as «regras» com que este se exprimia em português.

Em *A Varanda do Frangipani* (Couto, Mia (1996) *A Varanda do Frangipani*, Maputo, Njira, Lisboa, Caminho) encontramos uma dimensão de afirmação da moçambicanidade literária. É nossa convicção que esta obra deverá ser lida como uma metáfora sobre o fim de um tempo e o início de outro, onde constatamos, uma vez mais, uma espécie de dimensão escatológica dos cânones literários europeus e do padrão linguístico do português. Mia Couto reproduz, através daqueles velhos, habitantes da Fortaleza de S. Nicolau, “vozes” guardadas na memória dos tempos e cria “estórias” fantásticas. Trata-se de um processo de “escuta” (sob a forma de “confissões”) cuja “reprodução” não é compatível com o português clássico: o mágico, o mitológico, o simbólico da tradição africana não é “traduzível” nas estruturas do PE, por isso é necessário “des-construir” a gramática dessa língua: baralhar os sufixos e os prefixos (**açurарoso, desocultar, impestanejável**), alterar as categorias morfológicas (**os antigamentos**), inventar palavras amalgamando as existentes (**salpingar**). Senhor de um grande domínio da língua portuguesa, Mia Couto nunca inventa a partir do “nada”: a “des-construção” e “re-construção” do PE, na área lexical, é uma espécie de “alquimia” linguística. As palavras criadas sempre a partir da língua portuguesa resultam da formação inovadora a partir de elementos conhecidos para juntos procurarem significados compostos e inexistentes até então, ou substituírem outras palavras em expressões de sentido comum para lhes alargar ou mudar o sentido, ou brincarem com a proximidade do oral e a sua transcrição direta. Adivinhamos um processo lúdico, uma criação de artista, uma cirurgia estética, que junta sons, cores, formas, sensações e conceitos sem verosimilhança aparente com a realidade.

## 2. AS TRADUÇÕES

A escassez de tempo e de espaço nesta comunicação não nos permitem desenvolver todas as vertentes da criatividade linguística dos autores, nesse sentido, focaremos apenas alguns aspetos lexicais, no fundo, aqueles que se tornam mais evidentes aos leitores.

“*João Vêncio: os seus amores*” foi traduzido para o francês por Michel Laban (1998, *João Vêncio: ses amours*, Paris, Gallimard) e para o inglês por Richard Zenith (1991, *The loves of João Vêncio*, San Diego, New York, London, A Helen and Kurt Wolff book). Comparemos estas duas traduções do ponto de vista do uso, ou não, de «Notas do Tradutor» e «Glossário» e sobre as soluções encontradas no caso das conotações socioculturais, das palavras e expressões em Quimbundo e dos desvios do PE.

Michel Laban coloca Notas do Tradutor e Glossários, Richard Zenith evita-os. Sobre o segundo aspeto Michel Laban considera ser normal haver conotações socioculturais não acessíveis ao leitor europeu, se a conotação for muito importante, indispensável, põe uma nota. Richard Zenith, por sua vez, tem uma atitude oposta: considera *conditio sine qua non* sentir empatia pela obra, assim, depois de a ler e interpretar procura “entrar no texto”, de modo idêntico ao dos atores de teatro e cinema, que quase se convertem nas personagens que interpretam, começa, então, a tradução. Para o caso concreto de *João Vêncio: os seus amores* “entrou” na personagem e no local, para adequar a obra ao público e à sociedade estado-unidense e, em simultâneo, poder ser fiel ao texto.

Em consequência, deformou a língua inglesa, de forma expressa, criou uma linguagem adequada ao estatuto “marginal” da personagem, de modo a que os leitores a compreendessem (“quionga”- kimbundu - cadeia, traduziu por “lockup” – termo dos marginais). Evitou manter palavras em kimbundu e traduziu tudo, recorrendo a amigos angolanos e ao próprio Luandino Vieira. Quando a situação se poderia tornar ambígua, ou difícil de ser compreendida pelos leitores, utilizava o mesmo processo de Hemingway, ou seja, introduzir no próprio texto, de uma forma natural, a explicação do conceito. Os maiores problemas relacionaram-se com a filosofia da personagem, difícil de entender, e também com alguns conceitos ligados às “nuances” da cor da pele.



Como acima dissemos, apenas alguns aspetos lexicais poderão ser focados. Tomando como exemplo o caso de uma frase totalmente em Quimbundo:

(p.14) - Mas o Salviano decretou um dia minha defesa oficiosa, a **quimbundice: a mu-beta kua mundele, kufundilé kua mundele** - ... Juíz banzo não percebeu e me deu seis meses - minha mais doce cadeia ... no Glossário p.93 (K): “se um branco te bater, não te queixes a outro branco - (i.é os iguais protegem-se)”

Em francês (p.14):... à la façon quimbundo: «a mu-beta kua mundele, kufundilé kua mundele » ... Le juge, comme deux ronds de flan...

Em inglês (p.2): ...and he recited this Kimbundu saying: «If a white man strikes you, don't protest to another white man». That boggled the judge...

Constatamos um tratamento diferente desta expressão: o francês traduziu-a em nota de pé de página: «*Si un blanc te frappe, ne te plains pas à un autre blanc...*»; o tradutor inglês integrou-a já traduzida no próprio texto.

Apontaremos um segundo exemplo relativo a tipos sociais, neste caso, às prostitutas

(pp.61/2, no original) - Antigamente tinha muitas mândias no musseque. [...] Ele era prostitutas rameiras; ele era meretrizes atrizes; cortesãs maisãs; barregonas, comborças e amásias - até as amigadas. No vernáculo: as quiuaias que saíam no engate, quissueias ferrando o dente; as quitatas, as de porta aberta remexe-remexe nos muelos, saracoteio, que muxoxavam as do munhungo; as munhungueiras, cachorras vira-lixos, farejando...

**Em francês** (p.65) - En ce temps-là, il y avait plein de putes dans le mousséque. [...] C'était des **prostituées fanées**, c'était des **respectueuses turfeuses**; des **putes minute; tapineuses, maîtresses** et même les **concubines**. En vernaculaire: **les quiuaias**\*[Glossaire: prostituée] qui sortaient faire le trottoir, **chats sauvages** prêts à planter leurs dents; les **quitatas**\* [Glossaire: prostituée], devant la porte ouverte, qui se **trémoussaient** sur le seuil, déhanchement, toutes mépris pour **celles qui sortaient racoler**; les **moungougueiras**\*, [Glossaire: prostituée] chiennes fouine-ordures...

Em inglês (p.41) - In the old days the shantytown was full of loose women [...] There where ordinary old whores, meretricious mistresses, corpulent courtesans, adventuress actresses, concubines, kept women, and paramours. In local lingo: the quiuaias, who went out on the prowl, wild cats grinding their teeth; the quitatas, who'd stand in the doorways, shaking their hips and wagging their fannies, whistling at the wastrels that wandered by; the munhungueiras, mongrel bitches that sniffed out their mats...

Através deste excerto vemos como *quiuaias; quitatas; munhungueiras*, foram mantidas pelos dois tradutores. Michel Laban adaptou-a ao francês. De recordar que há um glossário na edição francesa. Richard Zenith conservou a grafia portuguesa e colocou, de forma natural a explicação no texto.

A Varanda do Frangipani (C2001, *Under the Frangipani*, London, *Serpent's Tail*) foi traduzida para francês por Maryvonne Lapouge-Pettorelli e inglês por David Brookshaw (2001, *Under the Frangipani*, London, *Serpent's Tail*).

Ao analisar as edições constata-se que os processos são, em substância, homólogos aos da obra anterior.

Tomemos como primeiro exemplo o caso dos africanismos :

p.12 - Como não me apropriaram funeral fiquei em estado de **xipoco**, essas almas que vagueiam de paradeiro em desparadeiro. [...] p.15 - Me retroverteria pelo umbigo e surgiria, do outro lado, fantasma palpável, com voz entre os mortais. Mas um **xipoco** que reocupa o seu antigo corpo arrisca perigos muito mortais [...] p.16/17 - Quer dizer que eu vou ter fantasmear-me por um alguém? / - Você irá exercer-se como um **xipoco** [...] (pp.149/150) – Eu não podia. Um **xipoco**, em autenticado corpo, não pode tocar num vivo.

**Em francês:** p.12 - Comme on ne m'a pas accomodé de funérailles, je suis resté à l'état de **xipoco** ces âmes qui errent d'abri en désabri. [...] p.16 -Resurgir d'une rétroversion par mon nombril, fantôme palpable Mais un **revenant** qui réoccupe son ancien corps court des dangers beaucoup plus mortels. [...] pp.17,18 - Ce qui veut dire que je vais devoir me fantasmer dans la peau d'un autre ? - Tu vas aller t'exercer en tant que **fantôme** [...] p.196 - Je ne pouvais pas. Un **psychopompe**, dans un corps authentique ne peut pas toucher un vivant.

Em inglês: p.2 - As they didn't me a proper funeral, I became a ghost, one of those souls who wander from somewhere to nowhere. [...] p.5 - I would double back through my navel and come out the other side, a ghost of flesh and bone, with a voice that could be heard by other mortals. But a spirit that reoccupies its former body risks mortal dangers [...] p.7- You mean, I'm going to ghost myself via someone else's body? / - You'll take the form of shipoco, a night spirit [...] p.148 - I couldn't. Like I said, a spirit within a real living body can't touch another living being...

Com este exemplo percecionamos a dificuldade em captar o termo exato para traduzir o africanismo ronga “xipoco”, introduzido no glossário do original como “fantasma”e na tradução francesa como “fantôme”.

Vejamos agora o caso da amálgama “escorregatinhosa”:

p. 130 - Há muito tempo, antes de vir para este asilo, fui enviada para um campo de re-educação. Me desterraram nesse campo acusada de namoradeira, **escorregatinhosa** em homens e garrafas.

**Em francês:** p. 171 - J'ai été déportée dans ce camp parce qu'on m'accusait **d'être une fille facile toujours en train de courir, chatte en chaleur**, derrière les hommes et d'aimer la bouteille.

**Em inglês:** p. 126 - They carted me off to this camp charged with being **a loose woman, as fast and slippery** with men as with a bottle.

Torna-se evidente a dificuldade em decompor a amálgama “escorregatinhosa” > escorregar + tinhosa ou escorregar+gatinha+osa? Se tomarmos o sentido de cair, deslizar e no nível familiar cometer um erro ou uma falha, um deslize para escorregar e para tinhoso/a o que causa repugnância, nojo (Ex.º ovelha tinhosa), concordamos com a tradução inglesa, mas também gatinho/a que, no nível familiar significa adolescente atraente, é aceitável a interpretação francesa. Neste caso deveremos rever a caracterização de personagem Marta





Gimo, a enfermeira, por quem todos se apaixonam, uma jovem, bonita, meiga. Comparando com as traduções catalã e italiana, encontramos a mesma dicotomia: relliscatinyosa en homes i ampollas (p.130). scivologattinosa su uomini e bottiglie. (p.128). Estamos, pois, em presença de um neologismo polissêmico: podemos interpretar como uma mulher alcoólica e leviana, que nos é sugerido pelo lexema “escorregar”, ele próprio polissêmico em PE, e em “tinhosa” a redundância, ou em “gatinhosa” a imagem.

### 3. CONCLUSÃO

Trair ou permanecer fiel as estas formas híbridas e mestiças? Formas que, não sendo acasos, estão intrinsecamente associadas a conteúdos e a intenções. Como traduzi-las?

Como levar o leitor a participar do universo cultural do autor através deste discurso elaborado intencionalmente?

Será necessário transformar o texto original para o adaptar ao universo cultural do leitor?

Será necessário «re-escrever» o texto do ponto de vista da língua de origem mantendo-o fiel apenas às ideias do texto de partida?

Ninguém duvidará que afoitar-se a tal tarefa implica ir mais além do conhecimento das duas línguas, Jean Sévry em «Traduire une oeuvre africaine: quels instruments?» (Sévry, Jean (S/D) «Traduire une œuvre africaine» in: *Palimpsestes* nº8, Paris, Presses de la Nouvelle Sorbonne, 135-145), reflete a propósito da sua tradução do romance de Gabriel Okara *The Voice*, escrito num “*inglês fortemente africanizado*”, e aconselha os tradutores a preocupar-se com: as intenções dos autores (Le traducteur doit, me semble-t-il, traiter ces déclarations d'intentions comme autant de consignes de travail.), os desvios estilísticos (Comment utiliser cette langue unique au monde, invention que son auteur est seul à pratiquer dans sa relation avec le lecteur, et qui pourtant existe bien, ne serait-ce que par le texte auquel elle a donné naissance?); os aspetos do intercultural, relativos a domínios etnológicos, antropológicos e mitológicos e assim, poder interpretar ritos, comportamentos, ou ações que não existem na sua área “geocultural” e, ainda os dados da literatura africana e da linguística. Não nos parece que estes tradutores tenham descurado estes aspetos: são evidentes essas preocupações e esses conhecimentos.

Vimos, nestes exemplos, soluções diversas: glossário e notas nas traduções francesas, a sua ausência nas inglesas e, neste caso, como os conceitos foram explicitados no texto. Vimos igualmente como, no caso da tradução francesa de “xipoco” o termo do Glossário não “serviu” em alguns dos contextos.

Vimos também como a interpretação do significante “escorregatinhosa” nos pode levar a dois significados, diríamos, díspares.

Muito ficou por dizer, quase tudo, mas o importante é provar que a tradução existe e é uma das formas de banir a maldição de Babel e, reiterar com Umberto Eco (1993: 205) (Eco, Umberto, (1993) “Traduction et langue parfaite” in *Dixièmes Assises de la Traduction Littéraire*, Arles, Atlas Actes Sud, pp. 191-207), quando se dirigiu aos tradutores presentes numa conferência, que:

*Les philosophes ont quelquefois démontré que la traduction est en théorie impossible. Vous démontrez par votre pratique quelle est empiriquement possible, bien que défectueuse. Dans votre travail quotidien, vous essayez de dire aux hommes de cette planète que même ceux qui ne parlent que leur propre langue ont la possibilité de goûter le parfum d'une culture différente.[...] Vous nous dites qu'il y a quelque chose de précieux, exprimé dans une autre langue, que nous ne pouvons pas ignorer – d'autant plus qu'il ne pouvait être conçu que dans cette langue qui n'est pas la nôtre, et que la nôtre s'efforce de nous révéler.*



ELIZABETE APARECIDA MARQUES (À ESQUERDA), MARIA D'AJUDA ALOMBA RIBEIRO À DIREITA



## 17. ELISABETE APARECIDA MARQUES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL/BRASIL

ELIZABETE APARECIDA MARQUES,

Doutoranda Linguística Aplicada Universidade Alcalá Henares, Madrid/Espanha;

Mestre Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista - Brasil;

Especialista Língua e Literatura Espanhola, ICI, Madrid/Espanha;

Licenciada Letras (Português/Espanhol e suas respectivas literaturas);

Professora Titular Língua e Prática Ensino Língua Espanhola, Universidade Federal Mato Grosso do Sul/Brasil; 2003-2004:

Professora Português Língua Estrangeira, Astex Servicios Lingüísticos Madrid; 1996-2002:

Membro Conselho Departamento Letras UFMS; 1997-2002:

Coordenadora Projeto Extensão "Cursos Línguas Estrangeiras"; 1998:

Assessora Linguística Pró-Reitoria Pesquisa e Pós-Graduação/UFMS; 1998:

Coordenadora "V Encontro Línguas e Literaturas"; 2001:

Membro Colegiado Curso Letras/UFMS; 2002:

Coordenadora "VIII Encontro Línguas e Literaturas Estrangeiras" e *II Encuentro Profesores Español del Estado de MS.*

### PUBLICAÇÕES:

"El aula de español como lengua extranjera: estudio de las creencias de alumnos y profesores" In: Atas VI Congreso de Lingüística General, 2004;

"La educación intercultural en los centros educativos de Alcalá de Henares" In Recursos para la enseñanza y aprendizaje de la Educación Intercultural, 2003;

"Os Programas de Formação de Professores de Línguas Estrangeiras: Algumas Propostas Inovadoras" In: Trabalhos Linguística Aplicada, Educat, 2000;

"Crenças e pressupostos que fundamentam a abordagem de ensinar língua estrangeira (espanhol) em um curso de licenciatura" In: Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada, PUC, São Paulo, 2000; "Crenças Sobre Ensino/Aprendizagem de Língua Estrangeira de uma Professora com Reconhecido Nível Teórico em Linguística Aplicada" In: Caderno de Resumos/GEL. Assis: UNESP, 2000;

"O Processo de Construção da Prática de Sala de Aula Por Professores de Espanhol de Mato Grosso do Sul" In: Caderno de Resumos/V Seminário de Teses em Andamento, Campinas: UNICAMP, 1999.

### VALORES SEMÂNTICOS DOS TURNOS DE APOIO CONVERSACIONAIS EM PORTUGUÊS E SEUS EFEITOS SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Além de ser a matriz para a aquisição da linguagem (Levinson, 1983: 284), a conversação constitui-se em gênero básico da interação humana, o que confirma a natureza dialogal da linguagem humana. Assim, a conversação é parte essencial de nossa vida cotidiana e, conforme o ponto de vista que adotamos neste trabalho, se trata de uma atividade natural, fundamentalmente linguística, de interação social, que tem estrutura e unidades próprias. Entre as diversas razões que justificam o estudo da conversação, em primeiro lugar se destaca o fato de que ela é a prática social mais comum na vida do ser humano; em segundo, porque ela desenvolve o espaço privilegiado para a construção de identidades sociais no contexto real e se apresenta como uma das formas mais eficientes de controlo social imediato; finalmente, exige uma imensa coordenação de ações que vão para mais além da simples habilidade linguística dos falantes (Marcuschi, 1998: 5).

Por outro lado, a conversação se organiza estruturalmente de acordo com certas convenções sociais e, dada sua organização estrutural, pode ser examinada cientificamente. Partindo do pressuposto de que a conversação é uma atividade complexa constituída por uma grande quantidade de mecanismos, fenômenos e elementos, este trabalho tem por objetivo analisar os turnos de apoio conversacionais do português, a fim de descrever o funcionamento e mostrar os valores semânticos desses turnos, oferecendo, assim, subsídios teóricos-metodológicos para o ensino de português como língua estrangeira. Os dados que oferecemos neste trabalho se baseiam na análise dos turnos de apoio que aparecem em um corpus de conversação didática, em uma situação de entrevista.

### 1. INTRODUÇÃO

Além de ser a matriz para a aquisição da linguagem (Levinson, 1983: 284), a conversação constitui-se também em gênero básico da interação humana. Tais afirmações sugerem que a linguagem humana é de natureza dialogal. Inclusive, quando pensamos, geralmente, o fazemos em forma de diálogo. Desta maneira, a conversação constitui-se em parte essencial de nossa vida cotidiana e, conforme o ponto de vista que adotamos neste trabalho, trata-se de uma atividade natural, fundamentalmente linguística, de interação social, que tem estrutura e unidades próprias.

Entre as diversas razões que justificam o estudo da conversação, em primeiro lugar, se destaca o fato de que ela é a prática social mais comum na vida do ser humano; em segundo, porque ela desenvolve o espaço privilegiado para a construção de identidades sociais no contexto real e apresenta-se como uma das formas mais eficientes de controlo



social imediato; finalmente, exige uma imensa coordenação de ações que vão além da simples habilidade linguística dos falantes (Marcuschi, 1998: 5). Por outro lado, a conversação organiza-se estruturalmente de acordo com certas convenções sociais e, dada sua organização estrutural, pode ser examinada cientificamente. Neste trabalho, adotamos a perspectiva teórica e metodológica de uma corrente de pesquisa denominada “Análise da Conversação”, pois nossos objetivos se aproximam dos pressupostos teóricos-metodológicos envolvidos nessa linha de estudo.

Partindo do suposto que a conversação é uma atividade complexa e está constituída por uma grande quantidade de mecanismos, fenômenos e elementos, o objetivo do trabalho que aqui se apresenta é a análise dos turnos de apoio conversacionais, os quais, segundo Cestero Mancera (2000), é um dos fenômenos menos tratados até o momento. Nosso objetivo específico é, por um lado, descrever o funcionamento e mostrar os valores semânticos dos turnos de apoio do português brasileiro e, por outro lado, oferecer dados para possíveis comparações com outras línguas, o que será de grande valia também para as investigações com o foco no ensino e aprendizagem de línguas.

A investigação justifica-se pela inexistência, até o momento, de um trabalho similar em português, embora existam estudos sobre outros fenômenos (os turnos de fala, a alternância de turnos, os pares adjacentes e as sequências) no Brasil.

Os dados que oferecemos neste trabalho se baseiam na análise dos turnos de apoio que aparecem em um corpus de conversação diática, em uma situação de entrevista, realizada em Mato Grosso do Sul, Brasil. Cabe-nos ressaltar que se trata de um estudo preliminar, sem a pretensão de estabelecer generalizações, já que consideramos que o *corpus* apresenta uma dimensão muito pequena para uma investigação dessa natureza.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ESTUDO DA CONVERSÇÃO

A análise da conversação iniciou-se na década de sessenta e, até meados dos anos setenta, preocupou-se, sobretudo, com a descrição de estruturas da conversação e seus mecanismos organizadores. O princípio básico de que todos os aspetos da ação e da interação social poderiam ser examinados e descritos em termos de organização estrutural convencionalizada ou institucionalizada norteou as investigações realizadas.

Entretanto, atualmente, existe uma tendência crescente a observar outros aspetos envolvidos na atividade conversacional. Segundo Gumperz (1982), a Análise da Conversação deve preocupar-se, sobretudo, com a especificação dos conhecimentos linguísticos, paralinguísticos e socioculturais que compartilham os falantes para que a interação tenha sucesso. Esta perspectiva vai além da análise de estruturas e alcança os processos cooperativos presentes na atividade conversacional, ou seja, a interpretação.

Desta maneira, a base teórica desta disciplina está composta pelas hipóteses fundamentais de que a interação está organizada estruturalmente de acordo com certas convenções sociais e, por isso, pode ser examinada cientificamente; de que cada ação comunicativa está determinada pelo contexto onde se produz o qual, por sua vez, constitui-se em contexto imediato para a ação seguinte; cada detalhe da interação é potencialmente significativo, por conseguinte, nunca pode ser rechaçado, *a priori*, por mais que pareça pouco metódico, acidental ou irrelevante. Por isso, os analistas se aproximam da interação social de forma rigorosa e empírica, construindo teoria calcadas em dados.

No que se refere à metodologia das investigações, são utilizados procedimentos de coleta de materiais por meio de gravação de conversas ocorridas de forma natural em diferentes contextos; transcrição minuciosa das gravações; descrição detalhada das conversações a partir das transcrições; constatação de fenômenos recorrentes, exame minucioso de cada um deles e construção do sistema que governa sua produção e, finalmente, a apresentação dos resultados e as conclusões obtidas.

### 2.1 OS TURNOS CONVERSACIONAIS

Do ponto de vista formal, a conversação se caracteriza como uma sequência de fala que se constrói mediante a alternância de turnos emitidos por diferentes participantes.

O turno, por sua vez, é definido como um período de tempo que começa quando um indivíduo começa a falar e termina quando tal indivíduo deixa de fazê-lo. Uma vez concluída a mensagem projetada para um turno, o falante cala-se e o outro pode tomar a palavra e iniciar um novo turno, produzindo, assim, a alternância. Esta ação é recorrente e, através dela, conetam-se os turnos que constituem a sequência de intercâmbio de mensagens que caracterizam a conversação.

Os turnos desempenham várias e diferentes funções na conversação, as quais dependem da intenção do falante que os emite. De acordo com a sua função e o seu uso, pode-se distinguir basicamente dois tipos de turno: os turnos de fala e os turnos de apoio. Os primeiros, são os turnos que dão corpo à conversação e, por tanto, aportam o conteúdo da informação que se quer comunicar.

Os turnos de apoio focalizados neste trabalho expressam um seguimento da comunicação e também a participação ativa no próprio ato conversacional. Segundo Cestero Mancera (2000), o falante, por meio dos turnos de apoio, indica que pretende reafirmar o turno em desenvolvimento ou o precedente, apoiar sua continuidade e, inclusive, conforme a ocasião, indicar a renúncia a tomar a palavra para produzir o turno de fala. Consequentemente, a duração do turno de apoio é geralmente curta, embora não seja algo preestabelecido, pois a emissão depende da intenção do falante.

### 2.2 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo deste trabalho, conforme já mencionamos na introdução, consiste em descrever a caracterização, o funcionamento e os valores semânticos dos turnos de apoio conversacionais em uma situação de entrevista informal. Para atingir esse objetivo, analisamos os aspetos linguísticos e o uso pragmático dos apoios a partir do contexto linguístico-



social-psicológico em que se produzem. Por isso, lançamos mão a uma metodologia própria da Análise da Conversação. A seguir, descrevemos de forma breve e resumida os procedimentos que seguimos para levar a cabo a realização do trabalho:

#### A) COLETA DOS DADOS

O material analisado resulta de uma entrevista real, semidirigida realizada com uma professora que ensina espanhol como língua estrangeira (E/LE) no curso de Letras de uma universidade brasileira. O tema da conversação girava em torno dos comentários da professora sobre uma série de aspetos teóricos-metodológicos de uma aula sua que havíamos observado anteriormente e gravado em vídeo para uma pesquisa de campo. A conversa com a professora teve a duração de aproximadamente 40 minutos e ocorreu em uma situação bastante informal com a finalidade de evitar possíveis tensões e, principalmente, para que as amostras de fala fossem o mais natural possível.

#### B) TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE

Gravamos a conversa em áudio para, em seguida, fazer a transcrição completa e da forma mais detalhada, com um formato que facilitasse a codificação e disposição dos dados para a posterior análise. Cabe-nos ressaltar que a entrevista foi realizada na língua materna, o português, da entrevistadora e da entrevistada.

Por sua vez, a análise constou de duas etapas: uma primeira em que fizemos um exame qualificativo total do corpus, com o objetivo de conhecer a estrutura formal da conversação em geral e dos turnos de apoio em particular. Nesta etapa, procuramos estabelecer e definir as unidades, tipos e processos dos turnos de apoio. Na segunda etapa, em que utilizamos todo o corpus (40 minutos de gravação nos quais aparecem 48 turnos de apoio), efetuamos um estudo detalhado do funcionamento e os valores semânticos dos referidos turnos. Depois desta etapa, e baseando-nos em técnicas de natureza quantitativa, procedemos à análise quantitativa das unidades e tipos de turnos.

### 3. FUNÇÕES E VALORES DOS APOIOS CONVERSACIONAIS EM PORTUGUÊS

Cestero Mancera (2000) afirma que os apoios têm como principal função “comunicar al hablante que se está produciendo un seguimiento constante del mensaje en marcha y una participación activa en la producción de la conversación”. Levando em consideração que os intercâmbios de informações (ou mensagem) pressupõem uma ação conjunta dos participantes, os apoios apresentam uma função dupla, posto que, obviamente, a própria interação o requer. Dentre as principais características dos apoios destacam-se a intenção de mostrar acordo com que o falante atual esteja de posse da palavra e a realização (paralela), em tom baixo de voz, para que não dificulte a audição do enunciado que se está emitindo. Conforme a autora supracitada, a maior parte dos apoios apresentam também significados pragmáticos que justificam, de antemão, sua aparição durante a emissão do enunciado de outro interlocutor. Tais valores pragmáticos levam-nos à distinção de sete tipos diferentes de turnos de apoio, os quais serão detalhados nas subdivisões seguintes.

#### 3.1 APOIOS DE SEGUIMENTO

Os turnos de apoio de seguimento dizem respeito ao seguimento pontual da mensagem que o falante está emitindo. São apoios que não contém significados suplementares e costumam aparecer no transcurso de um relato. Também há casos de apoio de seguimento que incidem sobre um fragmento do enunciado que está em processamento.

1.1. (...) *mas da teoria não podia passar = <2. hm> =porque - que você divide a língua né? porque esse ano você vai fazer tal coisa (?) isso foi ideia minha né? esse ano vou - eles têm que trabalhar o léxico as funções comunicativas básicas né? (lapso=2) (...)*

1.2. (...) *tanto que os alunos acompanharam todas as aulas = <2. hm> =que - não faltavam eles acompanharam bem por exemplo a (?) que ela acompanhava todas as aulas né? (é:) não sabia nada no início ela conseguiu todo o objetivo que eu - eu tinha tava em mente (...)*

2. (é:) *inclusive eles ficavam adiando né? = <1. adiando> =você marcava chegava no dia...*

Em nosso corpus, constatamos o aparecimento de 5 casos deste tipo de apoio, o que corresponde a 12,8% do total de turnos analisados. Tal projeção confirma a hipótese de Cestero Mancera de que este tipo de apoio é pouco frequente na conversação.

#### 3.2 APOIOS DE CONCORDÂNCIA

Estes turnos costumam expressar a concordância do falante com o conteúdo da mensagem e, segundo Cestero Mancera, são os mais frequentes na conversação cotidiana e, além disso, denotam uma certa forma de cooperação pragmática na construção da interação. De acordo com o tipo de enunciado emitido no turno de fala, quando ocorre o apoio, e do ato realizado através dele, pode-se dizer que existem vários tipos de apoio de concordância. Este tipo de apoio constitui-se em 18,95% de nosso corpus.

1. (...) *da maneira como eu tô vendo agora né eu acho assim - tanto os alunos/ como - como eu mesma parece que a gente tá incomodado com alguma coisa/ os alunos ficam quietinhos né? se vê assim - todo mundo assim - parece que meio desconfiado aquela sensação tô sendo observado né? = <2: hm hm> =tanto os alunos como eu parece que a gente tá meio - meio assim sem jeito né - quer dizer não é uma atitude normal n? - assim regular (...)*

2.(...) *tendo em conta que era uma pessoa de fora né = <1. hm hm> =que tava ali pra observar = <1. então é exatamente isso> =então é natural (...)*





3.(...) então você já ia refletindo sobre a sua própria prática = <1. é> =a medida que você ia fazendo...

### 3.3 APOIOS DE ENTENDIMENTO

Bastante frequente também na conversação quotidiana, os apoios de entendimento têm como função principal comunicar a compreensão do conteúdo do enunciado ou a identificação de algum referente em dito enunciado. Representam 28,2% do corpus analisado, sendo o tipo mais frequente detetado, já que pudemos encontrar 11 ocorrências.

1.1. (...) pois é acho - acho que eu tava falando com o material mas ao mesmo tempo pensando - de certo - no fundo - com - né? - da - da filmadora e parece que travando né? meu = <2. hm hm> =meu desenvolvimento né (...)

1.2. (...) eu fiz uma coisa muito técnica porque = <2. pra pra confirmar se realmente foi se eles sentiram como muito técnica> =mas na aula a aula em si = <2. em si aha> =pode ser que por exemplo - eles tinham uma relação com a língua espanhola se já existia diferente (m:) as músicas né? os filmes alguma coisa assim (lapso=2) mas assim no estudo da língua é aquela coisa ...

### 3.4 APOIOS DE CONCLUSÃO

1. Conforme Cestero Mancera, os apoios de conclusão são breves e têm como principal função concluir o enunciado em curso ou alguma parte dele, formando junto com o turno de fala um intercâmbio cooperativo. Dependendo do valor suplementar, pode-se distinguir três tipos de apoio de conclusão:

a) apoios em que o interlocutor indica que conhece o conteúdo do enunciado que se está produzindo:

1. (...) por exemplo literatura é importante pra mim porque justamente por causa disso porque ela reflete toda a cultura do povo né? através da língua né? então ficou assim uma língua sem <2. sem a literatura> 1. sem a - a - a cultura (...)

b) apoios que expressam a concordância com o conteúdo do turno de fala, quando produzido de forma paralela à emissão do enunciado ao qual se refere.

2. sabe que eu acho que realmente motiva o aluno se ele sente que o professor tá motivado que ele gosta = <1. que ele gosta> =daquilo que ele faz = <1. acaba motivando> =daquilo que ele faz né? daquilo que né' daquele conteúdo que ele tá dando e se ele tá apaixonado pela língua que ele ensina eu concordo com você (...)

c) apoios que expressam entendimento, no caso de que haja mostras de dúvida no turno de fala.

1. (...) mas a questão da fonologia eu acho que é a parte mais = <2. difícil> =não no princípio ele pra ele conseguir uma boa fonologia assim idêntica uma fonologia nativa de imediato ele tem que ouvir bastante mas tem que saber onde ele tem que perceber (?) onde que tá a diferença dele ...

O apoio de conclusão tem uma frequência de 15,4% no corpus estudado.

### 3.5 APOIOS DE RECAPITULAÇÃO

Os apoios de recapitulação contêm um resumo do enunciado do turno de fala, por isso, sua função é resumir em poucas palavras o conteúdo da mensagem acabada de emitir. Tal resumo é construído a partir da ideia central da mensagem ou a partir da repetição de palavras ou estruturas chaves que aparecem no turno em andamento. Pouco frequente na conversação quotidiana, os apoios de recapitulação constituem, neste trabalho, 5,1% dos apoios analisados.

1. (...) eu gosto de fazer questionários pra ver o perfil do aluno (lapso=2) então eu quero saber além da língua espanhola por exemplo no que ele trabalha aonde que ele estudou (lapso=2) e eu vejo o reflexo de tudo isso na língua na aprendizagem de língua estrangeira né? eu faço tudo isso porque eu acho que interessa na aprendizagem da língua = <2. a história de vida do aluno influencia> =tanto o passado como o presente (...)

1. (...) então eu me apeguei com o inglês que foi a primeira língua que eu tive na escola - língua estrangeira eu já tinha espanhol mas espanhol pra mim era família não era outro povo = <2. não era mais estrangeira> =é não era outro povo é não era estrangeira não era outro povo não pra mim era família né? (...)

### 3.6 APOIOS DE CONHECIMENTO

A função dos apoios de conhecimento é mostrar ao interlocutor que se intui o conteúdo da parte da mensagem que será levada a cabo em seguida. Segundo Cestero Mancera, o conhecimento de tal conteúdo se atinge a partir do conhecimento geral mútuo dos interlocutores ou do contexto imediato no qual se produz o turno de fala.

Neste trabalho, este tipo de apoio apresenta uma frequência equivalente a dos turnos de concordância, 18,95% dos casos analisados, marcando uma grande diferença entre seu aparecimento em português e espanhol, pois, conforme constatou Cestero Mancera, seu aparecimento nessa língua é um dos menos frequentes.

1.1. não/ me refiro à: base = <2. à base à formação anterior?> =formação/ anterior = <2. que ele teve> =a formação anterior que ele teve

1.2. pra mim teve uma dificuldade em termos práticos né? e até de motivação = <2. pro aluno> =pro aluno eu senti né? por exemplo - é os pontos positivos - é que - é - eu acho que o aluno era uma forma de o aluno ficar preso àqueles tipos de exercícios que nem sempre você acredita né? (...)

### 3.7 APOIOS DE REAFIRMAÇÃO



A reafirmação consiste em formular uma pergunta de confirmação sobre o conteúdo do enunciado em andamento, instando o falante a continuar de posse da palavra e ampliar a informação que oferece.

Na análise de nosso *corpus*, o aparecimento dos apoios de reafirmação foi o menos frequente, constituindo 2,6% dos exemplos estudados.

2. *não/ eu te vejo tão tranquila = <1: ah?>* 1. *não eu achei até que você tava tranquila*

1. (...) - *a gente não tenha falado isso mas como eu entendi dessa forma (?) não nós vamos fazer assim assim - assim então é como se eu tivesse que me adaptar a um compromisso né? que eu fiz = <2. a um esquema né?> =a um esquema exatamente então eu falei bom pra conseguir isso eu vou trabalhar dessa forma (...)*

### 3.8 APOIOS COMBINADOS

Os apoios combinados são emissões simples (uma toma de turno) que apresentam uma dupla função. No *corpus* estudado, correspondem a 18,75% dos apoios encontrados, fazendo as seguintes combinações:

- apoio de recapitulação mais apoio de reafirmação (2 ocorrências)
- apoio de entendimento mais apoio de concordância (2 ocorrências)
- apoio de conclusão mais apoio de reafirmação (2 ocorrências)
- apoio de conhecimento mais apoio de conclusão (1 ocorrência)
- apoio de recapitulação mais apoio de conclusão (1 ocorrência)

A seguir, ilustramos este tipo de apoios com um caso de apoio de recapitulação mais apoio de reafirmação:

. (...) *da forma como eu sempre fiz os outros anos e como eu tô fazendo esse ano (lapso=2) porque nesse ano como eu tava dando aula junto com a professora L né? embora ela não tenha - a gente não tenha falado isso mas como eu entendi dessa forma (?) não nós vamos fazer assim assim - assim então é como se eu tivesse que me adaptar a um compromisso né? que eu fiz = <2. a um esquema né?> =a um esquema exatamente (...)*

### 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Neste trabalho, procuramos investigar os turnos de apoio que ocorrem em português com a finalidade de descrever o funcionamento e mostrar os valores semânticos dos mesmos e, por outro lado, oferecer dados para possíveis comparações com outras línguas. Para atingir nossos objetivos, partimos da perspectiva teórica e metodológica da Análise da Conversação. Na análise do *corpus*, resultante de uma entrevista informal de 40 minutos de duração, constamos a alta frequência dos turnos de apoio em português, principalmente dos apoios de entendimento, seguidos dos apoios de concordância e de conhecimento e, em terceiro lugar, os apoios de conclusão

Os resultados deste estudo podem estender-se e aplicar-se, também, ao âmbito do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, neste caso, ao ensino de português. Em primeiro lugar, a análise conversacional pode oferecer-nos mostras de como funciona a língua portuguesa dentro de uma situação de fala concreta e real, onde o falante aporta não só seus conhecimentos linguísticos (do código), mas também seus conhecimentos socioculturais, além de aspetos paralinguísticos (gestos, movimentos, expressões faciais, etc.) que contribuem para que a comunicação seja eficaz e eficiente.

Por outra parte, se queremos que nossos alunos de português como língua estrangeira obtenham sucesso na aquisição/aprendizagem dessa língua, é preciso propiciar-lhes condições para o uso da mesma, pois o alcance de uma ótima competência comunicativa constrói-se dinamicamente, a partir da relação dialógica com o outro e com o contexto onde essa relação se inscreve. Nessa atividade interacional, os turnos de apoio conversacionais funcionam como elementos motivadores e propulsores para que o falante, neste caso o aprendiz, perceba que está envolvido numa atividade comunicativa em que seu interlocutor lhe oferece apoio para que ele leve adiante seu turno de fala e vice-versa. A partir dessa perspectiva, valoriza-se a importância dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, tornando-se a sala de aula um espaço social concreto, com uma realidade própria, com participantes e convenções específicas. Enfim, um lugar que deve envolver o aprendiz na aprendizagem da língua, através da língua e sobre a língua. Os turnos de apoio, neste caso, oferecem pistas sobre o engajamento dos sujeitos envolvidos no processo de ensinar e aprender línguas.

### 5 BIBLIOGRAFIA

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1998) A língua falada no ensino de português, São Paulo: Contexto.

CESTERO MANCERA, ANA M. (2000) Los turnos de apoyo conversacionales, Universidad de Cádiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

LEVINSON, Stephen (1983) Pragmatics, Cambridge: Cambridge University Press.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998): Análise da Conversação, 4ª ed., São Paulo: Ática.

---

## **18. HELENA MATEUS MONTENEGRO, UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

**HELENA MARGARIDA MATEUS SILVA MONTENEGRO** nasceu em 1964, em Ponta Delgada, S. Miguel. Doutorou-se pela Universidade dos Açores em Linguística Portuguesa, em 1999, com a tese *Os Adverbiais na Estrutura Verbal*. É atualmente professora auxiliar do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da mesma Universidade. É diretora do Curso de Licenciatura de Relações Públicas e Comunicação; coordenadora dos Cursos de Português Língua Estrangeira do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas e : [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)



coordenadora da Pós-graduação e Mestrado em Cultura e Comunicação. Tem lecionado na Universidade dos Açores disciplinas da área da Linguística e da Língua Portuguesa, salientando-se Introdução aos Estudos Linguísticos, Sintaxe e Semântica do Português, Técnicas de Expressão do Português, Língua Portuguesa (Comunicação oral e escrita), Língua Portuguesa (Tipologias do Discurso) e Pragmática da Comunicação.

Embora se tenha dedicado ao estudo da sintaxe e do léxico regionais, tendo publicado os artigos

“Aspetos da Sintaxe dos Clíticos no Falar da Ilha de São Miguel” (1992);

“A Presença do Linguista em *Mau Tempo no Canal*” (1994),

sendo coautora de *O Falar Micaelense – Fonética e Léxico* (2003), o fulcro da sua investigação tem-se circunscrito às áreas da sintaxe, semântica e léxico.

É autora de mais de trinta ensaios e artigos sobre Gramática, Linguística Geral e Portuguesa, publicados em Revistas e Atas da especialidade. Tem sido objeto privilegiado da sua investigação a nomenclatura gramatical no ensino da língua materna, tendo publicado um *Glossário de Termos Gramaticais* (2001).

### DESGRAMATICALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA (DO DESVIO AO ERRO)

Nenhuma língua é estática; toda a língua evolui através do tempo, criando e reajustando as estruturas fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e lexicais pelas quais se organiza. Partindo desta afirmação, deveríamos encarar com naturalidade todas as mudanças sofridas pela Língua Portuguesa, sendo as mesmas reveladoras do seu dinamismo e vitalidade. Porém, a tal argumento, justificativo de todos os usos e alguns abusos da língua, contrapor-se-á a legítima defesa de nem todos os usos linguísticos poderem ascender a regra e determinar novos usos.

Com o título – Desgramaticalização da Língua Portuguesa – pretendemos chamar a atenção para um fenómeno a que a nossa língua tem vindo a ser sujeita: o de, esquecendo as regularidades, ou seja, a Gramática, se privilegiar o uso de formas incorretas. Saliente-se que privilegiar-se, neste contexto, significa precisamente “eleger uma forma em detrimento de outra”, sendo que se eleger a forma errada. São inúmeros os exemplos reveladores de desvios que se padronizam como erros, reproduzidos através dos órgãos de maior divulgação da língua, a comunicação social, tornando-se crónicos.

Apresentamos exemplos ilustrativos de, por um lado, nem todo o desvio poder ser considerado erro, e por outro, o erro não se poder justificar como desvio. A língua é, sem dúvida, mais conservadora numas épocas e mais inovadora noutras, nomeadamente em épocas de grandes alterações socioculturais e tecnológicas, como a época em que vivemos. Todavia, mudança não se confunde com desgramaticalização, ou com a falta de incentivo ao correto uso da língua, cujas consequências negativas se transpõem da sociedade para a língua e da língua para a sociedade.

#### 1. VARIACÃO E LÍNGUA-PADRÃO

Toda a língua natural é um diassistema, constituído por vários sistemas e por várias normas; nenhuma língua é homogénea. Estes são princípios largamente demonstrados nas obras de linguistas, que se dedicaram ao estudo da linguagem, da variação e da mudança das línguas, salientando-se os nomes de Hjelmslev, Jespersen, Jakobson Coseriu e de Lindley Cintra para o Português. Qualquer língua varia no espaço e no tempo, concorrendo para as mudanças linguísticas fatores históricos, geográficos e socioculturais.

A variação sincrónica de uma língua estabelece-se segundo dois parâmetros fundamentais: o geográfico e o sociocultural. Enquanto a variação geográfica, estudada pela dialetologia e pela geolinguística, reporta aos dialetos, ou variações regionais de uma língua (Ver Cintra (1983).), a variação social respeita aos níveis ou registos sociais dessa mesma língua.

Apesar de a distinção entre variação diatópica ou geográfica e variação diastrática ou social parecer clara, o estabelecimento de uma norma ou norma-padrão assenta muitas vezes em critérios geográficos, prestigiando-se como norma um registo falado numa dada região. No caso do Português Europeu, é comum identificar-se a norma-padrão com a variante culta falada no centro do país, a da maior parte da faixa do litoral-centro entre Lisboa e Coimbra (Peres e Móia 1995: 38).

É consensual a inclusão na variação diastrática de três níveis de língua, o popular, o padrão e o culto, (Ver Cunha e Cintra (1984: 3).) reflexo das três classes sociais – classe baixa, classe média e classe alta, fazendo-se corresponder o padrão à língua falada pela classe média. Baseando-se, atualmente, a estratificação social em escalões meramente económicos, torna-se inoperante continuar a caracterizar o padrão, que doravante designaremos língua-padrão, segundo tal analogia.

O conceito de língua-padrão não é coincidente com o de norma ou norma-padrão: a norma associa-se ao registo ou nível de língua culto, sendo mesmo referenciada por alguns linguistas como dialeto, o que acarreta maior confusão dos termos designativos das variantes geográficas e das variantes sociais.

Adotamos o termo língua-padrão para significar um registo de língua corrente e cuidado, comumente empregue pelos falantes do Português Europeu nas trocas linguísticas formais. A língua-padrão não é um dialeto, nem um socioleto, constitui-se antes como uma língua franca, suprarregional, não representativa de nenhuma classe social em específico.

Língua-padrão, quanto a nós, não se identifica, portanto, nem com a norma enquanto variedade culta ou central da língua, nem com o conceito de norma, estabelecido por Eugénio Coseriu (1973: 55), como “sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente”, correspondendo “ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada”.



Entendemos que a língua-padrão é de âmbito nacional, e sendo representativa da correção linguística, integra e segue as regras gramaticais do Português, regras que se encontram registadas e descritas nas gramáticas e dicionários, de que fazemos eco nas referências bibliográficas. A língua-padrão deve refletir a regularização do sistema gramatical da Língua Portuguesa, incorporando a sua evolução, mas não legitimando todos os usos. Língua-padrão assenta, deste modo, num conceito de correção que não coloca em primeiro lugar o critério da “aceitabilidade social” (Cunha e Cintra 1984: 8).

Esclareça-se que uma língua-padrão de âmbito nacional não é um constructo artificial, concebida a partir das regras gramaticais; a língua-padrão resulta dos usos dos falantes do Português Europeu, não se seguindo, todavia, como regra o uso da maioria, esse uso terá de ser confrontado e orientado pelas regras gramaticais já incorporadas no sistema.

### 2. IMPORTÂNCIA SOCIAL DA LÍNGUA-PADRÃO

A necessidade de se defender e implementar uma língua-padrão para o Português Europeu a ser privilegiada nas escolas, em particular no ensino do Português língua materna, na comunicação social oral e escrita, nos organismos públicos, enfim em todas as manifestações linguísticas de domínio público, decorre do facto de a ausência de uma língua-padrão de referência para todos concorrer para a desgramaticalização do Português.

Com desgramaticalização queremos significar que, tendo a designada norma incorporado indiscriminadamente todos os usos e tendo a desimportância social do nível de língua comum obtido *lugar de cidade*, as inúmeras agramaticalidades já hoje identificadas no chamado Português corrente oral e, sobretudo, escrito tenderão a aumentar, empobrecendo cultural e socialmente não a Língua Portuguesa, mas os seus falantes.

Se hoje o nível geral dos alunos portugueses é muito inferior aos restantes alunos dos países da Comunidade Europeia, na respetiva língua materna e na matemática, isso deve-se em grande parte ao facto de a competência linguística dos nossos alunos não estar a ser desenvolvida correta e coerentemente, afastando-os cada vez mais de oportunidades socioprofissionais ao alcance dos outros jovens europeus. Poder-se-ia argumentar ser importante, para se imporem na cena internacional, os jovens portugueses dominarem línguas estrangeiras, no entanto uma qualquer língua estrangeira não poderá substituir-se à língua materna na construção da identidade pessoal e coletiva.

O descuido linguístico, que se reflete no nível do Português corrente, evidencia-se de modo paradigmático no uso de alta frequência, generalizado em todos os registos, dos bordões de linguagem, palavras repetidas no discurso oral ou escrito de forma viciosa, sinal não da naturalidade de expressão, mas da inaturalidade verificada na articulação do discurso formal. O conclusivo *portanto* de há duas décadas, cedeu o lugar ao popular *pronto* e *prontos* na década passada, que recentemente se viu destronado pelo assertivo *é assim*.

Repare-se como acompanhar o “bordão da moda” se tornou sinal de “se estar atualizado”, e qualquer figura pública que se preze não se escusará ao seu emprego, não vá a opinião pública julgar a pessoa em causa distraída, por não se ter apercebido da mudança operada pelo grupo de vanguarda do bordão. Assim, para se apresentar em dia, o esforço suplementar de deixar para trás um companheiro de longa data até compensa. (Ver Montenegro (2003).

A defesa de uma língua-padrão corrente e cuidada impõe-se pela falta de incentivos ao correto uso do Português, apesar de vozes isoladas repetidamente chamarem a atenção para erros de Português que desmerecem a nossa língua.

### 3. QUANDO O DESVIO SE TORNA ERRO

Falar-se de desvio implica recorrer-se novamente ao conceito de norma, identificando-se como desvios os restantes registos ou níveis de língua: o popular estabelece com a norma uma relação algo conflituosa, ao seguir a gramática do oral, enquanto a norma se orienta pela gramática da escrita, assumindo-se o registo culto como contraponto do registo popular.

A gramática do oral caracteriza-se por uma sintaxe menos elaborada, onde são frequentes as repetições, as faltas de concordância morfológica entre as várias unidades linguísticas, uma menor exigência na correlação dos tempos e modos verbais, uma estrutura frásica simplificada, a par de um vocabulário comum. Sem respeitar a propriedade lexical e semântica das palavras, o falante utiliza, muitas vezes, um vocabulário pouco específico, paradigmaticamente representado nos inúmeros sentidos da palavra *coisa*.

Ora, se um falante do Português, ao empregar o registo popular, disser *Haviam muitos carros parados.*, trata-se de um desvio e não de um erro, mas se esse registo for inadequado à situação, exigindo a mesma um registo mais cuidado, então já se tratará de um erro.

Não se infira da precedente afirmação que tudo o que seja desvio à norma deva ser considerado erro. Apenas pretendemos exemplificar o alcance dos lexemas desvio e erro, camuflando-se muitas vezes os erros com o epíteto de desvios à norma-padrão, logo validados por outras normas. Se podemos aceitar a incorporação de desvios na gramática do oral, ditando as regras do discurso informal, já não poderemos aceitar que o discurso formal de intervenção pública siga as mesmas regras, aproximando-se as regras exigidas pelo discurso oral formal das regras da escrita.

Em *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (1995: 14), obra de referência onde são analisadas seis áreas críticas do Português, nomeadamente estruturas argumentais, construções passivas, construções de elevação, orações relativas, construções de coordenação e concordâncias (Refira-se que Peres e Móia (1995: 40-41) consideram desvio e erro sinónimos, tomando como referência a variante culta.), afirmam os autores nem sempre ser fácil distinguir-se “*claramente aquilo que se inscreve num lento processo de mutação linguística assumida por uma comunidade e o erro mais ou menos avulso e efémero*”.





Na verdade, distinguir-se “o que no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível, ou, em termos radicais, o que é e o que não é correto” (Cunha e Cintra (1984: 8).) não é tarefa fácil. No entanto, o Português dispõe de um vasto número de aturados estudos sobre a descrição e explicação das suas regularidades, preciosos auxiliares para levar a cabo tal tarefa.

Atentemos em alguns erros, representativos do esquecimento da gramática da Língua Portuguesa. São de natureza vária as incorreções ou erros com que todos somos confrontados no discurso público corrente seja oral, seja escrito, nomeadamente nos órgãos de comunicação social, na administração pública, nas escolas tanto da parte de discentes como de docentes.

A ortografia das palavras frequentemente sofre modificações que vão desde a simples troca de letras, *setor* por *setor*, passando pela sua omissão, como *reecontro* por *re-encontro*, ou promovendo o erro de palavras homófonas, como *concerto* e *conserto*. Criam-se falsos homógrafos nas formas verbais, por exemplo entre a 3.<sup>a</sup> pessoa do pretérito perfeito do verbo ouvir e do verbo haver, e *Houve muita violência*. Confunde-se com *\*Ouve muita violência*. A 3.<sup>a</sup> pessoa do pretérito imperfeito do conjuntivo escreve-se como se se tratasse da forma reflexa ou impessoal do presente do indicativo, por exemplo, *Falasse com os prisioneiros!* e *Fala-se com os prisioneiros!* A 3.<sup>a</sup> pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo tem aparecido grafada como se do futuro se tratasse: *Na semana passada \*falarão com os responsáveis pela empresa.*, em vez de *falaram*.

No que respeita aos acentos, ou desapareceram não permitindo reconhecer palavras parónimas como *crítica*, *princípio* e *princípio* ou *dívida* e *divida*, ou persistem em palavras não acentuadas há muito, como é o caso dos advérbios de modo (*amavelmente* e não *\*amávelmente*).

Estes e muitos, muitos outros erros encontram-se amiúde nos teletextos, nas legendas e notas de rodapé televisivas, na imprensa escrita, nos livros escolares, nos documentos oficiais, etc.

A ortografia aprende-se e sistematiza-se através da memorização da palavra escrita, logo se a palavra observada estiver incorretamente escrita, ela será reproduzida também incorretamente. Quando tivemos ocasião de apontar, a alguns dos responsáveis pelo que se escreve todos os dias em Português, o excesso de gralhas e erros ortográficos, justificaram com a falta de tempo.

Não poderemos continuar a desperdiçar meios de divulgação da Língua Portuguesa, como a RTP Internacional que, não deixando de ser o principal meio de trocas culturais entre os vários povos de Língua Portuguesa, deve exercer uma função pedagógica, permitindo aos portugueses que estão fora do país continuarem a sua convivência com a língua-padrão, nomeadamente através da leitura de textos escritos segundo as regras ortográficas, sintáticas, semânticas e lexicais vigentes.

Os erros de morfologia espalham-se por várias categorias. Nas formas verbais, reconhece-se, por um lado, a vulgarização de formas provenientes do registo popular, representativo de determinadas regiões, como *\*há-des*, que, no Norte, e por analogia com formas verbais como *viestes*, ou *\*viestéis* leva à flexão da preposição *de*, mas, por outro, formas menos frequentes da 1.<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do conjuntivo têm vindo a ser pronunciadas como palavras esdrúxulas e não graves, isto é, acentuando-se erradamente a forma verbal na primeira sílaba, como *\*ténhamos*, por *tenhamos*, ou *\*séjamos*, por *sejamos*.

O plural de determinadas palavras também tem sido afetado por generalizações que, muitas vezes, desdignificam a palavra, é o caso do plural de *cidadão* em *\*cidadões*, privilegiando-se o plural em *-ões* para as palavras terminadas em *-ão*.

Abundam substantivos formados através do sufixo *-mento*, que não respeitam as diferentes significações atribuídas a diferentes formas provenientes de um mesmo radical, por exemplo, do verbo *relacionar* formam-se os substantivos *relacionamento* e *relacionação*, não podendo o segundo empregar-se nos mesmos contextos do primeiro, visto *relacionamento* englobar o sentido de *relacionação* (ato ou efeito de relacionar), mas *relacionação*, por sua vez, não integrar os restantes sentidos de *relacionamento* (relação entre coisas ou ligação afetiva entre pessoas).

As regras de combinação das palavras para formar frases e das frases entre si para formar períodos, ou seja, as regras de sintaxe, aplicam-se segundo exemplos individuais que se generalizam, conduzindo à imitação do erro.

As regências verbais, nominais ou adjetivais multiplicam-se nos exemplos incorretos, encontrando-se preposições a mais, como em *\*falar de que* ou *\*dizer de que*; a menos, como em *\*a evidência que* ou *\*a necessidade que*, por *a evidência de que* ou *a necessidade de que*; ou, quando o verbo se constrói com mais do que uma preposição com significações diferentes, é frequente o emprego da construção inadequada ao contexto, por exemplo, *Os jovens devem ir ao encontro das suas aspirações!* e não *Os jovens devem ir de encontro às suas aspirações!* cujo sentido seria completamente oposto.

As preposições, locuções prepositivas ou advérbios que acompanham verbos locativos complementam semanticamente esses mesmos verbos, daí a ausência de conciliação entre *começar* e *a partir*, como em *\*A exposição começa a partir de hoje*, por analogia com *A exposição está patente ao público a partir de hoje*.

Na sintaxe da frase, poderemos incluir os erros de pontuação, sobretudo os respeitantes à separação dos constituintes obrigatórios, como é o caso da vírgula com que se insiste em separar o sujeito do predicado, e.g. *\*Todos os atletas que viajaram para Atenas, visitaram a Acrópole*. São quotidianos os exemplos de textos incorretamente pontuados, tendo o leitor de passar por cima de pontos e vírgulas e mentalmente restaurar as pausas de forma a conseguir interpretar tais textos.

A nível da estrutura da frase complexa são inúmeros os erros sintático-semânticos impeditivos da clareza da frase. É frequente depararmo-nos com períodos em que coocorrem frases concessivas e frases adversativas. Traduzindo ambas a oposição, será considerada uma frase mal formada um exemplo do tipo: *\*Apesar de ter corrido toda a manhã, fui de tarde à natação e no entanto não fiquei cansado*.



A coerência lógica entre as frases é também muitas vezes descurada. No enunciado O ensino superior comportará três ciclos – a licenciatura, o mestrado e o doutoramento. Assim, veremos quem estuda mais e quem estuda menos na Europa., a consequência não pode ser extraída diretamente da causa que a antecede.

Se os exemplos aqui apresentados não suscitam dúvidas quanto às incorreções, por as regras gramaticais desrespeitadas se encontrarem incorporadas no sistema linguístico do Português, já a circunscrição do léxico da língua-padrão no respeitante a regionalismos, neologismos e estrangeirismos gera maior controvérsia. Sendo o léxico um sistema aberto, em certos lapsos de tempo a Língua Portuguesa incorpora palavras novas e remete para arquivo palavras de baixíssima frequência.

A grande questão coloca-se hoje para o Português na incorporação dos termos técnicos associados às novas tecnologias. Não há muitos anos poderíamos limitar o debate acerca dos estrangeirismos discutindo a supremacia do galicismo *impacte* sobre o lusitanismo *impacto*, hoje o debate deverá ser muito mais profundo.

A introdução direta de anglicismos no vocabulário do campo da informática parece irreversível. *Internet* (com i maiúsculo diz-nos o corretor ortográfico e o *Grande Dicionário. Língua Portuguesa*), *e-mail*, *interface*, *clicar* ou *lincar* são vocábulos, a par de muitos outros, de uso frequente e generalizado já incorporados nos mais recentes dicionários, ganhando especial relevo no *Grande Dicionário. Língua Portuguesa* da Porto Editora.

Poderemos argumentar que, se não se encontrassem tais vocábulos nos dicionários de Língua Portuguesa, não poderíamos compreender enunciados do tipo: *Estava no cibercafé a pesquisar na net e cliquei no ícone que me lincou a um portal com acesso ao tema da clonagem; Era um iupi muito mediático que trabalhava num interface de sistemas domóticos.* (Estrela 2004: 174).

Não podemos deixar de questionar, contudo, o facto de não haver uma entidade oficial regulamentadora da terminologia técnica em Língua Portuguesa. Nesta área, temos vindo a assistir a um processo de submissão total da nossa língua à hegemonia do Inglês, limitando-se os manuais e dicionários praticamente a reproduzir termos aporuguesados pelo som e generalizados pelo uso. Perguntámo-nos por que razão o *Grande Dicionário. Língua Portuguesa* regista *e-mail*, *email* e *correio eletrónico*, mas não regista *correio-e*, feliz tradução e adaptação de *e-mail*?

*Correio-e* é a forma utilizada, por exemplo, pela Associação de Professores de Português, constituindo sinal de que alguns continuam a defender que a Língua Portuguesa deverá incorporar estrangeirismos, seguindo critérios vários e não apenas o aporuguesamento da pronúncia. Reduzir-se-iam, assim, os estrangeirismos, aumentando-se os neologismos.

#### 4. CONCLUSÕES

Aos especialistas da Língua Portuguesa deverá ser solicitada intervenção, no sentido de, para além de emitirem “uma opinião fundamentada no estudo aturado do sistema linguístico” que venha a “ajudar uma comunidade a tender para a fixação (sempre provisória, é claro) de uma ou outra norma.” (Peres e Mória1995: 13), fixarem as regularidades gramaticais e lexicais da língua-padrão, sem que tal seja entendido como limitação da criatividade do falante. A liberdade criativa do sujeito falante manifesta-se e manifestar-se-á nos diferentes usos da sua língua, porém, quando o contexto e a situação exigirem o recurso à língua-padrão, deverá o falante não descuidar regras gramaticais de natureza fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical e discursivas, pouco alteráveis num curto espaço de tempo.

A fatalidade eternizada por Camões no soneto *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*, associada à Língua Portuguesa, não nos deixa entrever mudanças positivas no seu ensino, na sua defesa interna e externa, quando, em representação oficial no estrangeiro, aqueles que nos representam ao nível da governação nacional e internacional teimam em não utilizar o Português nos seus discursos; quando são prioritariamente concedidas bolsas a investigadores cujo trabalho assegure a publicação em Inglês, tudo a bem da internacionalização da investigação realizada em Portugal; quando as manifestações culturais como o cinema falado em Português não são devidamente apoiadas; quando os meios de comunicação social, preocupados com as audiências, descuram a Língua Portuguesa, tanto na expressão oral como na escrita.

Esta fatalidade acarinhada por alguma inércia, pela ausência de políticas da língua coerentes e consistentes, tem, não obstante, encontrado opositores. A profícua atividade de alguns que teimam em eleger a Língua Portuguesa como estandarte, entre os quais contamos os organizadores do presente Congresso sobre a Lusofonia, necessita ter maior divulgação e, ao tornar-se conhecida, constituir exemplo para outras vontades defensoras de um maior e melhor uso do Português. A exortação “Se formos capazes”, proferida por José Augusto Seabra, no discurso do I Encontro da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (1988), e no caso referindo-se à aceitação pela comunidade internacional do Português como língua de comunicação, desafio que este grande defensor da nossa língua colocou a si próprio, permanece para aqueles que entendem seu dever promover a Língua Portuguesa aquém e além-fronteiras.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AA. VV. (1991) Falar Melhor, Escrever Melhor, Lisboa: Seleções do Reader's Digest.  
Barbosa, J. Soares (1830) Grammatica Philosophica da Lingua Portugeza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à nossa Linguagem, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 2.<sup>a</sup> ed.  
Bechara, Evanildo (1988) Lições de Português pela Análise Sintática, Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Lda., 14.<sup>a</sup> ed. revista.  
Busse, Winfried e Vilela, Mário (1986) Gramática de Valências, Coimbra: Livraria Almedina.  
Casteleiro, J. Malaca (coord.) (2001) Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Lisboa: Academia das Ciências e Editorial Verbo.  
Cintra, L. F. Lindley (1983) Estudos de Dialectologia Portuguesa, Lisboa: Sá da Costa Editora.  
Coseriu, Eugénio (1973) Sincronía, Diacronía e Historia. El Problema del Cambio Lingüístico, Madrid: Gredos, 2.<sup>a</sup> ed..



- Cuesta, Pilar Vázquez e Mendes da Luz, M<sup>a</sup> Albertina (1971) Gramática da Língua Portuguesa, Lisboa: Edições 70.  
Cunha, Celso e Cintra, L. F. Lindley (1984) Nova Gramática do Português Contemporâneo, Lisboa: Edições João Sá da Costa.  
Dias, Augusto Epifânio da Silva (1933) Sintaxe Histórica Portuguesa, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 2<sup>a</sup> ed..  
Estrela, Edite et aliae (2004), Saber Escrever. Saber Falar, Lisboa: Dom Quixote.  
Figueiredo, Cândido de (1996) Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Venda Nova: Bertrand Editora, 25.<sup>a</sup> ed. atualizada.  
Fernandes, Francisco (1985) Dicionário de Verbos e Regimes, Rio de Janeiro: Editora Globo, 34.<sup>a</sup> ed..  
Fernandes, Francisco (1997) Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos, S. Paulo: Ed. Globo, 24.<sup>a</sup> ed..  
Heringer, H. e Lima, J. Pinto de (1987) Palavra puxa Palavra, Comunicação e Gramática Dependencial, Lisboa: ICALP e Ministério da Educação e Cultura.  
Houaiss, Antônio (2002) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Lisboa: Círculo de Leitores.  
Lopes, Óscar (1972) Gramática Simbólica do Português, Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.  
Lucchesi, Dante (1998) Sistema, Mudança e Linguagem, Lisboa: Edições Colibri.  
Machado, José Pedro (1987) Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Lisboa: Livros Horizonte, 4.<sup>a</sup> ed..  
MATEUS, Helena Mira et aliae (1983) Gramática da Língua Portuguesa, Coimbra: Livraria Almedina, e 2.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, 1989.  
Mateus, Helena Mira et aliae (2003) Gramática da Língua Portuguesa, Lisboa: Caminho.  
Montenegro, Helena Mateus (2001) Glossário de Termos Gramaticais, Mirandela: João Azevedo Editor.  
Montenegro, Helena Mateus (2003) "Bordões de Linguagem". In Suplemento de Educação, Correio dos Açores, Ponta Delgada.  
Nogueira, Rodrigo de Sá (1982) Dicionário de Verbos Conjugados, Lisboa: Livraria Clássica, 4.<sup>a</sup> ed..  
Nogueira, Rodrigo de Sá (1989) Dicionário de Erros e Problemas da Linguagem, Lisboa: Livraria Clássica, 7.<sup>a</sup> ed..  
Peres, João Andrade (1984) Elementos para uma Gramática Nova, Coimbra: Livraria Almedina.  
Peres, João e Mória, Telmo (1995) Áreas Críticas da Língua Portuguesa, Lisboa: Editorial Caminho.  
Silva, António de Morais (1987) Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, s.l.: Ed. Confluência, 3.<sup>a</sup> ed..  
Teixeira, Graciete (dir. ed.) (2004) Grande Dicionário. Língua Portuguesa, Porto: Porto Editora.  
Vilela, Mário (1995) Gramática da Língua Portuguesa, Coimbra: Livraria Almedina. Vilela, Mário (1995) Léxico e Gramática, Coimbra: Livraria Almedina.



19. JOÃO CABRITA, ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA BRAGANÇA

**JOÃO CABRITA** é licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e mestre em Didática da Língua e Literaturas Portuguesas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com uma dissertação sobre Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Professor do Ensino Secundário é autor do livro *O Liceu Nacional de Bragança* e o seu patrono, uma história por contar.

*A LÍNGUA PORTUGUESA E A LUSOFONIA. A PERENIDADE DE UMA MUNDIVIVÊNCIA*



A língua e a sua importância como elemento identificador dos povos. Os primórdios da língua portuguesa, a consolidação e a disseminação pelo mundo. António Ferreira, Fernão de Oliveira e João de Barros construtores da língua em idos de seiscentos. A unidade e a diversidade em Mia Couto e Craveirinha escritores da lusofonia. Exemplos a ter em conta numa manifestação de consolidação na encruzilhada da língua.

*Não sou do tamanho da minha altura,  
Sou do tamanho daquilo que vejo.  
José Saramago*

Língua maior esta, a portuguesa, de entre as que na Europa medraram. Nove séculos volvidos e vividos a fazer a distinção entre portugueses e outros povos. Sim, porque o que nos distingue das outras nacionalidades, mais que a bandeira e o hino, é a língua que falamos. Somos dum país, sobretudo, porque falamos a sua língua. Há que tratá-la bem, aprimorá-la, preservá-la, como se fosse o bem mais precioso, o instrumento maior.

De Portugal independente, nascido e criado neste pedaço ocidental da Ibérica, rezam os documentos que se tornou adulto e se emancipou em idos do século XII. Não foram fáceis os primeiros tempos. Balbuciadas as primeiras palavras, D. Dinis chamou a si o falar português, herdeiro de um galego-português e de um latim que se miscigenaram na produção oral. A língua portuguesa crescia em documentos oficiais. Era preciso criar e alimentar a identidade deste Portugal que já sabia onde eram as suas fronteiras, desde que em Alcanices, portugueses e espanhóis, em tempos de paz, decidiram pôr termo a guerras que já não tinham razão de ser.

Não é fácil levar a cabo mudanças de hábito e hábitos ancestrais através de decreto. Que era utilizar só a língua portuguesa em documentos oficiais? Será que aos falantes e aos escribas se pedia que tirassem a ganga que compunha aquele conjunto heterogéneo constituído pelo latim e outros falares próprios de autóctones e invasores que povoaram o espaço onde era Portugal?

Sabemos que as línguas não são estáticas, sofrem erosões, assimilam, dão e recebem, quantas vezes ao sabor do tempo e das convulsões sociais. Portugal, também, não constituiu um espaço passivo e pacífico. Olhou para o mar e mediou a sua pequenez. Imaginou a sua capacidade de se estender.

À aventura, iniciou um processo de partida que provocou a sua deslocação num voltar e ir que não mais teve fim. Até hoje. Ficou no Oriente, nos antípodas. Enriqueceu, empobreceu e travestiu-se. Língua portuguesa serve-lhe de comunicação. Estar em comum era dar e receber signos que se unem ao sabor da necessidade, do prazer, do estar bem e do trocar.

Dados novos mundos ao mundo velho, à Europa ciosa de uma civilização, era preciso aferir e cuidar o produto oferecido para troca. À língua ciosa da sua perenidade havia que transmitir regras. O colonizador tinha que o ser até nos mais pequenos pormenores.

O nacionalismo. A nacionalidade da língua não podia viver ao Deus dará de marinheiros ignorantes e analfabetos. Que se criassem regras próprias para a fala e a escrita. Não é esta, também, uma forma de mostrar-se português? Era necessário definir os cânones linguísticos, mostrar os códigos e dizer que língua portuguesa também era a nossa. Dirá António Ferreira em pleno Renascimento, em carta escrita, em estro apreciado

*Floresça, fale, cante, ouça-se e viva  
A Portuguesa língua! E já onde for,  
Senhora vá de si, soberba e altiva.  
Se téqui esteve baixa e sem louvor,  
Culpa é da que a mal exercitaram:*

Lançara-se o repto. Como se do eco fosse ouvido, regras responderam à angústia do poeta.

1526 confirma e materializa, pela pena de Fernão de Oliveira, a gramática necessária. João de Barros na sua esteira acrescentará, e outros e outros ditarão as leis que todos aguardavam.

O tempo corre célere. A saga dos descobrimentos terminara. O mundo era outro agora. Os portugueses tiveram que se retirar. A língua ficara. Não era um produto ou um espaço fechado. Contaminara e contaminava-se. Tinha chegado ao Brasil. Entrara na Europa. Disseminava-se pelos núcleos de portugueses espalhados pelo mundo. Na Coreia, na Argentina, na Galiza e por *tutti quanti* viera para ficar. Era preciso florescer e fortificar.

Portugal espalhado pelo mundo na língua de Camões, de Saramago e de Lobo Antunes. Não um português canónico e intransformável. Um português de variantes, tal como no Algarve ou em Trás-os-Montes, das novelas brasileiras, ou da juventude, dos idosos, das escolas, ou bares e dos cafés. Um português alimentado pela comunicação, pela solidariedade, por eventos culturais, pela difusão, pela promoção da leitura.

Uma língua onde a pluralidade impere e a aceitação da variedade seja um facto. Um português onde as gramáticas reconheçam as oralidades tão arredias da escrita que se pretende pura.





Um português transformado, novo, vivo, alegre, triste, dolente, molhado, assobiado, tropicalizado, mas perene, um arco-íris de línguas, hoje denominado de espaço lusófono onde é possível comunicar, não esquecendo, porém, que é impossível criar unicidade linguística entre espaços diferentes, gentes diferentes e mentalidades diferentes, separadas pelas distâncias da geografia, do prazer, dos trópicos, da fartura e da carência.

E é desta diversidade que a língua se homogeneiza criando culturas que se harmonizam através das etnias que persistem em povos por onde o português passou. Ora a capacidade de tornar compatível as culturas africanas, gerindo diferenças é algo que tem sido possível à custa do trabalho esforçado de escritores que fazem parte do nosso universo linguístico.

Entrevistado por Maria Teresa Horta em 9 de agosto de 1997 para o Diário de Notícias afirmava Mia Couto, escritor moçambicano de larga bibliografia, nascido na cidade da Beira, Moçambique, em 1955, acerca da escrita:

Para mim escrever é um desafio e esse desafio é o que me dá mais gosto na escrita: uma certa procura de transgressão, não só a nível linguístico, poético, mas também daquilo que possam ser as próprias soluções da escrita, que para mim necessitam ser mexidas, pois penso que para contar as histórias que quero contar a partir de Moçambique não me sinto à vontade, pois sinto-me espartilhado naquilo que são as formas que me ensinaram a mim. Preciso de desarrumar a própria escrita.

*Quando à escrita eu devo imenso aos outros; um segredo que posso dizer que tenho é estar atento aos outros. No caso de Moçambique, esses outros são eles mesmos, a habilidade de construir histórias, de raciocinar, de pensar o mundo através dessas histórias. A metáfora é tão comum, tão vulgar no dia-a-dia que, de facto, quanto a mim, quase me basta estar atento.*

A propósito deste escrever, usemos denominar-lhe, desviante, afirma Saramago que Mia Couto está a criar um português “*subtilmente diferente, capaz de comunicar coisas novas*”.

Fruto da mestiçagem, entre a busca da identidade e da transgressão poética, em torno da necessidade de desarrumar da própria escrita, sem que a língua perca a sua identidade, vejamos um excerto do conto *A Rosa Caramela*, inserta no livro *Cada Homem é uma Raça*.

Nessa noite, eu desconsegui de dormir. Saí, sentei a insónia no jardim da frente. Olhei a estátua, estava fora do pedestal. O colono tinha as barbas pelo chão, parecia que era ele mesmo quem tinha descido, por soma de grandes cansaços. Tinham arrancado o monumento mas esqueceram de o retirar, a obra requeria acabamentos. Senti quase pena do barbudo, sujo das pombas, encharcado de poeira. Me acendi, vindo ao juízo: estou como a Rosa, pondo sentimento nos pedregulhos? Foi então que via a própria, a Caramela, parecia chamada pelos meus conjuros. Fiquei quase gelado, imovente. Queria fugir, minhas pernas se negavam. Estremeci: eu me convertia em estátua, virando assunto das paixões da marreca? Horror, me fugisse a boca para sempre. Mas, não. A Rosa não parou no jardim.

Atravessou a estrada e chegou-se às escadinhas de nossa casa. Baixou-se nos degraus, limpou deles o luar. Suas coisas se pousaram num suspiro. Depois, ela se entartarugou, aprontando-se, quem sabe, ao sono. Ou fosse de sua intenção apenas a tristeza. Porque lhe escutei chorar, num murmúrio de águas escuras. A corcunda se derramava, parecia era vez dela se estatuar. Me infindei, nessa viagem.

Foi, então. Meu pai, em apuros de silêncio, abriu a porta da varanda. Lento, se aproximou da corcunda. Por instantes, ficou debruçado sobre a mulher. Depois, movendo a mão como se fosse um gesto só sonhado, lhe tocou os cabelos. Rosa nem se esboçava, a princípio. Mas, depois, foi saindo de si, rosto na metade da luz. Olharam-se os dois, ganhando beleza. Ele, então, sussurrou:

...

**Vamos, Rosa. Pega suas coisas, vamos embora. E foram-se os dois, noite adentro.**

Liberta de cânones, paira a sensação de desapego pela linguagem, dando origem a novos modelos, a novas relações de solidariedade sintagmática, onde é posta em causa a morfologia, a sintaxe e a própria fonética, o que é, sem dúvida, uma marca de novidade e originalidade na língua portuguesa em jogos de linguagem a quebrar convenções narrativas, linguísticas ou socioculturais. Desconstrução a lembrar, por vezes Saramago em romances escritos e publicados a partir de *Levantado do Chão*.

Sem nos alongarmos em comentários acerca do processo de escrita, damo-nos conta da sua aproximação à oralidade, como se esta dominasse a sintagmática escrita, facilitando, deste modo, a leitura e a compreensão. A utilização de próteses em **desconseguir** e **imovente**, a inversão do pronome reflexo e alguns verbos pouco usados como **entartarugar** e **estatuar** são algumas marcas do discurso de Mia Couto que o distingue e singulariza perante outros escritores de Língua Oficial Portuguesa.

Se a prosa de Mia Couto retratando a sociedade rural moçambicana apresenta características que não se distanciam ao longo de toda a sua obra, José Craveirinha, também ele fruto da mestiçagem, em forma de verso nos vai dando conta da realidade moçambicana presente em grande parte da sua obra, como se o poeta não deixasse de ser um filho do povo, ele, que lhe retribuiu com uma fotografia da realidade.

#### **Elegia a uma mulher de seis anos (Obra Poética I)**

*Uma vida de seis anos  
somente  
e os grandes olhos abertos para um mundo  
preenchido pela voz de cocuana Zelina.*



*Uma vida de seis anos  
uma vida  
sem roliças bonecas fabricadas no estrangeiro  
e embalando nos bracinhos magros  
a sua boneca inteligente de carolo de milho  
no dia da viagem comprida de cocuana Zelina  
para as terras do medo e do mistério  
das histórias de quizumbas  
e guerreiros zulos  
matando leões com azagaias*

*Seis anos somente  
chorando ao canto das fronteiras de caniço  
uma esteira no chão  
e o seu pequenino coração  
asfixiado na incompreensão de vestirem  
cocuana Zelina com a xicatauana de seda  
a capulana nova de ramagens encarnadas de mapsele  
e também na cabeça branca de algodão  
amarrarem o lenço verde de florinhas amarelas.*

*E deixaste, velha Zelina  
na casinha de ripas do Xipamanine (bairro pobre suburbano)  
uma mulher de seis anos a brincar  
com a boneca inteligente de carolo de milho  
e chorando ainda de olhos secos.*

*“Cocuana Zelina...! Oh... Cocuana Zelina...!”*

*E uma vida de seis anos  
somente  
ficou chamando o teu nome  
na partida para sempre  
no dia de sol em que as flores foram para ti  
e perfumaram o teu sono cocuana Zelina  
e se deitaram contigo  
na vala de um por dois da parcela  
cavada em honra do teu repouso.*

*Mas também tu mulher de seis anos  
lá ficaste  
no asilo da velhice de cocuana Zelina  
deitado no talhão reservado aos imóveis  
cidadãos alforriados de costas  
no subúrbio derradeiro.*



Epígono do modernismo português a lembrar Cesário Verde e Gonçalves Crespo quando a poesia portuguesa tentava emancipar-se de um romantismo já fora de moda com marcas de sóciorealismo não distante do neorealismo português, numa épica de sabor lírico do povo sofredor, ao mesmo tempo orgulhoso, exultado por uma liberdade conseguida.

Muitos mais seriam de citar neste pequeno périplo pela língua portuguesa, sem esquecer aqueles que do outro lado do Atlântico a vão fortalecendo e disseminando.

Outros que venham e façam de outro modo porque o importante é que nós estejamos abertos à inovação.

E é assim a língua portuguesa, encruzilhada de quantos a falam e a escrevem, ponto de encontro onde se plasmam culturas e civilizações, veículo de comunicação, de estar em comum em traços de união que se fortalecem e não em cenários de fragmentação, conforme afirmava Carlos Reis no *Jornal de Letras* de 14 de agosto de 2004.

Que vitalidade a nossa!!!



## 20. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL

**LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA** é Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês), Mestre em Literaturas Medievais Comparadas e Doutor em Línguas e Literaturas Românicas sendo atualmente Orientador pedagógico, Assistente e Professor Adjunto (Escola Superior de Educação de Setúbal) Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2004)

### PUBLICAÇÕES

Comunicações e artigos sobre o ensino da língua materna:

O telejornal na aula de Português

As cores da língua portuguesa como expressão de cultura

L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues

Ensaio:

Os bestiários franceses do Século XII

O bestiário e os contos tradicionais portugueses

O universo do imaginário

A fábula em Portugal

Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (colaboração):

A cidade

O mundo das línguas

### A CULTURA E O IMAGINÁRIO AÇORIANO-CATARINENSE NA OBRA LITERÁRIA DE FRANKLIN CASCAES

Ensinar uma língua é ensinar uma cultura. O ensino do português é o ensino de um vasto espaço cultural tecido de línguas e de culturas de forma mais ou menos harmoniosa. Neste contexto, o texto literário, enquanto espaço de sublimação de experiências e de emoções, continua a ser um poderoso e insubstituível meio de formação.

: [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)



O presente trabalho, realizado no âmbito da formação de professores, é apenas um dos resultados de uma experiência de leitura coletiva apoiada por pesquisas que não dispensaram o recurso às novas tecnologias da informação. Acompanha esta reflexão literária um documento audiovisual de enquadramento cultural de aproximadamente 45 minutos.

O estudo e a valorização do contributo açoriano no sul do Brasil têm sido uma constante desde o Congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana. A influência açoriana sobre a arte e em particular sobre a arquitetura tem sido frequentemente referida.

O estudo das influências do falar açoriano sobre o português de Santa Catarina foi iniciado por Paiva Boléo e Oswaldo Furlan. É, todavia, segundo Pavão Júnior, nas manifestações do imaginário popular que o contributo das ilhas é mais nítido e eloquente.

É no imaginário catarinense, e em particular na obra literária de Franklin Cascaes que encontramos umas das mais originais recriações do génio açoriano. O autor procede a um percurso iniciático em demanda das suas origens. De forma ritual celebra os antigos usos e costumes de um povo que soube escrever uma das mais lindas páginas de amor à terra, à ilha e ao eterno feminino. O presente trabalho não visa apenas evidenciar os processos literários de valorização mas pretende também proceder a uma reflexão crítica sobre a sua função.

### 1. O AUTOR E A OBRA

Após a segunda guerra mundial, o Estado de Santa Catarina sentiu a necessidade de reforçar a sua componente açoriana em detrimento da teutónica, mais recente e mais limitada a uma comunidade que, embora próspera, vivia mais isolada e fortemente desmoralizada pelos acontecimentos históricos recentes. É nesse esforço de valorização e nesse contexto de confronto cultural que se inscreve a obra de Franklin Cascaes.

Descendente de açorianos, nasceu e viveu, de forma simples, em Itaguaçu, no município de São José. Foi professor na Escola de Aprendizes Artífices, hoje Escola Técnica Federal. Todavia o seu espaço de estudo era junto do povo, nos seus locais de trabalho e de lazer. A paixão pelas suas raízes e pela sua cultura levou-o a imortalizar para a posteridade os rituais, as danças, os mitos, as crenças, os hábitos, as técnicas e os modos de fazer específicos do povo catarinense.

Artista, transformava as suas experiências em ilustrações, em esculturas e em contos de sabor popular. Todo o seu trabalho caracteriza-se por um processo de troca permanente entre a sua originalidade e a criatividade coletiva que constituía o seu verdadeiro “objeto de estudo”.

Inovador pelo método de pesquisa, também o foi nas suas formas de divulgação. Faleceu em 1983, com 75 anos. A Universidade Federal de Santa Catarina publicou nesse mesmo ano a segunda edição do primeiro volume dos seus contos “*O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*”. Em 1992 veio a lume um segundo volume, perfazendo um total de vinte e quatro contos.

### 2. ENTRE A HISTÓRIA E O MITO: A CULTURA AÇORIANO-CATARINENSE

Foi em 1748 que começaram a chegar os primeiros açorianos e madeirenses ao litoral catarinense, habitado até então unicamente por índios carijós, respondendo assim aos interesses da Coroa Portuguesa em povoar rapidamente esta parte do território para evitar as invasões espanholas. Num curtíssimo espaço de tempo (de 1748 a 1756) a região recebeu mais de 4.500 açorianos e um número relativamente significativo de casais madeirenses:

*“Colonizada a partir de 1748, por colonos açorianos que habitavam aquelas ilhotas que vivem bem lá em riba da careca do oceano, açoitados diariamente pelas ondas bravias encarneadas do mar e pelas bocas infernais de vulcões seculares que vomitam fogo e gemem furor incontido sobre as pobres populações. É um povo mesclado, inteligente, audacioso, de espírito arguto e, sobretudo, essencialmente religioso e arreigado em credências mitológicas.” (Eleição bruxólica. Cascaes, I, 11)*

Os açorianos que se instalaram no litoral de Santa Catarina, a mais de 8000 quilómetros da sua terra natal, perderam, em larga medida, o contacto com o arquipélago e viveram relativamente isolados, preservando, deste modo, os traços fundamentais de uma cultura com características muito peculiares que sucessivas e posteriores levadas de colonos, fugidos da miséria e dos caprichos vulcânicos, ajudaram a reforçar.

As suas relações com a sua origem tecem-se apenas no espaço do imaginário, alimentado pelas tradições, pelas superstições, pelos mitos e pelos ritos do quotidiano. Os casais que embarcavam traziam com eles famílias completas, o que viria a contribuir para acentuar do isolamento cultural, permitindo que cada família conservasse os seus próprios hábitos, e continuasse a cultivar a sua ímpar religiosidade. O amor pela palavra, a simplicidade rural de uma mentalidade pré-capitalista, a saudade da terra mítica, o grande respeito pelas coisas sacras e pelo sofrimento humano constituem o universo, a origem e a matéria dos “causos” de Cascaes:

*“Sentados sobre a soleira da porta, sobre pedras ou pelo chão do terreiro, recolhidos sob frondosas sombras de garapuvu e outras árvores nativas, saudados pelo cantar dos gaturamos, sabiás, bem-te-vis e muitos pássaros ilhéus abriam o livro do pensamento açorita e liam, nas suas páginas sadias, as estórias populares que trouxeram nas malas de suas bagagens culturais, para doarem aos seus herdeiros.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 19)*





*“Geralmente, no sítio longe do turbilhão tenebroso chamado cidade e outros nomes galegos, o pessoal, nos domingos de tarde, costuma sentar-se nos bancos e nos portais da casa da venda, em cuja reunião fala-se de roça, de pescaria, moças fugidas, festas e até se conta[m] muitas histórias da tradição das coisas da vida do povo passado. São histórias que vêm passando de boca em boca, guardadas no baú do pensamento humano, como relíquias dos dias de antanho, vividos pelos seus ancestrais.” (Reumatismo bruxólico. Cascaes, II, 79)*

O processo de adaptação ao novo ambiente e o esforço de assimilação de novas realidades geraram, como não podia deixar de ser, uma nova cultura de miscigenação, única em todo o espaço lusófono. A alimentação prolonga antigos hábitos alimentares, à base de peixe frito, mas também não deixa de exibir uma inusitada capacidade de adaptação no tão apreciado pirão, na mandioca e nos seus vários derivados tais como o biju (espécie de rosca feita da farinha de mandioca):

*“O compadre Manoéli Preira subiu o morro da Lagoa da Conceição da Ilha de Nossa Senhora do Desterro e, com seus filhos, derrubou um pedaço da mata-virgem, queimou-a e acoivou o terreno “prá móde” plantar rama de mandioca - a mani-oka dos nossos índios.” (Balanço bruxólico. Cascaes, I, 27)*

O engenho de mandioca constitui, precisamente, segundo vários estudiosos a primeira inovação da cultura catarinense:

*“E são esses primeiros povoadores que, após adaptação, dão à cultura catarinense a sua primeira e grande inovação: o engenho da mandioca. Em menos de quarenta anos já havia mais de trezentos a transformar a mandioca em farinha.” (Fidalgo, 2002, 49)*

Todavia, embora a cultura açoriana original tenha sofrido profundas transformações, é evidente que a memória das suas origens nunca terá deixado de ser amplamente cultivada. Festas, como a do Divino Espírito Santo, a das Santas Cruzes, a das “Folias dos Reis”, costumes como o do “Pão-por-Deus”, folguedos, como a Farra do boi (Júnior, 1987, 59-73), superstições, contos, mitos e lendas, como as que continuam a cultivar o ancestral imaginário “bruxólico” ilhéu, já raramente se encontram com o mesmo vigor nas outras regiões brasileiras:

*“Sempre foi crença do povo hospitaleiro desta Ilha dos famosos boi-de-mamão que, na sexta-feira Santa, não se deve tomar instrumentos de trabalho para usá-los, seja qual finalidade for. É também costume tradicional deste povo, descendente de colonos açorianos, que, na sexta-feira Santa, a partir de zero hora, devem banhar-se nas ondas do mar, levando consigo animais domésticos, para purificarem-se e protegerem-se de todos os males do corpo físico e espiritual.” (Vassoura bruxólica. Cascaes, I, 63-64)*

Das origens açorianas continua-nos a falar a preservada arquitetura tradicional, de casas baixas, com pequenas aberturas, a relembrar a suas origens humildes e militares, exibindo parcimoniosos e arcaicos motivos decorativos, sempre magnificamente integradas no meio circundante, em íntima relação com a terra e com o mar, exibindo a condição anfíbia que um povo de agricultores se viu, por necessidade, abraçar. (Martins, 1996).

Ribeirão da Ilha, na Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), é um magnífico exemplo de preservação arquitetónica. As casas e a igreja, com cerca de duzentos anos, são tipicamente açorianas, estão em perfeito estado e continuam a desempenhar a sua função original. As casas continuam a ostentar as suas típicas cores originais, vermelho, azul, amarelo, e cor-de-rosa. O Império do Espírito Santo lá continua a desempenhar a sua função:

*“O Policarpo deu uma gola nela numa festa do Divino da Freguesia do Ribeirão. Ela já era bruxa quando foi namorada dele, porém ele não sabia e nem desconfiava.” (Bruxas metamorfoseadas em bois. Cascaes, II, 57)*

Alguns engenhos de cana e de farinha e algumas embarcações tradicionais subsistem graças aos cuidados de alguns privados e de alguns museus e instituições culturais (Pereira, 1993). Em São Francisco do Sul, no litoral norte do Estado, a terceira cidade mais antiga do Brasil e um dos epicentros da memória viva açoriana, o Museu Nacional do Mar, de criação recente, ostenta algumas das embarcações catarinenses que estão caindo em desuso e perpetua a memória da pesca da baleia que foi uma das ocupações mais importantes da comunidade açoriana:

*“Naquele tempos de antanho, a Vila Capitáli recebia a ligação de suas comunidades por via marítima, através de canoas bordadas ou [de] borda falsa e canoas [de] borda lisa, confeccionadas de um pau só, cavadas a enxó ou a fogo, como usaram os índios. Também usavam, muito raramente, fazer as viagens com as lanchas baleeiras.” (A bruxa metamorfoseou o sapato do Sabiano. Cascaes, II, 45)*



O ciclo da baleia terminou, mas as “lanchas baleeiras” ainda estão em plena atividade nas praias catarinenses. Hoje, servem, essencialmente, para a pesca da tainha e da anchova embora as águas catarinenses sejam muito ricas em muitas outras espécies.

De São Francisco do Sul a Laguna, no Sul do Estado, passando por Itajaí, Barra Velha, Florianópolis e Garopaba, a pesca artesanal continua a ser uma das atividades mais importantes para a comunidade descendente dos açorianos. Os pescadores podem ser vistos, durante os períodos de defeso, nas praias, cantando ou contando “causos”, enquanto remendam as redes e fazem consertos nas embarcações:

*“Contou-me um narrador de estórias de assombração que, na Costa da Lagoa da Conceição da Ilha de Santa Catarina, em anos que já vão longe de nós, morou um pescador que possuía várias embarcações para os serviços de pesca, entre as quais, também uma lancha baleeira.” (As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha. Cascaes, I, 73)*

O tipo de litoral baixo, com tão grande variedade de peixes e outras espécies marinhas ofereceu-lhes ótimas condições para a pesca. Todavia, embora o solo catarinense, argilo-arenoso, não permitisse a cultura do trigo, a teimosia açoriano nunca virou as costas à lavoura:

*“O Bento Leandro, da Maria Macária, era um moço, filho de famílias descendentes de colonos açorianos, que, a partir do ano de 1748, passaram a colonizar as terras selvagens da Ilha de Santa Catarina, a antiga Desterro do Dias Velho. Homem pobre, de pai desconhecido, porém muito trabalhador, com o suor que derramou de sol nascente a sol poente, durante muitos anos no trabalho árduo de lavrador, conseguiu amealhar algum dinheiro e usá-lo na compra de bens de raiz.” (Madame bruxólica e Saci-Pererê. Cascaes, II, 91)*

Povo de agricultores que teve que se tornar pescador, povo de pescadores que não sabem nadar, a sua relação com o mar é simultaneamente de medo e de respeito. As notícias de pescadores que caíam ao mar e que morriam eram e continuam ainda, infelizmente, a ser comuns assim como as histórias fantásticas que continuam a desencadear:

*“Homem intrépido que era, acostumado a enfrentar fortes tempestades, frio, fome, sede e outras sensações diversas diariamente em sua árdua profissão de pescador artesanal, não titubeou em enfrentar mais um estranho caso que o destino lhe colocou frente à frente, como um desafio à sua coragem de indomável homem do mar. Sempre respeitou as coisas do outro mundo, nunca lhas tocou nem de leve com escárnio ou zombaria e, também, nunca duvidou da sua existência e atividades aqui neste mundo de sofrimentos e tribulações várias.” (As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha. Cascaes, I, 73-77)*

### 3. ENTRE O EROTISMO E A FEITIÇARIA: O IMAGINÁRIO AÇORIANO-CATARINENSE

A produção artística de Franklin Cascaes assenta numa relação telúrica profundamente erótica. O autor coloca todas as suas faculdades ao serviço da representação da Ilha amada. Para louvar os seus encantos, a sua assombrosa beleza, inicia um percurso de conhecimento que se assemelha a uma demanda, a um regresso às origens, a uma comunhão plena com o corpo e a alma do objeto amado (Ilha adorada):

*“Oh! Minha querida ilha de Santa Catarina de Alexandria, és graciosa sereia que repousa sobre brancas areias de cômoros errantes, sambaquis seculares, banhada pelas ondas acasteladas do oceano, perfumada pela brisa acariciante dos ventos e enxuta com as toalhas felpudas dos raios solares que beijam calorosamente seu corpo mitológico.” (Vassoura bruxólica. Cascaes, I, 64)*

Essa demanda vai traduzir-se pela exibição e valorização da sua cultura e da sua história. É ela que o leva a pesquisar as suas lendas e as suas superstições:

*“É rica, bela, admirável e invejada a imaginação popular dos teus habitantes descendentes de açorianos, oh minha querida Ilha de Santa Catarina de Alexandria.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 24)*

*“Querida ilha de Nossa Senhora do Desterro, a madame estória popular, que veio nos camarotes culturais junto com os ilhéus açorianos e madeirenses que te colonizaram, são potências divinatórias do saber humano Quimérico.” (Estado fadórico das mulheres bruxas. Cascaes, I, 59)*

*“E muitas vezes, creio, entre tristezas e saudades, surgiram com esperanças de dias melhores, a beleza, a fascinação e o encantamento das estórias contadas lá na terra distante e que, aqui também, achavam, era obrigação patriótica relembrá-las e plantá-las dentro da cultura dos seus descendentes.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 19)*



Criaturas fantásticas povoam o imaginário açoriano-catarinense tais como os curandeiros, as bruxas e os “boitatás”. As lendas e os mitos cantam a heroicidade e a valentia de um povo simples, humilde, corajoso que cruzou o mar para confirmar uma coroa, afirmar uma cultura e perpetuar uma identidade. Dessa epopeia ainda nos falam os gestos simples dos ceramistas e dos pescadores, os espaços assombrados dos engenhos de farinha e de açúcar, e a memória viva de um povo que teima em sobreviver:

*“- Primo Nicolau! Vossa mecê acardita memo de vredade naquelas istória que o nosso povo lá das ihias dos Açôri (i) contavo prá nós como vredaderas?”*

*- Ah!... Sim, acardito de vredade, sim, minha prima! E inté agora me veio uma delas, no bestunto da minha cabeça e que eu acho ela memo munto inzata. Como tu bem sabes e vancês todos que tão aqui me osvindo, aquelas ihia dos Açôri, de ondi os nosso avó, foram sempre munto infestada por muhié bruxa que roubam embarcação prá móde fazê viagem inté a Índia em quatro horas; que dão nós nos rabo e crinas dos cavalo; chupo sangue de criancinha; intico com as pessoa grande e pratico mil malas-arte.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 20)*

O universo imaginário de Cascaes é sobretudo o universo bruxólico e mítico que tão bem soube representar nos seus desenhos fantásticos com uma originalidade genuína e profunda. Para ele, o mito é a possibilidade de aceder às origens, uma realidade inteligível, uma pré-figuração do mistério primordial que antecede a revelação. A sua paixão pelas origens estimula a sua imaginação e a sua força criativa, o artista não se limita a reproduzir, pelo contrário, recria e atualiza a tradição. Abundantes são os pormenores e as referências ao quotidiano, às manifestações mais contemporâneas do rico imaginário catarinense:

**6. Esta velha bruxa chefe**  
*Assiste televisão,  
Pois ela é dona do túnel  
Que tá lá naquele chão.*

**7. A credice popular**  
*É uma riqueza espantosa,  
Que estamos desperdiçando  
Pra bons incestos de prosa.*

**8. Ora veja esta bruxinha**  
*Em urubu fantasiada:  
Parece a mais linda misse  
Que a Nova Iorque foi levada.*

**9. Ilha das velhas faceiras**  
*E, também, das moças prosas  
As bruxas dos teus recantos  
São lindas que nem as rosas.”  
(Velha bruxa chefe. Cascaes, II, 98)*

O universo bruxólico representado pelo autor continua todavia a ser uma emanção das superstições populares, ainda hoje bem vivas tanto na Ilha de Santa Catarina quanto o foram no arquipélago dos Açores e no interior do espaço continental português:

*“- Compadre, a terra de origem deste punhado de areia e deste ramallete de rosas é a Índia. Eu aprendi na minha escola de iniciação à bruxaria que lá, nos Açores, na terra dos nossos antepassados, as bruxas também costumavam roubar embarcações e fazerem estas viagens extraordinárias entre as ilhas e a Índia, em escassos minutos marcados pelos relógios do tempo.” (As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha. Cascaes, I, 73-77)*

*“Havia um homem que era pescador e, quando chegava à calheita para deitar o barco ao mar, ele estava sempre alagado. Uma noite resolveu ir e foi vigiar para ver se apanhava a pessoa que andava com o barco. Escondeu-se dentro dele e botou uma serapilheira por cima de si.*



*Dali a bocado grande, viu entrar duas raparigas e cada uma pegou no seu remo e foram a remar pelo mar fora. Chegaram à Índia, arrumaram o barco lá num canto e meteram por terra dentro.” (Altares, Terceira - Açores) (Martins, 1994, 103-104)*

*“ De noite a comadre e outras bruxas levaram o barquinho para o Brasil, e ele dentro. (...) Chegaram à terra na mesma noite, prenderam o barquinho e foram-se embora. Era num sábado. Ao outro dia de manhã foi o compadre da bruxa à missa e levou a cana-de-açúcar e disse lá na missa que fora na noite anterior ao Brasil. Os vizinhos diziam que não era verdade, e ele:*

*-Pois para o quê, tenho aqui uma cana-de-açúcar, que lá cortei esta noite.*

*A comadre disse-lhe que não andasse com estas gabações, porque as outras que o matavam, “que eu fui que te vali a tua vida, que elas já iam a dizer que cheirava a sangue vivo”. Granja das Biocas) (Vasconcelos, 1963, 436-437)*

As bruxas são uma personificação das angústias e dos medos, uma emanção do mal, uma manifestação do desconhecido, têm pacto com o diabo, lançam "mau-olhado", provocam doenças incuráveis, enfermidades e conflitos irremediáveis. Transformam-se em mariposas para entrar nas casas pelo buraco da fechadura e chupam o sangue de crianças antes de serem batizadas. Exige a sabedoria popular que as bruxas sejam mulheres magras, feias e antipáticas e geralmente esquerquinas. Se numa família nascerem sucessivamente sete crianças do sexo feminino e se a mais velha não batizar a mais nova com o nome de Benta, uma delas, a primeira ou a última, será bruxa:

*“Depois do nascimento da sexta filha, nasceram duas gêmeas. O casal ficou muito preocupado com a dádiva lá de riba do alto, isto porque sabiam de antemão que, ao nascer a sétima filha de um casal de gente de argila humana, a mais velha tem obrigação espiritual de batizar a mais moça, para afugentar o triste fado bruxólico que ela recebe naturalmente ao nascer neste mundo de Nosso Senhor, como também os pais devem aplicar-lhe o nome de Benta.” (Bruxas gêmeas. Cascaes, vol. II, 23)*

Todavia inúmeras são as formas de as afastar das nossas vidas, a elas e às doenças que elas provocam: tesouras abertas, ceroulas amarradas, alhos e, obviamente, rezas e benzeduras que só a memória das anciãs e dos curandeiros, “médicos da alma”, conhecem:

*“Um dos chás mais importantes que se usa[m] é de um pedaço de fita vermelha da bandeira do Divino Espírito Santo. Usam também fazer fricções na pele com banha de porco doméstico, de gambá, de carneiro, de jacaré, de galinha e outros.” (Reumatismo bruxólico. Cascaes, 79)*

As bruxas de Franklin Cascaes possuem todavia um encanto muito especial, são mulheres de carne e osso, feitas de desejos, de sonhos e de pesadelos, por vezes são brincalhonas, gostam de “judiação”, travessias e tropelias, pelo puro prazer de assistir ao sofrimento e ao desespero do comum dos mortais, são frequentemente sedutoras, exibem descaradamente a sua nudez, mulheres enfeitadas que se tornam feiticeiras, mulheres anuladas que se revoltaram contra o destino, mulheres emancipadas que ousaram desafiar as leis do bom senso, “mulheres gostosas e cheirosas” que se oferecem em noites de luar: “As mais famosas bruxas da Ilha vivem lá no Ribeirão só comem pétalas de rosa pra ter cheiro no coração.” As bruxas de Franklin Cascaes são a personificação dos mistérios da feminilidade e da tremenda carga erótica que emana da sua ilha adorada:

*“O Graciano da Ribeira, o mais idoso dos camaradas, apresentou-se com muito respeito para guardar a nudez delas e o fez, colocando as quatro mulheres nuas sentadas no fundo da lancha, envoltas na rede e com as pernas para debaixo dela, abrigando as partes vergonhosas, protegendo-as contra os olhares apetitosos dos outros camaradas.”*

*(Lamparina e Catuto em Metamorfose. Cascaes, 82-84)*

*“Quando remava, sentia que as megeras bruxas mergulhavam por debaixo da canoa, “quiném um cardume de botos”, em gozo de férias marítimas. (...) Quando deu meia-noite nos relógios da terra, elas perderam o estado fadórico e se apresentaram nuas na frente dele. Ao fitá-las, reconheceu sua prima que o havia visitado, e mais três mulheres da comunidade.” (Bruxas atacam um pescador. Cascaes, 89-90)*

#### 4. CONCLUSÃO

A todo o imaginário místico e noturno bruxólico opõe-se um imaginário diurno heroico que caracteriza o próprio homem açoriano que, nascido do centro incandescente do mundo, ousou desafiar os mares para conquistar o seu canto do paraíso com a força do seu trabalho e da sua imaginação:

*“É do fascínio dessas vidas extraordinárias da sabedoria popular que tomam o caminho de férteis pensamentos de seres humanos que um dia aceitaram transferirem-se de dentro do coração sempre agitado do oceano para virem aqui desbravar o sertão desconhecido das terras desta ilha de Nossa Senhora do desterro.” (Congresso bruxólico. Cascaes, 19)*





O conjunto dos contos de Franklin Cascaes possui uma verdadeira dimensão épica e, tal como os Lusíadas, celebram a coragem e o engenho lusitanos que novos mundos ao mundo deram e por entre povos e culturas, novos povos e novas culturas ajudaram a criar.

A obra de Franklin Cascaes ficará para sempre como um dos exemplos mais conseguidos de reforço e renovação da componente lusitana no conjunto do riquíssimo mosaico cultural brasileiro. Este reforço e esta renovação já haviam sido identificados como prementes por Gilberto Freire em *“Continente e Ilha”*:

*“Nada de nos esquecermos, porém, de que será vantagem e não prejuízo, para o Brasil, enriquecer-se da energia folclórica que, sob a forma de danças, de artes domésticas, de tradições culinárias, de jogos, de lendas, de técnicas de trabalho, nos continue a trazer o português ou o hispano, ou nos traga qualquer grupo europeu que venha estabelecer-se entre nós – alemão, austríaco, polonês, italiano – , uma vez que já temos vigor nacional de cultura para ir subordinando essas riquezas novas às tradições dominantes, que são as luso-indo-africanas. É claro que a parte lusitana dessas tradições dominantes precisa de ser constantemente reforçada e renovada. (cit. por Boléo, 1950, 47)*

Paiva Boléo, em 1950, testemunhou o embate cultural luso germânico e sublinhou a necessidade do reforço e da renovação das tradições lusitanas: *“O que se afirma no último período constitui necessidade premente no estado de Santa Catarina, onde, como me dizia uma alta figura do Brasil, a cultura luso-brasileira «perigosamente enfrentou a cultura alemã».”* (Boléo, 1950, 47)

### 5. BIBLIOGRAFIA

- BOLÉO, Manuel de Paiva – O congresso de Florianópolis. Coimbra, 1950
- CARUSO, Raimundo - Franklin Cascaes. Vida e arte e a colonização açoriana. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- CASCAES, Franklin – O Fantástico na Ilha de Santa Catarina. I. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- CASCAES, Franklin – O Fantástico na Ilha de Santa Catarina. II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- FIDALGO, Manuel Caçoilho – Santa Catarina e Rio Grande do sul. Adaptação renovação – afirmação açoriana no sul do Brasil. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2002.
- HARO, Martim Afonso Palma de (org.) - Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes de estrangeiros nos séculos XVIII e XIX; Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996.
- JUNIOR, José de Almeida Pavão - La littérature orale de Santa Catarina et la présence culturelle des Açores in Litterature orale traditionnelle populaire – Actes du colloque. Paris, 20-22 Novembre 1986. Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira – Arquitetura popular açoriano/brasileira. Subsídios para o seu estudo.
- PEREIRA, Nereu do Vale – Os engenhos de farinha de mandioca da ilha de Santa Catarina. Etnografia Catarinense. Florianópolis: Fundação cultural Açoriana, 1993.
- PIAZZA, Walter F. – A epopeia açórico-madeirense (1746-1756). Coimbra: Centro de estudos de História do Atlântico, 1999.
- Vários - As Ilhas e o Brasil. Coimbra: Centro de estudos de História do atlântico, 2000.
- 3.º Congresso de Comunidades Açorianas. Angra do Heroísmo, 1991.
- **CD-ROM** – Florianópolis. Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial.

## 21. MARIA D’AJUDA ALOMBA RIBEIRO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC - BAHIA BRASIL



MARIA D’AJUDA ALOMBA RIBEIRO



Doutoranda em Linguística Aplicada na Universidade de Alcalá em Alcalá de Henares Madrid - Espanha,  
Professora Titular de Português na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC Bahia Brasil  
Membro do Comitê do PROLER – UESC – 1996;  
Coordenadora da Área de Língua Portuguesa e Linguística Departamento de Letras e Artes - UESC- 1998; Coordenadora da Comissão do Vestibular Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC - 1999;  
Coordenadora do Colegiado do Curso de Letras e Artes Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC 1998-2000; Membro do Conselho de Ensino e Pesquisa UESC- CONSEP 1998-2000.  
Membro da Comissão do Projeto de Implementação parceria Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC e Universidade de La Rochele França 1999;  
Secretária da Câmara de Extensão - Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC – 1999;  
Coordenadora do Projeto de Ensino de Língua portuguesa para Estrangeiros Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC 1999;  
Membro da Banca Corrigidora da Prova de Língua Portuguesa e Literatura brasileira Concurso Vestibular FESP/ UESC 1987-1989;  
Membro da Banca Examinadora Seleção Pública professor Substituto Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC 1998-1999;  
Membro da Comissão selecionadora para leitor de espanhol ano acadêmico de 2002 Vice-reitoria de Relações Internacionais Universidade de Alcalá de Henares,  
Leitora de português e Cultura brasileira no Centro de Língua Estrangeira da Universidade de Alcalá de Henares desde 2000 até presente data.  
Tem Formação de Professor de Português como Língua Estrangeira (EPLE) Centro de Línguas (CIAL) Lisboa - Portugal Março de 2002.

#### **Apresentou comunicações**

Expolíngua Lisboa – Portugal (outubro-2002) “A importância dos marcadores contra-argumentativos no discurso escrito dos hispanofalantes aprendizes de Português Língua Estrangeira (PLE)”,  
Os marcadores contra-argumentativos: uma proposta pedagógica para o ensino de PLE At The Annual Meeting of the Association in Chicago, Illinois agosto de 2003,  
O ensino de Português no Centro de Línguas Estrangeiras da Universidade de Alcalá na Expolíngua – Lisboa – Portugal (outubro de 2003) e la Enseñanza de la lengua en el contexto intercultural del Centro de lenguas Extranjeras de la Universidad de Alcalá. IIIª Jornadas de Educación Intercultural Formación del Profesorado  
Recursos para la enseñanza y el aprendizaje –13,14 y 15 de noviembre de 2003 – Almería – España.  
Carta de aceitação para apresentação de trabalho de português como língua estrangeira:  
Português Língua Estrangeira: novas perspectivas em um contexto de não imersão 3º Congresso do Português Língua Não Materna dia 15/16 de março de 2004 Lisboa – Portugal:  
O conetor *mais* ou *mas*: *semelhança ou diferença no ensino do português língua estrangeira* – VI Congresso de Linguística General Santiago de Compostela (3-7 de maio, 2004) Santiago de Compostela Espanha.  
O conetor *mais* ou *mas*: *semelhança ou diferencia no ensino do português língua estrangeira* – AATSP Associação de Professores de Espanhol Língua Estrangeira e professores de Português Língua Estrangeira -28 julho a 1 de agosto de 2004 – Acapulco - México.

### **ERROS OU EQUIVOCACÕES NO USO DOS CONETORES ARGUMENTATIVOS NA PRODUÇÃO ESCRITA DE HISPANOFALANTES APRENDIZES DE PORTUGUÊS?**

#### **1. INTRODUÇÃO**

Ao falar de erros e equívocos é necessário fazer grandes reflexões acerca do que chamamos de erros. São muitos os obstáculos que o estudante terá que superar, mas para superá-los tem que contar com a ajuda do professor. Por isso, o professor tem que estar preocupado no momento de escolher o método e os materiais adequados para potenciar o processo de Ensino-Aprendizagem de uma língua estrangeira. Entre outras inquietudes está o tema do tratamento dos erros. Nós estamos sempre querendo dar respostas a determinadas perguntas como, por exemplo: Por que os alunos uma vez ou outra estão sempre repetindo os mesmos erros? Será que não entendem o que está sendo explicado ou se inibem a perguntar? Que posso fazer para esclarecer e terminar com esses erros? Corrigir no momento da fala? Antes de responder essas perguntas, é preciso primeiro pensar na interação alunos e professor, depois alertá-los da intenção didática das correções para que não se intimidem e animá-los a escrever, mostrando que o erro não é algo que devemos acabar a curto prazo. O erro é o resultado de quem aprende uma língua com as interferências da língua materna ou de outras línguas. Devemos averiguar e encontrar uma solução não só para essas causas de erros, mas também para os erros por: generalização, lapsos, conhecimento de outras línguas e regra equivocada, dentre outros.

Devemos ajudar o aluno a perder o medo em relação ao erro e convencê-lo de que para aprender uma língua é importante perder essa inibição, para obter esse resultado e a correção seja afetiva é necessário que o professor seja consciente e tenha uma metodologia adequada para o ensino aprendizagem de uma língua estrangeira.

Durante longos anos é conhecido que a linguística aplicada ao ensino da língua estrangeira, o modelo de análise de erros situa se, cronologicamente, entre a análise contrastiva, surgida nos Estados Unidos, na década de 40, com a obra de C. Fries (1945), pai da linguística contrastiva prática, e o modelo da interlíngua, nascido no mesmo país a meados dos anos 70, com a obra de L. Selinker (1969 e 1972). A publicação de S. P. Corder (1967) deu início à análise de erros, já a meados dos anos 60, como consequência das críticas à análise contrastiva, ao constatar sua falta de validade, pois diferentes investigações demonstraram que não devia produzir um erro pela semelhança entre a L1 e a L2, os aprendizes



da L2 se equivocavam e, ao contrário, estruturas diferentes em ambas línguas eram assimiladas sem dificuldades. Ao mesmo tempo, essas investigações experimentais mostraram que falantes de línguas maternas diferentes cometiam os mesmos erros ao aprender uma mesma L2. Entretanto, alguns erros estavam também presentes nos falantes que aprendiam determinada L2. Em consequência disso, abriram caminho para duas metodologias: a de análise de erros e a de interlíngua, o estudo do sistema linguístico empregado pelo estudante de uma L2, ou seja, sistema intermediário entre a língua nativa e a língua alvo.

A par da ideia de experimentação e formulação de hipóteses por parte do aprendiz, Figueredo (1997:49) conclui que “consideremos, pois o erro não como uma interferência negativa, mas sim como resultado natural no processo de desenvolvimento de qualquer tipo de aprendizagem, incluindo a de uma segunda língua”.

Dulay, Burt e Krashen (1982) afirmam que a análise de erros tem lançado luzes ao processo de aquisição de uma língua e que seu estudo é importante porque:

- a) fornece dados sobre a natureza do processo de aprendizagem de uma língua e,
- b) indica ao professor que parte da língua-alvo apresenta dificuldades aos estudantes e que tipo de erros afetam a sua comunicação efetiva.

Partindo desse pressuposto, percebe-se uma lacuna de pesquisa em relação à correção de erros na produção escrita e a eficácia ou não dos métodos de correção utilizados em relação ao desenvolvimento do processo de interlíngua, refletido na aprendizagem da língua-alvo. Dessa forma, esta pesquisa busca refletir sobre os pontos já mencionados, procurando trazer uma pequena colaboração para a complexidade do ensino aprendizagem de línguas estrangeiras, neste caso o português, por meio da análise dos erros cometidos pelos hispanofalantes na produção escrita.

Desde distintos enfoques, Corder (1971), Nemser (1974) y Selinker (1972) planteam a importância dos erros no campo dos estudos sobre a aprendizagem de uma L2. Corder considera os erros sistemáticos como prova da existência de um programa interno responsável pela competência transitória do aluno. Além disso, sua proposta constitui-se nos princípios que fundamentam a formulação de hipótese da interlíngua.

Santos Gargalo (1993) faz uma ponte entre análise contrastiva e os futuros estudos de interlíngua. Os princípios teóricos desse modelo se norteiam na sintaxe gerativa de N. Chomsky quem questiona o condutismo (base da análise contrastiva) e leva a um replanteamento da teoria de aprendizagem assim como do tratamento dos erros, os quais agora se veem desde uma perspectiva mais tolerante.

Assim, Chomsky postula o cognitivismo psicológico, fixando-se no interesse pelo comportamento humano. Ambos consideram o conhecimento como um processo através do qual o indivíduo estrutura a realidade. Este processo tem etapas sucessivas e invariáveis, comuns a todos os seres humanos e, cada etapa, resulta da interação entre a maturidade do organismo e sua adaptação ao entorno.

Inspirado na teoria da aquisição linguística chomskiana, Corder (1967) constitui as bases do modelo de análises de erros. Considera que a aprendizagem de uma língua estrangeira é um processo de base idêntica ao da língua materna, já que a aprendizagem passa, em ambos os casos, por uma progressão semelhante ao desenvolvimento de sistema transitórios que compreendem os erros, que se devem tanto à transferência da LM como os que não se devem a nenhuma das duas línguas. O estudo e a observação dos erros cometidos pelos aprendizes não só aportam informações acerca da área que lhes produz maior dificuldade, mas também serve para que, a partir destes erros, possam produzir materiais didáticos apropriados que respondam as suas necessidades, interesses e problemas.

Desde que apareceram as primeiras publicações de S. P. Corder, em 1967, o estudo sistemático dos erros dos aprendizes de uma segunda língua passou a ser o centro das investigações. Muitos investigadores como, por exemplo, M. P. Jain, (1974), entre outros, deduziram que a Análise Contrastiva era, em muitos casos, fragmento inadequado. Constataram que um grande número de erros não podia ser explicado pela interferência da língua nativa do aluno. Daí que se inferia a existência de outras fontes que induziam ao erro e que, então, seria necessário ampliar o conceito de interferência. Assim, a investigação mudava sua metodologia partindo dos estudos das análises da produção oral/ ou escritos do aprendiz.

Segundo a linha de pensamento de S. P. Corder (1967), os erros dos aprendizes constituem um fenômeno inevitável no processo de aprendizagem de línguas estrangeiras. Entretanto, S. Fernández (1990: 20-21) destaca que, na aquisição das línguas, seja a materna, segunda ou outras, o aprendiz atravessa fases inconstantes em que ensaia, induz regras, generaliza, se corrige, reinterpreta, reorganiza suas normas, as revalida e assemelha ao sistema da língua objeto. Os erros indicam que os aprendizes estão assimilando as regras de uma língua que tem muitos aspetos parecidos aos de sua própria língua ou aos de outra língua já conhecida. Retomando as palavras dessa autora, os erros são uma mostra de que o estudante dispõe dos conceitos e conhecimento linguísticos, embora estejam provocados por parte da L1, por parte da L2 ou por algo que não pertence nem a L1 nem a L2 e que é propriamente idiossincrático. Atualmente, com as novas metodologias de ensino de línguas, muitos professores deixaram a proposta condutista, que considera o erro um perigo potencial para a aquisição da competência linguística que, por sua vez, deve erradicar mediante uma intensiva repetição e prática da forma correta, e tendem a defender a ideia de que o erro, embora seja ignorado pelo aprendiz, é um sinal de avanço no processo cognitivo. No estudo da aprendizagem de segundas línguas e línguas estrangeiras, os erros têm sido analisados com objetivo de descobrir os processos que os estudantes utilizam para aprender e usar uma língua. Esta concepção de erro é muito importante no campo de ensino aprendizagem de línguas, tanto desde o ponto de vista teórico, nas orientações metodológicas, como desde o aplicado, no planteamento das investigações. Por tanto, o erro inerente do processo de aquisição pode considerar um avanço de acerto, conduzindo a inibição relativa ao medo e favorecendo a criação de um clima adequado para a aprendizagem de línguas.



De acordo com S. P. Corder (1971), a análise de erros se baseia, primeiro, no reconhecimento da idiosincrasia; segundo em dar conta do dialeto idiosincrático do aluno mediante a comparação bilingue como uma forma de evidenciar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes; e, por último, o cumprimento do objetivo de explicar o erro, com a finalidade de saber o que aprende o aluno e como aprende ao estudar uma segunda língua. Ademais, busca explicar o que o aluno conhece ou não conhece e descobrir o que resta por conhecer em cada etapa determinada de sua aprendizagem. Assim, S. P. Corder (1992: 262), postula que a informação adquirida a partir do estudo dos erros pode:

- a) Indicar ao professor a efetividade dos materiais que utiliza em classe, as técnicas de ensino da língua objeto e que parte do programa que segue requer atenção especial.
- b) Servir para formular um programa de estudo que permita corrigir os erros, isto é, um programa de reformulação de ensino para línguas estrangeiras.

Quanto à classificação dos erros, nessa comunicação, optei por utilizar a classificação exposta em Figueredo (1997: 49): erros interlinguais, intralinguais, ambíguos e induzidos.

a) *Erros interlinguais* são os que refletem a interferência da língua materna na produção da língua-alvo, baseado na comparação entre estruturas da segunda língua e outros tipos de construção.

b) *Erros intralinguais*: são os erros que não refletem a influência da língua materna do aprendiz. A estrutura da sentença é alterada por meio de omissões, acréscimos e ordenação errônea. Esses erros são cometidos de forma específica, sistemática e lógica, e sua análise envolve o processo de reconstrução da nova língua pelo aprendiz.

c) *Erros ambíguos*: são aqueles que apresentam uma dupla face e que podem ter sido influenciados pela língua materna e podem ser semelhantes aos cometidos por crianças que adquirem a língua-alvo como L1.

d) *Erros induzidos*: são aqueles ocasionados pela forma inadequada de ensino e também a falta de material adequado para o processo de Ensino-Aprendizagem da L2.

## 2. DADOS SOBRE O USO DOS CONETORES POR APRENDIZES HISPANOFALANTES DE PORTUGUÊS

Os dados para a realização da pesquisa consistem em verificar os erros ou equívocos dos conetores na produção escrita pelos hispanofalantes do Centro de Línguas Estrangeiras dos níveis elementar, intermediário e avançado. Nessa comunicação não há quantificação, nosso objetivo não é verificar quantos erros ou equívocos estão presentes, mas sim os erros ou equívocos encontrados. Cada composição consiste na exposição das ideias dos estudantes sobre temas variados para todos os níveis. Foram produzidos 65 composições, 23 no nível elementar, 26 no nível intermediário e 16 no nível avançado. A tarefa foi realizada em janeiro de 2002.

Para o desenvolvimento das tarefas de diversos conteúdos, propusemos três tipos de exercícios que serviram de prática para a variação e sistematização da aprendizagem. O primeiro exercício proposto consistiu na leitura e compreensão de textos retirados da internet, de distintas revistas e de periódicos brasileiros referentes a diferentes campos semânticos. A segunda tarefa baseia-se na construção do discurso escrito, preferentemente textos argumentativos, descritivos, narrativos, cartas e convites produzidos livremente como atividades de classe de português. E, por último, pediu-se aos alunos uma reconstrução oral do tema lido. Como cada aluno somente tinha lido seu próprio texto, teria que expor com bastante atenção para que fosse entendido por todos, controlando a expressão de modo que o ouvinte fosse capaz de realizar uma compreensão a modo de produção oral.

Após o término da terceira atividade foram analisados os erros mais frequentes, como também aquelas equívocos que apresentam formas idiosincráticas.

Quando nos referimos ao bidirecionamento do ensino de português a hispanofalantes ou do espanhol para falantes de português seria de esperar que o alto índice de coincidências gramaticais favorecesse o aprendizado.

Todavia, a proximidade entre as duas línguas e a relativa facilidade têm propiciado um dos maiores paradoxos da aprendizagem de línguas; se por um lado, a aquisição de uma L2 próxima à L1 é facilitada pelo seu compartilhamento estrutural, por outro, essa aparente facilidade gera efeitos prejudiciais no processo de aprendizagem, com a presença constante da interferência no processo de produção e a possibilidade da fossilização dos erros ou equívocos. Com a experiência de ensinar português para hispanofalantes em um contexto de não imersão, observo que essa proximidade do espanhol e do português permite que os falantes tanto de português como de espanhol possam comunicar-se com relativa facilidade. Essa relativa facilidade cria a ilusão de que ele é razoavelmente proficiente na língua-alvo e que, ressalvados os detalhes de acento, ele já “fala” a nossa língua. Esse “falar a nossa língua”, entretanto, é inequívoco. Ao analisar o texto do aprendiz de português, seja na modalidade oral ou escrita, observa-se diversas marcas de interferências linguísticas do espanhol o que compromete o falar bem ou escrever bem.

Assim, podemos dizer que os conetores argumentativos são vias de acesso para que o aprendiz possa plantear um bom discurso escrito já que esses conetores são responsáveis para marcar o sentido da argumentação. Comprovamos essas hipóteses analisando os usos dos conetores argumentativos das composições dos hispanofalantes aprendizes de português fazendo uma comparação do português com o espanhol, para explicar como se desenvolvem o processamento cognitivo dos alunos e suas interferências geradas para construir a rede semântica do texto.

## 3 ANÁLISES DE ERROS CONCRETOS DAS AMOSTRAS





Em geral, o nível que apresenta maior dificuldade ao usar os conectores é o elementar, já que os alunos confundem advérbio com adjetivo ou vice-versa. Neste nível não parece tratar de um caso de interferência da língua materna, nem de norma, nem de uso. A interferência se dá quando o conector aparece indevidamente acentuado. Na língua espanhola, o *más* (acentuado) tem função de advérbio, na norma da língua portuguesa este *más* (acentuado) tem função de adjetivo e é muito comum essa equivocação sobretudo no nível elementar

Para ilustrar melhor essa teoria, seguem alguns enunciados em que podem ser observados os erros ou equivocações cometidos pelos aprendizes.

- 1). Minha prima mais nova tem um filho, **más** agora não está casada.” (NE. 1.)<sup>2</sup>
- 2). “Ele tinha muitas coisas...**más** agora não era feliz.” (NE 3.)
- 3). “Já estava fazendo muito frio na Suécia **más** ainda não nevava. (NI. 4.)
- 5) Eu sou solteira, **mais** tenho noivo. (NI. 5.)
- 6) Também eu tive que trabalhar um pouco nas lojas dos meus pais...**mais** gostei.(NI. 7.)
- 7) Quando ela era criança, queria ser bailarina, **pero** com 15 anos... (NI. 8.)
- 8) \* Eu sigo estudando português com Maria é uma boa professora você já saberá isso é um pouco triste que só estamos na aula Alberto, Coca e eu... (NI. 10.)
- 9) \*Há muito setores que não querem trabalhadoras. É certo que por alguns trabalhos é melhor o home que a mulher pelas suas caraterísticas físicas. (NI. 12.)
- 10) Este ano eu ja não estudo porque ja terminei a universidade, e **ainda assim** trabalho. Por isso não estou tão contente nestas festas do que outros anos.(NI. 13.)
- 11) \*...ele é feliz,. Finalmente, ele trata/intenta comunicar seo pensamento a essa essa mulher que lhe ama e que não imagina que é o que lhe passa, esse é realmente o sentido da canção. (NA. 15.)
- 12) \*Agora o meu desejo é ter experiência similar no Brasil por agora não vai poder ser, algum dia talvez. (NA. 19.)

### 3. CONCLUSÃO

Finalmente, observa-se que nos exemplos citados podem existir erros e equivocações. Nos enunciados 1, 2 e 3 o uso do *más* acentuado na língua materna dos aprendizes é advérbio, mas usam com sentido do conector *mas* na língua objeto. Essa modalidade não considero erro, ademais de ser transferência da língua materna, para mim também é uma equivocação. Nos enunciados 5 e 6 pode ser considerado erro já que o aluno do nível intermédio tem um pouco de conhecimentos linguístico e sobretudo está constantemente fazendo atividades com esses conectores. No enunciado 7 é um erro por eleição errônea do conector *pero*, pelo conector *mas*. Nos enunciados de 8 a 12, ocorre que Figueredo chama de erros desenvolvimentais que são aqueles erros apresentados pela omissão, que particularmente não estou totalmente de acordo, pois observo na sala de aula que os aprendizes escrevem da mesa forma que falam transferindo a modalidade oral da sua língua materna para a escrita da L2. Nesse sentido, admite-se equivocação, pois mesmo omitindo o conector, o enunciado não perde o entendimento semântico.

Concluo, que a análises de erros na sua correção dos erros e das equivocações dos alunos não deve converter -se em uma coisa fixa pelo professor deve haver um equilíbrio com a convicção da necessidade da correção levando-se em conta as caraterísticas individuais de cada um, mantendo-se constantemente um filtro afetivo adequado para que não cause

---

<sup>2</sup> Utilizamos um ícone \* para indicar a frase errônea e destacamos em negrita os erros estudados em cada caso. Além disso, utiliza-se um código que indica de onde foi retirado a frase errônea.  
: [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net)



constrangimentos e inibições no aluno perante o professor ou perante a classe. Quero deixar claro que as polêmicas relativas aos erros não param por aqui. Estou aberta para as sugestões que gerem no estudante a sensação de avanço e que contribua para melhor desenvolvimento acerca da minha pesquisa em relação aos erros no ensino aprendizagem de Português como língua estrangeira ou L2.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Corder, S. P. (1967) "The significance of learners errors". IRAL, 5, 4, 161-170.  
Corder, S. P. (1971) "Idiosyncratic dialects and error analysis", IRAL, 9, 2, 147-160.  
Corder, S. P. (1992) Introducción a la Lingüística aplicada, Madrid, Edinumen 262.  
Dulay, H. C. e Burt, M. K. e Krashen, S. (1982) Language two, New York, Oxford University Press.  
Fernández, S. (1990) "Corregir y evaluar desde una perspectiva comunicativa", en R. Fuente Gómez, A. Martínez González y J. A. Molina redondo y A. Martínez González (eds.), Actas del Primer Congreso Nacional de ASELE, Asociación para la enseñanza del español como lengua extranjera, Granada, Serviço de Publicação da Universidad de Granada, 20-21.  
Figueredo, Francisco J. Q. de (1997) Aprendendo com os Erros: uma perspectiva comunicativa de ensino de línguas Goiânia: Serviço de Publicação da Universidade de Goiânia, 49.  
Fries C., (1945) Teaching and learning English as second language, Ann Arbor University of Michigan Press.  
Jain, M. P. (1974) "Error analysis: source, cause and significance", en J. C. Richards. Error analysis perspectives on second language acquisition, New York, Longman, 189-215.  
Nemser, W. (1974) "Approximative systems offering language learners", en J. C. Richards, Error analysis perspectives on second language acquisition, New York, Longman, 55-63.  
Santos Gargalo, I. (1993) Análisis contrastivo, análisis de errores e interlengua en el marco de la lingüística contrastiva, Madrid, Síntesis.  
Selinker, L., (1969) "Language transfer", General Linguistics, 9.  
Selinker, L., (1972) "Interlanguage", IRAL, 10, 3, 209-231.

---

#### **21. LINO MOREIRA DA SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA, BRAGA, PORTUGAL**



**LINO MOREIRA DA SILVA** é professor no INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA da UNIVERSIDADE DO MINHO.

#### *A COOPERAÇÃO PORTUGUESA COM TIMOR LOROSA'E, NO ÂMBITO EDUCATIVO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA (O AUTOR DEDICA ESTE TRABALHO À MEMÓRIA DO AMIGO, PROFESSOR JOSÉ AUGUSTO SEABRA)*

Desde o fim da ocupação Indonésia, em Timor-Leste, para o que Portugal contribuiu com meios humanos e diplomáticos de grande persistência (e, em muitos aspetos, de exemplaridade até), e sobretudo desde a independência desse território que foi português, que a cooperação de Portugal com o novo país do extremo da Ásia se instituiu e tem vindo



a intensificar. Há diversos meios no terreno, a intervir em âmbitos diversificados, nomeadamente o educativo, que importa apreciar e procurar compreender na sua globalidade e especificidade, comparando a proporcionalidade da sua aplicação com os resultados obtidos e focalizando a sua eficácia.

A cooperação em educação de Portugal com Timor-Lorosaé tem sido exercida em diversos domínios. Reconhecendo-se a sua oportunidade, em primeiro lugar para os timorenses, e depois para toda a comunidade lusófona espalhada pelo mundo, importará procurar apreciar a sua factualidade e modos de intervenção, bem como os horizontes que lhe estão reservados para o futuro.

O autor da presente comunicação vai procurar dar resposta a esta pergunta, servindo-se da experiência concreta que vai colher, no terreno, através da lecionação de uma disciplina num curso de formação de professores na Universidade de Timor-Leste.

## 1 – INTRODUÇÃO

Timor-Leste tem significado, e continua a significar, muito para Portugal. Como referiu recentemente um governante português, o que totalmente subscrevo, Timor é "o orgulho dos países de Língua Portuguesa".

O percurso que fez, para se tornar independente merece o nosso apreço e tem tomado, para os portugueses, formas de uma verdadeira causa nacional. A diplomacia portuguesa, dirigida pelos diversos governos, independentemente da tendência política que os caracteriza, empenhou-se, no passado, no grande desafio de criar condições para autodeterminar Timor-Leste, e empenha-se, no presente, em ajudar para que a sua reconstrução dê passos seguros (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 08.05.2004). O povo português tem mostrado para com Timor-Leste um interesse muito profundo, que se tem revelado, não pode deixar de ser dito, nos momentos em que os timorenses mais necessitam de ser apoiados (A. Valadas, 2001).

Os timorenses têm reconhecido isso. Nas palavras do Chefe de Governo, *Mari Alkatiri*, Portugal tem sido o "porta-voz e apoiante mais forte e acérrimo" de Timor-Leste, durante a ocupação e depois dela (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 17.04.2004). Não sendo tais significado, empenhamento e interesse explicáveis apenas à luz das relações comuns entre estados independentes, ou mesmo das relações entre ex-colonizador e ex-colónias, eles vão muito para além disso, entrando no domínio mais fundo da afetividade.

Assim se explica a cooperação entre Portugal e Timor-Leste, aos mais variados domínios, sendo um deles, e sem dúvida dos mais importantes, o da educação.

Passada que está a fase tristíssima da invasão indonésia (R. Forgages, 2002), Timor tem de começar a reorganizar-se, como país independente que é, e, apesar de todas as dificuldades (A. Gomes, 2004), a construir o futuro com as suas próprias forças. E nisso a educação tem, sem dúvida, uma relevância essencial.

Referir a cooperação portuguesa com Timor-Leste, no âmbito educativo, implica atender a alguns aspetos como: motivações e objetivos, especificidades da cooperação educativa, a cooperação no ensino do Português, a cooperação na formação de professores, a cooperação em meios de apoio educativos.

É a tais aspetos, seguidos de alguns comentários à cooperação educativa com Timor, que me vou referir, aproveitando para isso a experiência recentemente colhida em território timorense.

O que pretendo é muito claro. É importante que quem vivenciou a realidade timorense dê contas daquilo que viu e do que pensa acerca dessa realidade. Por outro lado, uma vez passada a fase aguda da dominação indonésia e atingido o patamar da independência, poderá acontecer que Timor comece a cair de algum modo no esquecimento, podendo a cooperação portuguesa com Timor-Leste vir a sofrer com isso, o que se espera que não aconteça.

Na ordem natural das coisas, poderá pensar-se que, em Timor, já está tudo feito, e tudo bem, o que está muito longe de ser verdade.

Situações como a falta de emprego, a baixa produtividade, a burocracia, a falta de legislação, e até "a corrupção e o desleixo de funcionários" (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 20.05.2004) ... levam à consciência, por parte dos timorenses, da necessidade de colaboração externa e da necessidade de apoios para impedir "revoltas, criminalidade e fazer o povo encontrar-se consigo mesmo" (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 01.05.2004).

Se Timor-Leste é hoje independente, não se encontra ainda na situação confortável de poder caminhar sem ajuda. O novo país não tem ainda meios próprios suficientes de subsistência e o seu povo encontra-se genericamente numa situação de grande carência. Pelo contrário, deverá dizer-se que Timor-Leste nunca precisou tanto como hoje de ajuda, competindo-nos a nós, portugueses, dar-lhe o melhor contributo de que formos capazes.

O facto de se privilegiar, aqui e agora, a educação não quer dizer que os outros domínios não sejam importantes. O que se pretende é aproveitar a oportunidade deste Colóquio para alancorar a cooperação em educação com Timor ao patamar que lhe é devido e dar notícia da experiência que sobre ela se colheu.

## 2 – A REALIDADE EDUCATIVA TIMORENSE

É reconhecida a importância da educação no desenvolvimento de qualquer sociedade. Bem sabemos que isso não é tudo, mas, pelo menos a médio prazo, o investimento feito nesse domínio revela-se determinante para a evolução do país.

Timor-Leste não é exceção, e, como refere Mari Alkatiri (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 20.05.2004), "investir na educação é fundamental".



O sistema educativo timorense (que, embora não sendo o melhor, existia) foi muito perturbado sobretudo com os acontecimentos de 1999. A recuperação tem sido difícil, e, logo ao mais alto nível, Timor-Leste encontra-se profundamente empenhado na reconstrução do seu sistema educativo (jornal *Público*, de 11.01.2004) porque sabe que tal reconstrução, como em qualquer sociedade do mundo, é a chave do seu futuro.

O ensino pré-primário está pouco sedimentado. Mas a partir do ensino primário (de 6 anos), até ao superior (do pré-secundário, dos 7º ao 9º anos de escolaridade, ao secundário, do 10º ao 12º anos de escolaridade), a frequência é muito considerável.

São mais de 200 mil alunos, distribuídos pelos ensinos primário, pré-secundário e secundário, tomando lugar em cerca de 800 escolas (CNRT, 2000). O ensino primário tem 157.262 alunos, em 654 escolas, o ensino pré-secundário, 26.106 alunos, em 99 escolas, o ensino secundário geral tem 9.637 alunos, em 29 escolas, e o ensino secundário técnico vocacional tem 1.812 alunos, em 8 escolas.

Como se repara, surge aqui a dificuldade de a frequência da escola diminuir à medida que se progride na fase etária: o ensino primário detém 80% dos alunos, o ensino pré-secundário, 14%, o ensino secundário geral, 5%, e o ensino secundário técnico vocacional, 1%. E com a falta de emprego que se verifica (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 01.05.2004), isto exprime que há sobretudo jovens que vão ficando em casa, ou na rua, com todos os perigos que isso pode significar para eles mesmos e para a sociedade.

O tempo de dominação indonésio (até setembro de 1999) foi um período nada transparente e "falho de determinação", também em termos educativos (M. Bolina, 2000). Não existia um rumo educativo adequado à realidade de Timor-Leste. Muitos professores (indonésios) não estavam preparados para ensinar, as metodologias não eram as mais adequadas e refletiam a falta de humanismo e de respeito pelos direitos humanos, sentidas a todos os níveis no Timor de então. O suborno existia, indo até ao ponto de se "comprarem diplomas" e bolsas para a continuação de estudos superiores. Vigorava o facilitismo, preocupando-se os indonésios (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 01.05.2004) em "conquistar corações", distribuindo dinheiro e meios fáceis aos timorenses e mantendo funcionários artificialmente ocupados, pagos para não trabalharem.

E tudo isto teve consequências inevitáveis. Nas palavras de Xanana Gusmão, fez com que o timorense se tornasse "*preguiçoso a pôr o cérebro a funcionar*".

Com os acontecimentos de 1999, a realidade precipitou-se e a situação tornou-se ainda pior. A estrutura educativa, ainda que débil, foi desmantelada, muitas escolas encerraram, tendo sido muitos dos seus edifícios queimados, os professores abandonaram os seus postos de trabalho e as populações refugiaram-se nas montanhas.

O resultado está hoje bem à vista, notando-se, em muitos alunos timorenses desmotivação e falta de preparação para seguir estudos. Em sua boa parte, eles não detêm um nível de conhecimentos e saberes interiorizados que lhes permitam correspondência entre o nível etário e de progressão escolar e o nível dos saberes.

Hoje, é notório que os governantes de Timor se esforçam por fazer evoluir o sistema educativo do seu país, desejando incutir na escolarização (no dizer de um seu responsável), a par da procura e construção dos conhecimentos, o primado do respeito pelos valores – tolerância, responsabilidade, democracia, justiça, paz.

Após a retirada dos indonésios de Timor-Leste, e sobretudo após a independência, Portugal tem dado o seu contributo para, em colaboração com os timorenses, combater o que há de negativo na realidade educativa timorense, disponibilizando, para isso, meios humanos e materiais.

### 3 – A COOPERAÇÃO COM TIMOR-LESTE

Vou considerar aqui, primeiro a cooperação em geral, e depois a cooperação educativa – e, dentro desta, a cooperação no ensino do Português e a cooperação na formação de professores.

#### 3.1 – A COOPERAÇÃO EM GERAL

Embora me pretenda reportar sobretudo à cooperação educativa com Timor-Leste, é impossível não considerar, ainda que de modo sumário, e sem intenção de exaustividade, outros tipos de cooperação, igualmente importantes, que têm existido entre Portugal e Timor-Leste.

Um deles tem sido a cooperação militar. Saído recentemente de uma guerra, é evidente que Timor-Leste terá de se dotar de forças de segurança capazes de responder às suas necessidades como país independente e soberano. E nisso Portugal tem dado o seu contributo, com estruturas de formação e apoio estratégico tático e logístico e na formação de quadros militares.

Depois, e para fazer a transição entre a ocupação indonésia e a soberania do novo país, a ONU colocou no território forças por si lideradas (que começaram a abandonar o território em maio último, passando a caber aos timorenses garantir a sua própria segurança). Portugal, que tinha aí um importante contingente, a par do cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas desenvolveu ainda outras de índole social e humanitária.

Se a presença do exército português em Timor-Leste foi importante no domínio militar, essa importância foi ainda maior (e na perspetiva que aqui assumo, coloco-a em lugar de máximo relevo) no apoio prestado às populações – desde a segurança e dissuasão da criminalidade, até à construção, conservação e restauro de edifícios, à reparação de estradas, à solução de emergências, ao apoio médico e sociocultural... De tudo um pouco o exército português foi fazendo em Timor-Leste, deixando no terreno, sobretudo junto das populações, um trabalho muito positivo.





Também noutros domínios, como o do sistema sanitário, do sistema da distribuição de água, da ajuda a empresários e de alguma cooperação direta empresarial, no turismo, no comércio e nas telecomunicações... os portugueses têm prestado a Timor considerável apoio, que não pode deixar de ser reconhecido como importante, dado o estado de carência em que o território se encontra.

### 3.2 – A COOPERAÇÃO EDUCATIVA

Na cooperação educativa, que aqui, pelas razões apontadas, mais nos interessa, vou privilegiar dois aspetos: a cooperação no ensino do Português e a cooperação na formação de professores.

#### A – A COOPERAÇÃO NO ENSINO DO PORTUGUÊS

A)

É sabido que os timorenses fizeram opção, como língua oficial, e a par do Tétum, pela Língua Portuguesa, deixando-o consagrado na Constituição. Eles apostaram no valor estratégico da Língua Portuguesa, aceitando o Português como "língua de liberdade e democracia", capaz de veicular as suas diferenças, no respeito pelo Tétum e pela preservação e projeção da sua cultura.

Tal opção foi feita em liberdade e teve consequências inevitáveis em Timor-Leste – políticas, económicas, sociais, culturais... e sobretudo no dia-a-dia das populações.

Não se discutindo a escolha feita, não é possível deixar de atender à situação e às dificuldades geradas, e ao modo como se prevê o futuro tendo em conta essa escolha.

B)

Não se ignora que existem reações à opção feita. O ponto da situação é corretamente feito por Xanana Gusmão (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 01.05.2004), quando diz que, se a Língua Portuguesa é considerada pelos jovens timorenses como fator de divisão, o bahasa indonésio também o é, e o Tétum, com as suas variantes, que dificultam a comunicação, é muito pobre, e não é conhecido por todo o povo. Quanto ao inglês, ele é língua da Austrália, e em parte da Indonésia, e, a ser língua oficial de Timor-Leste, representaria uma ameaça à cultura timorense e um retrocesso na procura de identidade nacional.

De facto, a realidade linguística timorense não é fácil. Existe no território imensos dialetos (há quem fale em 18, em 30, e até em mais). Sendo necessário uma língua suficientemente forte para unificar e comunicar, desde o nível mais elementar e utilitário até à dimensão estética e literária, e tendo o Tétum as limitações que se lhe reconhecem, a escolha recaiu sobre o Português – o que se justifica, não só por ter sido a língua do território durante 4 séculos, mas ainda pelas afinidades histórico-culturais entretanto desenvolvidas (L. F. Thomaz, 2002).

Todavia, o problema subsiste depois da opção tomada. É que, se as línguas oficiais constitucionalmente definidas são o Tétum e o Português, a mesma Constituição timorense reconhece como línguas de trabalho o bahasa e o inglês – o que obriga (L. M. da Silva, 2004-a e 2004-b), na prática, os timorenses (que, na sua maioria, não falam Português) a dominar quatro línguas, se pretenderem ser detentores de uma competência mínima em literacia.

Tendo em conta a elevada percentagem da população, sobretudo jovem, que aprendeu o bahasa indonésio e comunica nessa língua, compreende-se facilmente a contestação à escolha feita. Além disso, importa referir que está prevista para a escolaridade a lecionação em Português apenas nos 1º e 2º anos do ensino primário. Mas há reações, e na prática nem isso é genericamente cumprido. Numa parte considerável dos casos, a língua veicular da aprendizagem nem sequer é o Tétum, mas o bahasa, o que compromete extremamente a o enraizamento das línguas oficiais entre os timorenses.

Além disso, entre os cooperantes portugueses há quem não revele consciência da responsabilidade que tem na preservação e interiorização da Língua Portuguesa em Timor-Leste, esquecendo a grande (principal) responsabilidade que é de todos quantos aceitam cooperar, independentemente de se ser português ou proveniente de qualquer outro país de Língua Portuguesa.

Esse reparo é devido, não apenas por quem, de fora, contacta com a realidade no terreno, mas surge referido com destaque por quem se encontra nele sediado (jornal *Público*, de 11.01.2004).

C)

Ser independente é ser autónomo, autodirigir-se no quadro das realidades circundantes, e no equilíbrio com elas; é, ao mesmo tempo, ser diferente, deter especificidades. A língua é uma dessas especificidades, sendo tanto ou mais necessário vincar a independência por aí consoante as circunstâncias e as envolências.

Para que haja independência tem de haver identidade. Ou ela se consegue naturalmente, ou terá de ser construída (por decisão do próprio povo ou de quem o representa).

A Língua Portuguesa foi chamada a exprimir a identidade do povo de Timor-Leste. Depois da opção feita, a Língua Portuguesa tornou-se, para os timorenses, parte importante da consciência de *diferente* que os distingue dos povos vizinhos.

Este sentimento encontra-se presente no interior de Timor-Leste. Assim o exprime o Padre João Felgueiras (Português que vive entre os timorenses há 33 anos, tendo desempenhado com eles um importante papel na luta pela independência), que refere aos seus "concidadãos" para "agarrarem" a Língua Portuguesa. E explica que lhes diz: se eles



são católicos, muitos indonésios também são; se eles falam o Tétum, muitos indonésios também falam; se eles se interessam pelo inglês, essa é a língua da Austrália, e em grande medida também da Indonésia, para responder à infinitude de dialetos que possui; só o Português assegura a identidade dos timorenses.

A opção pela Língua Portuguesa reforça a identidade de Timor-Leste. O povo ganhou consciência da especificidade que isso representava e organizou-se em torno disso.

Mas a identidade não se consegue de uma vez só: constrói-se, alimenta-se, praticando-se a língua e a cultura diariamente (G. Hull, 2001). Daí que o ensino da Língua Portuguesa seja, sem dúvida, um dos maiores desafios que se colocam à cooperação de Portugal e dos países da lusofonia com Timor-Leste.

*D)*

A cooperação portuguesa no domínio da língua está a ser desenvolvida, no território timorense, por mais que uma instituição, merecendo destaque (para além da Gulbenkian, de Organizações Não Governamentais e de algumas colaborações avulsas) as iniciativas do Instituto Camões, sob a dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Embaixada de Portugal, em colaboração estreita com o Ministério da Educação português, e da Fundação das Universidades Portuguesas, FUP, dependente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Estas instituições, que desenvolvem em Timor-Leste atividades relacionadas com a presença e o ensino da Língua Portuguesa, desempenham ainda outras funções complementares que importa relevar.

#### D1 – O INSTITUTO CAMÕES

O Instituto Camões está presente em Timor-Leste desde 1999, tendo atualmente a seu cargo a dinamização do Centro Cultural Português e do Centro de Língua Portuguesa.

O Centro Cultural Português funciona no Edifício ACAIT, o mesmo onde se encontra instalada a Embaixada de Portugal, em Díli Foi inaugurado em 2001. Propondo-se apoiar iniciativas culturais em Timor-Leste, num espírito de abertura da cultura portuguesa com outras culturas, é um espaço que se presta sobretudo ao debate de ideias e à realização de iniciativas culturais do mais diverso tipo.

O Centro de Língua Portuguesa - Instituto Camões, instituído em Díli, também em 2001, funciona nas instalações da Universidade Nacional de Timor-Leste. Tem como atribuições principais assegurar uma Licenciatura em Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas, facultar meios de aprofundar os conhecimentos da Língua Portuguesa e das culturas lusófonas, em Timor-Leste, prestar apoio diretamente a professores, em Língua Portuguesa, e ao Departamento de Língua Portuguesa e Instituto Nacional de Linguística, da UNTL.

O Centro dirige, ainda, cursos extracurriculares de Língua Portuguesa e disponibiliza materiais integrados num espaço multimédia (biblioteca, mediateca), que dinamiza; responde a solicitações específicas no âmbito da pedagogia e da didática, da linguística, da literatura, da história, da teoria e dos estudos literários; leciona cursos extracurriculares de formação e aperfeiçoamento em Língua Portuguesa, dirigidos a quadros médios e superiores, timorenses e internacionais, nos setores da Administração Pública (âmbito parlamentar, judicial, diplomático, no setor da saúde, secretariado e forças de segurança, e em áreas como o jornalismo, a banca, a hotelaria e o turismo; ocupa-se da adequação e adoção de materiais didáticos, necessários às atividades letivas; presta apoio a docentes e discentes na área da Língua Portuguesa; faculta materiais (livros, revistas e publicações, material informático, multimédia e audiovisual); presta apoio científico às atividades docentes; faculta oportunidades para a aprendizagem da Língua; promove e possibilita a realização de eventos relacionados com o ensino e a divulgação da Língua Portuguesa; atribui bolsas de estudo; desenvolve iniciativas de apoio (como a distribuição de “malas pedagógicas” aos alunos).

O Centro de Língua Portuguesa, em Díli, visa, não só apoiar a ação cultural em Timor-Leste, mas ainda revelar-se um espaço de debate de ideias e encontro de culturas, promovendo iniciativas do mais variado tipo – desde exposições, conferências, ciclos de cinema, encontros com escritores e artistas...

#### D2 – A EMBAIXADA DE PORTUGAL EM DÍLI

O Adido para a Educação, sediado na Embaixada de Portugal, em Díli, tem a seu cargo dirigir um programa em articulação com o governo de Timor-Leste, visando 5 vetores essenciais: a reconstrução do sistema educativo, a formação de professores, o apoio direto à lecionação no ensino secundário e profissional, o ensino superior e o ensino da Língua Portuguesa. Por essa mesma Embaixada, têm sido desenvolvidas iniciativas, como: formação de formadores, formação dirigida a professores de posto e monitores escolares (que desenvolveram funções docentes ainda no tempo da administração portuguesa, anterior a 1975), ações de formação para jovens timorenses (visando a aquisição de competências de comunicação em português, língua estrangeira), formação de quadros militares de várias proveniências, colocação de professores de Língua Portuguesa no território, seleção e avaliação de manuais escolares, prestação de apoio técnico e pedagógico em situações específicas.

#### D3 – A FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS

A FUP presta apoio a Timor-Leste em áreas consideradas prioritárias para o seu desenvolvimento, não apenas a partir do território nacional português, mas também na UNTL, em Díli. O projeto propõe-se “envolver os jovens timorenses em atividades letivas e de atualização de conhecimentos, com o intuito de assegurar o desenvolvimento do Português como



língua de ensino e aprendizagem” (Estatutos da FUP); atribuir bolsas de estudo para cursos de graduação e pós-graduação; promover e realizar cursos de Formação de Professores; criar um Instituto de Língua Portuguesa e um Instituto de Língua Tétum; colaborar na re-estruturação da Universidade de Díli.

Desde 2001 que, na UNTL, é desenvolvida docência em 5 licenciaturas, por docentes universitários portugueses, que resultou de protocolo assinado entre o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), a Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) e o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT). As áreas abrangidas são: Formação de Professores de Português, Engenharia Informática, Engenharia Eletrotécnica, Economia e Gestão e Ciências Agrárias.

Só no 4º semestre de 2003-2004 estiveram presentes, em Timor, a lecionarem estes cursos, cerca de 50 professores cooperantes.

E)

No esforço de ensinar Português, em Timor-Leste, há uma dinâmica apreciável no terreno, que tem tido ao seu serviço lutadores empenhados. Mas ainda é muito cedo para apreciar resultados, sendo precisas duas ou três gerações para que a realidade linguística timorense se transforme.

Mesmo assim, já hoje (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 20.05.2004) um conceituado dirigente timorense, Mari Alkatiri (que tem, de certeza, boas razões para se pronunciar deste modo), não hesita em afirmar que “podemos... dizer que a batalha pela reafirmação da Língua Portuguesa está praticamente ganha em termos estratégicos”. Mas a quem está no terreno, embora reconhecendo que o ensino do Português não é, de modo algum, uma causa perdida em Timor-Leste, fica uma sensação menos otimista e de que existe um longo caminho a percorrer com muito trabalho pela frente.

#### B – A COOPERAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Existe a consciência em Timor-Leste, entre os próprios timorenses, de que (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 01.05.2004) é preciso capacitar os próprios professores timorenses para ensinar português. É preferencialmente nesse sentido que se tem orientado a cooperação portuguesa, neste domínio.

Muito especificamente, a Fundação das Universidades Portuguesas, FUP, está a desenvolver, na UNTL, em colaboração com o Instituto Camões, um curso de formação de professores de Português, a formação de formadores (destinada a um público constituído por professores de posto e monitores escolares formados pela administração portuguesa), a formação tendo em vista a apropriação de competências de comunicação em Português, numa perspetiva de língua estrangeira (destinada a jovens timorenses, licenciados na Indonésia).

Há professores portugueses em número relativamente elevado em Timor-Leste. Entre os cerca de 500 portugueses que lá se encontram, uma grande parte são professores. Mas cada vez mais será necessário depor na mão de timorenses a responsabilidade de ensinarem a língua que fizeram sua por opção.

Um aspeto que não pode deixar de ser referido é a situação atual dos professores timorenses que lecionam Português. Dada a situação de carência em que vivem, trabalhando muito e ganhando muito mal, relativamente à própria realidade timorense, eles terão de ver a sua situação melhorada, sob pena de não se sentirem suficientemente motivados para desempenhar um trabalho tão importante como o seu.

#### 4 – FINALIDADES DA COOPERAÇÃO EDUCATIVA COM TIMOR-LESTE

Reconhece-se que a construção de um país (tarefa demorada e de futuro) depende em muito da qualidade e profundidade da educação que for inculcada na sua juventude. Verificando-se que a sociedade timorense se encontra, em muitos aspetos, “adormecida”, o seu “acordar” conseqüente é um fator que envolve substantivamente a educação.

Deste modo, a formação de base, a formação para a continuação de estudos, a formação profissional, a formação universitária dos timorenses... precisam e merecem ser apoiadas.

Ao cooperar com Timor-Leste no domínio da educação, Portugal não se pretende substituir, de nenhum modo, às estruturas governativas e logísticas timorenses. Porém, dadas a importância do âmbito em apreço, a experiência incipiente timorense e a falta de meios que possui neste particular, a cooperação portuguesa a Timor, em educação, faz todo o sentido, e é do interesse mútuo, que acontece, como ajuda.

Um aspeto, e dos mais importantes, no que concerne ao apoio dos portugueses a Timor-Leste, é o da Língua Portuguesa. Tendo os timorenses adotado o Português como língua oficial, a par do Tétum, importará que Portugal (bem como todos os outros países de Língua Portuguesa, cada um na medida das suas possibilidades) preste a colaboração necessária.

O que se pretende, pois, com a cooperação em educação com Timor-Leste é, numa palavra, ajudar Timor a preparar o seu futuro, passando em muito por aí a presença da Língua Portuguesa nas terras longínquas da Oceânia.

Considerando a questão do lado português, e no entendimento que faço destas coisas, há nisto muito de espírito solidário e de cooperação, e pouco ou nada de patriótico ou de orgulho nacionalista. Discordando de opiniões que tenho encontrado noutra sentida, sobrelevo duas razões principais (L. M. da Silva, 2004-a) para que essas solidariedade e cooperação, entre países de Língua Portuguesa, se pratiquem: o respeito pela obra (o que ela teve de positivo) de quantos, antes de nós, foram capazes de construir pelo mundo fora (como em Timor) e fazer civilização sob a égide da Língua Portuguesa; e o respeito por aqueles povos (também Timor) que decidiram, hoje, marcar a sua presença no mundo



exprimindo-se em Português, como língua materna ou língua oficial. Estes últimos povos (todos quantos falam Português) precisam de uma língua forte, e de um espaço em que se integrem, em que a Língua Portuguesa comum sirva de fator de união, sempre pronto a cooperar e a apoiar no desenvolvimento e nos momentos difíceis.

#### 5- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DA COOPERAÇÃO EDUCATIVA COM TIMOR-LESTE

Reportando-me à experiência que colhi em terras timorenses, destaco os seguintes comentários:

##### A)

A cooperação com Timor-Leste constitui-se, em grande medida, por parte de Portugal, uma obrigação. Trata-se de um país saído do desmembramento do império que existiu até 1974, com laços de diverso tipo com Portugal, que não é possível ignorar. Depois, Timor-Leste é um país de Língua Portuguesa, e como tal, ainda Portugal, mas aqui também todos os demais países de Língua Portuguesa, lhe devem a solidariedade e a cooperação que todos os países de Língua Portuguesa merecem de todos em situações de dificuldade. A crescer a isto, Timor-Leste foi vítima das vicissitudes que se conhecem, sofreu muito, e como tal precisa de receber cuidados especiais no sentido de rapidamente se restabelecer e fazer jus à independência que conquistou em condições tão difíceis.

##### B)

A cooperação com Timor-Leste, a nível educativo, não poderá acontecer por si só, mas terá de ser antecedida, ou pelo menos acompanhada, por outros tipos de cooperação. A realidade timorense é ainda muito carenciada (falta de emprego, inação, fome...), e com carências extremas por resolver não pode haver sistema educativo ou educação de sucesso. A dinâmica empreendedora (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 08.05.2004) deverá chegar a Timor-Leste, para os timorenses poderem participar, de igual para igual, na competitiva região do mundo onde vivem. Timor-Leste está adormecido, acomodado, dependente da ajuda internacional, com toda a gente, "jovens, guerrilheiros, Igreja, políticos", todos "cansados de lutar" (jornal *Público*, de 11.01.2004). É preciso alterar este estado de coisas, o que (está aqui a complexidade da questão) se faz através da educação, mas também precisa da educação para ser feito...

##### C)

Desde edifícios (a construir e a reconstruir), mobiliário e equipamentos, a material pedagógico, passando por meios tecnológicos, as carências educativas que se vivem em Timor-Leste são enormes. Faltam, nas escolas, cantinas, bibliotecas, estruturas de apoio socioeducativo e cultural... Os meios disponibilizáveis (e são precisos muitos) terão de ser aplicados de forma otimizada na supressão de tais carências, devendo ser cada vez mais os timorenses (e a nível das lideranças a boa vontade é claramente muita) a realizar esse processo. É preciso o maior cuidado para que as dívidas que porventura apareçam cheguem ao destino e não fiquem a envelhecer em qualquer ponto do percurso. Tratando-se de dinheiro, importa que ele seja deposto nas mãos certas (jornal *Público*, de 11.01.2004), para que aproveite a quem deve, que é o povo de Timor-Leste.

##### D)

É preciso rentabilizar ao máximo os meios humanos e materiais, implicar no processo os melhores interventores, procurar a maior eficácia e qualidade. Portugal não é um país rico, e se deve ajudar também deve verificar as circunstâncias e os resultados daquilo que ajuda. Impõe-se, por isso, uma avaliação aturada e constante do processo de cooperação.

Importa que os programas educativos, e de áreas do saber concretas, não sejam elaborados à distância, por quem não conheça a realidade timorense, mas por quem trabalha localmente. Se tais programas podem ficar bem no currículo de quem os elabore (e depois seja honrosamente chamado a "apreciar" o trabalho realizado por outros no terreno...), eles não servem para o que deveriam servir entre os timorenses.

Apesar de existirem colaboradores com grande empenhamento, há quem não apresente o melhor perfil para as necessidades existentes. A cooperação, além de competência profissional, exige disponibilidade e dedicação, amor pela causa que é, além do mais, ajudar o povo-irmão de Timor-Leste a sair das dificuldades em que se encontra. Se há colaboradores cooperantes com tarefas e carga horária exigentes (e que procuram rentabilizá-las sempre mais), outros se encontram claramente subaproveitados.

Quem coopera com Timor, por mais que desempenhe tarefas específicas, não pode deixar igualmente de ser mensageiro da Língua Portuguesa, sendo esta, como é, uma das principais prioridades da cooperação com Timor. Tal obrigação deveria encontrar-se (e não encontra) inserida formalmente, em moldes a determinar, na carga horária de todos quantos cooperam.

Há colaboradores com contratos anuais. Mas, em muitos casos, o tempo de duração da cooperação é demasiado curto. A integração no meio timorense e a adequação às tarefas necessárias não é fácil. Não faz sentido que, quando isso vai estando conseguido e a cooperação começa a poder produzir os melhores resultados, chegue a altura do regresso. Trata-se de um ponto que merece reflexão, pois alargando o tempo individual de cooperação, não só se produzirão melhores resultados, como se contribuirá para uma economia de meios.

##### E)





A construção de um mundo "em Português", sob o primado da Língua Portuguesa, com igualdade de direitos e deveres e benefícios para todos os intervenientes, só agora está a poder formar-se. Na sua dimensão maior, ele é ainda *utopia*, no sentido em que, sobre tal realidade, se pronunciava Agostinho da Silva (aquilo que, ainda não havendo, pode vir a haver no futuro...). Apesar do que se dizia no passado, verdadeiramente um mundo em Português nunca existiu. No tempo do império, esse "mundo" foi sempre visto com parcialidade, esteve sujeito a fortes restrições, e sobretudo era uma união imposta, não assumida por cada um.

O caso de Timor-Leste é bem sintomático disso (J. C. Chrystello, 1999).

Agora é que começam a estar reunidas as condições para que um "mundo lusófono" se institua, se cumpra e se alargue – em todos os setores, sendo o da língua somente a base de entendimento e o laço vital das mais largas intercomunicações a estabelecer.

A CPLP apresenta-se, para isso, como uma grande esperança. Importa começar por uma aplicação dos propósitos aprovados nos encontros que até hoje já realizou, nomeadamente no que recentemente teve lugar em São Tomé, e cada vez mais alargar os seus horizontes.

Deverá ser integrado neste espírito que a cooperação com Timor-Leste (jornal *Timor-Leste Semanário*, de 08.05.2004) deverá ser instituída.

## 6. – CONCLUSÕES

Portugal, se no início e nas causas, valorizou pouco (ainda que, do plano diplomático para o de causa nacional, após 1975, nunca tenha deixado de denunciar a irregularidade que isso constituía) a anexação de Timor-Leste pela Indonésia, pelo menos a partir do massacre no Cemitério de Santa Cruz, e depois nos atos de selvajaria que se sucederam à votação popular em massa pela independência, dirigiu para Timor-Leste, a partir de certa altura, a sua atenção, e mais que isso a sua emoção e o seu sentimento.

A partir daí, a solidariedade de Portugal com Timor-Leste foi-se intensificando, o que se refletiu, e continua a refletir, em algumas medidas concretas de cooperação, sem dúvida muito importantes para Timor-Leste, e que se situam dentro das responsabilidades históricas adquiridas pelos portugueses.

Uma das vertentes em que essa cooperação se tornou efetiva foi a da educação.

Ela é, sem dúvida, das mais importantes para Timor-Leste, dado tratar-se de um novo país que necessita de se organizar, com uma população extremamente jovem, sem estruturas educativas fundadas, e ainda por cima com diversos vícios adquiridos durante os 24 anos de domínio dos indonésios.

Entre os vários aspetos da cooperação educativa portuguesa com Timor-Leste, destaco no presente trabalho a cooperação no ensino do Português e a cooperação na formação de professores.

São dois domínios essenciais, encontrando-se à cabeça o ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa junto dos timorenses, que a assumiram como língua oficial, e depois, relacionados com ela, a preparação de interventores e a disponibilização de meios para tal ensino/aprendizagem se efetive.

Se todo o tipo de cooperação interessa a Timor-Leste (nomeadamente político-cultural, económico-financeira, jurídica, empresarial, etc.), e se Portugal tem responsabilidades em prestá-la e em continuar a apoiar esta sua ex-colónia, a cooperação educativa, nos domínios enunciados, é igualmente essencial para os timorenses e está a ser concretizada com meios consideráveis. Ainda que seja muito cedo para se concluir acerca da validade dos resultados conseguidos, há, desde agora, alguns cuidados a tomar, avaliando-se os esforços desenvolvidos e atendendo aos sinais que ficam dos desempenhos evidenciados.

Está aqui em jogo, não apenas o dinamismo e a capacidade de ajuda a um país-irmão, por parte de Portugal, mas ainda, e até principalmente, a construção de um futuro promissor, integrado num mundo a comunicar em Português, para todos os timorenses.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- BOLINA, Mariette (2000). Situação educativa e formação de professores em Timor-Leste - breve diagnóstico. Algarve: Universidade do Algarve.
- CHRISTELLO, J. Chrys (1999). Timor-Leste: o dossier secreto 1973-1975. Contemporânea Editora, Porto
- CNRT – Conselho Nacional da Resistência Timorense (2000). Lista das escolas, professores e alunos do ensino primário, jardim-de-infância, SDLB, pré-secundário, secundário e técnico vocacional. Díli: Ministério da Educação.
- FORGANES, Rosely (2002). Queimado queimado, mas agora é nosso. Timor-Leste: das cinzas à liberdade. São Paulo: Labortexto Editorial.
- GOMES, Adelino (2004). As flores nascem na prisão. Lisboa: Editorial Notícias.
- HULL, Geoffrey (2001). Timor-Leste: identidade, língua e política educacional. Lisboa: Instituto Camões).
- SILVA, Lino Moreira da (2004-a). O presente e o futuro da Língua Portuguesa em Timor Lorosa'e. Braga: Universidade do Minho.
- SILVA, Lino Moreira da (2004-b). Timor-Leste, dois anos de independência. Jornal O Primeiro de janeiro, outubro [em publicação].
- THOMAZ, Luís Filipe (2002). Babel: Loro Sa'e: o problema linguístico de Timor-Leste. Lisboa: Instituto Camões.
- VALADAS, António (2001). Timor-Leste terra sentida. Lisboa: Edições Europa-América.

**FIM DAS COMUNICAÇÕES (CONTINUA... ==>>>)**



**Recortes da Imprensa**

**1. O PRIMEIRO DE JANEIRO 18 DE OUTUBRO 2004**

das Artes das Letras | Segunda-feira, 18 de Outubro de 2004 | 13

# Lusofonia em Debate

O Colóquio Anual da Lusofonia já vai na terceira edição. Sem subsídios, mas com a dedicação dos intervenientes que, este ano, irão dar especial destaque à identidade da língua mirandesa.



#### FILIPA LEAL

O 3.º Colóquio Anual da Lusofonia, iniciado no Porto em 2002, irá decorrer entre os dias 21 e 23 de Outubro, no Centro Cultural de Bragança. Nesta edição, o colóquio centrar-se-á em três grandes temas: Línguas, Culturas e Dialectos Minoritários, Língua Portuguesa e Estudos de Tradução, e Ensino de Português como Língua materna ou estrangeira.

Chrys Chrystello, da comissão executiva, explica que o que se pretende é criar um espaço de reflexão, através do intercâmbio entre os vários intervenientes, de forma a que surjam "elementos práticos que possam depois funcionar nos locais de trabalho". "Em vez de ser um colóquio teórico, como tantos outros, esta-

mas a tentar fazer coisas mais práticas" – explica. Uma feira do livro onde estarão disponíveis obras de apoio aos temas abordados, nomeadamente estudos sobre literatura mirandesa, e a mostra de artesanato típico são algumas novidades deste encontro que também pretende dar a conhecer a região aos participantes que chegarão de diversos países, do Brasil a Espanha.

Além da urgência de reflectir sobre as dificuldades no ensino e tradução da língua portuguesa, Chrys Chrystello considera essencial que se divulguem e discutam as particularidades da língua mirandesa, um dos pontos altos do colóquio deste ano. "Quanto portugueses sabem que o mirandês é uma língua oficial portuguesa?" – interroga-se.

Amadeu Ferreira, professor da Universidade Nova de Lisboa, será um dos oradores a abordar os aspectos da língua mirandesa, na sua unidade e diversidade. "Partindo a língua mirandesa de uma tradição oral, sendo a escrita relativamente recente" (foi considerada língua oficial em Janeiro de 1999), Amadeu Ferreira pretende reflectir sobre "a forma como a escrita pode ajudar a unificar, uma vez que se encontra um padrão de unidade na escrita, mas mantendo a diversidade". Por outro lado, colocará uma questão que considera essencial: "O que é que os mirandeses pensam sobre si próprios?". A relação dos mirandeses com a sua própria língua estará também no centro desta reflexão. Neste encontro, a literatura e a música mirandesa não serão esquecidas. "A tradição já não é

o que era, mas continua a ser tradição" – sublinha Amadeu Ferreira.

O presente e o futuro da língua portuguesa em Timor Leste, e a tradução das literaturas pós-colónias em língua portuguesa serão alguns temas abordados esta semana, em Bragança.

De acordo com Chrys Chrystello, o 3.º Colóquio Anual da Lusofonia "é auto-suficiente, não é comercial, nem subsídio-dependente". Assim, a Câmara Municipal de Bragança "apenas cede o espaço e imprime o programa". Chrystello conta que a Comissão Executiva do Colóquio tem vindo a contactar o Instituto Camões, desde o mês de Maio, "pedindo a participação e o apoio na divulgação do Colóquio", mas a única resposta que obteve "limitava-se a agradecer a informação".



nação regional

Jornal NORDESTE | terça-feira, 26 de Outubro de 2004

## Mirandês em destaque

Colóquio da Lusofonia centrou-se nas línguas minoritárias

A língua mirandesa esteve em destaque no Colóquio Anual Internacional da Lusofonia, que terminou ontem em Bragança.

Durante três dias, especialistas portugueses e estrangeiros, em especial de Espanha, debateram as línguas minoritárias como o mirandês e as falas astur-leonesas.

Chrys Chrytello, um dos organizadores do colóquio considera que o facto do evento se centrar nestes idiomas e dialectos vai contribuir para valorizar a região transmontana.

"O Nordeste Transmontano preservou, fruto do isolamento, línguas minoritárias, como o mirandês, e outras falas astur-leonesas. Reflectir sobre esta temática é ajudar a criar condições para que as realidades chamadas minoritárias, ainda que em sentido quantitativo, não continuem a ser minorizadas", salientou o organizador.

Por isso, um dos objectivos do colóquio foi, justamente, contribuir para "a difusão e consolidação da Língua Portuguesa, enriquecida pelas línguas minoritárias que persistem em Trás-os-Montes e outras regiões do País".

No que toca ao Mirandês, as principais intervenções foram protagonizadas por Amadeu Ferreira, professor universitário em Lisboa e autor de diversas obras, uma dicionário e traduções neste idioma, nomeadamente de Os Lusíadas, que o investigador tem



O colóquio trouxe a Bragança diversos especialistas em Linguística

vindo a publicar de forma gradual.

### "Lhéngua" e música

Domingos Raposo e Duarte Martins, professores de Mirandês em Miranda do Douro e Sendim, respectivamente, foram outros dos intervenientes em destaque.

A música tradicional da Terra de Miranda e os cantares em Mirandês também não foram esquecidos, dado que o colóquio contou com uma comunicação de Mario Correia, director do Centro de Música Tradicional Sons da Terra e organizador do Festival Intercéltico de Sendim.

A iniciativa contou com o apoio da Câmara Municipal de Bragança, que vê

no colóquio um importante evento anual. "Uma das razões para organizar este evento em Bragança assenta no facto da maior parte destes acontecimentos estar centralizada grandes urbes, sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder tenham ao seu alcance debates sobre a língua portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras de ensino", frisou Chrys Chrytello.

Na óptica do organizador, "este evento vem colocar Bragança num lugar cimeiro das cidades dedicadas à preservação da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas", acrescentou o organizador.

J.C.

## Professores pagos para não trabalhar

Solução do Ministério da Educação não agrada aos docentes que asseguraram apoio pedagógico

cados na sua área de preferência, mas em escolas que já têm docentes colocados.

Sendo assim, nada ficou resolvido. Se antes os professores de QZP davam apoio pedagógico nas escolas onde tinham sido colocados no ano anterior, agora continuam a fazê-lo e assim con-

formas de luta levaram o ME a encontrar uma solução rápida. O sindicalista considera que "esta foi a melhor maneira de resolver a questão dos professores de QZP", mas critica o desperdício financeiro "porque o Governo continua a pagar a profissionais para não produzirem".

Os docentes, por seu lado, vão acei-





3. JORNAL MENSAGEIRO DE BRAGANÇA 29 OUTUBRO 2004

29 de Outubro de 2004  
n.º 2994 - Ano LXV - Preço: 0,80€  
- Assinatura anual: 20€ -  
NIF: 507 054 245 - Reg. de Imprensa n.º 101 681  
Depósito legal n.º 346-82

Director: Calado Rodrigues  
Administrador: António Carlos

PORTAL PUBLICAÇÕES REGIONAIS SEMANAL TAPA PAGA  
www.mensagem-de-braganca.pt

# Mensageiro de Bragança

Semanário Informativo Regionalista

## Colóquio

### A Lusofonia em debate



A Língua  
Mirandesa  
candidata-se a  
Património da  
Humanidade

pág. 8

### O Olhar Azeite “turístico”

O azeite é uma referência em toda a região. Como tal, foi este o produto escolhido para a promoção e venda turística de Trás-os-Montes e Alto Douro



pág. 2

## Colóquio



Chrys Christello com Amadeu Ferreira

# A Lusofonia em debate

A Língua Mirandesa candidata-se a Património da Humanidade

## Espectáculos

## Depois de “Jesus Cristo Superstar”, as aventuras de Alice e Gulliver

Festivais de Outono do INATEL trazem a Bragança alguns clássicos do espectáculo



A Companhia de Teatro Nacional de Brno, da República Checa, trouxe, no passado sábado, ao palco do Teatro Municipal de Bragança um dos mais famosos musicais de todos os tempos, “Jesus Cristo Superstar”.

Esta ópera-rock, como também foi designada, nasceu em Nova Iorque, em 1971, pela mão de Tim Rice. O espectáculo retrata pela música e pela dança os últimos sete dias da vida de Jesus Cristo na terra,

so, enquanto acompanha as viagens e aventuras de Alice ou Gulliver.

A companhia checa alia efeitos técnicos ao efeito visual na sua representação, combinando, assim, o trabalho dos seus actores com marionetas gigantes, projecções num grande ecrã, máquinas especiais e efeitos de computador.

Da Rússia chega depois, no dia 6, o Ballet do Teatro de

Os actores contracenam





## A Língua Mirandesa candidata-se a Património da Humanidade

■ F. Jorge da Costa

A Língua Mirandesa mereceu este ano especial destaque na 3ª edição do Colóquio Anual da Lusofonia, que decorreu, ao longo de três dias, no auditório do Centro Cultural de Bragança.

O colóquio, que contou com a participação de um número significativo de oradores, teve nas Línguas, Culturas e Dialectos Minoritários, Língua Portuguesa e Estudos de Tradução, e ainda o Ensino do Português, as três grandes temáticas.

Definido como um espaço de reflexão e debate, desde que foi criado há 3 anos, alargado à Lusofonia, o colóquio tem por principal objectivo, como explica o australiano Chrys Christello, um dos fundadores deste evento, “tentar fomentar um intercâmbio de ideias e a partilha de experiências entre os vários intervenientes que estão, na prática, a fazer alguma coisa pela Língua Portuguesa em vários pontos do mundo. É isso que temos feito ao longo dos últimos anos, com algum sucesso.”

Sem qualquer tipo de apoio ou subsídio, o colóquio assume-se como “um espaço que tenta abranger todas as variantes do Português falado por toda a gente, em qualquer parte do mundo, desde Timor à Galiza”, explica Chrys Christello, para quem a promoção internacio-

nal da Língua Portuguesa não tem sido bem feita pelas autoridades oficiais.

O Mirandês, língua oficial desde 1999, mereceu particular destaque nesta edição, o que Chrys Christello considerou “um dos pontos altos do colóquio”.

Amadeu Ferreira, professor da Universidade Nova de Lisboa e um dos oradores, referiu que há ainda muito a fazer na valorização e divulgação do Mirandês, uma atitude que “passa neste momento por algumas questões fundamentais, como sejam: estabilizar e desenvolver o ensino do Mirandês, apoiar as iniciativas dos mirandeses, e ainda pela promoção da língua pelas instituições locais.”

*“Mesmo em Miranda há que dignificar mais o ensino desta língua”*

O ensino da língua mirandesa, à excepção de um curso livre a funcionar em Lisboa, está ainda confinado a Miranda do Douro. “Mesmo em Miranda há que dignificar mais o ensino desta língua”, refere Amadeu Ferreira, considerando “inadmissível que um único professor, dos dois que leccionam a língua na região, tenha, desde o ensino pré-escolar ao secundário, 20 turmas sobre a sua responsabilidade. É desumano!”

Domingos Raposo, um dos

docentes, partilha da mesma opinião, no muito que há ainda a fazer para a promoção desta língua, nomeadamente na escrita. “O Mirandês foi ao longo dos tempos uma língua essencialmente oral e só passou a ter foros de escrita apenas em finais do século XIX”. Uma realidade para a qual contribuíram nomes como o historiador José Leite de Vasconcelos e, mais tarde Manuel Maria Mourinho. Em finais do século XX surgiu a pléiade de novos escritores e estudiosos, a par de autodidactas como José Francisco Fernandes que tem já quatro livros editados têm contribuído, através da sua literatura, para a promoção do mirandês, “fazendo com que a língua se fixe, evolua e seja divulgada”, acrescenta.

A candidatura do Mirandês a Património da Humanidade, um dos projectos em forja, é, como explica Domingos Raposo, “uma ideia que está ainda a germinar. Sabemos que o Mirandês é um língua minoritária, e como todas as línguas minoritárias está em risco de extinção. Fazendo a candidatura, para que o mirandês seja reconhecido como património mundial imaterial, contribuirá para a sua promoção e que isso seja mais um instrumento de defesa deste património, que não é só mirandês ou da região de Bragança, mas é património nacional.”



# Cultura

## Colóquio da Lusofonia pelo segundo ano em Bragança Mirandês candidatado a ser Património da Humanidade

A Língua Mirandesa esteve em grande destaque no III Colóquio da Lusofonia, onde vários especialistas discutiram o assunto e frisaram a necessidade de alertar o povo português para a existência de uma segunda língua. A maioria das pessoas, mesmo os residentes no concelho de Miranda do Douro, desconhece que se pode redigir um requerimento em língua Mirandesa e entregá-lo em qualquer repartição pública. "O fazer a sua vida normal toda em Mirandês, é uma língua de contacto, uma língua que convive com a língua portuguesa na recu-

lus", explicou Chris Crystello, responsável pela organização do Colóquio da Lusofonia, que decorreu nos dias 20, 21 e 22 de Outubro, pelo segundo ano consecutivo em Bragança.

Aquele responsável considera que "se tem falado pouco do Mirandês, mas é importante que se fale para o próprio desenvolvimento das gentes de Miranda, para aprenderem o valor e a importância da própria língua como factor de desenvolvimento sócio-cultural", referiu.

Os especialistas sabem que o processo é lento. No entanto, o Mirandês pode ser um

reforço não só turístico, como um elo de ligação importante entre a língua e a sociedade. "É preciso e continuar a investir na educação para que a língua tenha cada vez mais falantes", acrescentou.

Quanto ao Mirandês fala-se já numa proposta de candidatura a Património Mundial da Humanidade, o que seria um passo importante na divulgação e preservação da segunda língua oficial de Portugal.

Outros dois temas de destaque durante o encontro da Lusofonia; foram o caso do Português, como língua primária, e como língua es-

trangeira. "factores importantes para a preservação da língua, não podemos pensar só em lusofalantes, pois existem milhões de pessoas que não são portuguesas, mas que são lusofalantes", lembrou.

Chris Crystello referiu ainda que é importante reflectir sobre os Estudos de Tradução, "neste campo há ainda quase tudo para fazer, a maior parte dos cursos estão desajustados à realidade, as pessoas saem com as expectativas falsas, precisamos de profissionalizar a tradução tal como acontece na Austrália, Canadá e Suécia".

### Simpósio de Pintura

A Câmara Municipal de Alfândega da Fé vai organizar o primeiro Simpósio de Pintura da região.

A iniciativa foi anunciada pelo presidente daquela autarquia, José Carlos Figueiredo, durante a cerimónia de encerramento do III Simpósio de Escultura em Póvoa "Paísagem Urbana e Memórias".

O objectivo da realização do Simpósio de Pintura prende-se com o apoio e divulgação da arte e da cultura, descentralizando a produção e a exposição de arte.

A coordenação do projeto ficará a cargo do pintor José Emídio e a colaboração da Cooperativa Arvore.

### Vinhais

#### Junta aposta na Internet

No âmbito da modernização dos seus serviços a junta de freguesia de Vinhais criou um Posto Público de Acesso à Internet. Com o novo serviço, os cidadãos podem consultar páginas na Internet e aceder a milhares de informações.

O Posto Público de Acesso à Internet, que amancou no passado dia 18 de Outubro, funciona na sede daquela autarquia e pode ser usado todos os dias úteis entre as 17.30 e as 18.30 horas.

### Ouro na Serra

Durante a festa de recepção ao professor, no concelho de Vinhais, foi lançado o mais recente livro de Virgílio do Vale. Trata-se de "Ouro na Serra", uma publicação que foi apresentada ao público no passado dia 27 de Outubro.

A recepção aos professores contou com a participação de 200 professores de todos os níveis de ensino.

### Miranda do Douro





5. O PRIMEIRO DE JANEIRO 8 NOVEMBRO 2004

FUNDADO EM 1868  
**O PRIMEIRO DE JANEIRO**  
www.oprimeirodejaneiro.pt

JANEIRO DIRECTO | QUEM SOMOS | ARQUIVO | ASSINAR | PEÇA NOTÍCIAS | CONTACTOS

08 de novembro de 2004

ARTES E LETRAS > Lusofonia

**PESQUISAR**

**Notas sobre o III Colóquio Anual da Lusofonia**



*Em Bragança, entre 21 e 23 de outubro*  
CHRYS CHRISTELLO

Após o sucesso da anterior edição, a Câmara Municipal de Bragança, decidiu manter a sua aposta cultural na realização deste importante evento anual. Uma das razões preponderantes para organizar um Colóquio Anual (Internacional) da Lusofonia assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras de ensino. Este ano pretendeu-se chamar à ribalta a “outra” língua oficial, o MIRANDÊS cuja existência se deve ao esforço de uma minoria de pessoas dedicadas e empenhadas em evitar a tragédia mundial que é a morte das línguas. A maioria das pessoas, mesmo as residentes no concelho de Miranda de Douro, desconhece que se pode redigir um requerimento em Lhéngua Mirandesa e entregá-lo em qualquer repartição pública do Distrito, que pode fazer toda a sua vida normal usando o Mirandês, essa língua de contacto que coabita com a portuguesa

há séculos. Tem-se falado pouco mas é importante que se fale para o desenvolvimento das gentes de Miranda, para aprenderem o valor e a importância da própria língua como fator de desenvolvimento sociocultural. Embora seja um processo lento, pode ser um reforço não só turístico, como um elo de ligação importante entre a língua e a sociedade. É preciso continuar a investir na educação para que a língua tenha cada vez mais falantes. A diversidade cultural, onde se insere a diversidade linguística, é um elemento fundamental da riqueza patrimonial de um povo. Interrogar essa realidade entre nós, é chamar a atenção para a necessidade de valorizar a diferença e a tolerância, aprofundando a democracia cívica. Portugal renegou durante muito tempo essa realidade. Hoje, lentamente, acorda para ela, mas o fato parece ainda não lhe assentar à medida, desconhecendo que assim se empobrece e dá uma imagem menos rica e menos democrática de si mesmo. O Nordeste transmontano preservou, fruto do isolamento, línguas milenares, como o mirandês e outras falas asturo-leonesas. O feito que estes povos conseguiram é hoje, com todo o mérito, património da humanidade. A essas línguas vem agarrada uma cultura riquíssima que se expressa na literatura popular de tradição oral, na música, na dança, e num conjunto de saberes e de saber fazer que se decantaram ao longo de milhares de anos. Refletir sobre esta temática é ajudar a criar condições para que as realidades chamadas “minoritárias” (em sentido quantitativo) não continuem a ser, de facto, minorizadas. Mas é também refletir sobre as bases de um novo modelo de desenvolvimento que não tenha como medida exclusiva os quilómetros de asfalto ou as toneladas de betão, já que como todos sabemos este é o único distrito do país sem um só quilómetro de autoestradas. Debatermos a problemática da Língua Portuguesa no Mundo, analisámos as suas modalidades práticas com as necessárias correspondências em articulação com outras comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas como agentes fundamentais de mudança. Pretendia-se Contribuir para a presença, difusão e consolidação da Língua Portuguesa, enriquecida pelas línguas minoritárias; Explorar e analisar as questões da tradução como forma privilegiada de divulgação, expansão e revitalização da Língua Portuguesa no Mundo; Analisar o Ensino de Português como língua materna e língua estrangeira (segunda) Pretendia-se igualmente criar um espaço de reflexão através do intercâmbio entre os vários intervenientes de forma a surgirem elementos práticos que possam depois funcionar no âmbito da ação dos oradores e participantes presenciais. Criar um espaço de debate de todas as variantes de Português falado no mundo desde Timor à Galiza. Em vez de organizarmos um colóquio como tantos outros, tentamos que este fosse mais prático não se apresentando conclusões, mas permitindo que cada pessoa experimente nos seus locais de trabalho as experiências com êxito que foram apresentadas ao longo do evento. Igualmente conseguimos este ano, com a ajuda preciosa da Direção de Cultura da CMB, promover uma mostra de livros, uma mostra de artesãos e visitas guiadas ao parque Nacional de Montesinho e às aldeias comunitárias de Guadramil e Rio de Onor, para além duma exposição de pintura sobre a máscara, de Luiz Canotilho. Este Colóquio coloca Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua com a garantia dada pelo Presidente da Câmara de Bragança, Eng.º Jorge Nunes, de que haveria novo Colóquio em 2005. Podemos dizer que pela presença constante de mais de cinco dezenas de pessoas ao longo dos três dias do Colóquio este foi um sucesso. A sua participação ativa no desenrolar das apresentações e dos debates tornou bem sagaz a noção de que a língua portuguesa está viva e cheia de ideais.

No que toca ao Mirandês, as principais intervenções foram protagonizadas por Amadeu Ferreira, autor de diversas obras, um dicionário e traduções, nomeadamente de Os Lusíadas. Domingos Raposo e Duarte Martins, professores de Mirandês foram outros intervenientes em destaque. A música tradicional da Terra de Miranda e os cantares em Mirandês também



não foram esquecidos, dado que o colóquio contou com uma comunicação de Mário Correia, diretor do Centro de Música Tradicional Sons da Terra e organizador do Festival Intercéltico de Sendim.

Da Galiza veio uma forte intervenção de ÂNGELO CRISTÓVÃO da, Associação de Amizade Galiza Portugal sobre o contributo de ANTÓNIO GIL à SOCIOLINGUÍSTICA GALEGA. Nucleado no conceito de língua nacional, assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística, concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas e aplicando a conceção coseriuana de língua histórica, tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

ANTÓNIO BÁRBOLO ALVES debateu o tema “A língua mirandesa: discórdias, verdades e utopias” e falou da extinção das línguas e na sua correlação com o mirandês. Falou do desaparecimento das línguas. Nós somos aquele país que organizou um Campeonato da Europa de Futebol e cuja frase de candidatura foi We love Football? O mesmo em cujas fronteiras se pode ler Welcome to the Stadium of Europe? É este o cenário em que se encontra também o mirandês. Língua ancestral da qual, o riodonorês e o quadramilês sobrevivem apenas na literatura da especialidade. Uma língua que não tem, aos olhos dos seus falantes, nem prestígio, nem valor no mercado de trabalho, nem perspectivas de futuro para os seus filhos é abandonada. Para além de ser uma forma de comunicação, do seu valor filológico, etnográfico e antropológico, é também um capital simbólico que pode funcionar como elemento aglutinador daquela comunidade, representando por isso um capital económico que é necessário saber multiplicar

AMADEU FERREIRA, abordou o tema “A LÍNGUA MIRANDESA: da diversidade à unidade e a superação do complexo de patinho feio”. Frisou a necessidade de promover, alargar e dignificar o ensino da língua mirandesa; pelo desenvolvimento de uma literatura aos mais diversos níveis, quer em termos tradicionais quer em termos de intervenção regular na comunicação social; por fim, é necessário desenvolver a investigação fundamental em torno da língua mirandesa, que leve a um melhor conhecimento. Até há bem pouco tempo escrever em mirandês era uma curiosidade a poucos reservada. Felizmente, embora ainda em pequeno grau, a escrita do mirandês tem-se vindo a generalizar, num certo sentido podemos dizer banalizar, assim como a leitura de textos em mirandês. De certo modo vai-se tornando uma forma banal e normal de comunicar. Para esse efeito muito tem contribuído o desenvolvimento do ensino, mas em particular o aparecimento regular de textos em mirandês, nomeadamente em vários órgãos de comunicação social. A multiplicação deste tipo de textos, escritos por pessoas com formação muito diversificada, é um caminho a seguir quer na unificação do mirandês, quer no trazer de novos escritores e leitores para a língua mirandesa.

CARLOS FERREIRA ainda sobre a língua mirandesa abordou o tema “O Levante do Nordeste Transmontano - a Terra de Miranda como território de transição e fronteira.” Antes da romanização da Península foi o país onde os Zoelas, tribos Celtas do povo Astur, exerceram a sua influência e apascentaram os seus rebanhos em regime comunitário. No ano de 420 d.C. por aqui passava a fronteira entre Suevos e Alanos, e no ano 500 d.C. era fronteira entre o Reino Suevo e o Reino Visigodo. Em 950 d.C. estabeleceu-se por aqui a fronteira entre reveses Cristão e Árabes, a chamada “extremadura”. Em termos etnográficos estamos também perante uma região com características muito próprias e peculiares: a Ilhéngua mirandesa, os pauliteiros e o gaiteiro tocador de gaita-de-foles, a capa de honras, as tradições comunitárias e as festas solsticiais. Uma fronteira linguística, desde a “reconquista cristã”, o condado portucalense logo adotou a norma linguística galaico-portuguesa e depois com a absorção do reino de Leão pelo reino de Castela, que logo adotou a norma linguística castelhana, o falar asturo-leonês ficou encravado, na Terra de Miranda medieval. É comumente aceite que a língua se manteve viva até hoje apenas devido ao grande isolamento desta região. Como muito gosta de dizer o povo mirandês: “hai que saber tener-se na raiz”.

Os ESTUDOS DE TRADUÇÃO estiveram, de novo, presentes este ano por se pensar que neste campo está tudo ainda por fazer, a maior parte dos cursos está desajustada à realidade, os licenciados saem com falsas expectativas. É preciso profissionalizar de forma condigna esta área de trabalho tal como se fez na Austrália, Canadá, Irlanda, Suécia. Adaptar os cursos à vida real, fornecer competências aos formandos, colocá-los a trabalhar experimentalmente no mundo real como fizemos na Austrália desde há anos com o sistema de “mentorship” em que os jovens candidatos à profissão, passam um período entre semanas a meses, a trabalharem com um “mentor” que o/a acompanha enquanto aprende a lidar com as traduções. Durante esse período, auferem um pequeno vencimento e, sobretudo, adquire uma experiência que a maior parte dos cursos não pode proporcionar, sempre sob a supervisão dum tradutor atento.

Noutra intervenção MARIA D’AJUDA ALOMBA RIBEIRO referiu que “Quando nos referimos ao bidirecionamento do ensino de português a hispanofalantes ou do espanhol para falantes de português seria de esperar que o alto índice de coincidências gramaticais favorecessem o aprendizado. Todavia, a proximidade entre as duas línguas e a relativa facilidade têm propiciado um dos maiores paradoxos da aprendizagem de línguas: essa aparente facilidade gera efeitos prejudiciais no processo de aprendizagem, com a presença constante da interferência no processo de produção e a possibilidade da fossilização dos erros ou equívocos.”

Cecília Falcão, Cláudia Ferreira, Cláudia Martins, Fantina Pedrosa e Manuel Moreira Da Silva falaram dos Recursos para a tradução técnica e científica em língua portuguesa: um dicionário terminológico em geografia da população, e deram conta das dificuldades com que se têm deparado ao longo dos anos para completarem este trabalho.

Sobre o excitante problema das traduções de obras em português M<sup>a</sup> ROSA ADANJO CORREIA falou da Lusofonia e a problemática da tradução das “ousadas verbais” de Luandino Vieira e das “escrevivências desinventosas” de Mia Couto Nos seus exemplos viam-se soluções diversas: glossário e notas nas traduções francesas, a sua ausência nas inglesas e, neste caso, como os conceitos foram explicitados no texto.

JOÃO CABRITA abordou o tema “A língua portuguesa e a lusofonia: A perenidade de uma Mundivivência. Portugal espalhado pelo mundo na língua de Camões, de Saramago e de Lobo Antunes. Não um português canónico e intransformável. Um português de variantes, tal como no Algarve ou em Trás-os-Montes, das novelas brasileiras, ou da juventude, dos idosos, das escolas, ou bares e dos cafés. Um português alimentado pela comunicação, pela solidariedade, por eventos culturais, pela difusão, pela promoção da leitura.



LUCIANO PEREIRA abordou o tema “A cultura e o imaginário açoriano-catarinense na obra literária de Franklin Cascaes”. O universo imaginário de Cascaes é sobretudo o universo bruxólico e mítico que tão bem soube representar. Para ele, o mito é a possibilidade de aceder às origens, uma realidade inteligível, uma pré-figuração do mistério primordial que antecede a revelação. As suas bruxas possuem todavia um encanto muito especial, são mulheres de carne e osso, feitas de desejos, de sonhos e de pesadelos, por vezes são brincalhonas, gostam de “judiação”, travessias e tropelias, pelo puro prazer de assistir ao sofrimento e ao desespero do comum dos mortais, são frequentemente sedutoras, exibem descaradamente a sua nudez, mulheres enfeitadas que se tornam feiticeiras, mulheres emancipadas que ousaram desafiar as leis do bom senso, “mulheres gostosas e cheirosas” que se oferecem em noites de luar: “As mais famosas bruxas da Ilha vivem lá no Ribeirão só comem pétalas de rosa pra ter cheiro no coração.” As bruxas de Franklin Cascaes são a personificação dos mistérios da feminilidade e da tremenda carga erótica que emana da sua ilha adorada:

Chrys Chrystello referiu a sua experiência profissional citando: Na maior parte dos casos o que mais choca é depararmo-nos com pessoas não qualificadas a desempenharem um papel que só um profissional qualificado deve desempenhar, tal como acontece na maior parte das profissões. A esses amadores que impunemente se autodenominam de tradutores e de intérpretes devia ser dada a oportunidade de, num certo contexto temporal, obterem as qualificações necessárias, sem as quais não poderiam exercer livremente a profissão. Além de insultuoso para os profissionais, este aspeto é responsável pela aleatoriedade de preços que existem nos vários mercados. Para se evitar este estado de coisas seria necessário que os países constituíssem uma Comissão Nacional de Acreditação e Reconhecimento de Qualificações, apoiada em legislação que limitasse o exercício da profissão aos profissionais, sem os biscateiros que pululam por aí.

O número de línguas existentes no mundo está a diminuir rapidamente, e não se trata de uma morte natural, nem de acidente, nem tampouco de causas naturais. O genocídio linguístico acontece quando as línguas são sistematicamente eliminadas da mesma forma que acontece o genocídio físico. Entre nós, alguns há que promovem e, simultaneamente, destroem a diversidade linguística. Alguns nem sequer admitem a existência das linguagens gestuais – tradicionalmente ignoradas – enquanto outros professam uma forma de darwinismo proclamando que línguas – como a inglesa – são suficientemente fortes e melhor preparadas para uma comunicação internacional.

Terminamos com um excerto do discurso de abertura:

Embora hoje seja um dia de festa para nós, a Lusofonia está de luto desde 27 de maio por José Augusto Seabra, mentor intelectual e colega de várias iniciativas, que nestes três anos foi o patrono dos Colóquios de Lusofonia iniciados sob a égide da SLP – Sociedade da Língua Portuguesa – em 2002 no Porto, e em Bragança 2003. Era também um dos membros dos Comitês Científico e Executivo do Colóquio deste ano da Câmara Municipal de Bragança. Com ele se criou a ALFE – Associação dos Lusofalantes na Europa – que serviu como elo motivador de algumas iniciativas culturais sempre ligadas à defesa e preservação da língua portuguesa. Sem ele vai ser difícil prosseguir, pois sempre teve o estímulo certo para os momentos de desânimo, e as palavras de incentivo rumo a uma utopia alicerçada nos seus múltiplos saberes. Foi no seu reinado como ministro da Educação que deu o aval ao Politécnico de Bragança, onde ainda há meses proferiu a Oração de Sapiência. José Augusto Seabra, um literato no mais amplo sentido, um homem das Letras, um republicano indefetível na senda dos verdadeiros republicanos da 1ª República. Como Embaixador promoveu a Língua e a Cultura portuguesas de forma ousada e inovadora nos países onde exerceu, como diretor da Revista Internacional de Língua Portuguesa das Universidades da CPLP editava-a com o labor e a minúcia de quem ama a língua, sempre em busca de autores menos consagrados que merecessem ser apoiados. Para trás ficam inúmeros projetos por acabar e inúmeros sonhos por realizar. Infelizmente, nem os políticos nem os meios de comunicação social deram o relevo devido à sua passagem para o lado outro deste espelho que é a vida. Ao ajudarmos a organizar o Colóquio deste ano, prestamos-lhe aqui uma singela homenagem nestes três dias, onde a sua presença se fará sentir e decerto nos ajudará a conseguir os almejados objetivos deste evento que vem colocar Bragança no lugar cimeiro e rarefeito das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua portuguesa, a sexta mais falada em todos os continentes, por 200 milhões de pessoas.



*lusofonia*

CHRYS CHRISTELLO



# Notas sobre o III Colóquio Anual da Lusofonia

Em Bragança, entre 21 e 23 de

Outubro

Após o sucesso da anterior edição, a Câmara Municipal de Bragança decidiu manter a sua aposta cultural na realização deste importante evento anual. Uma das razões preponderantes para organizar um Colóquio Anual (Internacional) da Lusofonia assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras de ensino.

Este ano pretendeu-se chamar à ribalta a "outra" língua oficial, o MIRANDÊS cuja existência se deve ao esforço de uma minoria de pessoas dedicadas e empenhadas em evitar a tragédia mundial que é a morte das línguas. A maioria das pessoas, mesmo as residentes no concelho de Miranda de Douro, desconhece





Estes grandes ritmos são essenciais para as regiões mais desabitadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras de ensino.

Este ano pretendeu-se chamar à ribalta a "outra" língua oficial, o MIRANDES cuja existência se deve ao esforço de uma minoria de pessoas dedicadas e empenhadas em evitar a tragédia mundial que é a morte das línguas. A maioria das pessoas, mesmo as residentes no concelho de Miranda do Douro, desconhece que se pode redigir um requerimento em Língua Mirandesa e entregá-lo em qualquer repartição pública do Distrito, que pode fazer toda a sua vida normal usando o Mirandês, essa língua de contacto que coabita com a portuguesa há séculos. Tem-se falado pouco mas é importante que se fale para o desenvolvimento das gentes de Miranda, para aprenderem o valor e a importância da própria língua como factor de desenvolvimento sociocultural. Embora seja um processo lento, pode ser um reforço não só turístico, como um elo de ligação importante entre a língua e a sociedade. É preciso continuar a investir na educação para que a língua tenha cada vez mais falantes.

*A diversidade cultural, onde se insere a diversidade linguística, é um elemento fundamental da riqueza patrimonial de um povo. Interrogar esta realidade entre nós, é chamar a atenção para a necessidade de valorizar a diferença e a tolerância, aprofundando a democracia cívica. Portugal reagiu durante muito tempo essa realidade. Hoje, lentamente, acorda para ela, mas o fato parece ainda não lhe assentar à medida, desconhecendo que assim se empobrece e dá uma imagem menos rica e menos democrática de si mesmo.*

*O Nordeste transmontano preservou, fruto do isolamento, línguas milenares, como o mirandês e outras falas asturo-leonesas. O facto que estes povos conseguiram é hoje, com todo o mérito, património da humanidade. A essas línguas vem agarrada uma cultura riquíssima que se expressa na literatura popular de tradição oral, na música, na dança, e num conjunto de saberes e de saber fazer que se decantaram ao longo de milhares de anos. Refletir sobre esta temática é ajudar a criar condições para que as realidades chamadas "minoritárias" (em sentido quantitativo) não continuem a ser, de facto, minorizadas. Mas é também refletir sobre as bases de um novo modelo de desenvolvimento que não te-*

nia como medida exclusiva os quilómetros de asfalto ou as toneladas de betão, já que como todos sabemos este é o único distrito do país sem um só quilómetro de auto-estradas.

Debatemos a problemática da Língua Portuguesa no Mundo, analisámos as suas modalidades práticas com as necessárias correspondências em articulação com outras comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas como agentes fundamentais de mudança. Pretendia-se Contribuir para a presença, difusão e consolidação da Língua Portuguesa, enriquecida pelas línguas minoritárias. Explorar e analisar as questões da tradução como forma privilegiada de divulgação, expansão e revitalização da Língua Portuguesa no Mundo; Analisar o Ensino de Português como língua materna e língua estrangeira (segunda)

Pretendia-se igualmente criar um espaço de reflexão através do intercâmbio entre os vários intervenientes de forma a surgirem elementos práticos que possam depois funcionar no âmbito da acção dos oradores e participantes presenciais. Criar um espaço de debate de todas as variantes de Português falado no mundo desde Timor à Galiza. Em vez de organizarmos um colóquio como tantos outros, tentamos que este fosse mais prático não se apresentando conclusões, mas permitindo que cada pessoa

experiente nos seus locais de trabalho as experiências com êxito que foram apresentadas ao longo do evento. Igualmente conseguimos este ano, com a ajuda preciosa da Direcção de Cultura da CMB, promover uma mostra de livros, uma mostra de artesões e visitas guiadas ao parque Nacional de Montesinho e às aldeias comunitárias de Quadramil e Rio de Onor, para além duma exposição de pintura sobre a música, de Luiz Canotilho.

Este Colóquio colou Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua com a garantia dada pelo Presidente da Câmara de Bragança, Eng.º Jorge Nunes, de que haveria novo Colóquio em 2005.

Podemos dizer que pela presença constante de mais de cinco dezenas de pessoas ao longo dos três dias do Colóquio este foi um sucesso. A sua participação activa no desenrolar das apresentações e dos debates tornou bem sagaz a noção de que a língua portuguesa está viva e cheia de ideias.

No que toca ao Mirandês, as principais intervenções foram protagonizadas por Amadeu Ferreira, autor de diversas obras, um dicionário e traduções, nomeadamente de Os Lusíadas, Domingos Raposo e Duarte Martins, professores de Mirandês foram outros interveni-

entes em destaque. A música tradicional da Terra de Miranda e os cantares em Mirandês também não foram esquecidos, dado que o colóquio contou com uma comunicação de Mário Correia, director do Centro de Música Tradicional Sons da Terra e organizador do Festival Intercéltico de Sendim.

Da Galiza veio uma forte intervenção de ANGELO CRISTÓVÃO da Associação de Amizade Galiza Portugal sobre o contributo de ANTÓNIO GIL à SOCIOLINGUÍSTICA GALEGA. Nucleado no conceito de língua nacional, assente na ideia freixuaniana de diglossia como sinal de normalização linguística, concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas e aplicando a concepção coseriuana de língua histórica, tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

ANTÓNIO BARBOLO ALVES debateu o tema "A língua mirandesa: discórdias, verdades e utopias" e falou da extinção das línguas e na sua correlação com o mirandês. Falou do desaparecimento das línguas. Nós somos aque-



Fotografias de Álvaro C. Pereira

le país que organizou um Campeonato da Europa de Futebol e cuja frase de candidatura foi We love Football? O mesmo em cujas fronteiras se pode ler Welcome to the Stadium of Europe? É este o cenário em que se encontra também o mirandês. Língua ancestral da qual, o riodocês e o gusdramilês sobrevivem apenas na literatura da especialidade. Uma língua que não tem, aos olhos dos seus falantes, nem prestígio, nem valor no mercado de trabalho, nem perspectivas de futuro para os seus filhos é abandonada. Para além de ser uma forma de comunicação, do seu valor filológico, etnográfico e antropológico, é também um capital simbólico que pode funcionar como elemento aglutinador daquela comunidade, representando por isso um capital económico que é necessário saber multiplicar.

AMADEU FERREIRA, abordou o tema "A LÍNGUA MIRANDESA: da diversidade à unidade e a superação do complexo de patinho feio". Pôs-nos a necessidade de promover, alargar e dignificar o ensino da língua mirandesa; pelo desenvolvimento de uma literatura aos mais diversos níveis, quer em termos tradicionais quer em termos de intervenção regular na comunicação social; por fim, é necessário desenvolver a investigação fundamental em torno da língua mirandesa, que leve a um melhor conhecimento. Até há bem pouco tempo escrever em mirandês era uma curiosidade a pouca reservada. Felizmente, embora ainda em pequeno grau, a escrita do mirandês tem-se vindo a generalizar, num certo sentido podemos dizer banalizar, assim como a leitura de textos em mirandês. De certo modo vai-se tornando uma forma banal e normal de comunicar. Para esse efeito muito tem contribuído o desenvolvimento do ensino, mas em particular o anacronismo walfar de textos em mirandês.

língua se manteve viva até hoje apenas devido ao grande isolamento desta região. Como muito gosta de dizer o povo mirandês: "há que saber tener-se no teij".

Os ESTUDOS DE TRADUÇÃO estiveram, de novo, presentes este ano por se pensar que neste campo está tudo ainda por fazer, a maior parte dos cursos está desajustada à realidade, os licenciados saem com falsas expectativas. É preciso profissionalizar de forma condigna esta área de trabalho tal como se fez na Austrália, Canadá, Irlanda, Suécia. Adaptar os cursos à vida real, fornecer competências aos formandos, colocá-los a trabalhar experimentalmente no mundo real como fizemos na Austrália desde há anos com o sistema de "mentorship" em que os jovens candidatos à profissão, passam um período entre semanas a meses, a trabalharem com um "mentor" que o/a acompanha enquanto aprende a lidar com as traduções. Durante esse período, os formandos recebem

soluções diversas: glossário e notas nas traduções francesas, a sua ausência nas inglesas e, neste caso, como os conceitos foram explicitados no texto.

JOÃO CABRITA abordou o tema "A língua portuguesa e a lusofonia: A perenidade de uma mundivivência. Portugal espalhado pelo mundo na língua de Camões, de Saramago e de Lobo Antunes. Não um português canónico e intransformável. Um português de variantes, tal como no Algarve ou em Trás-os-Montes, das novelas brasileiras, ou da juventude, dos idosos, das escolas, ou bares e dos cafés. Um português alimentado pela comunicação, pela solidariedade, por eventos culturais, pela difusão, pela promoção da leitura.

LUCIANO PEREIRA abordou o tema "A cultura e o imaginário açoriano-catarinense na obra literária de Franklin Cascaes". O universo



lítico. Além de insultoso para os profissionais, este aspecto é responsável pela instabilidade de preços que existem nos vários mercados. Para se evitar este estado de coisas seria necessário que os países constituíssem uma Comissão Nacional de Acreditação e Reconhecimento de Qualificações, apoiada em legislação que limitasse o exercício da profissão aos profissionais, sem os bécarrinos que pululam por aí.

O número de línguas existentes no mundo está a diminuir rapidamente, e não se trata de uma morte natural, nem de acidente, nem tampouco de causas naturais. O genocídio linguístico acontece quando as línguas são sistematicamente eliminadas da mesma forma que acontece o genocídio físico. Entre nós, alguns há que promovem e, simultaneamente, destroem a diversidade linguística. Alguns nem sequer admitem a existência das línguas gestuais – tradicionalmente ignoradas – enquanto outros professam uma forma de darwinismo proclamando que línguas – como a inglesa – são suficientemente fortes e melhor preparadas para uma comunicação internacional.

Terminamos com um excerto do discurso de abertura:

Embora hoje seja um dia de festa para nós, a Lusofonia está de luto desde 27 de Maio por José Augusto Seabra, mentor intelectual e colega de várias iniciativas, que nestes três anos foi o patrono dos Colóquios de Lusofonia iniciados sob a égide da SLP – Sociedade da Língua Portuguesa – em 2002 no Porto, e em Bragança 2004. Era também um dos membros dos Comitês Científico e Executivo do Colóquio deste ano da Câmara Municipal de Bragança. Com ele se criou a ALFE – Associação dos Lusofalantes na Europa – que serviu como





Vindo a generalizar, num certo sentido poder-se dizer banalizar, assim como a leitura de textos em mirandês. De certo modo vai-se tornando uma forma banal e normal de comunicar. Para esse efeito muito tem contribuído o desenvolvimento do ensino, mas em particular o aparecimento regular de textos em mirandês, nomeadamente em vários órgãos de comunicação social. A multiplicação deste tipo de textos, escritas por pessoas com formação muito diversificada, é um caminho a seguir quer na unificação do mirandês, quer na trazer de novos escritores e leitores para a língua mirandesa.

**CARLOS FERREIRA** ainda sobre a língua mirandesa abordou o tema "O Levante do Nordeste Transmontano - a Terra de Miranda como território de transição e fronteira." Antes da romanização da Península foi o país onde os Zelas, tribos Celtas do povo Astur, exerceram a sua influência e apascentaram os seus rebanhos em regime comunitário. No ano de 410 d.C. por aqui passava a fronteira entre Suevo e Alanos, e no ano 500 d.C. era fronteira entre o Reino Suevo e o Reino Visigodo. Em 950 d.C. estabeleceu-se por aqui a fronteira entre reinos Cristão e Árabe, a chamada "extremadura". Em termos etnográficos osamos também perante uma região com características muito próprias e peculiares: a *língua* mirandesa, os pauliteiros e o galeiro tocador de gaita-de-folles, a capa de honras, as tradições comunitárias e as festas solsticiais. Uma fronteira linguística, desde a "reconquista cristã", o condado portucalense logo adoptou a norma linguística galaico-portuguesa e depois com a absorção do reino de Leão pelo reino de Castela, que logo adoptou a norma linguística castelhana, o falar asturo-leonês ficou encaixado, na Terra de Miranda medieval. É comumente aceite que a

no sentido real como fazemos na Austrália desde há anos com o sistema de "mentoship" em que os jovens candidatos à profissão, passam um período entre semanas a meses, a trabalharem com um "mentor" que o/a acompanha enquanto aprende a lidar com as traduções. Durante esse período, adquirem um pequeno conhecimento e, sobretudo, adquire uma experiência que a maior parte dos cursos não pode proporcionar, sempre sob a supervisão dum tradutor atento.

Noutra intervenção **MARIA DAJUDA ALONRA RIBEIRO** referiu que *Quando nos referimos ao bidirecionamento do ensino de português a hispanofalantes ou do espanhol para falantes de português seria de esperar que o alto índice de coincidência gramatical favorecesse o aprendizado. Todavia, a proximidade entre as duas línguas e a relativa facilidade têm propiciado um dos maiores paradaxes da aprendizagem de línguas: essa aparente facilidade gera efeitos prejudiciais no processo de aprendizagem, com a presença constante da interferência no processo de produção e a possibilidade da fossilização dos erros ou equívocos.*

*Cecília Falcão, Cláudia Ferreira, Cláudia Martins, Fátima Pedrosa e Manuel Moreira Da Silva* falaram dos *Recursos para a tradução técnica e científica em língua portuguesa: um dicionário terminológico em geografia da população*, e deram conta das dificuldades com que se têm deparado ao longo dos anos para completarem este trabalho.

Sobre o excitante problema das traduções de obras em português **MIR ROSA ADANJO CORREIA** falou da Lusofonia e a problemática da tradução das "ousadias verbais" de Luandino Vieira e das "escravidões desafortunadas" de Mia Couto. Nos seus exemplos viam-se

com a possibilidade de serem comunicadas, pela solidiedade, por eventos culturais, pela difusão, pela promoção da leitura.

**LUCIANO FERREIRA** abordou o tema "A cultura e o imaginário açoriano-catarinense na obra literária de Franklin Cascaes". O universo imaginário de Cascaes é sobretudo o universo bruxólico e místico que tão bem soube representar. Para ele, o mito é a possibilidade de aceder às origens, uma realidade inteligível, uma pré-figuração do mistério pessoal que antecede a revelação. As suas bruxas possuem todavia um encanto muito especial, são mulheres de carne e osso, feitas de desejos, de sonhos e de pesadelos, por vezes são brincaribonas, gostam de "judiação", travessias e tropelias, pelo puro prazer de assistir ao sofrimento e ao desespero do comum dos mortais, são frequentemente sedutoras, exibem descaradamente a sua nudez, mulheres enfeitadas que se tornam feiticeiras, mulheres emancipadas que ousaram desafiar as leis do bom senso, "mulheres gostosas e cheirosas" que se oferecem em noites de luar: "As mais famosas bruxas da Ilha vivem lá no Ribeirão só comem pétalas de rosa por ter cheiro no coração." As bruxas de Franklin Cascaes são a personificação dos mistérios da feminilidade e da tremenda carga erótica que emana da sua ilha adorada:

Chrys Chrystello referiu a sua experiência profissional citando: *Na maior parte dos casos o que mais choca é depararmo-nos com pessoas não qualificadas a desempenharem um papel que só um profissional qualificado deve desempenhar tal como acontece na maior parte das profissões. A esses amadores que impudicamente se auto-nominam de tradutores e de intérpretes devia ser dada a oportunidade de, num certo contexto temporal, obterem as qualificações necessárias, sem as quais não poderiam exercer livremente a pro-*

... e a língua Portuguesa - em 2002 no Porto, e em Bragança 2004. Era também um dos membros dos Comitês Científico e Executivo do Colóquio deste ano da Câmara Municipal de Bragança. Com ele se criou a ALPE - Associação dos Lusofalantes na Europa - que serviu como elo motivador de algumas iniciativas culturais sempre ligadas à defesa e preservação da língua portuguesa. Sem ele vai ser difícil prosseguir, pois sempre teve o estímulo certo para os momentos de desânimo, e as palavras de incentivo rumo a uma utopia alicerçada nos seus múltiplos saberes. Foi no seu reinado como ministro da Educação que deu o aval ao Politécnico de Bragança, onde ainda há meses proferiu a Oração de Sabedoria. José Augusto Seabra, um literato no mais amplo sentido, um homem das Letras, um republicano indefectível na senda dos verdadeiros republicanos da 1.ª República. Como Embaixador promoveu a Língua e a Cultura portuguesas de forma ousada e inovadora nos países onde exerceu, como director da Revista Internacional de Língua Portuguesa das Universidades da CPLP editava-a com o labor e a minúcia de quem ama a língua, sempre em busca de autores menos consagrados que merecessem ser apoiados. Para trás ficam inúmeros projectos por acabar e inúmeros sonhos por realizar. Infelizmente, nem os políticos nem os meios de comunicação social deram o relevo devido à sua passagem para o lado outro deste espelho que é a vida. Ao ajudarmos a organizar o Colóquio deste ano, prestamos-lhe aqui uma simples homenagem nestes três dias, onde a sua presença se fará sentir e decerto nos ajudará a conseguir os almejados objectivos deste evento que vem colocar Bragança no lugar cimeiro e rarefeito das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua portuguesa, a sexta mais falada em todos os continentes, por 200 milhões de pessoas.